



Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS

EMITIDO EM 18/06/2026 20:48

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 30/03/2026

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor: HELEN ADRIELY SOBREIRA DE SOUSA

Matrícula: 20241007017 (*identificador*)

Telefone: 32294440

Identidade: 06959575389 - SSP/PI

CPF:

E-mail: helenobreira12@gmail.com

Orientador: FRANCISCO ALCIDES DO NASCIMENTO

CPF: 066.317.703-00

E-mail: toticonascimento@gmail.com

Membro da banca: CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES

CPF: 578.456.973-20

E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br

Membro da banca: FRANCISCO ALCIDES DO NASCIMENTO

CPF: 066.317.703-00

E-mail: toticonascimento@gmail.com

Membro da banca: MARYLU ALVES DE OLIVEIRA

CPF: 804.178.253-15

E-mail: marylu.oliveira@gmail.com

Data da Defesa: 30/03/2026

Titulação: Mestre

Título: OS CAMINHOS DO EXÍLIO: trajetórias de piauienses exilados durante a ditadura militar (1964-1985)

Instituição de Defesa: Universidade Federal do Piauí/UFPI

CNPJ: 6517387000134

Afiliação:

CNPJ:

Palavras-chave: História, Ditadura militar, Terrorismo de Estado, Exílio, Piauí.

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documentoLiberação para publicação: **Total**

Documento assinado digitalmente



HELEN ADRIELY SOBREIRA DE SOUSA

Data: 18/06/2026 20:53:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **f538e89bd7**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

HELEN ADRIELY SOBREIRA DE SOUSA

**OS CAMINHOS DO EXÍLIO: trajetórias de piauienses exilados durante a ditadura
militar (1964-1985).**

Teresina, Piauí
2026

HELEN ADRIELY SOBREIRA DE SOUSA

**OS CAMINHOS DO EXÍLIO: trajetórias de piauienses exilados durante a ditadura
militar (1964-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito final para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

Teresina, Piauí

2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S586c Sousa, Helen Adriely Sobreira de.
 Os Caminhos do Exílio : trajetórias de piauienses exilados
 durante a ditadura militar (1964-1985) / Helen Adriely Sobreira de
 Sousa. -- 2026.
 205 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
 Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
 “Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento”.

 1. História. 2. Ditadura militar. 3. Terrorismo de Estado.
 4. Exílio. 5. Piauí. I. Nascimento, Francisco Alcides do. II. Título.

CDD 981.063

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

HELEN ADRIELY SOBREIRA DE SOUSA

**OS CAMINHOS DO EXÍLIO: trajetórias de piauienses exilados durante a ditadura
militar (1964-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito final para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento
Orientador

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento
Orientador

Examinador Interno

Examinador Externa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 31

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA
EM 30/03/2026.**

Ao trigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sala do Mestrado do PPGHB - UFPI, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **OS CAMINHOS DO EXÍLIO: trajetórias de piauienses exilados durante a ditadura militar (1964-1985)**, de autoria da mestrandia **Helen Adriely Sobreira de Sousa**, candidata ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores: Francisco Alcides do Nascimento – UFPI (Orientador), Marylu Alves de Oliveira - UFC (Examinadora Externa), e Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI (Examinadora Interna). Às oito horas a sessão foi aberta pelo Presidente, que deu início aos trabalhos convidando a candidata a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e a candidata de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pela Prof.^a Dr.^a Marylu Alves de Oliveira, e seguindo-se Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles e finalmente, o Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, orientador da dissertação. A mestrandia respondeu a todos os questionamentos de forma satisfatória. A seguir, a banca, em sessão secreta, avaliou a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do resultado da avaliação. O Presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA** e direcionada para a publicação. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com a candidata e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às onze horas e trinta minutos, e para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, será subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina, 30 de Março de 2026
Documento assinado digitalmente



FRANCISCO ALCIDES DO NASCIMENTO
Data: 02/06/2026 09:48:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento – UFPI
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
Data: 01/06/2026 17:50:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI
Examinador (a) Interno (a)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL**

Documento assinado digitalmente



MARYLU ALVES DE OLIVEIRA

Data: 21/05/2026 10:26:05-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Marylu Alves de Oliveira - UFC
Examinador (a) Externo (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Adriana Sobreira de Sousa e Cristóvão Rodrigues de Sousa, por me ensinarem a sonhar e a acreditar em todo o meu potencial. Foram vocês que me mostraram, desde cedo, o valor da educação, do esforço e da persistência. Seu amor, cuidado e incentivo constante sustentaram cada passo desta caminhada e tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos meus avós, em especial a Eliza Rodrigues de Sousa, hoje uma senhora, antes uma menina que sonhava em ser professora, e hoje é, de outra forma, através das histórias que conta e das memórias que guarda. Amo ouvi-la. Em suas narrativas encontro afeto, ensinamentos e fragmentos de tempos que ajudam a compreender o mundo. Suas histórias estarão sempre em minha memória e em meu coração.

Ao meu companheiro, Artur Simeão, pelo apoio, pela presença constante e pelo ombro-amor nos momentos mais difíceis desta jornada. Obrigada por me ouvir falar tantas vezes sobre exílio e por tornar os dias mais leves mesmo quando a pesquisa parecia pesada.

Ao meu orientador, Francisco Alcides do Nascimento, pela orientação e pelas contribuições ao longo desta pesquisa. Agradeço também pela experiência marcante na disciplina de Seminário de Linha, espaço de reflexão, debate e amadurecimento intelectual, no qual aprendemos que não estamos prontos: o tempo todo estamos nos fazendo historiadores. Sua trajetória intelectual, marcada pelo compromisso com a pesquisa histórica e pela formação de novas gerações de pesquisadores, constitui uma referência fundamental para a historiografia piauiense. Neste momento em que se aproxima de sua aposentadoria, registro também meu reconhecimento por sua significativa contribuição à consolidação dos estudos históricos no Piauí e por seu papel na formação de tantos historiadores que hoje dão continuidade a esse campo de investigação. Como o senhor costuma dizer: “*Prosseguir é meu lema*”.

À professora Marylu Alves de Oliveira, que me ensinou a pesquisar com muita paciência, generosidade e carinho. Foi quem me apresentou, ainda muito jovem, aos caminhos da investigação histórica e às inquietações que movem o ofício do historiador. Obrigada por acreditar no potencial daquela menina de dezessete anos e por nunca me deixar desistir quando os caminhos pareciam incertos. Sua confiança, suas orientações e sua sensibilidade marcaram profundamente minha trajetória acadêmica. Inspiro-me todos os dias em seu fazer docente.

À professora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, cuja força, empatia e coragem me inspiram profundamente, tanto em sua trajetória acadêmica quanto em sua postura generosa e comprometida com a pesquisa e com a formação de novos historiadores. Sua sensibilidade no trato com os estudantes, aliada ao rigor intelectual e ao compromisso com a produção do conhecimento histórico, são referências que levo comigo em minha própria caminhada acadêmica e docente.

Aos meus amigos de infância, Gabriel Rudá Vieira e Silva e Maria Eduarda Alves de Sousa, pela amizade que atravessa o tempo, pelo apoio constante e por permanecerem ao meu lado em cada etapa desta trajetória. Ter vocês por perto torna qualquer caminho mais leve.

Às pessoas queridas, Fábio Batista, Leíse Sales, Heanes Silva e Ariane Fabrícia, que, assim como meus pais, sempre me incentivaram e apoiaram desde a infância. Afinal, como nos lembra o provérbio, é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.

Aos *Subalternos*, como chamamos carinhosamente o grupo composto por cinco pessoas que estudam sujeitos subalternizados. Agradeço a Luiz Sérgio, por quem guardo uma admiração e um carinho que não cabem no peito; Iarah Lira, pela amizade, pela enorme paciência e pela empatia de sempre; Rakel Osório, o coração do grupo, aquela que une todas as coisas e nos lembra da importância do afeto na vida acadêmica; e Matheus Lima, para sempre meu companheiro de pesquisa, de reflexões e de caminhada historiográfica. Com vocês, a caminhada acadêmica tornou-se mais leve e mais generosa.

À minha turma, que marcou os 20 anos do PPGHB. Foi uma honra dividir esse espaço com pesquisadores tão incríveis, com quem compartilhei debates, inquietações e aprendizados que certamente levarei por toda a minha trajetória acadêmica. Em especial, menciono João Vitor Carvalho e Joel Marcos Brasil, grandes amigos desde a graduação por quem guardo um profundo carinho e admiração.

Ao Instituto Dom Barreto, espaço de formação de professores e de permanente aprendizado, onde tive a oportunidade de crescer como docente e reafirmar diariamente minha escolha pela educação. Agradeço especialmente às coordenadoras Socorro Rangel, Socorro Sousa, Laura Brandão e Márcia Rangel, pela confiança, pelo incentivo e por acreditarem em meu potencial como professora de História de pessoas pequeninas (aprendizes de historiador). Em sala de aula, entre perguntas curiosas, descobertas e pequenas grandes reflexões sobre o passado, compreendo todos os dias que ensinar também é aprender. Estar com meus alunos me transforma constantemente e fortalece em mim a convicção de que a docência é um processo contínuo de construção, sensibilidade e troca. Afinal: *Uma professora não tem fim. Ela sempre fica. Porque ser professora é diferente de estar professora.*

Aos meus pequenos estudantes, que me lembram todos os dias do meu compromisso com o ensinar. Em cada abraço e em cada palavra, encontro a alegria que renova minha escolha pela docência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, pelos ensinamentos, debates e contribuições fundamentais para minha formação. Em especial, ao professor Fábio Leonardo Brito, que acompanhou o nascimento desta pesquisa ainda na graduação e cuja presença foi fundamental ao longo deste percurso.

Aos sujeitos desta pesquisa, cujas trajetórias, marcadas por experiências de repressão, exílio e resistência, permitiram a construção desta narrativa histórica e reafirmam a importância de preservar suas memórias. Suas histórias, atravessadas por silêncios, deslocamentos e lutas, são testemunhos fundamentais de um tempo marcado pelo autoritarismo, mas também pela coragem de continuar. Que este trabalho contribua, ainda que modestamente, para manter vivas essas experiências e para reconhecer o lugar que ocupam na história e na memória coletiva.

RESUMO

A ditadura militar brasileira (1964-1985) estruturou um complexo aparato repressivo de controle político e neutralização de dissidências, operado por órgãos de segurança e informação que institucionalizaram o Terrorismo de Estado. No Piauí, esse cenário manifestou-se por meio de vigilância ostensiva, perseguição e criminalização de indivíduos rotulados como subversivos pela *polícia política*. Esta dissertação, portanto, investiga as trajetórias de sujeitos piauienses que, diante do acirramento da violência política nas décadas de 1960 e 1970, foram compelidos ao exílio como estratégia de sobrevivência pessoal. O objetivo central é analisar *os caminhos do exílio* – as saídas, as chegadas e os retornos – compreendendo-o como um processo decorrente das práticas de Terrorismo de Estado. Para tanto, a pesquisa perpassa diversos recortes espaciais, articulando as dinâmicas políticas locais às pressões do cenário nacional e às vivências transnacionais enfrentadas pelos sujeitos no exterior ou em outras regiões do país. Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em um *corpus documental* diversificado: e os Inquéritos Policiais Militares (nº 16, 185, 340, 349 e 705); os jornais *O Dia* e *O Estado do Piauí*; livros de memória (biografias) e depoimentos orais que conferem subjetividade ao trauma, fundamentais para compreender a lógica punitiva do regime. O arcabouço teórico fundamenta-se nos debates sobre Terrorismo de Estado, repressão política, ditadura militar e estado de exceção, mobilizando as contribuições de Maria Helena Moreira Alves (2005), Enrique Serra Padrós (2005), Nilson Borges (2003), Rodrigo Patto Sá Motta (2021) e Denise Rollemberg (1999), articulando-se também com as reflexões de Giorgio Agamben (2004) acerca do estado de exceção como dispositivo jurídico-político que suspende garantias legais e legitima práticas de violência estatal. O trabalho dialoga ainda com as discussões sobre memória, testemunho e violência de Estado, presentes em Márcio Seligmann-Silva (2003), Michel Pollak (1989) e Beatriz Sarlo (1997).

Palavras-chave: História. Ditadura militar. Terrorismo de Estado. Exílio. Piauí.

ABSTRACT

The Brazilian military dictatorship (1964–1985) established a complex repressive apparatus aimed at political control and the neutralization of dissent, operated by security and intelligence agencies that institutionalized State Terrorism. In Piauí, this context manifested through overt surveillance, persecution, and the criminalization of individuals labeled as subversive by the political police. This dissertation investigates the trajectories of Piauí natives who, faced with escalating political violence during the 1960s and 1970s, were compelled into exile as a strategy for personal survival. The central objective is to analyze the paths of exile—departures, arrivals, and returns—understanding exile as a process resulting from the practices of State Terrorism. To this end, the research encompasses different spatial contexts, articulating local political dynamics with national pressures and the transnational experiences faced by these individuals abroad or in other regions of Brazil. Methodologically, this research is based on a diverse documentary corpus, including Military-Police Inquiries (Nos. 16, 185, 340, 349, and 705); the newspapers *O Dia* and *O Estado do Piauí*; memoirs; and oral testimonies that provide subjectivity to trauma and are fundamental to understanding the regime's punitive logic. The theoretical framework is grounded in debates on State Terrorism, political repression, and the state of exception, drawing on the contributions of Maria Helena Moreira Alves (2005), Enrique Serra Padrós (2005), Nilson Borges (2003), Rodrigo Patto Sá Motta (2021), and Denise Rollemberg (1999). It also engages with Giorgio Agamben's (2004) reflections on the state of exception as a juridical-political device that suspends legal guarantees. Finally, the study dialogues with discussions on memory and testimony found in the works of Márcio Seligmann-Silva (2003), Michel Pollak (1989), and Beatriz Sarlo (1997).

Keywords: History. Military dictatorship. State Terrorism. Exile. Piauí.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Chagas Rodrigues em sua juventude.	43
Imagem 02: Jesualdo Cavalcanti discursando no plenário da Câmara Municipal	48
Imagem 03: Professor Raimundo Santos	53
Imagem 04: José Ribamar Osório Lopes	54
Imagem 05: Ademir Alves de Melo	70
Imagem 06: Antônio José Medeiros em sua juventude.	79
Imagem 07: Ademir Alves de Melo sendo detido no XXX Congresso da UNE.	101
Imagem 08: Foto de Benoni Alencar	105
Imagem 09: Antônio José Medeiros e Gaudêncio Leal na fundação do Partido dos Trabalhadores.	165
Imagem 10: Lula em visita ao Piauí, em 1982, acompanhado de Antônio José Medeiros e José Ribamar Santos.	166
Imagem 11: Petistas que disputaram o pleito de 1982.	167
Imagem 12: Chagas Rodrigues discursando na Praça do Marquês.	168
Imagem 13: Benoni Alencar participando da Marcha da Liberdade em Rio das Ostras.	170
Imagem 14: Ademir Alves de Melo em audiência pública com a temática <i>A vida no exílio</i> .	171
Imagem 15: Raimundo Santos em indicação de orientando para o Prêmio Anpocs de Melhor Dissertação de Mestrado 2020.	172

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 VIOLÊNCIAS, FUGAS, DESPEDIDAS E PARTIDAS: a produção da partida.....	27
2.1 Por isso as ditaduras gostam de duas coisas: matar e matar! A formulação do Terrorismo de Estado e a violência organizada.....	27
2.2 IPM 185: desbaratando a subversão no Piauí.....	35
2.3 O terror e a violência entre os petebistas: narrativas da tragédia do sair.....	41
2.4 Raimundo Santos e José Ribamar Lopes: a militância ultrapassa o Piauí.....	52
2.5 IPM 349: uma ditadura síndico-comunista no norte piauiense?.....	59
2.6 O Terror invade os lares parnaibanos: eles entraram e reviraram a casa toda.....	66
2.7 IPM 340: Povo organizado e armado derruba a ditadura.....	72
2.8 A trajetória de Antônio José Medeiros: sempre me senti firme em minhas convicções e vítima de uma injustiça, se não de uma ilegalidade.....	78
2.9 IPM 705: Não atemorizam o nosso povo, que está disposto a lutar sem tréguas pela sua libertação.....	84
3 TECENDO CAMINHOS DO EXÍLIO: viver entre a ausência e a sobrevivência.....	89
3.1 Tudo desaba ao seu redor: despedidas, fugas e saídas.....	90
3.2 Viento del exilio: os primeiros passos em terra estrangeira.....	114
3.3 Viver fora, sobreviver dentro: trabalho, estudo e reinvenção no exílio.....	123
3.4 Saudosa Maloca: exílio e cotidiano.....	129
4 RETORNAR É POSSÍVEL?.....	141
4.1. Enquanto isso, no Brasil: retaguarda e a esperança equilibrista.....	141
4.2 Eu voltei agora para ficar: o retorno como experiência histórica.....	147
4.3 Take me back to Piauí: reinvenção, silêncios e limites da participação política.....	151
4.4 Os ventos da redemocratização.....	168
4.5 Contra os cães do esquecimento: os lugares de memória da ditadura militar.....	179
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
6 REFERÊNCIAS.....	193

*Naquela época, tentei, em vão, escrever outras linhas.
Mas as palavras parecem esperar a morte e o
esquecimento; permanecem soterradas, petrificadas, em
estado latente, para depois, em lenta combustão,
acenderem em nós o desejo de contar passagens que o
tempo dissipou.*

Milton Hatoum

1 INTRODUÇÃO

A caminhada em direção ao objeto de pesquisa: o exílio.

A pesquisa teve origem no Programa de Iniciação Científica, no ano de 2022, sob orientação da professora Dra. Marylu Alves de Oliveira¹. Durante essa etapa, o foco do estudo concentrou-se na análise das representações de exilados na trilogia *O lugar mais sombrio* de Milton Hatoum. O contato com essas representações despertou um interesse pelo tema exílio em razão dos diálogos entre os personagens que tratavam o exílio como uma experiência melancólica, plural e, ao mesmo tempo, singular para cada indivíduo: “o pensamento de um exilado quase nunca abandona o seu lugar de origem, mas antes por saber o caminho tortuoso e penoso do exílio é, às vezes, um caminho sem volta”².

Além do interesse em narrar as trajetórias do exílio, a proximidade temática com os estudos da professora Marylu Alves de Oliveira – voltados para a ditadura militar no Piauí – suscitou uma indagação central. Durante a ditadura militar, houve piauienses que deixaram o Piauí e/ou o Brasil em decorrência da repressão política? A formulação dessa questão implicou a realização de uma longa pesquisa nos acervos digitais acerca da ditadura e na historiografia piauiense, com o objetivo de mapear piauienses que deixaram o Piauí. No decorrer da investigação, o primeiro nome identificado foi Antônio José Medeiros, que, em autobiografia³, dedica um capítulo à experiência de exílio no Canadá. A partir desse achado inicial, outras trajetórias do exílio foram sendo identificadas, como as de Ademir Alves de Melo, Benoni Alencar, Francisco Chagas Rodrigues e Raimundo Santos. Os resultados desse questionamento foram materializados em uma monografia, defendida em 2023, intitulada *"Um lugar mais sombrio: uma história dos sujeitos piauienses exilados e o Terror de Estado"*⁴.

Apesar do intenso trabalho de mapeamento de indivíduos, as experiências do exílio em sua complexidade permaneciam pouco exploradas. Dimensões como as circunstâncias das partidas, o cotidiano no país de acolhimento, as redes de solidariedade, os percursos de estudo e trabalho, as hesitações em torno do retorno e os rituais de despedida configuram-se como

¹ Professora efetiva do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí desde 2009.

² HATOUM, Milton. *A noite da espera*. – 1ª ed – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017. p. 15

³ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.

⁴ SOUSA, Helen Adriely Sobreira de. *Um lugar mais sombrio: uma história dos sujeitos piauienses exilados e o terror de Estado (1964-1985)*. 2023. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

aspectos fundamentais para compreender o exílio como uma experiência histórica. Torna-se igualmente central investigar de que modo essa vivência reconfigurou percepções políticas, identidades e visões de mundo dos sujeitos exilados, produzindo transformações duradouras em suas trajetórias. Foi a partir dessa lacuna interpretativa que a pesquisa ganhou continuidade no Mestrado em História do Brasil, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, sob orientação do professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento⁵. Em resumo, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar as trajetórias políticas de piauienses que, em razão das práticas do Terrorismo *de Estado*, foram compelidos ao exílio.

No Piauí, a partir do Golpe de 1964, instaurou-se um processo sistemático de repressão a indivíduos e organizações que expressavam posições divergentes dos ideais estabelecidos pelo governo militar. As chamadas *Operações Limpeza*⁶ e, posteriormente, a instauração de quatro Inquéritos Policiais Militares evidenciam a determinação dos militares em desarticular redes políticas associadas a projetos considerados incompatíveis com a ditadura, como o *trabalhismo* e o *comunismo*. As dinâmicas das *Operações Limpeza* e da investigação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) inserem os investigados no circuito repressivo do *Terrorismo de Estado*, no âmbito do qual práticas de violência física e psicológica foram amplamente utilizadas para reprimir os considerados *inimigos internos*. Mais do que punir condutas específicas, tais mecanismos produziam efeitos duradouros sobre as trajetórias dos indivíduos, instaurando um regime de vigilância e suspeição permanente. Rotulados como *subversivos*, muitos enfrentavam impedimentos para assumir cargos públicos, manter vínculos empregatícios ou prosseguir nos estudos, além de sofrerem prisões sucessivas e restrições em relação à liberdade de ir e vir. Dessa forma, a repressão desorganizava as suas possibilidades de existência social, criando condições que, em diversos casos, contribuíram para o exílio.

A noção de *exilado* comporta múltiplas significações históricas. Ao longo da história, o exílio foi um dispositivo político utilizado para afastar e/ou excluir indivíduos considerados ameaçadores à ordem estabelecida. Conforme observa Denise Rollemberg, há uma zona de fluidez entre as noções de *refugiado*, *exilado* e *migrante*, o que dificulta a delimitação rígida dessas categorias e exige do pesquisador atenção às circunstâncias concretas que motivaram o

⁵ Professor efetivo do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil.

⁶ As *Operações Limpeza* aconteceram por todo país, após a tomada do poder pelos militares em 1964, e possuíam o objetivo de *intimidar* todos os indivíduos que estivessem ligados ao governo de João Goulart, partidos considerados de *esquerda* e movimentos sociais.

deslocamento.⁷ Neste estudo, são considerados exilados os piauienses que, em decorrência de uma atuação política contestadora durante a ditadura militar, foram tensionados a deixar o estado ou país de origem. Ainda que o exílio possa, em determinados contextos, assumir a forma de autoexílio, impõe-se a problematização: em um cenário de suspensão de garantias constitucionais, perseguição, violência, prisão e vigilância constante, seria possível caracterizar tal decisão como plenamente voluntária? A noção de escolha, nesse contexto, aproxima-se menos da liberdade e mais da condição trágica; o sujeito aparentemente decide, mas o faz entre alternativas igualmente marcadas pela perda. O exílio deve ser compreendido como uma decisão atravessada pela coerção estrutural do Terrorismo de Estado.

Um exemplo de piauiense exilado é Antônio José Medeiros, cuja trajetória foi profundamente marcada pelo *Terror de Estado*. Antes de deixar o país, foi preso quatro vezes e, ao retornar ao Piauí, sofreu uma quinta detenção. A repressão, contudo, não se limitou às prisões: estendeu-se à esfera civil, impedindo-o de assumir cargos públicos para os quais havia sido aprovado, restringindo suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e inviabilizando sua atuação em movimentos sociais.⁸ Com a ajuda de Dom Avelar⁹, ele partiu para o Rio de Janeiro, onde fez especialização e trabalhou como professor. Assim como outros brasileiros, o piauiense Antônio José Medeiros, “em busca de ver e sentir, quem sabe, outros pensares”¹⁰, ciente dos ideais da *geração de 1968*, decidiu pôr o pé na estrada e fazer uma caminhada pela América Latina.¹¹ Posteriormente, fixou-se no Canadá, onde teve contato com outros exilados, como o sociólogo Herbert de Sousa, com quem compartilhou uma série de experiências enquanto exilado.

Ademir Alves de Melo, atuante em Parnaíba, também viu sua permanência tornar-se inviável após ser indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM). Perseguido e preso devido ao engajamento em movimentos trabalhistas, sindicais, rurais e estudantis no litoral piauiense,

⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁸ Antônio José, em sua obra *1968: uma geração contra a ditadura*, conta a sua história de militância, ao passo em que apresenta as trajetórias dos seus companheiros de militância. In: MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.

⁹ Dom Avelar Brandão Vilela, com o lema Evangelizar e Humanizar, assume a arquidiocese em Teresina e é responsável por criar o Movimento de Educação de Base no Piauí (MEB), a Faculdade Católica de Filosofia (FAPF), a Rádio Pioneira, além de apoiar as organizações sindicais e as Ligas Camponesas. Com isso, Dom Avelar criou ações pastorais, educacionais e sociais, que modificaram as formas de viver e experienciar a cidade de Teresina, o que também gerou, de certa forma, atritos com o modo de viver pré-estabelecido.

¹⁰ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.14

¹¹ Antônio José, antes de fixar-se no Canadá, fez uma peregrinação pelo Nordeste e América Latina. A sua trajetória do exílio faz parte do ideal da *geração de 1968*. O verão de 1972, dois anos antes da peregrinação do piauiense, ficou conhecido como o *verão do desbunde*, uma vez que inúmeros jovens saíram de casa apenas com uma mochila nas costas e um ideal contracultural na mente e no coração. Esses indivíduos estavam motivados, além disso, pelo sentimento de sufocamento intelectual, cultural e político que existia no Brasil dos anos 1960 e 1970. In: KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

enfrentou constantes constrangimentos por ser rotulado como subversivo. Diante desse cenário, deslocou-se para Pernambuco, onde ingressou no Partido Comunista. Pouco tempo depois, com a ajuda do Bispo Dom Hélder Câmara¹², e temeroso por sua segurança, deixou o Brasil para viver a efervescência da experiência chilena. Contudo, com a crise política no Chile, Ademir foi obrigado a buscar novo *ponto de fuga*: a Alemanha.

Além dos sujeitos anteriormente citados — que se exilaram fora do Brasil —, a pesquisa também se propõe a analisar trajetórias marcadas por deslocamentos internos no território brasileiro. Um desses sujeitos é Benoni Alencar, que atuou na militância estudantil em Teresina e foi investigado em um Inquérito Policial Militar. Como consequência da investigação, Benoni perdeu o emprego, apesar de ocupar um cargo obtido por concurso público. Benoni Alencar, em virtude das perseguições e impossibilidades do ponto de vista profissional, deixou o Piauí e transferiu-se para o Rio de Janeiro. Dinâmica semelhante pode ser observada na trajetória de Francisco da Chagas Rodrigues, que, em função da atuação como militante trabalhista e dos seus discursos na Câmara dos Deputados, foi cassado e banido do Piauí.

Outros personagens pertencentes à categoria de piauienses que foram exilados em consequência da atuação política em outros estados do Brasil também são chamados ao diálogo histórico. Ao longo da pesquisa, dois sujeitos foram identificados: Raimundo Nonato Santos e José Ribamar Lopes. As histórias de Raimundo Santos e José Ribamar Lopes possuem pontos em comum. Os dois foram indiciados no Inquérito Policial Militar n.º 185, logo após o Golpe de 1964, acontecimento que motivou suas partidas para fora do Piauí. No final da década de 1960, seus caminhos se cruzaram: ambos residiam em Brasília, estudavam Direito pela Universidade de Brasília, contexto em que foi instaurado um Inquérito Policial Militar, posteriormente classificado como BNM 16. Esse Inquérito acusa os piauienses de participarem do grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro e de receberem instruções de Carlos Marighella¹³. Raimundo Nonato Santos conseguiu fugir para a América Latina, primeiro instalando-se no México para estudar na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), e depois, na Costa Rica, local onde também abrigou Antônio José Medeiros.

¹² Dom Hélder Câmara foi um bispo e arcebispo católico em Olinda e Recife. O bispo foi um dos responsáveis por fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na década de 50. Auxiliou as saídas de vários brasileiros ao exílio.

¹³ Carlos Marighella (1911-1969) foi militante comunista, deputado federal e um dos principais líderes da luta armada contra a Ditadura Militar Brasileira. Filiado ao Partido Comunista Brasileiro desde a década de 1930, rompeu com o partido após o golpe de 1964 e fundou, em 1968, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi morto, vítima de terrorismo de estado, em uma emboscada organizada por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1969.

“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”¹⁴. A reflexão de Walter Benjamin confere sentido ético e político a esta pesquisa. Ao recuperar trajetórias de piauienses exilados pela ditadura militar, o estudo não se limita à mera reconstrução de percursos individuais, mas insere-se nas disputas contemporâneas em torno da memória do autoritarismo no Brasil. Observa-se que o período ditatorial (1964–1985) permanece objeto de intensos embates narrativos, nos quais se confrontam interpretações que ora denunciam a violência de Estado, ora a relativizam ou justificam. Longe de constituir um passado encerrado, trata-se de uma experiência cujas marcas ainda estruturam debates públicos, identidades políticas e concepções sobre democracia e direitos. Nesse cenário, revisitar o exílio significa enfrentar as tentativas de silenciamento e afirmar a centralidade das vítimas na escrita da história.

Além disso, a reflexão sobre o exílio ultrapassa os limites cronológicos do século XX. As migrações forçadas por razões políticas continuam a marcar o século XXI, inclusive no Brasil. Entre 2018 e 2019, figuras públicas declararam ter optado pelo autoexílio por se sentirem ameaçadas em território nacional. O medo – elemento recorrente nas trajetórias analisadas nesta dissertação – revela-se, assim, não apenas como emoção individual, mas como categoria histórica capaz de produzir deslocamentos, redefinir pertencimentos e reorganizar projetos de vida. Estudar o exílio, portanto, é também interrogar os mecanismos pelos quais a insegurança política transforma cidadãos em estrangeiros em sua própria terra.¹⁵

Sobre interlocuções teóricas: o exílio enquanto objeto da história.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa dialoga com aportes da chamada Nova História Política, cuja consolidação, a partir da década de 1970, promoveu uma significativa renovação do estudo do político. A ampliação das fontes, a incorporação de novos objetos e o diálogo com disciplinas, como a Ciência Política, a Psicanálise e a Antropologia, contribuíram para a renovação da História Política. Essa perspectiva deslocou o foco de uma abordagem

¹⁴ BENJAMIN, Walter et al. *Sobre o conceito de história*. Magia e técnica, arte e política, v. 7, p. 222-232, 1994.

¹⁵ Sobre esse expatriamento, alguns casos são públicos e notórios, como o de Jean Wyllys (político, brasileiro, jornalista e professor universitário), Debora Diniz (antropóloga, professora universitária, pesquisadora, ensaísta e documentarista), Anderson França (escritor, colunista, empreendedor social) e Marcia Tiburi (escritora, professora universitária e política brasileira)” In: LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. *Exílio político no contexto do Brasil pós-2019: história do desterro e do trabalho existência/resistência de uma intelectual brasileira*. Cadernos EBAPE. BR, v.19, p. 307-324, 2021. p.308. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/t5fZPcv654n5QLSTtW4yykp/?format=pdf&lang=pt>.

centrada exclusivamente nas instituições e nas elites dirigentes para uma perspectiva atenta às representações, sensibilidades e culturas políticas que estruturaram as experiências históricas.

O conceito de *Terror de Estado* utilizado neste trabalho fundamenta-se nas reflexões do historiador Enrique Serra Padrós, que o compreende como uma modalidade de terrorismo na qual o aparato governamental promove a intimidação sistemática da sociedade, com o objetivo de enquadrar os indivíduos em determinada lógica política e ideológica. Na América Latina, o *Terrorismo de Estado* foi acionado pelas Doutrinas de Segurança Nacional, cujos projetos políticos visavam à perpetuação de governos autoritários. Para tanto, o Terror operava por meio de *violência irradiada*, isto é, uma responsabilidade diluída na burocracia tecnocrática repressiva, que produzia um ambiente permanente de vigilância, insegurança e medo. O Terror também se manifestava por meio de uma *violência direcionada*, com práticas específicas, como prisões arbitrárias, cassações de direitos políticos, perseguições e torturas.

Nesta pesquisa, o conceito de *Terror de Estado* foi utilizado como categoria interpretativa para compreender o exílio não apenas como uma consequência individual de perseguições pontuais, mas como resultado de uma política de desmobilização e desarticulação de opositores à ditadura militar. Ao produzir um clima contínuo de ameaça e instabilidade, o Terror de Estado operava como mecanismo de expulsão indireta, transformando o exílio em estratégia de sobrevivência. Assim, entende-se que o deslocamento é um efeito estrutural de uma engrenagem repressiva que visava silenciar dissidências.

Nesse sentido, tanto Enrique Padrós como Maria Helena Moreira Alves, nas obras *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985)* (2005) e *Estado e Oposição no Brasil* (2005), convergem ao destacar o caráter organizado na violência estatal. A repressão era um sistema articulado que combinava aparato repressivo e redes de informação destinadas à identificação e neutralização do chamado *inimigo interno*. A historiadora, na obra *Estado e oposição no Brasil*¹⁶, apresenta como a formulação de uma ideologia de Segurança Nacional foi responsável por arquitetar a teoria do inimigo interno, bem como por construir duas vias de estruturas defensivas: um aparato repressivo e uma formidável rede de informação que detecta os considerados subversivos.

A formulação da ideologia de Segurança Nacional foi fundamental para a consolidação desse processo repressivo, ao estruturar a noção de guerra interna permanente e legitimar a ampliação dos poderes estatais em nome da defesa da democracia e do combate ao *perigo vermelho*. Em nome do anticomunismo, consolidou-se uma lógica que naturalizou prisões arbitrárias, torturas, cassações e restrições à liberdade de expressão, o que evidencia

¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.

como a ênfase na segurança interna produziu a supressão de direitos fundamentais.¹⁷ A compreensão da *violência organizada* permite, ainda, ampliar o olhar para além da violência física, incorporando práticas repressivas que atingiam trajetórias profissionais e sociais — como impedimentos para assumir cargos públicos, vigilância constante e estigmatização política — mecanismos que também contribuíram para a decisão de partir. O exílio, nesse contexto, emerge como uma das faces do Terror de Estado.

Nesse contexto, esta pesquisa também dialoga com a noção de *estado de exceção*, formulada pelo filósofo Giorgio Agamben, para compreender como regimes autoritários suspendem, de maneira permanente ou prolongada, garantias jurídicas em nome da preservação da ordem política. Para Agamben, o estado de exceção constitui um dispositivo no qual a suspensão temporária da legalidade passa a operar como técnica de governo, permitindo que o poder estatal atue para além dos limites do direito. No caso das ditaduras latino-americanas, essa lógica possibilitou a institucionalização de práticas repressivas, como prisões arbitrárias, perseguições políticas e restrições de direitos, que, embora frequentemente revestidas de legalidade formal, funcionavam como mecanismos de controle e neutralização do chamado inimigo interno.¹⁷

A ostensiva repressão do Estado contra os denominados *inimigos internos* foi posteriormente materializada na literatura. Experiências autoritárias – como as experiências de povos latino-americanos, africanos e asiáticos, após a Segunda Guerra Mundial – desembocaram em narrativas literárias que abordam fatos traumáticos. Para Márcio Seligmann-Silva, esse fenômeno pode ser compreendido a partir da noção de Literatura *de testemunho ou Literatura do trauma*, na qual a escrita configura-se como um espaço de elaboração da experiência-limite e de enfrentamento do silenciamento imposto pela violência política, ao oferecer ao historiador um retrato mais vívido do passado.¹⁸

A literatura é, portanto, uma prática discursiva que produz sentidos sobre o passado, reelabora memórias e participa das disputas em torno do passado autoritário. O exílio, em particular, aparece com frequência na produção memorialística da ditadura militar. No fazer investigativo desta pesquisa, os aportes da literatura do testemunho são utilizados para compreender como os sujeitos compreendem as experiências vividas durante a ditadura militar, bem como analisar a intencionalidade da escrita memorialística, frequentemente elaborada em contextos políticos marcados por disputa em torno dessa memória traumática.

¹⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial, 2004.

¹⁸ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 p.45-89.

Conforme discutido anteriormente, esta pesquisa compreende o exílio durante o período da ditadura militar no Brasil como um fenômeno intrínseco ao *Terror de Estado*, uma vez que a ordem estabelecida elimina do jogo político todos aqueles sujeitos considerados inimigos da segurança do país. Nesse sentido, a obra *Exílio: entre raízes e radares* (1999), da historiadora Denise Rollemberg, é de grande relevância para esse trabalho. Denise Rollemberg aponta vários caminhos para o estudo do exílio, ao defender que o pesquisador, ao estudar o exílio, deve entender que também trabalha os exilados, portanto, precisa identificar e analisar as multiplicidades das experiências, tendo em vista que o exílio não é um fenômeno homogêneo:

Narrar a história do exílio e problematizá-la, creio, é conseguir entender esta dupla face, ao mesmo tempo, ambígua e complementar. É equilibrar-se entre o objetivo e o subjetivo. É montar um mosaico de rostos e vivências em meio às circunstâncias e aos processos históricos. É nesta complexidade que está o sentido do exílio, suas tristezas e alegrias, suas perdas e vitórias, enfim, sua beleza.¹⁹

Partindo da compreensão do exílio como uma experiência marcada pela pluralidade, Denise Rollemberg propõe que o pesquisador evite definições rígidas. A autora classifica tipos e/ou categorias de sujeitos exilados: aqueles que foram banidos da atmosfera política e social; os que, diante do agravamento da repressão, acabaram por optar pelo autoexílio; e ainda os diretamente ou indiretamente envolvidos em práticas de resistência ao regime: “Os casos são inúmeros. Neste universo tão diverso, são todos exilados. Cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos estabelecer quem era e quem não era estrito senso exilado”²⁰.

Essa perspectiva é fundamental para esta pesquisa, pois permite analisar o exílio não apenas como ato jurídico de expulsão, mas como experiência histórica atravessada por múltiplas motivações, temporalidades e significados. Ao considerar essa diversidade, torna-se possível compreender que o deslocamento pode decorrer tanto de perseguições diretas quanto da produção sistemática de um clima de medo, insegurança e restrição de direitos, elementos constitutivos do Terror de Estado. Assim, a investigação busca identificar, nas trajetórias analisadas, as formas pelas quais o regime autoritário produziu condições que tornaram a permanência inviável, redefinindo fronteiras entre escolha e imposição.

Luis Roniger analisa a evolução do conceito de exílio ao longo dos séculos XIX e XX. No século XIX, no contexto das recentes independências dos países ibero-americanos, as

¹⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 28.

²⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 33.

classes dirigentes perceberam no exílio político um mecanismo favorável à manutenção do status quo, pois o inimigo estava excluído da configuração política daquela nação. Desde então, gradativamente, a prática do exílio foi sendo assimilada na cultura política dos países da América Latina e as motivações da utilização do exílio como exclusão política transformaram-se de acordo com as experiências históricas. Com a ascensão dos regimes autoritários no continente latino-americano, observa-se uma reformulação da prática do exílio, e uma dessas modificações são os critérios extensivos de exclusão, aplicados com autonomia pelos mecanismos de repressão. Dessa forma, entende-se que qualquer indivíduo poderia ser *alvo*:

Entre as vítimas estavam “alvos” tão variados quanto um professor que ensinava o marxismo ou outras “doutrinas exóticas”; dirigentes sindicais e sindicalistas que lutavam por maiores benefícios; estudantes de ensino médio que haviam interpelado as autoridades com suas demandas por redução das tarifas do transporte público; sacerdotes que haviam defendido os pobres em suas paróquias; advogados comprometidos com a causa dos direitos humanos; oficiais de segurança que se haviam negado a disparar contra estudantes em manifestações; membros de certas disciplinas acadêmicas suspeitas, especialmente humanidades e ciências sociais, como psicologia, sociologia e ciência política; artistas que haviam expressado seu protesto contra a injustiça social e a opressão; e todo tipo de organizações – desde partidos políticos até associações profissionais e associações de vizinhos seduzidas, segundo a ótica dos governantes, por ideias antinacionais, antiocidentais e anticristãs. Em alguns dos países, chegou-se até mesmo a queimar livros perigosos, regulamentar a vestimenta ou o corte de cabelo dos jovens e proibir a radiodifusão de música “subversiva”²¹

Ainda de acordo com Luis Roniger, no século XIX, o exílio ibero-americano era configurado como uma estrutura tríplice: país expulsor, exilados políticos e país anfitrião. Entretanto, no fim do século XX, a estrutura tríplice do exílio foi modificada em uma estrutura quádrupla, pois a dimensão transnacional entra na equação do exílio. A prática do exílio, para os repressores, deveria atuar como uma morte social e política, ou seja, a criação de um abismo entre os exilados e as suas nações de origem. Apesar disso, é possível observar que os discursos dos exilados políticos adquiriram cada vez mais importância no cenário mundial. O autor argumenta que tal fenômeno não é esperado pelos repressores, uma vez que há uma universalização do inimigo e dos métodos de repressão, assim como no século XIX e parte do século XX, esperava-se uma legitimidade de suas ações. Essa perspectiva permite compreender o exílio brasileiro não apenas como experiência de afastamento, mas como

²¹ RONIGER, Luís. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. Dados, v. 53, p. 91-124, 2010. P. 102.

inserção em um espaço político ampliado, no qual a denúncia do Terror de Estado ultrapassava as fronteiras nacionais.

Após a delimitação conceitual do objeto, torna-se fundamental compreender a repressão e o exílio no contexto específico da ditadura militar. Para tanto, realizou-se um levantamento da produção historiográfica dedicada à análise da ditadura militar no Piauí, buscando compreender como os piauienses se relacionavam com a conjuntura da ditadura militar e quais dinâmicas repressivas foram estruturadas localmente. A obra *1964: Memórias e Culturas Políticas no Piauí* constitui-se como referência central nesse debate. A obra resulta da tese de doutorado de Francisco J. Leandro A. de Castro,²² que analisa o Golpe de forma aprofundada, com ênfase nas práticas repressivas instauradas após o Golpe de 1964, reconstruindo as memórias dos sujeitos que foram cassados e reprimidos.

No que se refere às dinâmicas de repressão e resistência, destacam-se trabalhos das historiadoras Maria do Amparo Alves de Carvalho²³, Lucélia Nárjera de Araújo²⁴, Olívia Candeia Lima²⁵, Marylu Alves de Oliveira²⁶, Elisângela Maria Ricardo²⁷ e do historiador Francisco Alcides do Nascimento²⁸. Embora apresentem objetos e recortes distintos, contribuíram para identificar os sujeitos *contestadores* da ordem, as formas de organização existentes no estado do Piauí e os mecanismos pelos quais suas identidades foram construídas.

Sobre o método adotado.

Com o intuito de investigar a problemática de pesquisa, foi construído um *corpus* documental composto por Inquéritos Policiais Militares (IPMs), relatos orais, livros de memória e fontes jornalísticas. No primeiro capítulo, destinado à análise das práticas de

²² CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de Castro. *1964: memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

²³ CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina*. Dissertação (mestrado) História do Brasil. Teresina: UFPI, 2006.

²⁴ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Tecendo narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande - PB: [s.n], 2013.

²⁵ ROCHA, Olívia. *Ação Popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2019.

²⁶ OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha-democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí na década de 1960*. Dissertação (Mestrado)–UFPI, Teresina. 2008.

²⁷ RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

²⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos 1964*. In: RÊGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kennedy (Org). Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias. Teresina: EDUFPI, 2016.

Terrorismo de Estado e da *saída* dos sujeitos investigados, os Inquéritos Policiais Militares configuram-se como o principal *corpus documental* e eixo estruturante da análise. Os IPMs disponíveis no acervo do Projeto Brasil Nunca Mais²⁹ revelaram-se fundamentais para compreender a configuração do *Terrorismo de Estado e a violência política*, sob a ótica dos aparelhos repressores. Além disso, possibilitam a percepção e construção de uma atmosfera de tensão em que viviam os piauienses, relacionados diretamente ou não aos movimentos contestatórios da ordem.

Em território piauiense, foram instaurados quatro Inquéritos principais, que podem ser organizados em dois conjuntos distintos: o primeiro, composto pelos processos IPM 185 e IPM 349, referentes a atuações anteriores a 1964; e o segundo, formado pelo IPM 340 e IPM 705, relativos a ações de militantes ligados ao movimento estudantil. Além desses, foi analisado o documento IPM 16, no qual se encontram registros de dois piauienses que atuaram em outros estados e que vieram a se exilar em razão das investigações conduzidas por meio de IPMs.

A análise desses documentos apoia-se nas reflexões de Afonso Scocuglia e Arlette Farge. De acordo com o primeiro pesquisador, o historiador, ao lidar com esse tipo de documentação, realiza o exercício *de espiar por cima dos ombros do delegado*. Trata-se de uma documentação produzida pelos aparatos repressivos, resultante da articulação entre interrogatórios, investigações e estratégias de incriminação produzidas pelo próprio algoz.³⁰ A perspectiva de Arlette, especialmente desenvolvida na obra *O sabor do arquivo*, contribuiu para compreender que o arquivo policial constitui um espaço de produção de poder, carregando marcas do contexto que o produziu, revelando tanto a violência policial quanto as vozes fragmentadas dos indiciados. Com base nisso, entende-se que o ofício do historiador não consiste em tomar os depoimentos presentes nos autos como expressões da verdade absoluta, mas compreendê-los como versões produzidas sob coerção, atravessadas por disputas, medos e motivações diversas.³¹

²⁹ “BRASIL: NUNCA MAIS é a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. O sucesso da publicação continua influenciando gerações e impulsionou o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento à tortura.” Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

³⁰ SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Os arquivos da ditadura no Brasil: os inquéritos policiais no Superior Tribunal Militar (1964-1969)*. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Vol. 14, No 3 (2019), v. 24, n. 2

³¹ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Edusp, 2022.

Importa destacar ainda que os IPMs frequentemente incorporam como anexos documentos classificados como *subversivos* – panfletos, manifestos, livros e correspondências – que, paradoxalmente, tornam-se fontes valiosas para acessar a perspectiva dos investigados. Esses materiais permitem vislumbrar projetos políticos, linguagens de mobilização e formas de contestação que o aparato repressivo buscava silenciar, mas que acabam preservados nos próprios arquivos da repressão.³²

As fontes jornalísticas foram relevantes para a compreensão dos discursos veiculados sobre a ditadura militar no Piauí, especialmente no que se refere às narrativas construídas acerca dos indivíduos indiciados pela chamada *justiça fardada*. Os jornais *O Dia* e *O Estado do Piauí* funcionavam como canais de divulgação das ações do governo militar, uma vez que reproduziam notas oficiais e resumos das atividades da Guarnição Federal de Teresina. As edições desses periódicos foram acessadas e analisadas por meio do Museu de História do Piauí³³, permitindo examinar como se estruturava, na esfera pública local, a legitimação das práticas repressivas.

Obras memorialísticas sobre a ditadura militar no Piauí e depoimentos orais constituem eixo documental dos capítulos 2 e 3. Entre elas, destacam-se: *1968: uma geração contra a Ditadura* de Antônio José Medeiros; *Tempos de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964* de Jesualdo Cavalcanti Barros; e *Marcas da Ditadura no Piauí* de Deoclécio Dantas. Os livros de memória são fundamentais para a análise desses eventos traumáticos, pois a testemunha se relaciona de maneira singular com a linguagem. Conforme aponta Márcio Seligmann-Silva, o testemunho situa-se entre o dizível e o indizível, sendo marcado pela tensão entre a necessidade de narrar e a dificuldade de representar o trauma. A escrita, portanto, configura-se como a lembrança da morte e a afirmação da vida.³⁴

Ao utilizar os depoimentos orais, o pesquisador deve igualmente considerar as complexidades inerentes ao processo de rememoração. Nesse sentido, Michael Pollak compreende a memória como uma construção social atravessada por relações de poder, silenciamentos e estratégias de sobrevivência simbólica. Em seus estudos, especialmente ao

³² SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Os arquivos da ditadura no Brasil: os inquéritos policiais no Superior Tribunal Militar (1964-1969)*. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Vol. 14, No 3 (2019), v. 24, n. 2.

³³ “O Museu de História do Piauí - MHP é um espaço virtual de pesquisa histórica e historiográfica, que foi criado no ano de 2022, diretamente vinculado ao Departamento de História - DH e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, tendo como principais objetivos: digitalizar, armazenar e colocar à disposição do público, diferentes arquivos, sobretudo, da história do Piauí, como imagens, documentos e vídeos” Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/>

³⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 p.45-89.

analisar experiências de grupos marcados por violência política e exclusão, o autor demonstra que o que se lembra e o que se esquece não é fruto apenas de escolhas individuais, mas também de enquadramentos sociais que definem o que pode ou não ser legitimado como narrativa pública.

As chamadas *memórias subterrâneas* referem-se justamente a esses registros do passado que permanecem à margem da memória oficial, seja por terem sido reprimidos, seja por não encontrarem espaços institucionais de validação. Elas coexistem, muitas vezes de forma tensa, com as *memórias enquadradas*, isto é, aquelas que são institucionalmente reconhecidas e difundidas por discursos estatais, escolares ou midiáticos. Dessa forma, a disputa pela memória envolve também conflitos em torno da legitimidade histórica.

Pollak também chama atenção para o fato de que a memória é marcada por processos contínuos de seleção e reorganização, nos quais o sujeito reconstrói seu passado a partir das necessidades do presente. Isso implica reconhecer que os testemunhos orais são narrativas atravessadas por esquecimentos, reelaborações e silêncios. Assim, ao trabalhar com depoimentos orais, o pesquisador deve considerar não apenas o conteúdo narrado, mas também as condições sociais de produção da fala, os contextos de enunciação e os regimes de verdade que autorizam ou silenciam determinadas versões do passado. Nesse sentido, a memória, para Pollak, constitui um espaço de tensão entre lembrança e esquecimento, entre o vivido e o narrado, revelando-se como um campo privilegiado para a análise das relações entre história, identidade e poder.³⁵

No âmbito desta pesquisa, foram utilizados diversos depoimentos orais. Destaca-se o testemunho de Antônio José Medeiros, centrado na temática do exílio, colhido em 2023 no Instituto Presente. Também foram mobilizados relatos obtidos por outros pesquisadores, incluindo os depoimentos de Ademir Alves de Melo³⁶, Clarissa Thomé³⁷ e Iolanda Alencar³⁸, sendo os dois últimos disponíveis no acervo do Museu de História do Piauí.

³⁵ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³⁶ MELO, Ademir Alves de. *Entrevista concedida à Elisângela Maria Ricardo*. Dezembro. 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. Entre Índícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.p. 120. e COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. *Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015*. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>

³⁷ THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

³⁸ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

Sobre a construção de uma história dos sujeitos exilados.

O tecimento desta narrativa histórica exigiu uma divisão em três capítulos, estruturados como um percurso: ações de *Terrorismo de Estado* e as saídas; as vivências no exílio; e o retorno. Tal divisão não é meramente cronológica, mas analítica, permitindo compreender o exílio como um processo composto por etapas interligadas.

O primeiro capítulo dedica-se à investigação das práticas de Terrorismo de Estado em solo piauiense, a partir da análise dos Inquéritos Policiais Militares, de fontes jornalísticas e de obras memorialísticas. Inicialmente, buscou-se compreender as bases ideológicas que alicerçaram o aparato jurídico e repressivo do regime, especialmente as formulações vinculadas à Doutrina de Segurança Nacional, cujo discurso oficial afirmava proteger a sociedade brasileira contra a suposta ameaça comunista. Nesse sentido, o capítulo analisa como se produzia o rótulo de *subversivo*, examinando os mecanismos discursivos e jurídicos que enquadravam determinados indivíduos como inimigos da ordem. Em seguida, investigam-se as práticas repressivas no Piauí por meio de quatro dos principais Inquéritos Policiais Militares: os IPMs n.º 185, 349, 340 e 705. A análise desses processos permite compreender como a repressão instaurou um clima de vigilância e insegurança, afetando não apenas os investigados, mas também o tecido social mais amplo. A partir dessas fontes, examinam-se ainda as trajetórias dos indivíduos submetidos a inquérito e as decisões tomadas após a libertação: permanecer no estado ou sair, sendo essa saída o primeiro movimento do percurso do exílio. Em síntese, o capítulo enfatiza as estratégias do Estado para implementar o Terrorismo de Estado, que resultou na criminalização, no medo e na restrição de possibilidades como dispositivos que empurravam determinados sujeitos para fora do espaço político e, muitas vezes, do próprio território nacional.

No segundo capítulo, discutem-se as memórias que os indivíduos mapeados no primeiro capítulo construíram acerca dos seus exílios. O exílio foi analisado como um processo composto por diferentes fases, organizadas, nesta narrativa, a partir das chegadas, seguidas das partidas e, por fim, das táticas do cotidiano (estudo, sociabilidades e trabalho). O capítulo inicia-se pelas chegadas, momento decisivo na experiência do exílio, quando os sujeitos se deparam com o país de acolhida e passam a lidar com sentimentos ambíguos de estranhamento e/ou encantamento. É nesse tempo que começa a se delinear o caráter do exílio — mais intelectual, profissional ou eminentemente político —, bem como as primeiras estratégias de adaptação. As condições concretas de inserção, especialmente no que diz

respeito ao trabalho e ao estudo, são analisados como elementos centrais para a reorganização da vida no novo espaço.

Por fim, o cotidiano dos exilados piauienses foi analisado a partir das táticas de sobrevivência e inserção social desenvolvidas no exterior. Investigou-se como esses sujeitos se relacionavam com as comunidades de exilados brasileiros, com a sociedade do país de acolhida e com o país de origem, mantendo vínculos afetivos, políticos e simbólicos. Do ponto de vista metodológico, as trajetórias dos piauienses exilados foram comparadas às experiências de outros exilados brasileiros registradas em livros de memória. Parte-se do pressuposto de que, embora vivido de forma individual, o exílio constitui também uma experiência histórica coletiva, atravessada por padrões, redes e repertórios compartilhados.

No terceiro capítulo, analisam-se os retornos dos indivíduos estudados, compreendidos como processos complexos de reinserção social, política e profissional. O retorno foi tratado como um momento de redefinição da vida, no qual os sujeitos precisaram reconstruir vínculos, reelaborar projetos interrompidos e reposicionar-se em um país que já não era o mesmo daquele que haviam deixado. Investiga-se de que modo a experiência do exílio transformou suas formas de pensar e suas posições ideológicas, considerando que o contato com outras realidades políticas, culturais e intelectuais produziu deslocamentos significativos em suas perspectivas. O exílio, nesse sentido, não é analisado apenas como ruptura, mas como espaço de aprendizado, amadurecimento e ampliação de horizontes.

O capítulo examina também as estratégias de reinserção no mercado de trabalho e na vida pública. Muitos retornados precisaram redefinir suas trajetórias profissionais, adaptar formações adquiridas no exterior ao contexto brasileiro ou iniciar novos percursos laborais. A reintegração nem sempre foi imediata ou simples, exigindo a reconstrução de redes de sociabilidade e enfrentamento de desconfianças ainda presentes. Do ponto de vista político, investiga-se se esses sujeitos retomaram sua militância ou se, após a experiência do exílio, optaram pela desmobilização. A redemocratização brasileira e a implementação do pluripartidarismo ampliaram significativamente as possibilidades de atuação política. O novo cenário partidário, distinto daquele anterior ao golpe, abriu caminhos para reagrupamentos, novas alianças e redefinições ideológicas. Para alguns, o retorno significou reengajamento ativo; para outros, representou a escolha por uma atuação menos visível ou mesmo pela priorização da vida privada. Assim, o retorno é interpretado como momento de transição e reinvenção. Mais do que regressar fisicamente ao país, tratou-se de redefinir projetos de vida, reconstruir identidades políticas e profissionais e negociar a própria memória do exílio em um contexto marcado pelas transformações trazidas pela redemocratização.

2 VIOLÊNCIAS, FUGAS, DESPEDIDAS E PARTIDAS: *a produção da partida.*

Para desenrolar os fios da meada e bordar a história dos sujeitos exilados, é necessário, antes de tudo, compreender os fios estruturantes que sustentaram a prática do Terrorismo de Estado. O *sair* não se configurou como uma decisão puramente individual, voluntária ou circunstancial, mas como efeito de uma engrenagem política em um contexto marcado pela institucionalização da violência, pela disseminação do medo como tecnologia de governo e pela construção sistemática do inimigo interno como categoria ampla, flexível e permanentemente acionável. Pensar as fugas, despedidas e partidas implica, portanto, deslocar o olhar da escolha individual para os dispositivos de poder que tornaram a permanência progressivamente inviável. A saída foi, em muitos casos, a resposta possível diante de um cenário em que direitos eram suspensos, garantias eram relativizadas e a suspeição convertida em norma. O regime não apenas reprimia ações consideradas subversivas, mas também produzia um ambiente de asfixia política, no qual a vulnerabilidade jurídica e a exposição à violência tornavam-se parte da experiência cotidiana.

A produção do *sair* resultou da articulação entre discurso e prática. De um lado, a Doutrina de Segurança Nacional fornecia a matriz ideológica que definia os contornos da ameaça, elaborando a imagem do subversivo e legitimando a guerra interna permanente. De outro lado, destacam-se os mecanismos concretos de repressão, como os inquéritos, a vigilância sistemática, as prisões arbitrárias, as cassações, os constrangimentos profissionais e os cercamentos acadêmicos, que materializavam essa lógica no cotidiano, convertendo a abstração da guerra interna em experiências concretas de perseguição. Assim, as partidas devem ser compreendidas como produto de uma política de neutralização que combinava intimidação, isolamento e deslegitimação. O exílio, ainda que o exílio não tenha sido formalmente imposto a todos, emergiu como horizonte possível – e, por vezes, necessário – diante de uma ordem que se estruturava pela exclusão daqueles considerados incompatíveis com o projeto de nação defendido pelo regime.

2.1 *Por isso as ditaduras gostam de duas coisas: matar e matar! A formulação do Terrorismo de Estado e a violência organizada.*

Pra mim, nesses oito anos, muitas vezes continuar vivo foi uma decisão política: eu não podia fazer a eles esse favor, não podia desistir, nem da vida nem do trabalho. Trabalhar, não importa tanto como, nem em que país, nem em que condições, nem com que resultados – importava apenas não calar a boca, continuar dizendo as coisas que eles não queriam ouvir (...) O homem

transplantado perde as suas raízes, perde o poder de fogo, perde a combatividade. [...] Por isso as ditaduras gostam de duas coisas: matar e matar! Matar enterrando, e matar exilando. Por isso essas coisas sempre foram pra mim importantes: viver e trabalhar. Trabalhar como prova de estar vivo. Estou.³⁹

Em carta escrita ao amigo Gianfrancesco Guarnieri⁴⁰, o dramaturgo Augusto Boal⁴¹, exilado em Paris, expressa suas angústias por estar longe do Brasil, caracterizando o exílio como uma *arma* da ditadura. Boal opina que a ditadura *gosta de matar*, tanto no sentido literal quanto no sentido metafórico, por meio do desenraizamento, isto é, do afastamento de sujeitos de sua terra natal. Com base no que foi confidenciado a um amigo, pode-se inferir a capacidade dos regimes ditatoriais de desmobilizar indivíduos que manifestassem minimamente opiniões contrárias ao *status quo* por meio das ações de *Terrorismo de Estado*. Para discutir como os caminhos do exílio são *tecidos*, é importante compreender quais organismos e plataformas viabilizam as ações de *Terrorismo de Estado*.

Na América Latina, as ditaduras adotaram as Doutrinas de Segurança Nacional como arcabouço ideológico e, para protegê-las, o *Terrorismo de Estado*. As Doutrinas de Segurança Nacional podem ser compreendidas como ideologias derivadas da política de *desenvolvimentismo*, iniciada no pós-Guerra e potencializada pela Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos empreenderam projetos políticos com o objetivo de expandir a influência estadunidense e o capitalismo nos países da América Latina e, na mesma medida, impedir o avanço de ideias do bloco comunista. No contexto histórico da Guerra Fria⁴², os

³⁹ BOAL, Augusto. [Carta]. Destinatário: Gianfrancesco Guarnieri. Paris, 14 de fevereiro de 1979. Disponível em: <https://correio.ims.com.br/carta/matar-enterrando-e-matar-exilando/>. Acesso em: 20/12/2024.

⁴⁰ Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006) foi diretor, ator e dramaturgo, que iniciou sua carreira em 1950, atuando no teatro, televisão e cinema. Apesar de ter nascido em Milão, mudou-se para o Rio de Janeiro quando tinha dois anos. Em 1955, fundou o Teatro Paulista do Estudante, que depois se uniu ao Teatro da Arena de São Paulo. Dirigiu peças importantes como “Eles Não Usam Black-tie” (1958), “Arena conta Zumbi” (1965) e outras. Participou e atuou em várias novelas, seriados e minisséries da Rede Globo. Em razão da sua atuação política nos seus textos, foram censurados inúmeras vezes.

⁴¹ Augusto Boal (1931-2009) foi um dramaturgo brasileiro, formado em teatro pela Universidade da Columbia. Na década de 1960, foi um dos líderes do Teatro Arena de São Paulo. Dirigiu inúmeras peças com um teor crítico à ditadura militar, como o show Opinião, com Zé Ketí, João do Vale e Nara Leão. Em 1971, foi preso em São Paulo, onde sofreu interrogatórios e tortura. No mesmo ano, partiu para o exílio em razão da censura, que impedia que Boal exercesse o seu ofício de dramaturgo, do qual retornaria somente em 1984. Durante os exílios, na Argentina, em Portugal e na França, criou o método teatral e pedagógico nomeado Teatro do Oprimido, que visava uma libertação dos oprimidos através da arte. Para mais informações sobre a vida, obras e acervo de Augusto Boal pesquisar no site do Instituto Augusto Boal, disponível em: <https://augustoboal.com.br/vida-e-obra/>. Acesso em: 18/12/2024.

⁴² A Guerra Fria (1946-1986) foi um conflito entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco Socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS). Tendo em vista esse cenário bipolar, os EUA passaram a ver a América Latina como um possível alvo para os comunistas e, a partir da Doutrina Truman, que tinha como objetivo o intervencionismo militar na sua zona de influência, combateram o avanço soviético. Ver: JÚNIOR, Américo Alves Lyra; BELLINTANE, Adriana Iop. *Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina DOI10. 5216/o. v14iespecial. 30403*. OPSIS, v. 14, p. 225-242, 2014.

idealizadores dessas doutrinas assimilaram os conceitos de geopolítica e bipolaridade, refletindo sobre a posição ideológica do país em relação ao mundo dividido entre capitalismo e socialismo. Com base nisso, os idealizadores puderam definir os princípios que norteiam o fazer político das nações.

De acordo com Joseph Comblin, a Doutrina de Segurança Nacional pode ser compreendida como uma “simplificação do homem e dos problemas humanos”⁴³, tendo em vista que a guerra era considerada o único e último recurso. Na base ideológica da DSN, destacam-se os conceitos de guerra generalizada (ou total), guerra fria e guerra revolucionária (ou contrarrevolucionária). Em resumo, os conceitos refletem a noção de guerra contra o comunismo em nome da sobrevivência do Ocidente capitalista, com o uso de uma tática contrarrevolucionária, dada a compreensão de que no seio das nações latino-americanas existiam *infiltrações silenciosas e subterrâneas de comunistas*, os quais, sob a ótica da guerra, deveriam ser identificados e eliminados.

Joseph Comblin conceitua segurança nacional como “a capacidade que o Estado dá à nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”⁴⁴. O autor ainda pontua que a segurança nacional se torna mais eficaz a partir do momento em que se estabelece uma compreensão, ainda que imprecisa, do inimigo. Para as ditaduras, é importante um conceito flexível de inimigo, pois, de acordo com essa máxima, é possível intervir em qualquer espaço que se manifeste uma suposta face do comunismo.

Os idealizadores da Segurança Nacional destacam a necessidade de identificar o Estado à nação, compreendida como *um todo homogêneo* que compartilha dos mesmos interesses e valores. Segundo Enrique Serra Padrós, o indivíduo que discorda publicamente da concepção de mundo empreendida pela nação, isto é, quem defende ideologias estranhas, é percebido como um inimigo e, por isso, deve ser excluído do corpo nacional. Dessa forma, pode-se entender que os indivíduos contrários aos ideais defendidos pela DSN foram, em grande medida, considerados subversivos. Isto significa que se colocavam em contraposição à ordem vigente estabelecida pelos militares:

DSN associou diretamente, o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os

⁴³ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977. p.17

⁴⁴ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977, p. 54.

anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais.⁴⁵

O sistema educacional, de acordo com Enrique Serra, foi um mecanismo de divulgação dos elementos que constituem a DSN, com o objetivo de difundir, no seio da população, a concepção de nação como uma unidade que deveria ser defendida das *ideologias estranhas*. Apesar de a Doutrina de Segurança Nacional ter sido utilizada para justificar a implantação de um regime ditatorial, não pressupõe um apoio imediato das massas, e sim prevê que o Estado conquistará um determinado grau de legitimidade em razão do desenvolvimento capitalista, bem como de seu empenho em defender a nação contra os portadores de *ideologias estranhas*, ou seja, aqueles considerados subversivos.

A constante ênfase na ideia de uma ameaça à nação produz uma atmosfera de medo e insegurança e, na mesma medida, aponta a necessidade da aplicação de medidas com o objetivo de combater o *inimigo* e proteger a integridade nacional. Para frear as dissonâncias, o Estado empreendeu medidas de *Terrorismo*. O Terrorismo de Estado, para Enrique Serra Padrós, é uma modalidade em que o Estado governa mediante a intimidação, quer dizer, faz um uso indiscriminado da violência na sociedade, que ultrapassa os atributos coercitivos previstos constitucionalmente. O autor ainda argumenta que o TDE possui objetivos específicos, como a destruição de instituições políticas democráticas representativas, a derrota de movimentos populares e a destruição de projetos que propunham mudanças em relação à propriedade privada e à distribuição de renda.

“A promoção do TDE começa quando, desde o interior das estruturas do próprio estado, se organiza uma rede que envolve as instituições coercitivas, por onde se intensifica o fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência”⁴⁶. A implantação do Terrorismo de Estado é respaldada pela Doutrina de Segurança Nacional, que fundamenta os componentes autoritários da nova ordem, como, por exemplo, a estruturação dos órgãos de inteligência. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), em conjunto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A ESG contava com dois principais objetivos: a discussão do desenvolvimento econômico, social e político brasileiro e a estruturação de políticas de segurança. Em relação à segurança, a historiadora Maria Helena

⁴⁵ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005. p. 54.

⁴⁶ Ibidem, p.87.

Alves aponta que a instituição militar defendia que o Estado deveria contar com duas categorias de estrutura de defesa: um aparato armado de caráter repressivo e um serviço de inteligência capaz de detectar inimigos.⁴⁷

O general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos da DSN nos anos 1950, a partir da incorporação da ideia de guerra subversiva (ou revolucionária), elaborou a noção de que o Estado deveria organizar uma grande estratégia de caráter ofensivo, a fim de eliminar a oposição em diferentes dimensões: estratégia política, estratégia econômica, estratégia psicossocial e estratégia militar⁴⁸. Os conceitos do general foram integrados nos manuais de treinamento da ESG para indivíduos que geriam os aparatos relacionados à Segurança Nacional. Observa-se que, ainda antes do Golpe Militar de 1964, houve um planejamento e uma elaboração de diretrizes que orientavam as estratégias de cada área da sociedade.

Com a consolidação do Golpe, era o momento de colocar em prática os ideais expressos na Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Nilson Borges, o regime militar, com base na DSN, foi responsável por estabelecer uma nova atribuição para as Forças Armadas: a função dirigente. Antes de 1964, a instituição militar possuía uma função arbitral-tutelar, ou seja, exercia uma intervenção transitória com o objetivo de restaurar a ordem institucional. Com a ditadura, as Forças Armadas passaram a ocupar a posição de poder dirigente: “[...] manobrando a sociedade civil por meio da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social”⁴⁹. Enquanto os militares assumiam a direção do Estado, assumindo, portanto, um alto grau de autonomia institucional, o aparato repressor era responsável por neutralizar as pressões sociais.

De acordo com Norberto Bobbio, os regimes autoritários privilegiam a autoridade governamental e buscam a diminuição, em sentido moderado ou radical, do consenso, colocando as instituições democráticas representativas em posição secundária.⁵⁰ A partir da

⁴⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005

⁴⁸ A Estratégia Política define quais as metas e diretrizes o Estado deve seguir, a fim de neutralizar os antagonismos sociais dentro das Instituições Públicas. A Estratégia Econômica organiza as informações necessárias para uma política de desenvolvimento econômico que dialogue com a política de Segurança Nacional. A Estratégia Psicossocial está relacionada com a implantação da ideia de um inimigo interno em diferentes instâncias da sociedade civil (família, universidades, igrejas, meios de comunicação, empresas, sindicatos). A Estratégia Militar é o controle da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e de todas as corporações militares. In: Alves, 2005, p. 44 e 45.

⁴⁹ BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-42, 2003. p. 21

⁵⁰ Os artigos do AI-1 ampliaram os poderes do presidente, resultando em uma preponderância do poder Executivo em relação aos demais poderes. O chefe do poder Executivo, com AI-1, poderia decretar estado de

conceituação do autoritarismo, apresentada por Norberto Bobbio, pode-se inferir que os Atos Institucionais (AIs) são elementos essenciais para a legalização de uma ordem autoritária, tendo em vista que os Atos foram responsáveis por ampliar as atribuições do Poder Executivo e interferir diretamente nas instituições de representação da sociedade.⁵¹

Os AIs foram fundamentais para a institucionalização de organismos coercitivos e, portanto, responsáveis pela manutenção de uma ordem autoritária. O Ato Institucional n.º 1, que inaugurou a nova ordem, determinava as bases legais para a execução da Doutrina de Segurança Nacional. Na primeira etapa de consolidação do regime, observa-se um momento de hipertrofia dos órgãos de repressão política existentes antes do Golpe de 1964, a criação de novos órgãos e a necessidade de integração entre os organismos. Com essas bases estabelecidas, era possível que os militares levassem adiante as orientações da grande estratégia da DSN. O Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo general Golbery do Couto, foi criado três meses após o período repressivo com base na DSN.

A *violência organizada*, operacionalizada por meio dos aparelhos de opressão, identificava os subversivos para melhor puni-los. Mas, afinal, para a ditadura militar, o que significava ser subversivo ou inimigo interno? Para responder a essa questão, é necessário retomar um dos conceitos centrais da Doutrina de Segurança Nacional: a efetivação dos objetivos nacionais. Partindo da concepção expressa na DSN de que o Brasil estava inserido em uma guerra total, permanente e contrarrevolucionária, pode-se compreender como subversivo ou inimigo interno todos aqueles que aparentavam, ainda que de forma mínima, alguma discordância com os objetivos nacionais e os demais ideais pregados pela ditadura, seja no campo da cultura (costumes, arte, estética, gênero e sexualidade), seja no campo da política (partidos, mobilizações e movimentos sociais). É possível caracterizar como inimigos internos ou subversivos aqueles indivíduos que, de algum modo, estavam relacionados com projetos que visavam a uma transformação, em maior ou menor grau, das estruturas sociais de longa duração que beneficiam, em grande medida, as elites brasileiras. Em um manual da ESG, com título *Doutrina Nacional* (1979), os públicos-alvo da guerra psicológica, ou seja, aqueles considerados inimigos e subversivos, eram os indivíduos ou grupos que “reconhecidamente não compartilham das aspirações nacionais e se contraponham à

sítio; aumentar a despesa pública; estipular, propositalmente, prazos pequenos para o Congresso Nacional; apreciar emendas e projetos de lei realizados, com o objetivo de aprová-los de forma quase imediata. O Executivo outorgava competência exclusiva em legislação financeira. No Ato, os militares mantiveram a Constituição e o Congresso Nacional, porém, limitam drasticamente seus poderes, como a interferência no processo eleitoral.

⁵¹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política* I. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

consecução dos Objetivos Nacionais”⁵². Dessa forma, conclui-se que subversivo não era uma realidade objetiva previamente existente, mas uma construção política produzida no interior da lógica de guerra interna e permanente.

Para que a DSN fosse capaz de implantar a sua concepção de nação, foi necessário o uso da estratégia psicológica, por meio da ação psicológica e da guerra psicológica. A primeira é destinada à sociedade civil, conceituada em um manual da ESG como o “emprego planejado da propaganda e exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos *adversos ou neutros*”,⁵³ visando garantir o apoio à consecução dos Objetivos Nacionais. Por sua vez, a guerra psicológica tem como objetivo a desmoralização do inimigo, ao transmitir ao indivíduo considerado subversivo “uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito”⁵⁴, que pode levá-lo à rendição ou mesmo à colaboração com as autoridades. Observava-se que os indecisos e neutros eram confrontados, pois um dos principais objetivos da Doutrina era manter a coesão social.

Cabe ressaltar que a noção de inimigo interno e/ou subversivo situava-se em uma *zona ampla e cinzenta*, em razão da dificuldade em definir com exatidão quem era subversivo e quem não era. Maria Helena Moreira demonstra que essas definições eram complexas:

O caráter oculto da ameaça torna impossível estabelecer limites para as ações do Estado de Segurança Nacional – e frequentemente seus setores mais intimamente ligados ao Aparato Repressivo – determina em última instância quem é o “inimigo interno” do país, e que atividades de oposição constituem “antagonismos” ou “pressões”. Desse modo, o controle das atividades subversivas e revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população.⁵⁵

Com isso, pode-se inferir que os ideais da DSN comprometem as garantias constitucionais, como o direito à defesa e à liberdade de expressão, uma vez que “todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem a sua inocência”⁵⁶, o que permitiu uma série de violências e abusos de poder. Carlos Fico aponta que os agentes de informação da *polícia política*⁵⁷ interpretavam a seu modo as atividades consideradas

⁵² BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. p. 233.

⁵³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. p. 228.

⁵⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. p. 231.

⁵⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005. p. 40

⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005. p. 40

⁵⁷ A noção de *política da política* refere-se à forma como o regime militar brasileiro estruturou e reorganizou o próprio campo político, redefinindo instituições, práticas e formas de participação a partir da lógica da segurança nacional e da repressão aos opositores.

subversivas: uma pichação poderia significar uma ameaça à segurança nacional, visitas à casa de militantes ou participações em greves e passeatas⁵⁸.

À luz das reflexões de Giorgio Agamben, tal cenário configura a institucionalização de um estado de exceção, ou seja, a criação de uma legalidade extraordinária. Nesse contexto, os AIs permitiram que o Estado agisse à margem das garantias constitucionais, paradoxalmente, em nome da própria legalidade. Essa estrutura fundamenta a lógica de suspeição que, conforme sustenta Agamben, permite “a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”⁵⁹.

O Estado de Exceção materializou-se em dispositivos práticos de controle e repressão. O Ato Institucional n.º 1, além de ser responsável por aparelhar organismos de repressão, permitiu a instauração de Inquéritos Policiais Militares. O Artigo 8º do Ato instituiu os Inquéritos com o objetivo de investigar os “crimes contra o estado ou patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”⁶⁰. O IPM é instaurado após a notícia do *crime*, geralmente em organismos da polícia civil ou militar. Nesse contexto, a autoridade policial é incumbida pela investigação do suposto crime contra o Estado e é encarregada pela tarefa de reunir provas por meio de interrogatórios (de suspeitos ou de testemunhas), vistorias e reconstituição dos fatos.

Ao final, a jurisdição responsável pelo Inquérito apresenta um relatório conclusivo da investigação, apontando os indivíduos que devem ser processados e quais leis devem ser aplicadas⁶¹. Antes do Ato Institucional n.º 2, o processo era julgado pelo Ministério Público; contudo, devido à promulgação do AI-2, os IPMs passaram a ser julgados pela Justiça Militar, especialmente pelo Superior Tribunal Militar. Dessa forma, quando a denúncia estava em tramitação jurídica, os réus e as testemunhas eram ouvidos novamente, e, nesse momento, a acusação poderia apresentar argumentos que demonstrassem a culpa ou inocência do investigado.

Conforme discutido, os Inquéritos eram a materialização do *Terror de Estado*, como uma forma de *violência organizada*. Os IPMs investigavam iniciativas coletivas ou individuais, tanto no interior do governo quanto na sociedade civil, com o objetivo de

⁵⁸ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003. p. 66

⁵⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial, 2004.p. 13.

⁶⁰ BRASIL. [Constituição (1946)]. *ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964*. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

⁶¹ As informações acerca da tramitação dos Inquéritos estão disponíveis no Relatório Brasil Nunca Mais (Tomo I).

identificar indivíduos que estavam relacionados a atividades subversivas, ou seja, ações contrárias aos ideais expressos na DSN. Maria Helena Moreira aponta que os IPMs se tornaram uma fonte de poder para determinadas autoridades policiais responsáveis pelas investigações, tendo em vista que eram desprovidos de fundamentação jurídica formal.⁶² Portanto, eram dispositivos centrais do estado de exceção, uma vez que produziam uma zona jurídica ambígua, na qual os indivíduos não estavam plenamente fora da lei, tampouco protegidos por ela.

Uma vez compreendidos os fundamentos do *Terrorismo de Estado*, torna-se possível deslocar o olhar do plano estrutural para as incidências concretas no cotidiano de piauienses contestadores da nova ordem instaurada nas décadas de 1960 e 1970. Imbuída dos preceitos da Guerra Psicológica, a repressão não se limitou ao cárcere, mas impôs vetos profissionais, cercamentos acadêmicos e um regime de constrangimento constante. Essa condição de vulnerabilidade, na qual o sujeito perde suas garantias políticas frente ao poder soberano, aproxima-se do que Giorgio Agamben nomeia como *vida nua* em um estado de exceção. Tal atmosfera de asfixia política compeliu aqueles que possuíam meios ou redes de apoio a deixarem o estado.⁶³

A pesquisa investiga a trajetória de indivíduos contestatórios, com ênfase naqueles que resolveram permanecer no Piauí, buscando apurar as estratégias adotadas, seja para se acomodar ao regime ou para resistir (de forma semelhante ou distinta da atuação antes da repressão). E, sobretudo, destacando aqueles que resolveram sair do Piauí, investigando suas principais motivações.

Diante de tudo o que foi discutido, optou-se, no segundo momento, por investigar o Terrorismo de Estado a partir da análise de quatro Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados em solo piauiense, com ênfase nas experiências individuais. O objetivo é compreender como os sujeitos citados nesses inquéritos enfrentaram, reagiram ou sucumbiram diante da perseguição política. Ao privilegiar as trajetórias pessoais, busca-se evidenciar os impactos concretos da repressão em suas vidas, revelando estratégias de resistência, acomodações forçadas e rupturas provocadas pela ação do estado autoritário.

2.2 IPM 185: desbaratando a *subversão* no Piauí.

⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.

⁶³ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

O Inquérito Policial Militar nº 185 foi instituído em 1964, com o objetivo de investigar indivíduos acusados de subversão antes do Golpe. O responsável pela investigação, Major Idalécio Nogueira Diógenes⁶⁴, aponta as razões para a abertura do inquérito:

Em face dos últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas, resultou de toda evidência que elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando atos que atentam contra a Segurança Nacional, pelo que determino seja instaurado o devido I.P.M para a necessária apuração dos fatos e da responsabilidade de quantos neles se envolverem, delego-vos, para esse fim, as atribuições policiais que me competem.⁶⁵

Os *últimos acontecimentos* a que se refere o Major Idalécio Nogueira foram as chamadas *Operações Limpeza*, organizadas pelo coronel Mascarenhas Façanha, com o objetivo de investigar focos comunistas em solo piauiense. As operações foram iniciadas logo após o Golpe, porém foram comunicadas em 18 de julho de 1964, quando o jornal *Estado do Piauí* publicou uma matéria intitulada *Resumo dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964, com a preocupação alicerçada em consideração à opinião pública da nossa terra*. A partir da matéria, era possível reconstruir retrospectivamente os acontecimentos. A Guarnição Federal de Teresina, por meio das notas publicadas tanto no jornal *O Dia* quanto no jornal *Estado do Piauí*, comunicava-se diretamente com a população piauiense, como se pode verificar na nota abaixo:

A Guarnição Federal de Teresina, integralmente solidária com o 4º Exército e 10ª Região Militar, no firme propósito de preservar a paz e tranquilidade do povo teresinense, faz veemente apelo para que todos confiem na patriótica e democrática ação das Forças Armadas, colaborando de maneira decisiva na preservação da ordem e segurança da família brasileira. Neste sentido, o Comando da Guarnição recomenda a todos indistintamente, que se abstenham de participar de qualquer pronunciamento ou manifestação pública que porventura venha a perturbar o clima de absoluta tranquilidade ora reinante nesta Capital, os quais serão energética e prontamente reprimidos.⁶⁶

Para além de uma simples comunicação oficial, a nota da Guarnição revela alguns aspectos da nova ordem autoritária. Nota-se que a Guarnição Federal de Teresina estava

⁶⁴ Natural de Fortaleza, Ceará, o Major Idalécio serviu nas unidades, 23º Batalhão de Caçadores, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e nos QG da 10ª e 11ª Regiões Militares. No momento do Inquérito, era responsável pela 10ª Auditoria Militar, localizada em Fortaleza.

⁶⁵ CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar CLXXXV. V. 3+4 anexos. Organização: PCB 1964 Ceará, 1964. *Projeto BNM nº 185*, 1964. p. 27.

⁶⁶ RESUMO dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 18 de junho de 1964, n. 651, p. 3.

preocupada em explicar à população teresinense o intuito das operações: a caça aos indivíduos considerados subversivos acusados de perturbar a ordem na capital piauiense. Em outra passagem, percebe-se, na prática, como funcionava a Ação Psicológica: estratégia destinada à população em geral, com o objetivo de influenciar a opinião das pessoas consideradas neutras em relação ao Golpe. A partir da nota, o leitor do jornal era orientado a se abster de manifestações contrárias às decisões do regime militar; caso contrário, o interlocutor era advertido de que essas ações contestatórias seriam *prontamente reprimidas*. Em outras palavras, os sujeitos que desafiassem a ordem seriam alvos do *Terrorismo de Estado*. Também é relevante observar como, apesar de as *Operações Limpeza* terem ocorrido de forma truculenta, a guarnição procurou argumentar que em Teresina reinava um clima de *absoluta tranquilidade*. O *modus operandi* do jornal dialoga com a lógica apresentada por Hannah Arendt: a violência política não se restringe à mera violência física, mas atua como um método capaz de produzir desmobilização e silenciamento no espaço público.⁶⁷

O objetivo das *Operações Limpeza*, de acordo com a Guarnição, era o combate aos supostos “elementos comunistas e células comunistas”⁶⁸ que vinham atuando na capital piauiense. A equipe coordenada pelo comandante da Guarnição Federal de Teresina deveria, de acordo com a matéria do Estado do Piauí, “agir na limpeza dos elementos subversivos nos diversos meios, tais como operário, estudantil, ligas camponesas, Frente de Mobilização Popular, etc.”⁶⁹

A chamada Operação Limpeza, na sua atuação atingiu muitos nomes conhecidos, nomes de figurões de ontem que exibiam autoridade e influência publicamente carregam o leiteiro vergonhoso que bem merecem são os que os identificam: Comunistas, o colaborador e agitador estão e continuarão a ser ouvidos e tratados como tal, independentemente da cor de sua e sua condição social. Não poderia ser de outra maneira, ou o espírito da justiça estaria distorcido. Esta é a conduta das Forças Armadas, atualmente empenhadas numa grande missão de envergadura gigantesca: expulsar o comunismo de nossa terra e proporcionar condições de reorganizá-la em todas as direções e sentidos.⁷⁰

Na nota analisada, é possível perceber o mecanismo da Guerra Psicológica, ou seja, a tentativa de desmoralizar os indivíduos classificados como subversivos. Um dos primeiros aspectos destacados é enfatizar que a Operação atingiu *figurões*, isto é, personalidades

⁶⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo – 1ª ed. – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

⁶⁸ RESUMO dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 18 de junho de 1964, n. 651, p. 3.

⁶⁹ RESUMO dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 18 de junho de 1964, n. 651, p. 3.

⁷⁰ RESUMO dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 25 de junho de 1964, n. 653, p. 3.

conhecidas no meio político-partidário. Tal escolha sugere a perseguição de figuras associadas, ainda que minimamente, ao espectro político das esquerdas. Patto de Sá Motta afirma que os principais alvos das primeiras *Operações Limpeza* foram os líderes ligados à esquerda, como comunistas, socialistas, nacionalistas e trabalhistas.⁷¹

Ainda nos resumos, é possível obter a informação dos locais e endereços em que ocorreram as chamadas *limpezas*. Dentre esses locais, pode-se citar a sede do Partido Comunista, sede da Frente de Mobilização Popular, Casa do Estudante e outras instituições ligadas ao PCB. A matéria jornalística também menciona uma série de materiais apreendidos, como livros, revistas, folhetos, jornais de orientação marxista, cartilhas de alfabetização, impressoras, cédulas e discos com músicas cubanas. Outro suposto documento encontrado nas células comunistas foi a Lista Fatal, que, segundo a Guarnição, continha nomes de figuras que combatiam abertamente o comunismo no Piauí.

1) Cel. Francisco Mascarenhas Façanha – CT da Guarnição Federal de Teresina; 2) Ten. Cel. Luíz Corrêa Lima – Cmt do 25º BC; 3) General João Henrique Gayoso e Almendra; 4) Desembargador Simplicio de Sousa Mandes; 5) Dr. Anísio Maia; 6) Família Freitas.⁷²

A suposta ameaça às figuras anticomunistas, como os comandantes da Guarnição Federal de Teresina, do 25º Batalhão de Caçadores e outras figuras associadas ao discurso anticomunista, também pode ser considerada um dispositivo de produção do inimigo, com o objetivo de legitimar as prisões. No entanto, o jornalista Deoclécio Dantas apresenta um contraponto, ao relatar que algumas pessoas ironizaram a situação: “Uma das gozações dava conta de que, com tal ‘paredón’, o Benedito Caixão, dono da única funerária existente naquela época em Teresina, não daria conta de tantos defuntos ilustres, todos dignos de mortuárias de fino acabamento”⁷³.

Como resultado das operações, a Guarnição Federal decidiu expor os chamados “materiais subversivos” mencionados anteriormente na Assembleia Legislativa do Piauí. Dessa forma, os militares buscam provar o que afirmavam nas notas divulgadas à imprensa, permitindo que os piauienses testemunhassem a existência de um alegado foco comunista, desarticulado graças ao empenho militar. De acordo com Jesualdo Cavalcanti, formaram-se

⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁷² RESUMO dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 25 de junho de 1964, n. 653, p. 3.

⁷³ DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008. p.56.

intermináveis filas para testemunhar as provas da atividade comunista em solo piauiense.⁷⁴ A *Guerra Psicológica* e a *Ação Psicológica*, faces do *Terror de Estado*, estavam, portanto, a todo vapor na capital piauiense.

Nos resumos, é possível compreender que o Inquérito foi instaurado em 1964, isto é, as investigações se iniciaram logo após o Golpe Militar. Como mencionado anteriormente, após a notícia do crime, era o momento de encaminhar a apuração, mediante o interrogatório dos indiciados e testemunhas envolvidas no caso. O local de investigação do Inquérito era o 25º Batalhão de Caçadores, localizado no centro da cidade de Teresina. As informações mais precisas sobre como os depoimentos foram realizados não estão diretamente expressas nas linhas do processo. No entanto, a partir de depoimentos orais e livros de memória, pode-se acessar o que Michel Pollak denomina como memória subterrânea⁷⁵, o que torna possível compreender o *Terror de Estado* a partir de outra perspectiva.

Primeiramente, é importante identificar os indivíduos acusados no Inquérito n.º 185: Armando Soares Lima, Cirilo Pereira do Nascimento, Clovis Bezerra de Almeida, Deolindo da Silva Junior, Deusdedit Mendes Ribeiro, Fortunato Pereira da Silva Batista, Francisco Celso e Silva Leitão, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Francisco Peixoto da Mota, Francisco Pereira Lima, Honorato Gomes Martins, Jesualdo Cavalcante Barros, José Benoni de Miranda, Francisco Sales Ribeiro, José Esperidião Fernandes, José Luiz Ribeiro Gonzales, José Olímpio Mendes de Melo, José Oliveira de Carvalho, José Pereira de Souza, José Ribamar Lopes, José Rodrigues da Silva, José Sucupira Lima, Luiz Genésio de França, Manoel Lopes Veloso, Nicolau Waquim Neto, Pedro Marques Barbosa, Raimundo Nonato de Lemos Rios, Raimundo Nonato Santos, Roberto Ribeiro Martins, Samuel Dourado Guerra, Santidio Gomes Martins e Ulisses Alves dos Santos⁷⁶.

Em relação às questões profissionais e geracionais, tratava-se de um grupo bastante variado, composto por políticos, estudantes, advogados, funcionários públicos, jornalistas, lavradores, comerciantes, a maioria residente em Teresina. De um modo geral, os indiciados estavam envolvidos em três frentes que, nesse primeiro momento, a ditadura tentou

⁷⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal de Teresina, fls. 133. In: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina, Gráfica do povo, 2006.

⁷⁵ Michel Pollak aponta que as memórias subterrâneas fazem uma contraposição à memória coletiva nacional, realizando um trabalho de subversão no silêncio. Os depoimentos orais e livros de memórias são de fundamental importância para acessar as trajetórias dos *excluídos*. In: POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁷⁶ Recomenda-se que o leitor procure mais detalhes acerca da idade, profissão e acusação no Inquérito: CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar CLXXXV. V. 3+4 anexos. Organização: PCB, 1964, Ceará, 1964. *Projeto BNM n.º 185*, 1964. p. 10 a 20.

desarticular: o movimento estudantil, políticos de esquerda eleitos democraticamente que se manifestaram contra a ditadura e lideranças de movimentos de trabalhadores rurais e urbanos.

Sumário do Processo nº 185 aponta o objeto de acusação no qual os indivíduos foram indiciados:

Tentativa de insurreição, atentado à vida, à incolumidade ou à liberdade pessoal de autoridade, associação prejudicial à segurança nacional, agrupamento perigoso à segurança nacional e propaganda subversiva. Classificação do crime alterada na sentença para constar unicamente o agrupamento paramilitar.⁷⁷

Nas páginas do Inquérito, os indivíduos são acusados de ‘associação prejudicial’ e ‘agrupamento perigoso’, por supostas ligações com o Partido Comunista Brasileiro e a Frente de Mobilização Popular⁷⁸. Os militares, no *Termo de Perguntas aos Indiciados*, demonstraram preocupação em investigar uma suposta reunião organizada por Deolindo Silva Júnior em sua residência. De acordo com a investigação, a reunião do aparelho militar possuía a finalidade de arregimentar meios para armar camponeses, em defesa do presidente deposto João Goulart, e assim promover uma revolta armada contra a Polícia Militar do Piauí e a Guarnição Federal de Teresina. Para os militares, o objetivo final dos indiciados era assumir o controle do estado do Piauí com a prisão do Comandante Mascarenhas Façanha. No Auto de Interrogatório, ao ser questionado sobre o motivo da acusação, Deolindo Silva Jr. *respondeu que perseguição política é o motivo que atribui à acusação*. Em seguida, afirmou que possui provas que atestam sua inocência, uma vez que a denúncia é improcedente.⁷⁹ Em relação à acusação de *propaganda subversiva*, a apuração destacava a doação de dinheiro ao PCB, aulas de marxismo-leninismo na União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e a distribuição ou compra dos jornais *Novos Rumos* e *Terra Livre*.

Todas essas ações, portanto, são compreendidas pelos militares como tentativas de insurreição e atentados contra a vida e a segurança nacional. No entanto, percebe-se a amplitude e imprecisão dessas acusações, revelando como os IPMs operavam como instrumentos do estado de exceção, no qual atividades políticas, educacionais e culturais eram convertidas em ameaças à ordem. Tal fenômeno submetia os sujeitos a uma atmosfera de suspensão das garantias legais.

⁷⁷ CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar CLXXXV*. V. 3+4 anexos. Organização: PCB, 1964, Ceará, 1964. *Projeto BNM nº 185*, 1964.

⁷⁸ A Frente de Mobilização Popular é uma tentativa de esquerda, liderada por Leonel Brizola, com o objetivo de defesa de uma política de confronto com grupos contrários às medidas reformistas do governo de João Goulart.

⁷⁹ Auto de Interrogatório. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar CLXXXV*. V. 3+4 anexos. Organização: PCB, 1964, Ceará, 1964. *Projeto BNM nº 185*, 1964. p. 1084 e 1085.

Uma vez compreendidos os principais aspectos do Inquérito, torna-se essencial, do ponto de vista metodológico, investigar as trajetórias de alguns indivíduos indiciados no processo. Os critérios para a escolha foram: 1) o grau de envolvimento dos réus, considerando que nem todos os sujeitos estavam em posições de liderança; 2) a intensidade das práticas de *Terrorismo de Estado* direcionadas a esses indivíduos; 3) a disponibilidade de fontes que permitam investigar suas trajetórias; 4) o fato de o indivíduo ter sido obrigado, em razão da repressão, a deixar o estado do Piauí. Esses critérios permitem direcionar a investigação para a compreensão do *Terrorismo de Estado* e da violência organizada nas trajetórias de sujeitos piauienses.

2.3 O terror e a violência entre os *petebistas*: narrativas da tragédia do sair.

Torna-se importante analisar a condição de indiciado em um Inquérito — uma expressão concreta do Terrorismo de Estado — que impactou a trajetória política e pessoal dos acusados analisados. No caso dos políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro, como Francisco Chagas Rodrigues e Jesualdo Cavalcanti, percebe-se que suas cassações integraram uma estratégia repressiva que visava desarticular lideranças contrárias à nova ordem. A análise proposta no capítulo permite compreender, a partir da experiência piauiense, como a ordem autoritária utiliza o *Terror de Estado* para desmobilizar adversários políticos e consolidar uma ditadura militar.

A Doutrina de Segurança Nacional contava com a *Estratégia Política*⁸⁰, era voltada para a interferência nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A promulgação do Ato Institucional n.º 1 possibilitou uma ampliação do Poder Executivo em relação aos demais poderes, principalmente em relação ao Poder Legislativo, e suspendeu por seis meses as garantias da imunidade parlamentar, o que tornava possível cassar mandatos de políticos de quaisquer níveis desde que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos”⁸¹. Como discutido anteriormente, as delimitações eram ambíguas do que significava ser subversivo e do que caracterizava um atentado contra o regime militar; por isso, qualquer representante do povo estava sujeito à cassação. Marcos Napolitano argumenta

⁸⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc. 2005.

⁸¹ BRASIL. [Constituição (1946)]. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

que, nesse primeiro momento, o principal objetivo da ditadura “era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado”⁸², ou seja, expurgar os dissensos. Dessa forma, as cassações e os inquéritos policiais militares foram instrumentos amplamente utilizados para perseguir opositores.

Os indivíduos analisados eram filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945, sob inspiração do presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de reunir os trabalhadores sindicalizados em torno de um partido. No Piauí, o Partido Trabalhista Brasileiro ganhou maior relevância com a vitória de Chagas Rodrigues para o cargo de governador, em 1958. Natural de Parnaíba e oriundo de uma família abastada, pôde cursar Direito, iniciando o curso na Universidade do Recife e concluindo-o na Universidade de São Paulo. Após concluir seus estudos, o parnaibano atuou como advogado em Brasília. Em 1950, decidiu retornar ao Piauí e lançar-se candidato a deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN)⁸³, pela qual saiu vitorioso. Porém, no ano de 1954, mudou de partido, da UDN para o PTB e, no mesmo ano, foi eleito deputado federal.

Imagem 01: Chagas Rodrigues em sua juventude.



Fonte: Foto sem crédito *apud* Blogspot Kernad Kaverna.

Marylu Alves de Oliveira observa que, com a adesão oficial ao PTB, ocorreu uma transformação no exercício político do deputado Chagas Rodrigues, especialmente no conteúdo de seus discursos, que passaram a alinhar-se com os princípios do *trabalhismo*. Nesse contexto, Chagas Rodrigues tornou-se “a personificação do ideário trabalhista no Estado do Piauí”, incorporando uma vertente de caráter cristão, uma vez que suas

⁸² NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2015, p. 114.

⁸³ Segundo Marylu Alves de Oliveira (2020), a UDN podia ser compreendida como um grande reduto de bacharéis em Direito, bem como era um forte partido de oposição à ditadura varguista e ao Estado Novo.

manifestações eram marcadas por referências ao catolicismo. Esse projeto, pautado na defesa do nacionalismo, do desenvolvimentismo, da justiça social e da reforma agrária, reforçava a proximidade entre o governo estadual e a população piauiense, consolidando sua imagem como líder comprometido com as demandas sociais da região,⁸⁴ e conflitava diretamente com a *cultura política partidária* tradicional do Piauí. A atuação do petebista representava para a *cultura política partidária* tradicional um perigo, uma vez que o projeto político defendido por ele visava à alteração expressiva das estruturas sociais do Piauí.

Por essas razões, consolidou-se uma forte oposição ao trabalhismo defendido por Chagas Rodrigues. Marylu Alves de Oliveira relata que o governador era frequentemente acusado de comunista pela imprensa da capital piauiense: “[...] os jornais apresentavam um quadro de extrema desordem social no Piauí, comandada pelo governador. Propagava o medo e o pânico geral.” Dois episódios destacados pela historiadora evidenciam que, para além dos ideais defendidos pelo governador, determinadas ações foram instrumentalizadas pelos setores anticomunistas como supostas provas de uma infiltração comunista no Estado.

O primeiro refere-se à repercussão negativa do projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa solicitando o repasse de verbas para a realização do *I Congresso Sindical de Operários e Camponeses do Piauí*. O segundo diz respeito a um discurso proferido no Rio de Janeiro, no qual Chagas Rodrigues lamentava o atentado à sede da União Nacional dos Estudantes. Tais episódios revelam que a oposição buscava, de forma sistemática, associar o trabalhismo a uma ameaça ideológica externa, mobilizando o medo do comunismo como ferramenta de deslegitimação política. Nesse sentido, conforme observa a autora, os jornalistas oposicionistas, estivessem ou não cientes das diferenças entre trabalhismo e comunismo, não se dedicavam a distingui-los, mas sim a sustentar uma narrativa que reforçava o antagonismo ao governador e sedimentava o imaginário anticomunista na esfera pública piauiense.

O pleito de 1962 foi caracterizado por uma intensa disputa ideológica. Jesualdo Cavalcanti rememora que “a tática de acusar de comunistas os adversários foi largamente utilizada na campanha, não apenas por meio do rádio, mas também por meio dos jornais. Com

⁸⁴ Em sua tese, Marylu Oliveira narra que a proximidade com o povo era uma era essencial para que o trabalhismo adquirisse ressonância e aprovação (ou reprovação) na população. Chagas Rodrigues promovia ações que levavam os populares ao Palácio de Karnak, sede oficial do Governo do Piauí, para que pudesse ouvi-los e *prestar contas*. O governador disponibilizava as suas manhãs de sábado para atender piauienses em audiência popular, chegando a atender, segundo dados da historiadora, mais de cem pessoas por dia. Além disso, a partir da Rádio Clube de Teresina, criou o programa radiofônico *falando com o povo* para falar diretamente com os ouvintes, comunicar os seus projetos, bem como criar *uma imagem de si*. In: OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Teresina: Cancioneiro, 2020 p. 398

o objetivo de confundir o eleitorado, imputaram-se aos petebistas os piores propósitos”⁸⁵. Chagas Rodrigues renunciou ao mandato antes de seu término, a fim de concorrer aos cargos de deputado federal e senador naquele ano.

Durante seu mandato como deputado federal, Chagas Rodrigues posicionou-se contra a ruptura institucional de 1964. Em diversos discursos proferidos na Câmara dos Deputados, expressou preocupação com os novos rumos autoritários que o Brasil vinha tomando e manifestou repetidamente sua oposição à ditadura militar. O *Sumário do Acervo da Câmara dos Deputados*⁸⁶ contém a transcrição integral dos seus pronunciamentos, bem como um resumo acerca do que foi discursado. No dia do Golpe, o discurso de Chagas, além de evidenciar sua reconhecida erudição, demonstrava grande preocupação com a estabilidade da democracia, ao afirmar que o Golpe era resultado do receio das elites em perder privilégios e interesses:

Considerações sobre o momento político que está vivendo a Nação, ameaçada pela guerra civil e vítima do golpe que aí está e que a envergonha perante todo o mundo civilizado, e que é o movimento das elites temerosas da perda dos seus interesses. Trechos do capítulo "A Tragédia das Democracias", do livro de Jacques Maritain "Cristianismo e Democracia", e trechos de discurso do democrata John Kennedy, em que o grande Presidente norte-americano estuda, com sabedoria, a realidade social e econômica da América Latina.⁸⁷

Apesar dos grandes expurgos nas esferas políticas, Chagas Rodrigues continuou a se pronunciar contra os abusos da ditadura militar. Em 1965, o deputado se pronunciou contra as ações de *Terrorismo de Estado* em Brasília. Em resumo, o seu discurso foi pautado por um “Protesto contra os atos de terrorismo que vêm sendo praticados contra os candidatos de oposição ao governo da Guanabara e contra os órgãos de representação estudantil sediados no mesmo Estado”⁸⁸.

Nesse mesmo contexto, o PTB deixou de existir em razão da reestruturação do sistema partidário promovida pela ditadura militar, formalizada pelo Ato Institucional n.º 2, de 1965.

⁸⁵ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p. 160.

⁸⁶ No site oficial da Câmara dos Deputados, é possível acessar os discursos dos deputados: “o Banco de Discursos contém pronunciamentos dos Srs. Deputados e convidados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional a partir de 1946. O resultado da pesquisa apresenta discurso com redação final. Caso - não encontre o discurso procurado, acesse os links "Discurso em Tempo Real" e/ou "Íntegras das Sessões". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>.

⁸⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sessão de Discursos e notas Taquigráficas*. Sumário Expandido. 1º de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>.

⁸⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sessão de Discursos e notas Taquigráficas*. Sumário Expandido. 16 de setembro de 1965.

Esse Ato Institucional representou um dos principais mecanismos de consolidação do autoritarismo, ao extinguir todos os partidos políticos então existentes e abolir o sistema pluripartidário vigente. Com isso, foram suprimidas as organizações partidárias tradicionais e imposta a criação de um bipartidarismo controlado pelo regime, no qual a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) passou a representar a base de sustentação governista, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi autorizado a funcionar como oposição consentida. Essa reorganização restringiu a pluralidade política e redefiniu as possibilidades de atuação parlamentar, forçando muitos políticos ao realinhamento dentro das novas estruturas institucionais impostas pelo regime.

Sendo assim, 1968, já filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os seus discursos se relacionavam mais com a escalada da repressão e apontavam a necessidade urgente da promulgação de uma constituição que garantisse o respeito às liberdades individuais⁸⁹. O episódio da morte do estudante carioca Edson Luís, assassinado pelo *Terrorismo de Estado* no Restaurante Calabouço, tocou profundamente os brasileiros. Chagas Rodrigues manifestou sua revolta na Câmara:

E esse fato não é um fato isolado, mas a sequência de um rosário de crimes, de invasões, de espancamentos. Essa corrente precisa ter fim, Sr. Presidente, porque, de outro modo, os estudantes do Brasil, ao se desesperarem, poderão também fazer o que outros estudantes já fizeram, no Brasil e noutros países, levando às últimas consequências a sua luta, que é uma luta idealista em favor da liberdade, em favor da democracia e em favor da emancipação econômica da Nação brasileira.⁹⁰

Percebe-se, a partir do trecho citado, que Chagas Rodrigues estava disposto a utilizar sua representatividade política para expressar uma opinião compartilhada por muitos brasileiros⁹¹. O parnaibano inicia o seu discurso ressaltando que a invasão do Restaurante Calabouço não foi um fato isolado, visto que, ao redor do Brasil, os estudantes que contestavam a ditadura e seus valores eram submetidos às práticas de Terror de Estado. Em

⁸⁹ Em relação ao tema da promulgação de uma nova Constituição, observa-se que o deputado abordou esse assunto nos dias 09/02/1968, 19/03/1968, 30/03/1968 e 10/04/1968. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sessão de Discursos e notas Taquigráficas*. Sumário Expandido. 1963-1969.

⁹⁰ RODRIGUES, Chagas. *Diário do Congresso Nacional*. (Seção 1). 30 de março. 1968.

⁹¹ De acordo com Idelmar Cavalcante, a morte do estudante Edson Luís marca um momento de solidariedade de parte da sociedade civil aos estudantes: “A violência desmedida dos militares atrapalha todas as tentativas de atribuir, aos estudantes, a quebra da tranquilidade. Assim, ao contrário do que pretendiam, a indignação decorrente da morte de Edson Luís, não se converte em apoio ao governo militar, mas em solidariedade ao movimento estudantil, o que ficou evidente no enterro do secundarista, quando milhares de populares acompanharam o cortejo”. In: CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2007. p. 37.

outra oportunidade, o deputado realizou a leitura do manifesto de alunos, funcionários e professores da Universidade de Brasília, devido à invasão da USP, que se caracterizou pela truculência.⁹²

A atuação de Chagas Rodrigues, filiado ao PTB e engajado em questões sociais durante seu mandato como governador do Piauí, bem como os discursos por ele proferidos, foram considerados suficientes para que fosse indiciado no Inquérito Policial Militar nº 185, sob a alegação de ser “apoiador dos comunistas no estado”⁹³. Conforme apontado por Dom Paulo Evaristo Arns, diversos processos reunidos no âmbito do Projeto Brasil Nunca Mais envolviam políticos acusados em inquéritos semelhantes, em razão de pronunciamentos realizados no exercício de seus mandatos parlamentares ou durante campanhas eleitorais.⁹⁴ Apesar disso, a acusação não foi aceita. O auditor Ângelo Rattacasso Júnior⁹⁵, responsável por revisar o processo, não acatou a acusação de três indivíduos:

Jamais, em nossa vida no J.M., de cujo passado nos orgulhamos, tivemos a oportunidade, peça de tamanha perseguição política, na tentativa de se transformar a Justiça Militar em instrumento de vindita e vingança. Tal fato evidencia desde logo, porquanto dentre 32 denunciados existem políticos, como seja um deputado estadual e um deputado federal. Muito mateira e habilmente, o substituto do Promotor Militar, Dr. Carlos Alberto Borges procura denunciá-los, ocultar essa condição, iludido de que tal condição pudesse passar despercebida, já não dizemos do deputado estadual, mas a do deputado federal, para cujo processamento necessitaria de uma licença da Câmara Federal, na ilusória tentativa de avestruz, de esconder a cabeça na crença de que o resto do corpo também esteja.⁹⁶

Ao analisar o trecho do processo, nota-se um tom irônico e, de certo modo, crítico na escrita do auditor Ângelo Rattacasso, que chama a atenção para fatos que foram propositalmente omitidos ao longo do Inquérito. A denúncia contra Chagas Rodrigues não foi aceita por três motivos: sua condição de deputado foi omitida, não foi ouvido e não havia provas. Segundo o auditor, o governador parnaibano não foi sequer ouvido na fase de

⁹² BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sessão de Discursos e notas Taquigráficas*. 1963-1969.

⁹³ OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Teresina: Cancioneiro, 2020. p. 398

⁹⁴ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022.

⁹⁵ Apesar do esforço, as informações acerca da biografia do auditor Ângelo Rattacasso não foram localizadas. Mas, foi possível localizar uma menção do advogado Antônio de Pádua Barroso ao auditor: “Dois auditores merecem ser destacados, o doutor Ângelo Rattacasso e doutor Ramiro. O Ângelo fazia o que podia, procurava contornar as situações”. In: BARROSO, Antônio de Pádua. Entrevista concedida a Demetri Túlio e Raimundo Madeira. O POVO. 2006. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2006/04/02/noticiasjornalpaginasazuis,581706/radicalmente-humano.shtml>

⁹⁶ CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar CLXXXV. V. 3+4 anexos. Organização: PCB 1964 Ceará, 1964. *Projeto BNM nº 185*, 1964. p. 332.

investigação do Inquérito, justamente para que a informação continuasse oculta e, sobretudo, pelo fato de o processo não apresentar indícios concretos do crime.

Infere-se que a inclusão de Chagas Rodrigues no processo ocorreu em razão de disputas políticas, como bem aponta Marylu Alves: “A sua inclusão no processo foi visivelmente uma retaliação política questionada até mesmo por militares naquele momento, pois foi indiciado sem prestar sequer um único depoimento”⁹⁷. O historiador Patto de Sá Motta também argumenta que a maioria dos detidos após o Golpe não cometera os crimes dos quais eram acusados; muitos não chegaram a ir a julgamento, pois foram absolvidos por determinação do Judiciário.⁹⁸ Como discutido anteriormente, Chagas Rodrigues proferiu variadas declarações combativas contra a repressão patrocinada pela ditadura. Em 1969, com base no AI-5, Chagas Rodrigues teve o seu mandato cassado e seus direitos políticos foram suspensos pelo período de dez anos, sendo ainda impedido de retornar ao Piauí.

A cassação de Chagas Rodrigues pelo AI-5, após o fracasso de sua condenação jurídica nos tribunais, revela a face mais cruel do estado de exceção. Ao ser banido de sua terra e destituído dos seus direitos políticos, o parlamentar foi reduzido à *vida nua* no sentido agambeniano, pois perde toda a proteção que sua cidadania e seu mandato lhe conferiam. O banimento, portanto, é a materialização de sua exclusão social e política.⁹⁹

O *Terrorismo de Estado* no cenário político do Piauí não se restringiu a Chagas Rodrigues, estendendo-se também a outros companheiros do PTB. Jesualdo Cavalcanti¹⁰⁰, natural da cidade de Corrente - PI, lançou sua candidatura a vereador em 1962 pelo PTB, sendo eleito para o mandato exercido até 1964. Conforme mencionado anteriormente, as manifestações dos representantes do povo após o Golpe eram cuidadosamente analisadas e poderiam acarretar retaliações. Um dia após a intervenção militar, Jesualdo Cavalcanti pronunciou, na Câmara Municipal, suas preocupações em relação aos acontecimentos da tomada do poder pelos militares.¹⁰¹

⁹⁷ OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Teresina: Cancioneiro, 2020 p. 398

⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁹⁹ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁰⁰ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina: Gráfica do povo, 2006, p. 153

¹⁰¹ Em autobiografia, Jesualdo Cavalcanti conta que a sua escolha pelo partido era justificada “não só pela afinidade ideológica com o trabalhismo, mas também pelo decidido apoio que o governo Chagas Rodrigues dispensava ao movimento estudantil”. Além de Jesualdo Cavalcanti, o PTB elegeu outros dois vereadores: Álvaro Lebre e Paulo Rubens Fontenele. Com a vitória dos vereadores petebistas, observa-se que a Câmara Municipal passou a alinhar-se com as discussões de âmbito nacional, tomando novos rumos, mais ligados às discussões das reformas de base: “[...] converteu-se em tambor de ressonância em outros cantos do país. Aos poucos, os repetitivos apelos para solução dos problemas do varejo municipal foram cedendo espaço para a

Imagem 02: Jesualdo Cavalcanti discursando no plenário da Câmara Municipal.



Fonte: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006.

Como consequência de seus discursos, Jesualdo Cavalcanti foi preso pela primeira vez antes do Ato Institucional n.º 1. O vereador narra que, no dia 4 de abril, “enquanto aguardava o pior”¹⁰², resolveu assistir a uma sessão matutina no Cine Rex; porém, ao retornar para casa, percebeu que estava sendo seguido por um jipe oficial. Ao chegar à residência, foi convidado a entrar em uma viatura, de onde foi conduzido para a 26.^a Circunscrição do Serviço Militar. No mesmo dia, à tarde, foi encaminhado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No dia seguinte, foi levado até o 25º Batalhão de Caçadores. A partir do relato em sua autobiografia, Cavalcanti descreve esse momento como “o primeiro espetáculo de truculência da nova ordem”¹⁰³:

[...] seria levado ao 25º Batalhão de Caçadores na carroceria de um caminhão aberto sob forte escolta militar, armada de fuzis e metralhadoras. O caminhão, ao atravessar pela diagonal da Praça Dom Pedro II, diminuiu a marcha, de modo que as pessoas que formavam longas filas para o filme das 15 horas pudessem contemplar a cena, E havia muita gente, pois era domingo.¹⁰⁴

discussão também das reformas de base. Essa transformação, os discursos e a atuação dos parlamentares incomodavam o setor mais tradicional e conservador da política teresinense.

¹⁰²BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006.

¹⁰³*Ibidem*.

¹⁰⁴ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p. 187

O *espetáculo* promovido pelos militares possuía uma intenção: produzir medo. A *Guerra Psicológica e Ação Psicológica* estavam sendo aplicadas naquele momento; era um recado duplo, tanto para a população em geral quanto para aqueles que ainda se manifestaram contra a nova ordem. O *Terror de Estado* acontecia dentro dos espaços de sociabilidade piauienses para que a sociedade também verificasse os esforços da polícia política em *desmantelar* uma suposta atuação comunista. As práticas sistemáticas de detenções na forma de sequestro ocorreram ao redor do Brasil, em um completo desrespeito a todas as garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros.¹⁰⁵ Ao chegar ao 25º BC, a situação de vereador piorou:

No 25º BC, jogaram-me numa fétida e exígua *solitária*, que mal me cabia deitado e onde penetrava uma pífia réstia de luz, e lá permaneci por 48 horas. Dispunha apenas uma lata de manteiga para urinar, sempre prestigiado de formigas e baratas. Entreguei minha sorte a Deus e reuni forças para suportar com dignidade aquele momento duro de prova¹⁰⁶

Após dois dias na solitária, Jesualdo Cavalcanti foi levado a outra sala, onde sofreu violência psicológica e ameaças verbais: “Hoje à noite nós vamos ajustar nossas contas. E será no Rio Poti”¹⁰⁷. É possível compreender, a partir do relato de Jesualdo, como os acusados de subversão eram expostos à violência, seja física ou psicológica. Maria Helena Moreira Alves argumenta que essas condutas “[...] faziam parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas”¹⁰⁸. Logo depois, Jesualdo Cavalcanti se juntou aos demais detentos e percebeu o crescente número de estudantes e trabalhadores que foram presos nos quartéis do 25º BC e do 2º BEC¹⁰⁹.

Ao sair da DOPS, Jesualdo Cavalcanti Barros, que havia sido o primeiro vereador cassado do Piauí¹¹⁰ e, por isso, deslocou-se até a Câmara com o objetivo de compreender mais

¹⁰⁵ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022.

¹⁰⁶ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p. 188

¹⁰⁷ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006..

¹⁰⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2005, p. 59

¹⁰⁹ Através da análise do IPM nº 185, é possível compreender qual era a solução para a acusação do Estado contra o vereador. Jesualdo foi acusado de ser filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de contribuir com a importância de mil cruzeiros. Em sua autobiografia, relata que a acusação da filiação foi levantada em razão da posse do relatório da eleição de 1962, em que o jovem foi rotulado como nacionalista independente, registro que levou a Guarnição Federal suspeitar que Jesualdo Cavalcanti estava ligado ao Partido Comunista.

¹¹⁰ Enquanto Jesualdo Cavalcanti estava preso e incomunicável, o vice-presidente da Câmara Municipal, Raimundo Wall Ferraz, convocou uma sessão com o intuito de cassar o mandato do vereador, acusado de subverter a ordem. Logo, o político foi enquadrado no Artigo 10 do Ato Institucional Nº 01. Entre os dez vereadores presentes nessa sessão extraordinária, sob a prerrogativa de “[...] evitar interpretações maliciosas

detalhes sobre sua cassação. Entretanto, conta que se espalhava um grande boato de que o jovem havia causado uma grande confusão na Câmara Municipal de Teresina. Na madrugada seguinte, foi preso novamente no quartel do 25º BC. O Capitão Clidenor de Moura Lima contou a Jesualdo que havia recebido uma denúncia anônima: “Alguém jurava por A mais B que o viu agora mesmo, na Praça Pedro II, esculhambando¹¹¹ a Revolução”¹¹². Esse episódio pode ser interpretado de várias maneiras. Uma delas é que Jesualdo Cavalcanti retornou à Câmara e manifestou-se contra a sua cassação, mesmo após ter sido preso e, em razão disso, foi preso novamente, sendo possível que esse boato tenha sido inventado pelo próprio militar, por não ter motivações suficientes para prendê-lo. Ou, se o boato for real, ilustra a noção de que a opinião pública da sociedade era suficiente para provar atitudes subversivas.

Apesar de *solto, não estava livre*. O ex-vereador ainda conta mais algumas impossibilidades que sofreu em sua vida, após ser cassado e citado em um IPM. Os presos foram rotulados como subversivos, o que, para Jesualdo Cavalcanti, “passou a ser a senha pela qual muitas carreiras foram destroçadas ou invisibilizadas aqui e alhures”¹¹³. Além disso, todas as vezes que alguma autoridade federal visitava Teresina, os indivíduos que aguardavam o processo em liberdade eram detidos:

Não me recorde de quanto tempo durou essa tortura física e psicológica nem de quantas vezes fui detido. Creio que umas dez. Tanto que, na calada da noite, já não suportava mais ouvir o barulho da freada nas redondezas da casa dos meus pais. Imaginava logo: “– Os homens estão vindo de novo.” E já preparava a valise com objetos de uso pessoal e livros que estava lendo.¹¹⁴

O relato de Jesualdo Cavalcanti é revelador e mostra como o indivíduo acaba sendo condicionado após o contato com as experiências do *Terrorismo de Estado*. As prisões sucessivas afetavam Jesualdo Cavalcanti a tal ponto que ele reconhecia o barulho dos carros da polícia e se preparava para retornar à cadeia. Em outras passagens, o ex-vereador conta que, sempre que sentia o clima político mais tenso, deslocava-se para o interior do Maranhão.

prejudiciais não só à presidência como a outros senhores vereadores.” Apenas Paulo Braga, do PTB, absteve-se de votar pela cassação do colega de partido. Em sua autobiografia, o piauiense traz a posição de alguns de seus colegas vereadores e é possível perceber o ideal anticomunista em seus discursos, pois como aponta Patto Sá Motta, a ditadura militar possuía uma noção antirreformista; mas era, sobretudo, anticomunista. : “Rodrigues Filho: ‘Todos os vereadores têm que opinar se estão do lado do comunismo ou da democracia’; “Al Lebre: ‘Lamentou profundamente que o vereador Jesualdo Cavalcante tivesse se desvirtuado do caminho certo, se colocando contra a democracia, a favor da subversão da ordem”.

¹¹¹ Esculhambar é uma expressão comum no Piauí, possui o mesmo sentido de difamar ou falar mal.

¹¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.

¹¹³ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p. 216.

¹¹⁴ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p.217.

Ser enquadrado como *um criminoso de ordem política* sob a ótica do Estado prejudica as relações interpessoais. O vereador cassado conta que, em razão das prisões, a namorada, chamada Socorro, era cortejada por pretendentes mais promissores, mas a moça manteve-se fiel a Jesualdo.¹¹⁵

Assim como Chagas Rodrigues e Jesualdo Cavalcanti, outros piauienses também tiveram seus mandatos cassados. O jornalista Deoclécio Dantas, em sua obra *Marcas da Ditadura no Piauí*, analisa a posição submissa da Assembleia Legislativa aos mandos e desmandos da Guarnição Federal. Deoclécio Dantas relata que a Assembleia Legislativa do Piauí recebeu, no mês de maio, dois ofícios assinados por Francisco Mascarenhas Façanha, comandante da Guarnição Federal de Teresina. Nos dois ofícios, o coronel Façanha apontava que os deputados Deusdedit Mendes Ribeiro, Themístocles Sampaio, Celso Barros e José de Alexandre Caldas Rodrigues, além dos suplentes Honorato Gomes Martins, Antônio Ubiratan de Carvalho e José Francisco Paes Landim, estavam enquadrados no artigo 10 do Ato Institucional Nº 01. É interessante pensar como os IPMs se tornaram uma fonte de poder para um grupo de coronéis, que possuíam à sua disposição uma série de aparatos repressivos. Assim, os IPMs passaram a servir aos interesses de ordem local.¹¹⁶

As cassações estavam diretamente relacionadas com o intuito de varrer os representantes políticos que poderiam apresentar uma posição contrária às políticas do Estado. Dom Paulo Evaristo afirma que os *IPMs da Subversão*, todos àqueles instaurados em 1964, eram formados por centenas de prefeitos, deputados, vereadores e até mesmo governadores.¹¹⁷ O PTB e o PSD foram os partidos que mais tiveram mandatos cassados após a edição do primeiro Ato.¹¹⁸ Essas movimentações de *Terror de Estado* causaram medo e insegurança, responsáveis por produzir silêncios, acomodações e até mesmo adesões dentro da esfera do Legislativo.¹¹⁹

O jornalista Deoclécio Dantas relata que os deputados e suplentes cassados eram vítimas de uma maioria de deputados receosos com a possibilidade de fechamento da Assembleia Legislativa do Piauí, o que aconteceu de igual forma em outros lugares do Brasil. Alguns deputados adotaram a estratégia de conciliação em relação aos mandos e desmandos

¹¹⁵ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p.217.

¹¹⁶ DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

¹¹⁷ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022.

¹¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.

¹¹⁹ Segundo Rodrigo Patto de Sá, durante o Regime Militar, deve-se considerar um quadro complexo, em que muitos indivíduos não resistiram ou aderiram, mas buscaram meios de acomodação àquele governo autoritário. Muitos indivíduos, na visão do historiador, evitaram os polos e buscaram estratégias para conviver com a Ditadura. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ªed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

da Guarnição Federal como um dispositivo de defesa, pois, mesmo envergonhados, os deputados colocavam-se à “disposição do Exército para cassar mandatos”¹²⁰ sem a possibilidade de defesa. O Piauí começava a sentir as primeiras ações do *Terror de Estado* em seu seio.

2.4 Raimundo Santos e José Ribamar Lopes: a militância ultrapassa o Piauí.

Raimundo Nonato Santos era natural do município de Porto, no estado do Piauí, e tornou-se alvo do IPM nº 185 e, posteriormente, de outro em 1968, este último decisivo para a sua saída do Brasil. No *Termo de Perguntas ao Indiciado do IPM 16*, é possível acessar informações acerca da sua trajetória do Piauí até Brasília, bem como compreender que o afastamento de seu estado de origem é uma forma de punição:

RESPONDEU: Já ter sido indiciado por subversão em seu Estado, em inquérito presidido pelo Major Idalécio Nogueira Diógenes, logo após a Revolução de 1964; que tal inquérito foi remetido à CGI, e que no mês de Outubro de 1964, fora, como punição, transferido de TERESINA para MACEIÓ, já que era funcionário do IAPB; que durante todo o ano de 1965, permaneceu em Alagoas, onde cursou o terceiro ano de Direito, indo para o Rio de Janeiro em fevereiro de 1966, em gozo de férias, aproveitando a ocasião para conseguir sua transferência para esta capital, o que foi feito; que assim desembarcando nesta cidade foi direto à Universidade de Brasília¹²¹

A transferência de Raimundo Santos de Teresina para Maceió revela-se, à luz do contexto repressivo, como mecanismo disciplinador e punitivo. Ao ser indiciado por subversão e, em seguida, deslocado compulsoriamente para outro estado, Raimundo experimenta uma forma de sanção que ultrapassa o campo jurídico e atinge sua vida social, profissional e afetiva. A mobilidade forçada, uma prática de *Terrorismo de Estado*, funcionava como estratégia de desarticulação política, pois afastava o indivíduo das suas redes locais de militância e sociabilidade, desarticulando possíveis vínculos organizativos e impondo-lhe uma condição de vigilância indireta. Sua atuação política intensificou-se em Brasília, local em que passou a cursar Direito na Universidade de Brasília (UnB), um grande foco, ao mesmo tempo, de efervescência política e de vigilância e repressão.

¹²⁰ DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008. p. 13.

¹²¹ TERMO de Perguntas ao Indiciado. RELATÓRIO. In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. P. 133. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.

Imagem 03: Professor Raimundo Santos



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Disponível em: institucional.ufrrj.br.

José Ribamar Lopes nasceu em 1927 em Matinhos, interior do município de Campo Maior (PI). Veio para Teresina ainda na adolescência para estudar no Colégio Diocesano. Na década de 1950, foi para Belém, onde cursou jornalismo. Posteriormente, foi para o Rio de Janeiro, local onde iniciou o curso de Direito. No entanto, em 1962, retornou ao Piauí como funcionário da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e deu continuidade ao curso de Direito. José Ribamar Lopes, em conjunto com seu irmão Luís Edwiges Lopes¹²², demonstrava grande interesse pelas questões sociais que atravessavam o município de Campo Maior, especialmente no que se referia às condições de vida dos trabalhadores rurais e às formas de dominação exercidas pelos latifundiários locais. De acordo com Francisco Atanásio e Damião Rocha, José Ribamar Lopes, militante do PCB, era o *braço direito* do irmão Luiz e atuava como articulador teórico e mediador da experiência camponesa local e dos debates políticos nacionais.¹²³ No Inquérito, José Ribamar Lopes foi acusado de possuir materiais considerados subversivos e contribuir com o PCB. Anexados aos autos, encontram-se documentos como atas, cartas e textos que passaram a ser criminalizados.

¹²² Luís Edwiges Lopes foi liderança camponesa atuante no município de Campo Maior (PI) nas décadas de 1950 e 1960. Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), participou da organização política de trabalhadores rurais e da defesa de pautas relacionadas à reforma agrária no interior piauiense. Após o golpe civil-militar de 1964, passou a ser alvo de vigilância e repressão. Após a ditadura, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no Piauí. Faleceu em 4 de dezembro de 2023, em Campo Maior.

¹²³ ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. Dentre lutas, lidas e labutas: *Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior)*. Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI, v. 1, n. 1, p. 72-91, 2013.

Imagem 04: José Ribamar Osório Lopes



Fonte: Academia Campomaioense de Ciências, Artes e Letras. Disponível em: acale.org.br

Em razão das acusações investigadas no Inquérito, José Ribamar foi preso no 25º Batalhão de Caçadores e, posteriormente, transferido para a penitenciária estadual:

A prisão de Ribamar Lopes e seu irmão Luís Edwiges foi um choque para a família, pessoas simples, residentes numa comunidade da zona rural. Mas o fato que mais marcou a sua família foi a *invasão* de Matinhos por soldados fortemente armados, que diziam ter recebido uma denúncia de que ali estavam armazenadas armas para uma revolução.¹²⁴

O episódio aponta como o *Terrorismo de Estado* alcançava até as zonas mais remotas do estado. Embora tenha sido condenado a um ano de prisão, a pena foi posteriormente reduzida, resultando na extinção da punibilidade. Após ser liberado da detenção, Ribamar Lopes mudou-se para Brasília, onde retomou o curso de Direito, dando continuidade à sua trajetória acadêmica e política.

Nesse contexto, as trajetórias de José Ribamar Lopes e Raimundo Santos convergem: ambos estudaram Direito na UnB. Em Brasília, continuaram suas militâncias políticas, o que resultou na instauração do Inquérito Policial Militar n.º 16. No Inquérito, trinta e uma pessoas foram acusadas de manter um grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade. De modo geral, o grupo foi enquadrado pelas autoridades como organização subversiva voltada à preparação de ações armadas. Entre as acusações constavam o desenvolvimento de treinamentos de guerrilha, com instruções para a fabricação de artefatos explosivos; a comunicação com outras células consideradas subversivas, como a vinculada a

¹²⁴ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 240

Carlos Marighella; e a promoção de cursos de formação ideológica. Tanto Raimundo Santos quanto José Ribamar Lopes foram indicados como integrantes do grupo, com atribuições específicas no interior da organização. O inquérito registra, inclusive, a utilização de codinomes como estratégia de clandestinidade: José Ribamar Lopes era identificado como *Péricles*, enquanto Raimundo Santos utilizava o codinome *Dr. Augusto*.

Raimundo Santos foi acusado de participar de treinamentos de guerrilha, da IV Conferência Metropolitana do Partido Comunista Brasileiro e de atuar como articulador das ligações entre militantes comunistas na UnB. Após a cisão com o partido, o inquérito o aponta como responsável pela criação de um grupo dissidente, atribuindo-lhe papel central na reorganização das atividades consideradas subversivas. Segundo o IPM, Raimundo Santos teria buscado orientação junto a Carlos Marighella, identificado pelas autoridades como mentor intelectual das ações contestatórias do grupo. O documento afirma que ele teria se encontrado com Marighella, que lhe teria fornecido instruções para articulação da luta armada, bem como armas, munições e recursos financeiros. Ao final, o inquérito o caracteriza como *comunista confesso* e líder de uma organização que pretendia derrotar a ditadura por meio da luta armada.¹²⁵

As apelações dos advogados de Raimundo Santos, anexadas ao IPM nº 16, indicam que ele foi submetido a torturas físicas e psicológicas. Instaurado em 1969, o inquérito insere-se em um contexto no qual o aparato militar encontrava-se fortemente empenhado em desarticular organizações envolvidas na luta armada. Embora essas ações armadas, de um modo geral, tenham se iniciado em 1967, intensificaram-se após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), quando diversos jovens ligados ao movimento estudantil passaram a enxergar nas organizações armadas uma alternativa para o enfrentamento e a derrubada da ditadura.¹²⁶ Nesse sentido, Marcos Napolitano argumenta que a repressão estatal contribuiu para a construção de um *círculo do medo*, mecanismo destinado a desencorajar novas adesões às causas revolucionárias e a funcionar como um recado exemplar dos torturadores.¹²⁷ É importante dizer que a resposta da ditadura diante dessas organizações de esquerda era desproporcional e desumana, expondo os investigados a práticas repressivas que incluíam prisões arbitrárias e torturas.¹²⁸

¹²⁵ In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N° XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.

¹²⁶ ROLLEMBERG, Esquerdas Revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário-vol. 4: Ditadura militar e redemocratização—Quarta República (1964-1985)*. Editora José Olympio, 2019.

¹²⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2015.

¹²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: O Golpe de 1964 e a ditadura militar*. – 1º ed – Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

Hamilton Araújo e Silva, advogado em representação da Ordem dos Advogados do Brasil, apresentou ao coronel presidente do inquérito uma apelação questionando a incomunicabilidade de Raimundo Santos. A peça enfatiza que:

No Sistema legal brasileiro, mesmo em se computando os atos institucionais ou complementares, inexistia qualquer dispositivo que contrarie acima referido, ou permita à autoridade policial, civil ou militar, manter a incomunicabilidade de um cidadão por um espaço tão longo de tempo¹²⁹

O advogado denuncia, de forma corajosa, a desumanização sofrida no momento da prisão, bem como o sofrimento da família, que se via privada de notícias do ente querido. Ainda evoca figura de Franz Kafka para apresentar o caráter sombrio do cárcere:

A sua prisão, qualquer que tenha sido o motivo, é no momento dolorosa e trouxe para si, conseqüentemente, uma situação constrangedora, de vez que se afastou fortemente o convívio com seus familiares, ou melhor, dizendo descendentes (uma idosa genitora e um irmão portador de doença mental) ambos a amargar, como acontece em situações análogas a distância de um ente querido, com quem jamais se avistaram desde o dia 23/02/1969, data em que foi conduzido, aos safanões, à Polícia Federal.

Não suportando, como jamais poderia suportar tal prisão, colocado foi o Suplicante num círculo de silêncio, emparedado em sua cela, afastado de qualquer contato com pessoas ou animais, sem dispor de livros ou revistas para afastar as lembranças afetivas que assaltam qualquer mortal ou, ainda, afastar pesadelos que fazem de suas noites um verdadeiro martírio. Dir-se-á que o advogado ora requerente, antes de qualquer formação de culpa, como um personagem de Franz Kafka, expia alguma condenação sombria, sofrendo o "jus puniendi" mais rigoroso da sociedade brasileira por crime cuja tipicidade não sabe qual seja!¹³⁰

Em outro trecho, o advogado aprofunda as denúncias de violações de direitos ao abordar as agressões físicas, o isolamento e a deterioração da saúde mental do detido. Raimundo Santos, segundo o seu advogado, foi profundamente traumatizado pelas práticas de *Terrorismo de Estado*. Além disso, a argumentação dissecou a crueldade imposta aos familiares, mãe idosa e irmão portador de doenças mentais, que dependem exclusivamente de Raimundo Santos. Observa-se que a defesa busca sensibilizar a autoridade militar por meio da exposição da vulnerabilidade econômica e psicológica da família:

¹²⁹ PETIÇÃO ao Ilmo., sr. Coronel Presidente do Inquérito Policial Militar. In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.p.2562.

¹³⁰ PETIÇÃO ao Ilmo., sr. Coronel Presidente do Inquérito Policial Militar. In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM n.º 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.p.2564.

Além do mais, Sr. Coronel, como das violências físicas sofridas na Polícia Federal (foi espancado e sofreu tortura mental) se encontra o Suplicante profundamente traumatizado, para não dizer com o seu psiquismo abalado (considere ainda V.Sa. que há casos de alienação na família do advogado RAIMUNDO NONATO SANTOS), fato este que poderá ser comprovado através de exame médico-legal a ser deferido por V.Sa. no interesse de apurar as origens da síndrome nervosa de que é portador.

Aumentando a sua desdita, não sabe o Suplicante a situação em que se encontram seus familiares, arrimo que é, dependendo sua genitora, Da. MARIA DE LOURDES COSTA, bem como seu irmão (esta pessoa é inválida) do trabalho profissional do requerente. Com a sua prisão, além das dores morais, é bem provável que passem dificuldades, pois são simples e, por natureza, desamparados.¹³¹

Por fim, a petição reitera pedidos urgentes, tais como a visita a um médico legista para diagnosticar o problema mental do investigado. Assim como solicita o acesso a livros e revistas, compreendidos como instrumentos de *acalento*, a fim de mitigar os efeitos da prisão e isolamento forçado, tendo em vista que único contato humano que possuía era com os seus interrogadores:

Assim, Sr. Coronel Encarregado do Inquérito Policial Militar, é a presente para pedir, ao agasalho da lei, que V.Sa. encaminhe o Suplicante ao exame médico-legal, permitindo ao seu advogado a formulação de quesitos ao legista, máxime no tocante ao seu estado mental.

Por outro lado, invocando uma regalia que tem direito, principalmente na atual situação de traumatismo, pede o Suplicante a V.Sa. lhe seja permitida a leitura de livros ou revistas de sua predileção, o que implicaria, caso fosse autorizado o favor acima, na apreciação crítica das publicações que cheguem às suas mãos.

Não resta a menor dúvida, Sr. Coronel, que ao Suplicante, para suportar o confinamento a que vem sendo submetido, restaria, para não enlouquecer, o contato com livros, uma vez que não tem aproximação com ninguém, a não ser nos exaustivos interrogatórios do IPM. É bem verdade que até poderia ser motivo de risível comentário, pretender um preso, em qualquer estabelecimento militar, liberdade total. Mas, nas circunstâncias de sua prisão, bem como na qualidade de advogado inscrito na O.A.B., beneficiado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1.963, invoca o Suplicante o direito de permanecer são e em boa forma física e mental, sem os riscos que sofre no momento com o seu total isolamento.¹³²

Nos autos do processo, destaca-se a Ação Penal apresentada pelo advogado Rômulo Gonçalves, responsável por indicar que as declarações atribuídas a Raimundo Santos foram

¹³¹ PETIÇÃO ao Ilmo., sr. Coronel Presidente do Inquérito Policial Militar. In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.p.2565.

¹³² PETIÇÃO ao Ilmo., sr. Coronel Presidente do Inquérito Policial Militar. In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.p.2565.

obtidas por meio da violência física e psicológica. Conforme registrado na peça processual: “a) Raimundo Nonato dos Santos, no interrogatório, negou a imputação e disse que suas declarações no inquérito policial foram obtidas por violência física e moral”¹³³. Tal colocação descredibiliza o conteúdo probatório do inquérito e lança dúvidas sobre a legitimidade das acusações formuladas, pois segundo Paulo Evaristo Arns, a tortura era “justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações afetivas de parentesco.”¹³⁴ Como discutido anteriormente, ser citado em Inquérito Policial Militar expunha os sujeitos a uma provável situação de perigo. Ao serem submetidos à tortura, os indivíduos são lançados à *vida nua*, situação em que a existência política do sujeito é destituída de reconhecimento e proteção, restando apenas a sua vida biológica, em uma zona de exceção, em que se torna vulnerável à tortura.¹³⁵

José Ribamar Lopes também foi submetido à tortura durante o período de prisão. Segundo relato de seu sobrinho, “sofreu muito, sendo submetido a choques elétricos, apertavam as unhas com alicate, botavam ele amarrado de cabeça para baixo”¹³⁶. O testemunho evidencia a aplicação de métodos clássicos de tortura física empregados pelos órgãos repressivos da ditadura, com o objetivo de extrair informações e produzir confissões. Rodrigo Patto de Sá Motta argumenta que *passar ileso* por uma detenção nos aparatos repressivos dependia da condição social, racial e grau de periculosidade dos indivíduos, sob a ótica do aparelho repressivo.¹³⁷ Na peça processual apresentada pelo advogado Rômulo Gonçalves, que frequentemente atuava na defesa de presos políticos durante o regime militar, também há referência às violências sofridas por Ribamar. O documento menciona que:

As torturas infligidas aos advogados, Dr. Tomás Miguel Presburguer, José Ribamar Lopes e José Oscar Pelúcio, deram motivo a séria representação da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – Seção do DF – ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República, reclamando a punição criminal dos torturadores policiais.¹³⁸

¹³³ COLENDO Conselho de Justiça da XI Auditoria Militar (PROC.06/70). In: Brasília, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.p.3008.

¹³⁴ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022, p. 42.

¹³⁵ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹³⁶ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 252.

¹³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: O Golpe de 1964 e a ditadura militar*. – 1º ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹³⁸ COLENDO Conselho de Justiça da XI Auditoria Militar (PROC.06/70). In: BRASÍLIA, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº XVI*. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01.P.3010.

A menção à representação formal da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal revela que as denúncias extrapolaram o âmbito individual e alcançaram instâncias institucionais, evidenciando a gravidade das violações cometidas. Ainda que tais representações raramente resultassem em responsabilização efetiva dos agentes envolvidos, elas constituem importantes registros documentais da prática sistemática da tortura como instrumento de repressão política. Esses episódios reforçam a compreensão de que o Inquérito Policial Militar não operava apenas como procedimento jurídico, mas como mecanismo de coerção e violência, integrando a engrenagem do *estado de exceção* e *Terror de Estado* que marcou o período.

Nesse contexto repressivo, as trajetórias dos indiciados passaram a ser profundamente reconfiguradas. Em razão das acusações e da intensificação da perseguição política, Raimundo Santos deslocou-se para fora do país, dirigindo-se à América Latina. Até o momento, não foi possível localizar informações precisas acerca das circunstâncias de sua partida, das rotas percorridas ou mesmo do país em que buscou asilo inicialmente, lacuna documental que evidencia as dificuldades metodológicas próprias da reconstrução histórica das experiências do exílio. No caso de José Ribamar Lopes, sabe-se que foi condenado a dois anos e meio de prisão. Após o cumprimento da pena, retomou a vida profissional, dando continuidade à carreira de advogado. Sua trajetória posterior revela, assim, os processos de reinserção social vivenciados por parte dos perseguidos políticos, ainda que marcados pelas consequências duradouras da repressão e da violência estatal.

2.5 IPM 349: uma ditadura síndico-comunista no norte piauiense?

Determinou o Cmt da Guarnição Federal de Teresina, inicialmente, a ida à Parnaíba [...] cujo objetivo dessa equipe era fazer um estudo de situação como observador na cidade.

Após ter sido feito o estudo da situação, levantadas todas as possibilidades de ação dos elementos suspeitos e feitas coletas de Informes, regressou o 1º Ten. Tupinambá a Teresina fazendo um relato dos acontecimentos. Tendo em vista as informações obtidas, resolveu o Cmt. da Guarnição Federal de Teresina determinar a abertura de um Inquérito Policial Militar para apurar o fato de que elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando na cidade de Parnaíba, estado do Piauí, atos que atentavam a Segurança Nacional.¹³⁹

¹³⁹ RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 2 de julho de 1964, n.655, p.3.

A partir do trecho da matéria *Resumo dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964*, pode-se compreender que as *Operações Limpeza* não ficaram restritas à cidade de Teresina; ocorreram também na cidade de Parnaíba. As *operações*, como aponta a matéria, tinham o objetivo de investigar crimes de subversão em Parnaíba, sob comando do Capitão Gladstone, que se deslocou de Teresina para viabilizar a investigação. Em outra passagem, enfatiza-se a informação de que “em virtude da ausência de uma entidade militar com comando nesta área, Parnaíba era tida como uma terra propícia para atividades subversivas”¹⁴⁰. Que atividades subversivas estavam acontecendo em Parnaíba?

A matéria do jornal *Estado do Piauí* traz uma lista dos sindicatos que foram cerceados em suas liberdades de atuação pela Guarnição Federal de Teresina, a qual é elucidativa para a compreensão de que em Parnaíba havia um crescente movimento de trabalhadores urbanos e rurais.

Sindicato dos Estivadores do Estado do Piauí; Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Estado do Piauí; Sindicato dos Foguistas Fluviais do Estado do Piauí; Sindicato dos Operários e Carpinteiros Fluviais no Estado do Piauí; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Piauí; Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Arrumadores Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos Oficiais de Máquinas, Motoristas e Condutores em Transporte Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas de Parnaíba; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Preparação de Óleo Vegetal e Animal de Parnaíba; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de preparação de Óleo Vegetal e Animal de Parnaíba; Sindicato das Indústrias de Construção e do Mobiliário do Estado do Piauí; Sindicato dos Contabilistas do Estado do Piauí.¹⁴¹

A força sindical de Parnaíba era a maior do estado do Piauí, uma vez que a cidade contava com um porto marítimo, a Estrada de Ferro e um forte setor industrial. Parnaíba, segundo Elisa Maria Ricardo, era uma cidade do comércio, na qual havia forte presença de empresas americanas que traziam *ares capitalistas* para a cidade e, na mesma proporção, geravam mazelas sociais, especialmente para os trabalhadores, que enfrentavam problemas

¹⁴⁰ RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 2 de julho de 1964, n.655, p.3.

¹⁴¹ RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 2 de julho de 1964, n.655, p.3.

relacionados a baixos salários, carga horária excessiva e péssimas condições de trabalho.¹⁴² Em razão dessas demandas e da crescente influência do *Trabalhismo*, representado pelo PTB, observa-se que os trabalhadores começaram, a partir da década de 1950, a se reunir para discutir a sua realidade. Como consequência, a organização de sindicatos foi crescendo e ganhando força na luta por melhores condições de trabalho e salários compatíveis com as atividades desenvolvidas.

Os trabalhadores foram sujeitos ativos dos processos políticos vivenciados no interior do sindicalismo na década de 1950. Francisco José Leandro de Castro relata que esses trabalhadores se apropriaram da legislação trabalhista compreendendo os mecanismos que poderiam beneficiá-los e, a partir dessa ação, criaram estratégias de defesa dos interesses coletivos. Para além desse movimento de informação e apropriação de seus próprios direitos, os trabalhadores parnaibanos mantinham contato com lideranças de relevo na política brasileira. Esta informação foi verificada em análise de matérias dos jornais *Terra Livre*¹⁴³ e *Novos Rumos*¹⁴⁴, periódicos que circularam nas décadas de 1950 e 1960 em Parnaíba, que traziam reportagens e notícias relacionadas à questão agrária e aos trabalhadores sindicalizados no Brasil. As ideias de organização sindical, socialismo e luta pela terra foram difundidas à medida que os jornais citados circulavam entre os parnaibanos investigados. Com frequência, os periódicos publicavam matérias que abordavam as experiências de trabalhadores, apontando a participação de líderes sindicais em encontros nacionais.¹⁴⁵

O Jornal *Terra Livre*, disponível na Hemeroteca Digital *Armazém Memória*, apresenta o Piauí, em especial a cidade de Parnaíba, como um reduto de trabalhadores urbanos e rurais engajados com as questões sociais. Na matéria '*Ainda há homens que dormem, mas estão para acordar*', é possível constatar a indignação que os trabalhadores sentiam diante da expropriação de terras pelos latifundiários locais. Somado a isso, o autor da matéria aponta uma saída: a união de sindicatos, trabalhadores rurais e associações.

¹⁴² RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

¹⁴³ O jornal *Terra Livre*, criado pelo Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, circulou entre os anos de 1954 e 1964, com o intuito de divulgar aos trabalhadores rurais ideias comunistas e leis trabalhistas. O periódico não tinha uma circulação regular, tendo em vista que as publicações dependiam das assinaturas e de rifas. Em geral, o número de páginas variava de 6 a 12 páginas. Com o Golpe, foi obrigado a encerrar suas atividades. Mais informações em: DA CRUZ, Rafael Sandrin. *A história do jornal Terra Livre e as lutas dos camponeses no estado de São Paulo (1954-1964)*. Temporalidades, v. 13, n. 1, p. 408-429, 2021.

¹⁴⁴ O jornal *Novos Rumos*, criado pelo Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro, circulou entre os anos de 1959 a 1964. O jornal tinha em média 8 páginas, era financiado pelo próprio partido e pelas assinaturas. Era um jornal voltado para a militância, em razão disso, grande parte das notícias eram voltadas para o movimento sindical e mobilização dos trabalhadores rurais. In: FERREIRA, Jorge. "*Novos Rumos*": *jornal do Partido Comunista Brasileiro*. Locus: Revista de História, v. 19, n. 2, 2013.

¹⁴⁵ DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

Diante dessa situação em que estamos, só mesmo com a organização e a união de todos os trabalhadores rurais nos sindicatos e associações, para lutarem por suas reivindicações, poderemos ter uma vida melhor. Como disse um lavrador da Fazenda de Jacutinga, em TERRA LIVRE: Ainda há homens que dormem, mas que estão para acordar! E eu digo: os trabalhadores de Parnaíba, no Piauí, já estão acordando, e acordaremos e marcharemos na luta pelo nosso bem-estar, por pão, terra e liberdade.¹⁴⁶

A matéria *Resumo*, publicada no jornal *Estado do Piauí*, noticia sobre um Inquérito Policial instaurado para investigar as movimentações *subversivas* que aconteciam em Parnaíba. No Inquérito n.º 349, podemos compreender as motivações para sua instauração:

Certos de que o regime democrático-representativo que ainda hoje desfrutamos, graças à admirável demonstração de civismo, patriotismo e decisão das gloriosas Forças Armadas do Brasil, seria dentro em breve substituído por uma ditadura síndico-comunista, à maneira de Cuba e de outros países de igual sistema político, os pelegos e arruaceiros do C.G.T, do P.U.A, da U.N.E e de outras formas de outras entidades subversivas, sediadas no Guanabara, porém com articulações em todos os Estados da Federação, inclusive nesta cidade, através de vários Sindicatos e estes por intermédio dos seus presidentes, desenvolviam a mais nefasta atividade no sentido de responder à expectativa daqueles que, contando com o apoio, prestígio e intimidade do Sr. João Goulart, projetavam a instalação para sempre, como na Rússia, de um governo totalitário e impiedoso. A extensão e profundidade da infiltração extremista nesses setores, difundida pelos seus líderes, desde o início da administração passada, refletia nitidamente a conjuntura caudilhesca que a nação atravessava naquela época sombria e o abismo que lhe haviam preparado os agentes de Moscou com a colaboração dos irrefletidos e insensatos adeptos de Kremlin.¹⁴⁷

O trecho acima é importante para a análise dos discursos produzidos pelos militares em relação a esses trabalhadores, pautados no anticomunismo e no antissindicalismo. A principal acusação sustenta que os indiciados atentaram contra o suposto regime *democrático-representativo*, por meio da tentativa de substituí-lo por uma *ditadura síndico-comunista*. A ideia expressa no Inquérito reflete as principais ações da *polícia política* nos primeiros momentos do Golpe, caracterizadas por uma forte repressão a movimentos que representavam a ordem anterior, ou seja, movimentos ligados aos ideais reformistas e trabalhistas propostos por João Goulart. O historiador Francisco Leandro de Castro destaca, ao realizar uma análise desse Inquérito, que a ideia de democracia-cristã ocidental *versus* ditadura síndico-comunista é resultado de uma retórica maniqueísta que

¹⁴⁶ AINDA há homens que dormem, mas estão para acordar. *Terra Livre*. Ano VI – São Paulo, 2a. Quinzena de Dezembro de 1954, n. 51. Página 2. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/Acesso em: 20/05/2024..>

¹⁴⁷ CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N° CCCXLIX*. V. 3. Organização Mov. Sindical. Ceará, 1965. Projeto BNM n° 349. 1965. p. 8.

atravessava o mundo no momento da Guerra Fria, marcada pela divisão entre dois ideais antagônicos.¹⁴⁸

Tendo em vista que o principal objetivo, nesse primeiro momento, era a desarticulação dos movimentos sociais que representavam os ideais trabalhistas, fazia-se necessária uma acusação baseada em evidências. Dessa forma, os militares passavam o *pente-fino* nas sedes dos sindicatos parnaibanos, com o intuito de encontrar materiais considerados subversivos – cartilhas, fotografias, jornais e cartas – que estivessem ligados ao comunismo ou trabalhismo, permitindo o enquadramento dos sindicalistas na Lei de Segurança Nacional.

No mesmo momento, os militares saíram em busca de boletins, livros, jornais, revistas ou qualquer outro material considerado de infiltração ou “propaganda comunista”, para servir de prova criminal contra as lideranças sindicais. Fizeram ainda buscas, verdadeiras devassas, como forma de intimidação, no calar da noite, nas residências desses trabalhadores que, em sua maior parte, residiam nos bairros populares da Corôa e Tucuns.¹⁴⁹

As práticas de autoritarismo estatal em Parnaíba envolvem três objetivos: a busca por *evidências subversivas*, a desmobilização dos movimentos sociais e a construção de um clima de suspeição em relação ao outro. Em relação ao primeiro, como bem destaca Francisco Leandro de Castro no fragmento acima, essas buscas por evidências eram *verdadeiras devassas*. A partir da suspeita de contestação dos ideais pregados pela ditadura, eram realizadas práticas ligadas ao *Terror de Estado* a fim de produzir uma atmosfera de suspeita e desmobilização, mas também de possibilitar a descoberta da *verdade*. Em relação ao segundo, entende-se que o Terrorismo empregado pelo Estado em terras parnaibanas tinha como finalidade desarticular os movimentos sociais que representavam mudanças significativas na sociedade. A atmosfera de suspeição do outro é construída a partir da publicização das ações da *polícia política*, em que os indivíduos são rotulados como subversivos, comunistas e perigosos.

Com a abertura do Inquérito, organizado pelo capitão Gladstone Wayne Rodrigues, foram indiciados Tomaz da Silva Lima¹⁵⁰, Antônio Farias Ferreira¹⁵¹, Manoel de Pereira

¹⁴⁸ DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022. p. 176

¹⁴⁹ DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022. p. 176

¹⁵⁰ Presidente da Federação dos Trabalhadores de Transportes Fluviais no Piauí, foi acusado de fazer viagens pelo Rio de Janeiro com o intuito de tratar assuntos ligados à sua classe, frequentar espaços de palestra com figuras subversivas (como Antônio Bezerra, Padre Alípio e José Ceará), além de ser filiado ao PCB e distribuir o Jornal “Novos Rumos”.

¹⁵¹ Presidente da União dos Ferroviários do Piauí, é acusado de comparecer ao Congresso dos Trabalhadores Ferroviários do Piauí realizado em Recife, participar da reunião geral dos Sindicatos, com o objetivo de prestar

Neto¹⁵², João Roberto de Araújo¹⁵³, Bernardo Luiz Caldas Veras¹⁵⁴, José Caldas de Carvalho¹⁵⁵, Raimundo Nonato de Brito¹⁵⁶, Antônio Bezerra da Silva¹⁵⁷, Israel Brodher¹⁵⁸, Luiz Alberto da Mota Solheiros¹⁵⁹, José Reinaldo dos Santos Baldez¹⁶⁰, Francisco das Chagas Frota Medeiros¹⁶¹, Evilásio dos Santos Barros¹⁶², Custódio Amorim¹⁶³, Ademir Alves de Melo¹⁶⁴, José Alexandre Caldas Rodrigues¹⁶⁵, João Batista do Nascimento¹⁶⁶, Antônio José de Souza¹⁶⁷, Raimundo Belém (funcionário da Alfândega), Francisco das Chagas Santos (industrial), Mário de Tal (alfandegário), João Batista da Silva (funcionário do IAPM), Luiz Pereira do Nascimento (estivador), Antônio Pereira da Silva (estivador) e Francisco Araújo (Presidente do Sindicato dos Padeiros), Acilino Pereira da Silva, Luiz da Silva Araújo, Luidin

solidariedade a João Goulart. Também consta um passado subversivo, tendo sido fichado pela Polícia do Ceará como comunista.

¹⁵² Presidente do Sindicato dos Fogueiros, em cuja sede foi encontrado material de propaganda comunista, acusado também de participar da reunião com o Padre Alípio, e apoiar a realização da passeata em solidariedade a Goulart.

¹⁵³ Vereador Municipal pelo PTB, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Parnaíba, organização em que foi encontrado material considerado de propaganda subversiva. Acusado de viajar à Guanabara com o objetivo de participar de reuniões de Ligas Camponesas; de participar da Assembleia Geral dos Sindicatos locais, com o objetivo de prestar solidariedade à Goulart, e de se pronunciar contra o Golpe.

¹⁵⁴ Vice-Presidente da União dos Ferroviários do Piauí foi acusado de participar de um Congresso realizado em Recife, compor a Assembleia Geral dos Sindicatos locais em apoio a Goulart, protestar contra a deposição de Goulart e do líder sindical Rafael Martinelli.

¹⁵⁵ Ligado ao PCB foi acusado de cooperar nas campanhas de propagandas com distribuição nas Estradas de Ferro, além de distribuir os jornais “Novos Rumos” e “Brasil Urgente” nas reuniões dos sindicatos.

¹⁵⁶ Presidente do Sindicato dos Bancários, acusado de distribuir entre os bancários o mimeógrafo do IAPB e boletins de cunho subversivo, além de comparecer ao comício do dia 13 de março no Guanabara, e participar da assembleia dos Sindicatos Locais, recebeu a tarefa de conseguir um alto falante para a passeata que aconteceria em solidariedade ao Goulart.

¹⁵⁷ Vulgo “Pintor” foi apontado como distribuidor dos jornais “Novos Rumos”, acusado de possuir estreitas ligações de amizade com o comunista José Ceará, hospedar o comunista Orestes Timbaúba, redator do jornal citado supracitado.

¹⁵⁸ Advogado da União dos Ferroviários do Piauí, acusado de incitar movimentos grevistas, participou da Assembleia Geral dos Sindicatos locais, transmitiu ideias ao jovem Ademir Alves de Melo.

¹⁵⁹ Superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí, acusado de receber instruções do líder sindical Rafael Martinelli e transmitir aos ferroviários, também acusado de possuir estreitas amizades com Antônio Farias Ferreira e Israel Brodher.

¹⁶⁰ Presidente da União dos Servidores Públicos Civis do Brasil, foi acusado de participar da organização das Ligas Camponesas, e de preparar a documentação da Federação dos Camponeses de Teresina, sob orientação de José Ceará.

¹⁶¹ Acusado de reger reformas e discutir a Lei de remessa de lucros nos Correios e Telégrafos.

¹⁶² Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Piauí, acusado de viajar constantemente para a Guanabara, local em que recebia orientações para organizar uma greve, além de participar da Assembleia local em apoio ao Goulart.

¹⁶³ Vereador Municipal pelo PTB, acusado de apresentar um projeto à Câmara para que fosse concedido o título de cidadão parnaibano a Leonel Brizola.

¹⁶⁴ Ex-Presidente da União dos Estudantes Secundários de Parnaíba, foi acusado de possibilitar uma conferência de caráter esquerdista no meio estudantil, além de ser apontado como distribuidor do jornal “Brasil Urgente”.

¹⁶⁵ Irmão de Chagas Rodrigues, Alexandre Caldas foi uma figura de destaque no cenário político parnaibano, local em que foi eleito como Deputado Estadual, mas que teve o seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa do Estado, por manter relações com os sindicatos locais.

¹⁶⁶ Acusado de redigir uma carta-manifesto a uma rádio da Guanabara, elogiando o comício da SUPRA.

¹⁶⁷ Acusado de solicitar instruções à Leonel Brizola, e posteriormente, prestar solidariedade ao Presidente deposto.

da Costa Lira, Edgar Catanhede de Albuquerque, Marziles Guimarães e Edgar Braúna. Ao todo, foram mais de 30 indiciados no Inquérito. Em sua totalidade, estavam envolvidos, direta ou indiretamente, com atividades sindicais.

A partir da análise do IPM Nº 349, é possível observar que as preocupações dos militares estavam relacionadas à posse e distribuição de materiais de propaganda subversiva e/ou comunista, à presença de agitadores políticos em Parnaíba, às viagens de lideranças sindicais parnaibanas à cidade de Guanabara, às reuniões de caráter subversivo e, por fim, à Assembleia Geral dos Sindicatos locais em solidariedade a João Goulart.

Um dos principais objetivos da *polícia política* era localizar focos comunistas dentro das organizações sindicais para enquadrar os sindicalistas na Lei de Segurança Nacional. No Inquérito, alguns indivíduos são acusados de distribuir material de propaganda comunista nas reuniões sindicais. Nos interrogatórios, as perguntas giram em torno dos materiais subversivos, encontrados nas sedes dos sindicatos, em especial os jornais ligados ao Partido Comunista, como *Novos Rumos*, *Terra Livre*, *Brasil Urgente*¹⁶⁸, além de livros e revistas como *Movimento Sindical Mundial*.

Em relação à presença de agitadores em Parnaíba e às viagens de dirigentes sindicais, os militares objetivavam compreender a proximidade entre os sindicalistas piauienses e os demais ativistas sindicais do Brasil. A partir das informações do Inquérito e matérias que circulavam em jornais laborais, compreende-se que os trabalhadores organizados criaram uma unidade para um movimento que vinha ocorrendo em diferentes regiões do território brasileiro, além de – a partir da experiência de outros locais – tecer possibilidades para o Piauí. Observa-se que os líderes possuíam ligações com outras organizações sindicais, como a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria e a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores. Além disso, foi questionada a presença de agitadores políticos em Parnaíba, como a do padre português Alípio Cristiano de Freitas¹⁶⁹ e de Orestes Timbaúba, comunista e redator do jornal *Novos Rumos*.

No que se refere ao tema das reuniões, o Inquérito denuncia a preocupação das autoridades militares com o encontro promovido por sindicalistas parnaibanos, no qual se

¹⁶⁸ O jornal *Brasil Urgente* foi criado por frades da Ordem Dominicana em São Paulo, um dos setores que mais buscava a aproximação entre igreja e causas sociais, e circulou nos anos de 1963 a 1964.

¹⁶⁹ Alípio de Freitas nasceu em Bragança, Portugal. Ordenou-se padre em 1952 e mudou-se para o Brasil em 1957, atuando como professor universitário e se aproximando dos movimentos sociais, especialmente, no Maranhão. Anos depois atuou nas Ligas Camponesas ao lado de Francisco Julião. Com o golpe de 1964, exilou-se no México e em Cuba; no entanto, retornou ao Brasil, passando a atuar clandestinamente, como dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, integrando uma resistência armada. Pouco depois, foi preso e torturado pelo regime militar. Em 1979, mudou-se para Moçambique e, em 1981, retornou a Portugal. Faleceu em 2017 aos 88 anos de idade. Mais informações em: <https://vermelho.org.br/2017/06/13/morre-alipio-de-freitas-uma-vida-dedicada-a-emancipacao-do-povo/>

organizava um ato de solidariedade ao então presidente deposto João Goulart. Além disso, os trabalhadores parnaibanos articulavam uma greve geral em apoio à democracia, em contestação à nova ordem instaurada. Paralelamente, as investigações militares buscavam identificar a eventual presença de armas de fogo nas sedes sindicais, bem como a atuação de indivíduos aptos a liderar iniciativas de oposição ao novo regime.

Francisco José Leandro Araújo aponta que há um silêncio em relação ao *Terrorismo de Estado* em Parnaíba, mas que os trabalhadores e seus familiares constituem uma espécie de *memória subterrânea*¹⁷⁰ sobre os acontecimentos desencadeados após o Golpe. Para o autor, se, por um lado, existe uma narrativa sobre a pouca relevância da cidade litorânea no cenário nacional, o que sustentaria a ideia de que não teria sofrido práticas repressivas. Por outro lado, os trabalhadores que sofreram com as práticas coercitivas do Estado também se silenciaram. O silêncio pode ser interpretado como resultado do medo, da repressão e da estigmatização associada aos indivíduos compreendidos como subversivos.¹⁷¹

2.6 O Terror invade os lares parnaibanos: *eles entraram e reviraram a casa toda*.

Com o objetivo de desmobilizar os movimentos contestatários da ordem, o *Terror de Estado* violou a *intimidade* desses parnaibanos. Para tanto, optou-se por analisar essas práticas a partir das experiências de três indivíduos citados no Inquérito Policial Militar nº 349: Maninho Medeiros, Evilásio Santos e, com ênfase em sua trajetória de exílio, Ademir Alves de Melo. O principal intuito é compreender como o *Terrorismo de Estado* desmobilizou um conjunto de indivíduos que integravam organizações legítimas ao longo da década de 1960.

Francisco da Chagas – também conhecido como Maninho Medeiros – foi um dos indiciados no IPM nº 349, acusado de discutir as Reformas de Base em seu trabalho. Segundo Sebastião Paulo, irmão do indiciado, Maninho Medeiros era bastante *esclarecido*, interessado em questões sociais e populares. Em busca de novas perspectivas de vida, Maninho exilou-se de sua terra, Parnaíba, e foi ao Rio de Janeiro, a fim de evitar novas perseguições. Mas, devido ao amplo aparelho de comunicação da ditadura, Maninho não pôde assumir o concurso em que passou, pois estava sob acusação de ser um *agitador*¹⁷².

¹⁷⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista de Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁷¹ DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

¹⁷² DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

Assim como Maninho Medeiros, outros indivíduos indiciados nesse Inquérito também foram vítimas das práticas de *Terrorismo de Estado*. Entre eles, destaca-se Evilásio dos Barros Santos, líder sindical ligado à firma Moraes S/A, que tinha 41 anos em 1964. Natural de um povoado da cidade de Buriti dos Lopes, deslocou-se até Parnaíba para trabalhar na firma citada, em 1945. Aos poucos, o buritiense foi ganhando destaque na empresa e, no início dos anos 1960, era um líder sindical e representante da Federação dos Trabalhadores da Indústria.

No IPM nº 349, Evilásio Barros¹⁷³ foi acusado de participar de viagens com destino à Guanabara. De acordo com Francisco José Leandro, Evilásio participou ativamente de diversas formações no antigo Estado da Guanabara, o que lhe permitiu representar a classe à qual pertencia.¹⁷⁴ Nos interrogatórios, a preocupação dos torturadores era identificar as razões dessas viagens. Em sua defesa, o buritiense responde que era convocado pela Federação Nacional dos Trabalhadores (CNTI), nas quais discutia problemas relacionados à categoria e orientações grevistas. Além disso, foi acusado de participar da Assembleia Geral em solidariedade ao presidente deposto e de receber instruções para organizar o Comando Municipal dos Trabalhadores.

De acordo com Carmelita França, esposa de Evilásio, as memórias daqueles tempos são marcadas por fortes traumas e pela violência. Segundo Iara França, filha do sindicalista, a família viveu verdadeiros momentos de terror, quando, às três horas da madrugada, foram surpreendidos com batidas violentas na porta, chamando por Evilásio, que não se encontrava em casa, pois estava participando do velório de um parente em Fortaleza. Assustada, Carmelita acabou abrindo a porta, após receber o conselho de vizinho.

Dona Carmelita é a polícia! Eles tão atrás do Seu Evilásio. E eles vão voltar. É melhor a senhora abrir”. Então ela foi e se sentou, tentou se acalmar, tirou a camisola, se vestiu e ficou sentada na cadeira se tremendo, chorando... Foi quando eles chegaram de novo. Dessa outra vez já foi com violência... Já chegaram gritando: “abre, abre, porque senão a gente vai arrombar a porta!” Aí ela foi lá e abriu. Eram uns quatro homens. “Tudo armado!” Eram homens do Exército.¹⁷⁵

Iara França ainda relata outros momentos de violência vivenciados por sua família:

¹⁷³ Evilásio Barros não se exilou, mas sua trajetória é relevante para a compreensão das práticas de Terrorismo de Estado em Parnaíba, na medida em que permite analisar as formas de repressão política, vigilância e intimidação produzidas pelo regime militar em âmbito local, evidenciando que a repressão não se restringiu aos sujeitos diretamente exilados, mas alcançou diferentes níveis de atuação política e social.

¹⁷⁴ DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. 1964: *Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

¹⁷⁵ BARROS, Iara França de. Entrevista. Concedida a Francisco José Leandro de Araújo de Castro. 4 de junho de 2020. In: DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. 1964: *Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

Eles entraram e reviraram a casa toda. O quarto que a gente estava dormindo. Abriram um guarda-roupa, com as gavetinhas bem pequenas, elas tiraram as gavetas e jogaram tudo no chão, espalharam tudo! E dizendo ‘Cadê seu Evilásio?’ Procurando por ele... Mexeram tudo. Tudo na casa. E disseram para ela: ‘Olhe, nós vamos te levar, pra tu aprender a respeitar polícia, não ficar enganando a gente. Ficar escondendo ele! Ela falando: “Ele está pra Fortaleza. Não está na cidade”

Aí foram para a cozinha. Depois no quintal. Ela disse que o quintal estava cheio de água. Ai ela disse para eles: “Olhe, tá cheio de água aí”! Eles fizeram foi responder ela com grosseria e entraram. Ela disse que a água ficou no joelho deles. E eles andando no quintal. Procurando o papai. Quando chegaram lá fora, aí eles falaram: “Olhe, não vamos lhe levar porque você é mulher! Mas é para você aprender a respeitar a polícia! Aí saíram. Aí ela disse que ficou sentada, chorando muito. Arriscada até perder o filho. Ela estava grávida. E eles ficaram pelas esquinas. Esperando pra ver se encontravam o papai.”¹⁷⁶

O relato de Iara França elucida como o *Terror de Estado* adentrou sua casa na *calada da noite*. A fim de proteger a nova ordem, a *polícia política*, em suas *operações limpeza*, não hesitou em empregar a violência. Evidencia-se, a partir do relato, a truculência policial ao invadir a residência de uma família, na qual se encontravam apenas uma mulher grávida e seus filhos. Dom Paulo Evaristo destaca que as suspeitas de subversão da ordem política e social poderiam se estender aos familiares e amigos da pessoa suspeita, uma vez que o *inimigo* não era apenas uma pessoa física, mas também o seu eixo de relações, que poderia ser compreendido como um núcleo de organização ou partido revolucionário.¹⁷⁷

O objetivo, para além de encontrar Evilásio para prestar depoimento, possuía função pedagógica: a de mostrar aos parnaibanos que medidas seriam tomadas em relação àqueles com postura *subversiva*. Somado a isso, interessava aos militares desarticular os coletivos, por meio da intimidação dos indivíduos e de todos aqueles que os circundam. O historiador Patto de Sá Motta afirma que, embora as detenções atingissem diversos estratos da sociedade, a violência mais intensa foi destinada às lideranças populares, visto que as pessoas de origem popular e não branca, em geral, sofriam formas mais intensas de violência estatal. Tal compreensão pode ser evidenciada nos momentos de terror que Evilásio viveu.¹⁷⁸

Ao retornar para Parnaíba, o líder sindical apresentou-se voluntariamente na delegacia da cidade e foi encaminhado a uma cela com presos comuns, onde passou mais de uma

¹⁷⁶ BARROS, Iara França de. Entrevista. Concedida a Francisco José Leandro de Araújo de Castro. 4 de junho de 2020. In: DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro. 2022.

¹⁷⁷ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022

¹⁷⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

semana. Era comum que pessoas procuradas por órgãos de segurança comparecessem por vontade própria às dependências policiais, a fim de prestar esclarecimentos, no entanto, tal atitude não os isentava de sofrer algum tipo de violência. Na cadeia, Evilásio sofreu ameaça psicológica: “diziam para ele confessar os crimes, senão iam levar ele para uma penitenciária longe daqui, para um presídio de segurança máxima”. As ameaças o deixaram abatido: “Muito magro. Perdeu muito peso. Todo barbudo.” O sindicalista, que não gostava de falar do assunto e preferiu não rememorar esses tempos sombrios, é um exemplo da desmobilização que o *Terror de Estado* causou.

Francisco José Leandro aponta que Evilásio sofreu *uma espécie de reação psíquica aos sofrimentos submetidos*. Além do silêncio, ele não conseguia realizar atividades que envolviam uma expressão de *leveza corporal*, como a dança, em razão de uma promessa que fez: “Desde 1964, fiz uma jura na minha vida de nunca mais dançar”. A face da ditadura como produtora de *impossibilidades* é acionada na trajetória do líder operário. O trabalhador, assim como outros processados, ficou impossibilitado de disputar eleições, ou seja, perdeu a sua cidadania política.

A trajetória de Ademir Alves de Melo é importante para a compreensão da noção de que o *Terrorismo de Estado* produz impossibilidades existenciais que desembocam nos exílios. Aos 19 anos, sendo o indiciado mais jovem do processo, Ademir Alves não sofreu apenas a privação de sua liberdade, mas um sistemático processo de constrangimento público e vigilância que desestruturou sua permanência no Piauí, forçando-o a um deslocamento inicial para Pernambuco. Mais tarde, viu-se forçado a buscar exílio no Chile e na Alemanha.

Imagem 05: Ademir Alves de Melo



Fonte: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil-Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

Ademir Melo foi presidente da União de Estudantes Secundários de Parnaíba. No Inquérito, foi acusado de organizar a conferência *Aspectos da realidade brasileira* com o palestrante Israel Brodher¹⁷⁹ para os estudantes secundaristas. No Termo de Perguntas ao Indiciado, é possível acessar mais detalhes do teor desta conferência. Como consequência das acusações, o parnaibano Ademir Melo foi preso em abril e levado à Cadeia Pública de Parnaíba. Em relato concedido à pesquisadora Elisângela Maria Ricardo no ano de 2018, ele descreve a invasão de sua residência, prática voltada à intimidação e à desmoralização do indivíduo ao violar o espaço íntimo do lar: *adentraram em casa com uma metralhadora*. Tal ação configurava uma prisão acompanhada de invasão domiciliar, em geral, desacompanhada de mandado judicial, de forma violenta e intimidatória.

Eu sabia por que eles tinham ido me procurar. Eu morava com a minha avó, e eles foram à minha casa (dos pais) me procurar pela manhã. Disseram-me que o Exército havia me procurado, o capitão Gladstone Wayne Rodrigues (consta no IPM). Eu disse, bom, sei que eles vão me procurar de madrugada, então me preparei e fui pra casa dos meus pais. Ficava um pouco distante da casa da minha avó, para não ter o constrangimento de perguntarem onde eu me encontrava e irem à casa da minha avó. Fui dormir, esperando a hora de me apanharem. Mais ou menos às cinco horas da manhã eles chegaram. Chegaram, parece-me que em dois jipes. Apartados, adentraram em casa com metralhadora. O tal fulano de tal Gladstone Wayne Rodrigues, Tenente (Eurico Pessoa Aragão) que está o nome dele aí (IPM), e o cabo (Valdimar Feitosa da Silva/ 3º sargento) entraram todos armados e eu já estava arrumado. Tinha dormido preparado, vestidinho (gesto de cobertor representando como se estivesse coberto e por baixo estava vestido preparado para sair) preparado para ir com eles. Meu quarto ficava mais atrás, a casa era grande, e ao passar eu vi que minha mãe estava olhando pela fresta da porta. Assustada! Levaram-me para a Cadeia Pública de Parnaíba, lá já estava meu companheiro Israel Brodher, que era na verdade meu mentor intelectual, e não deixava de ser. Era quem me orientava.¹⁸⁰

Ao longo do *Termo de Perguntas ao Indiciado* de Ademir Alves, a principal temática abordada foi a relação entre o indiciado e Israel Brodher. A *polícia política* buscava apurar se Brodher atuava como mentor intelectual de Alves. Nesse sentido, em determinado momento, Ademir foi questionado sobre a finalidade de ter se referido a Israel como *meu líder*, ao que respondeu que o advogado lhe indicava leituras para divulgação no meio estudantil. No

¹⁷⁹ Na época, possuía 24 anos de idade e morava em Parnaíba. Advogado da União dos Ferroviários. Também é citado no Inquérito, e é acusado de ser o mentor intelectual de Ademir Melo. No Inquérito, Ademir refere-se a Israel como “meu líder”. CEARÁ, Ministério Público. In: *Inquérito Policial Militar Nº CCCXLIX*. V. 3. Organização Mov. Sindical. Ceará, 1965. Projeto BNM nº 349. 1965. P.8,9 Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=33830 Acesso: 09/10/2024.

¹⁸⁰ MELO, Aldemir Alves de. Entrevista concedida à Elisângela Maria. Dezembro de 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Índícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018. p. 108 e 109.

Inquérito, não há registro das condições em que tais respostas foram colhidas; entretanto, em depoimento posterior, Ademir Alves relatou que, após cinco dias de prisão, foi interrogado durante a madrugada, sem a presença de qualquer autoridade civil, sentado sobre uma pedra à beira-mar, enquanto militares mantinham-lhe uma arma apontada à cabeça

Ele puxou um revólver calibre 38 e disse: olha tem aqui na sua orelha um mosquito. Tudo aquilo para me intimidar, fazer medo. Eles estavam muito interessados em Israel Brodher. Queriam saber se havia alguma organização política do Partido Comunista. Não havia. Não havia; Porque eu estava envolvido. Falou sobre o padre Vicente. E, de vez em quando, dava um tiro, aqui perto do meu ouvido. Mas em direção ao mar, a bala caiu no mar. Mas eu estava assim anestesiado. Aquilo não me causava medo. Talvez pelo fato de não haver a violência física. Não houve a tortura física. Isso não houve. Só essa tortura psicológica, que não funcionou, né. A minha preocupação naquele momento era saber para onde iriam me levar.¹⁸¹

Esse cenário, deslocado das dependências oficiais e despido de qualquer rito processual, posiciona o jovem estudante no limiar da vida nua de Giorgio Agamben.

¹⁸²Naquela madrugada, a estratégia do torturador consistia em provocar no torturado o pavor da morte, de modo que, amedrontado, acabasse fornecendo informações sobre a participação de outros homens e mulheres na base do movimento de organização dos trabalhadores urbanos. Dom Paulo Evaristo atesta o que foi narrado ao afirmar que “... nos momentos de depoimento, os militares criaram um *clima psicológico aterrorizante*, com o objetivo de obtenção de confissões que entregassem mais pessoas”.¹⁸³ Nesse contexto, a confissão de Ademir visava duas finalidades: provar que havia um foco comunista dentro das organizações investigadas e comprovar a liderança de Israel Brodher na organização dos trabalhadores em Parnaíba.

Ao ser questionado se possuía provas para alegar a sua inocência, respondeu: “foi enganado por falta de experiência e distribuiu jornais mencionados de caráter *subversivo* por falta de conhecimento”¹⁸⁴. Apesar da declaração, Alves era um indivíduo articulado, que com frequência participava de reuniões com lideranças sindicais. Mantinha proximidade com líderes ferroviários e realizava viagens pelas cidades próximas à Parnaíba, como Cocal, Piripiri, Piracuruca e Campo Maior, discutindo pautas como Reforma Agrária e as Reformas

¹⁸¹ MELO, Ademir Alves de. Entrevista concedida à Elisângela Maria. Agosto de 2018. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

¹⁸² AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁸³ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022

¹⁸⁴ CEARÁ, Ministério Público. In: *Inquérito Policial Militar Nº CCCXLIX*. V. 3. Organização Mov. Sindical. Ceará, 1965. *Projeto BNM nº 349*. 1965. P.8,9 Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=33830 Acesso: 09/10/2022

de Base. Além disso, incentivou os seus colegas da União dos Estudantes Secundaristas a integrar a Juventude Estudantil Católica (JEC), sob orientação do Padre Vicente, para discutir questões políticas. Politicamente, Ademir Alves posicionava-se como defensor do governo de João Goulart.

De acordo com a historiadora Elisângela Ricardo, alguns dias após o interrogatório realizado à beira-mar, Ademir Melo foi levado ao Tiro de Guerra 2000, onde foi interrogado novamente. Liberado pelos militares alguns dias depois, ficou confinado na residência da avó. Todos os dias, o militante era obrigado a comparecer à Capitania dos Portos e não poderia deixar Parnaíba sem autorização.¹⁸⁵ Apesar de cessadas as prisões, denota-se uma vigilância ininterrupta, que deslocava a repressão do cárcere para o cotidiano.

A partir do que foi discutido, constata-se que, no litoral piauiense, os movimentos sociais ganharam relevo durante o governo de Jango, contudo foram duramente reprimidos pela nova ordem. A memória desses trabalhadores elucida que no território piauiense foram aplicadas práticas de *Terrorismo de Estado*, que causaram a desmobilização do coletivo, provocando marcas irreparáveis nos indivíduos citados no Inquérito e em suas famílias. Ao serem submetidos à violência física e psicológica, às apresentações obrigatórias perante as autoridades e ao constante caráter vexatório das investigações, esses sujeitos foram destituídos de seu *lugar no mundo*.

2.7 IPM 340: *Povo organizado e armado derruba a ditadura.*

As palavras de protesto registradas no panfleto "*Por que o estudante está lutando?*" elaborado por estudantes teresinenses no final da década de 1960, expressam oposição à presença e à influência estrangeira na organização do ensino no Brasil, especialmente contra o acordo MEC-USAID. Esses convênios, firmados entre o Ministério da Educação brasileiro e a agência norte-americana USAID (United States Agency for International Development), buscavam reformular o sistema educacional brasileiro, incluindo as universidades, segundo princípios tecnicistas e alinhados aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Como consequência, manifestações estudantis eclodiram em diversas regiões do território nacional, interpretando os acordos como uma forma de intervenção estrangeira nas universidades brasileiras.¹⁸⁶

¹⁸⁵ RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

¹⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Além da crítica aos acordos MEC-USAID, o documento conclama operários, camponeses e estudantes a derrubarem a ditadura militar, fortalecida pelo Ato Institucional nº 5:¹⁸⁷

Mas nós, estudantes, não vamos aceitar essa dominação estrangeira feita por meio do acordo MEC-USAID e juntamente com os operários e camponeses, expulsaremos do Brasil os imperialistas e derrubaremos a ditadura militar que oprime o povo brasileiro.

O POVO ORGANIZADO E ARMADO DERRUBA A DITADURA.¹⁸⁸

Como consequência da panfletagem e de outras movimentações estudantis, foi instaurado o Inquérito Policial Militar n.º 340. A investigação ficou sob responsabilidade do Capitão Astrogildo de Castro Sampaio — delegado de Ordem Política e Social —, que indicou os educandos Geraldo Almeida Borges¹⁸⁹, Odilon Pinto de Mesquita Filho¹⁹⁰, Benoni Alencar Pereira e Evandro Setubal da Cunha e Silva¹⁹¹. Os militares interpretaram a atuação dos jovens citados como uma subversão “da ordem política e social vigente no país, bem como a intenção de alterar a forma de governo prevista na Constituição que o rege”¹⁹². O panfleto configurou-se, de acordo com os investigadores, como uma infração preconizada na Lei de Segurança Nacional.

O panfleto foi elaborado com o objetivo de circular nas dependências da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), criada em 1957 graças aos esforços de Dom Avelar. A instituição, assim como outras universidades e faculdades brasileiras, tornou-se um importante espaço de sociabilidade estudantil, de resistência à ditadura militar e de circulação de ideias acerca da realidade brasileira e piauiense:

Ela é (re)significada nas memórias dos seus estudantes sob várias perspectivas: como espaço de resistência à ditadura, espaço de experiência democrática, local que possibilitou agregação de valores culturais e políticos,

¹⁸⁷ Apontado como um dos autores do manifesto *PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO?* Acusado de fazer do movimento estudantil, responsável por causar desordens.

¹⁸⁸ CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 1033.

¹⁸⁹ Apontado como um dos autores do manifesto *PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO?* e também de ofender o governo americano e brasileiro, tanto no manifesto, como nas entrevistas. Além de membro das entidades Flepa e Unepi.

¹⁹⁰ Apontado como um dos autores do manifesto *PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO?* Acusado de fazer do movimento estudantil, responsável por causar desordens.

¹⁹¹ Apontado como presidente da UNEPI (União Nacional dos Estudantes Piauienses), que de acordo com o Inquérito Policial Militar Nº 340, era a instituição responsável por financiar o panfleto.

¹⁹² CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 4.

num período em que muitos jovens reconheceram seu potencial e não se intimidaram na busca de uma participação política mais efetiva.¹⁹³

Os estudantes e os professores da FAFI compartilham memórias comuns acerca dessas sociabilidades e vivências que marcaram o ambiente acadêmico, em um período anterior ao Golpe. A professora Cecília Mendes, em relato concedido a Elizângela Barbosa Cardoso, conta que a FAFI era espaço de intensa mobilização política, com ampla liberdade de expressão e organização política em um período anterior ao Golpe de 1964 : “[...] havia toda a liberdade, os partidos acadêmicos se candidatavam, as chapas concorriam ao diretório acadêmico [...] nós tínhamos plena liberdade de dizer o que queríamos até certo ponto, até a revolução”¹⁹⁴. Cecília Mendes ainda ressalta que as mulheres também possuíam uma forte participação política dentro do movimento estudantil: “Não havia essa discriminação, podia conversar, podia namorar... Tinha plena liberdade”. Célis Portella, outra discente da faculdade, também relembra que a FAFI era frequentada aos sábados, mesmo fora do horário regular de aulas, ressaltando as noites culturais que eram “infalíveis e consideradas importantíssimas para nós”¹⁹⁵. Esses relatos demarcam, portanto, a instituição como um espaço de sociabilidade juvenil e liberdade de pensamento.

Na Faculdade Católica funcionavam cursos de bacharelado e, após sua conclusão, os alunos poderiam cursar a licenciatura, mediante a realização das disciplinas pedagógicas. A disciplina Cultura Geral, segundo a ex-aluna Maria Graças Moita,¹⁹⁶ proporcionava uma conscientização política, cultural e social, contribuindo para a formação de uma postura crítica dos estudantes e para a compreensão de seu papel na sociedade.¹⁹⁷ A FAFI, assim como outras instituições universitárias brasileiras, era um campo fecundo para o surgimento de um movimento estudantil, uma vez que os estudantes, mobilizados por ideias críticas, organizavam-se em grupos e reivindicavam pautas, muitas delas de alcance nacional, como os protestos contra o acordo MEC-USAID, a melhoria da estrutura educacional e a resistência à

¹⁹³ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Tecendo narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande - PB: [s.n], 2013. p.39.

¹⁹⁴ CARDOSO, Elizângela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitários em Teresina (1930-1970)* – 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2012. p. 140.

¹⁹⁵ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Tecendo narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande - PB: [s.n], 2013. p. 141.

¹⁹⁶ Maria das Graças Raposo Moita é graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí, mas a estudante iniciou o curso na FAFI em 1969.

¹⁹⁷ Depoimento concedido a Lucélia Nárjera de Araújo por Maria das Graças Raposo Moita, 2012. In: ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Tecendo narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande - PB: [s.n], 2013.

ditadura militar. Em razão dessa postura combativa dos estudantes, as universidades eram consideradas um *espaço do inimigo*, ou seja, alvos de vigilância e repressão. Tal percepção resultou na instauração de Inquéritos Policiais Militares em diversas universidades brasileiras.

Antônio José Medeiros conta que a Faculdade de Filosofia era um *território livre*, em que foi possível a esses jovens, mesmo sob a repressão da ditadura militar, vivenciar um local de discussão sobre a realidade piauiense, liberdade de expressão e experiência democrática. Apesar de ser um *território livre*, foi alvo de um Inquérito Policial Militar, que investigou os responsáveis pela criação e divulgação do panfleto “Por que o estudante está lutando?”.¹⁹⁸ De acordo com o IPM, o manifesto foi redigido e mimeografado no Centro Social Luiza Ribeiro, localizado na cidade de Teresina, na madrugada do dia 9 para o dia 10 de agosto, com o objetivo de ser distribuído no dia seguinte na Faculdade de Filosofia.

Além disso, a investigação apontou que Geraldo Borges e Odilon Pinto teriam sido responsáveis pela redação e impressão do panfleto, enquanto Benoni Alencar colaborou com a frase “*Por que o estudante está lutando?*”. O historiador Francisco Alcides do Nascimento argumenta que Teresina era uma cidade pequena e silenciosa durante a madrugada, onde qualquer tipo de movimentação não passava despercebida, como aconteceu naquela noite: a viatura da Delegacia da Ordem Política e Social passou pela rua do Centro Social e, percebendo algo suspeito, decidiu adentrar o local¹⁹⁹, situação que resultou na prisão de Geraldo Borges, que encontrava-se sozinho. No dia seguinte, a polícia cumpriu um mandado de busca e apreensão na casa de Geraldo Borges, na tentativa de achar materiais destinados à subversão da ordem política e social.²⁰⁰

Os Autos de Perguntas aos Indiciados contêm os depoimentos dos estudantes, que poderiam ser considerados provas da insatisfação com o regime ditatorial e, para o historiador atento, servem como fontes de grande importância para a compreensão dos fatos, ainda que colhidos sob um contexto de repressão. Um exemplo disso pode ser observado na análise da posição adotada por Benoni Alencar durante seu interrogatório, no qual, negando algumas acusações, manifestava opiniões reveladoras da sua posição crítica ao governo ditatorial. Em sua fala, Benoni Alencar declarou que a ditadura tinha aspectos democráticos e ditatoriais, dos quais ele comungava apenas com os primeiros, ao passo que, sobre os segundos, o estudante afirmou que o “fato de estar respondendo a este Inquérito e ser permanentemente inquirido

¹⁹⁸ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.

¹⁹⁹ NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos 1964*. In: RÊGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kennedy (Org). Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias. Teresina: EDUFPI, 2016.

²⁰⁰ Mandado de busca e apreensão. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N° CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 15.

pelo DOPS e ser tachado de subversivo, considero isso um exercício ditatorial, uma vez que me julgo cidadão patriota e que sempre quis ajudar meu povo”²⁰¹, considerando-se incapaz de organizar um movimento armado.

Nesse período, ainda não existia a Universidade Federal do Piauí e o ensino superior limitava-se a quatro faculdades: Filosofia, Direito, Medicina e Odontologia, o que levava muitos piauienses a realizar seus estudos em outros estados, onde havia maior pluralidade de instituições e experiências acadêmicas. Como tentativa de articulação entre os universitários dispersos, foi criada a União Nacional dos Estudantes do Piauí (UNEPI), cujo objetivo era promover o intercâmbio entre jovens piauienses espalhados pelo Brasil e incentivar estudos e reflexões críticas acerca da realidade piauiense. Destaca-se, ainda, a Frente de Lideranças Estudantis Participantes (FLEPA), liderada pelo já citado Benoni Alencar²⁰², que buscava expandir o movimento estudantil além do Liceu Piauiense. Ambas as entidades passaram a ser alvo das investigações, sendo rotuladas como *subversivas*.

Outras pessoas envolvidas, de forma direta e indireta, com os indiciados ou com as entidades estudantis foram convocadas a prestar depoimento²⁰³, nos quais a polícia política buscava apurar o conhecimento que possuíam sobre as ações consideradas *subversivas*. Nesse contexto, os interrogatórios assumiram um caráter persuasivo, com o objetivo de conduzir os depoentes a afirmar a legitimidade do governo militar diante das autoridades. Nesse sentido, uma pergunta recorrente era: "Como aceita o regime político e social vigentes no Brasil?", a qual os interrogados responderam que concordavam em parte com a ditadura ou alegavam não possuir elementos suficientes para responder ao questionamento.²⁰⁴

Ao final do processo, Geraldo Borges, Evandro Setúbal e Benoni Alencar contrataram um advogado para defendê-los, Pádua Barroso²⁰⁵, responsável por argumentar perante o juiz que a acusação acerca da realização do panfleto partia apenas de Odilon Pinto, então foragido,

²⁰¹ TERMO de Perguntas ao Indiciado: Benoni Alencar. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 512

²⁰² Benoni Alencar era um jornalista, bancário e estudante secundarista do colégio Liceu Piauiense, envolvido com a Ação Popular. Após perseguições políticas em Teresina, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro, lugar em que morou até 2011, ano em que faleceu.

²⁰³ Perpétuo Socorro de Lima Veloso, Francisca Luiza Bonfim, (ambas participantes da UNEPI e FLEPA), Maria Luiza de Alencar (professora e responsável pelo Centro Social), Jesemir Pereira dos Santos (dividia residência com Geraldo Borges) e os agentes da DOPS Francisco da Chagas Viana e Carlos Benício de Oliveira.

²⁰⁴ CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 83.

²⁰⁵ O advogado cearense Pádua Barroso atuou em diversos casos com o objetivo de defender perseguidos políticos. Mais informações acerca da atuação do advogado em: <https://oabce.org.br/2024/04/wanda-sidou-e-padua-barroso-a-atuacao-dos-advogados-cearenses-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 18/07/2024.

levando a Justiça a determinar a publicação deste último nome em um Edital de Citação²⁰⁶: “Ademais, Odilon é um revel, é um foragido, é um acusado que não tem coragem de vir enfrentar a justiça e defender-se, coragem essa que não faltou aos demais réus”²⁰⁷.

Odilon Filho recebeu sentença de 1 ano de detenção, enquanto Geraldo Almeida Borges e Benoni Alencar foram condenados a 6 meses de detenção. Aos jovens supracitados foram aplicadas as penas previstas no art. 38, inciso II, do Decreto-Lei n.º 314²⁰⁸; no art. 33, inciso III, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei 314/64²⁰⁹; além do art. 45, inciso II, da Lei de Segurança Nacional²¹⁰. Evandro Setubal da Cunha e Silva foi absolvido.

De acordo com o Relatório Projeto Brasil Nunca Mais, o Ministério Público determinou que fosse anexado ao processo um IPM, instaurado em março de 1969, presidido pelo major Ângelo de Araújo Paz nas dependências do 25º Batalhão de Caçadores.²¹¹ Foram indiciados: Antônio José Castelo Branco Medeiros, Benoni Alencar Pereira, Diogo José Aires Moraes Soares, Evandro Setubal da Cunha e Silva, Geraldo Borges, João Oliveira, José Reis Pereira, Luiz Ribamar Nascimento, Luiz Ubiraci de Carvalho, Maria da Conceição Mesquita e Sousa, Maria do Perpétuo Socorro de Lima Veloso, Nicolau Waquim Neto, Odilon Pinto de Mesquita Filho, Raimundo Nonato Lemos Rios, Renato Araribóia de Brito Barcelar e Palmira Luzia Soares.

A análise do IPM n.º 340 demonstra como as autoridades militares interpretavam a mobilização estudantil como uma ameaça à ordem política instaurada após o golpe de 1964. A simples circulação de panfletos e a articulação entre estudantes foram suficientes para justificar a abertura de investigações e a aplicação da Lei de Segurança Nacional. Dessa forma, o caso evidencia a vigilância exercida sobre os espaços universitários e o

²⁰⁶ O Edital de Citação é um procedimento legal com o objetivo de notificar um indivíduo a participar de um processo judicial, quando não é possível contatá-lo. De acordo com artigo do site Jusbrasil, “O Código de Processo Civil estabelece três hipóteses de cabimento da citação por edital em seu art. 256, sendo elas: (a) quando desconhecido ou incerto o citando (inciso I); (b) quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra o citando (inciso II); (c) nos casos expressos em lei (inciso III)” In: DIAS, Adelmo Ribeiro. *Citação por edital: conceito, pressupostos, procedimento e nulidades*. Jusbrasil. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/citacao-por-edital-cpc/621760791>

²⁰⁷ Razões de Defesa. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N.º CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM n.º 340. 1969. p. 273.

²⁰⁸ Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: II - a distribuição de jornal, boletim ou panfleto; In: BRASIL, DECRETO-LEI N.º 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

²⁰⁹ Art. 33. Incitar publicamente: III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis. In: BRASIL, DECRETO-LEI N.º 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

²¹⁰ Art. 45. Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; In: BRASIL, DECRETO-LEI N.º 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

²¹¹ BRASIL: Nunca Mais. Projeto A. *Tomo II*, vol. 1. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

enquadramento jurídico das manifestações políticas juvenis no contexto da repressão ditatorial.

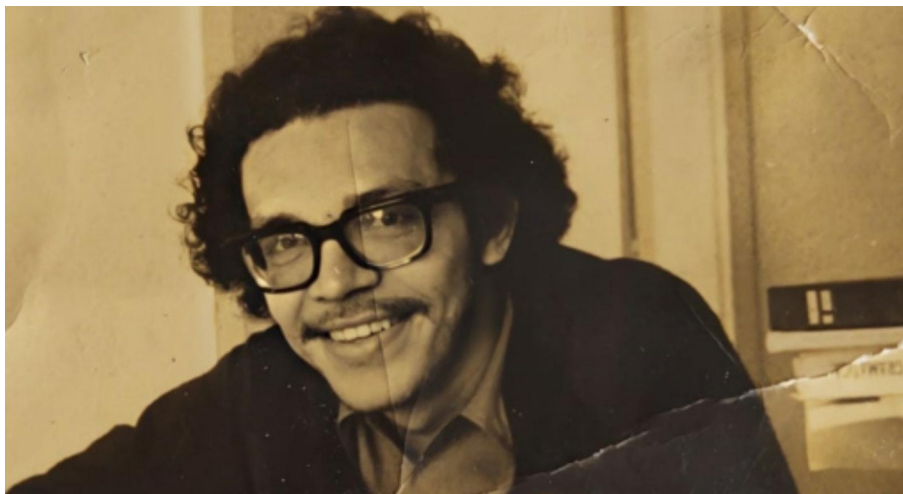
2.8 A trajetória de Antônio José Medeiros: *sempre me senti firme em minhas convicções e vítima de uma injustiça, se não de uma ilegalidade.*

A trajetória de Antônio José Medeiros, um dos indiciados no IPM n.º 340, é importante para a compreensão do argumento de que o *Terror de Estado* obriga os indivíduos a partirem para o exílio. Em abril de 1964, aos 14 anos, Antônio José participava da formação *seminarista*. Antônio José participou da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*²¹². Naquela época, o jovem foi aconselhado pelo arcebispo Dom Avelar a não participar, mas, ainda assim, Dom Avelar permitiu que os seminaristas participassem. Medeiros conta que, com a prisão de figuras ligadas à Igreja, começou a mudar de posição em relação ao novo regime: “Comecei a desconfiar: a ‘Revolução’ não era para combater os comunistas? Como é que estavam prendendo católicos só porque organizavam sindicatos?”²¹³. Com isso, Antônio José adota uma postura crítica em relação à ditadura, fundamentada na compreensão adquirida sobre a realidade nacional e piauiense através da Doutrina Social da Igreja, que defendia a promoção da humanidade e o engajamento em torno dos menos favorecidos. Em razão da vocação, Antônio José, durante os anos de 1964 a 1968, realizou atividades sociais como seminarista.

Imagem 06: Antônio José Medeiros em sua juventude.

²¹² A Marcha da família com Deus pela liberdade pode ser caracterizada como uma série de manifestações organizadas por setores conservadores da sociedade civil brasileira entre março e abril de 1964, em oposição ao governo Jango Goulart. Em diversas cidades, milhares de pessoas participaram, mobilizadas por grupos ligados a Igreja Católica, associações femininas de elite e empresários.

²¹³ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 40.



Fonte: Álbum de fotos da rede social Facebook, disponível no perfil Antônio José Medeiros.

Antônio José ingressou na FAFI em 1968 e, em suas próprias palavras, o espaço era um “ambiente intelectualmente fecundo e politicamente democrático”²¹⁴, constando em suas memórias que, a partir do ano de 1968, os estudantes mobilizaram-se, com maior intensidade, contra a ditadura militar:

Do ponto de vista político e cultural, o clima de FAFI estava em sintonia com o que acontecia no Brasil e no mundo naquele momento. Pois, passado o ano do golpe e da repressão aos movimentos sindical, camponês e estudantil, aos apoiadores de João Goulart, aos comunistas e aos católicos “radicais”, *começou a se articular, a partir de 1968, um forte movimento de resistência à ditadura, com a participação, sobretudo, de estudantes, intelectuais, artistas e do clero*. O ano de 1968 foi o ápice desse movimento, com a famosa passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. E foi o ano das grandes manifestações estudantis no mundo todo [...]²¹⁵

A partir do IPM n.º 340 e da autobiografia de Antônio José, é possível identificar momentos emblemáticos de oposição à ditadura militar no contexto do Movimento Estudantil piauiense, dentre os quais se destaca o debate com o bispo de Crateús, Dom Antônio Fragoso²¹⁶, que, assim como Dom Avelar, acreditava em um projeto de mundo mais justo, posição frequentemente associada à subversão, principalmente por apoiar os trabalhadores do

²¹⁴ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 51

²¹⁵ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 54. [grifo nosso].

²¹⁶ Dom Antônio Batista Fragoso foi bispo da Diocese de Crateús (CE) entre 1964 e 1998, destacando-se como uma das principais lideranças da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação no Brasil. Sua atuação episcopal foi marcada pelo engajamento com as populações empobrecidas do campo e pela defesa dos direitos humanos durante o período da ditadura militar, o que lhe conferiu forte projeção no campo da pastoral social. Em Crateús, incentivou comunidades eclesiais de base e práticas pastorais voltadas para a organização popular e a crítica às estruturas de desigualdade social.

campo. No entanto, é importante destacar que Dom Fragoso possuía uma postura mais progressista e ligada à Teologia da Libertação, enquanto Dom Avelar adotava uma postura mais moderada em relação à ditadura. Desse modo, a sua visita ao Piauí gerou repercussão, sendo mencionada no Inquérito, por exemplo, na fala do indiciado João Oliveira²¹⁷, ao relatar que o bispo incentivava os trabalhadores à organização coletiva.

A palestra intitulada "*A Igreja no mundo de hoje*"²¹⁸ foi realizada no bairro Parque Piauí e tratou das condições de vida dos trabalhadores rurais e da estrutura agrária do Brasil. Seu conteúdo teria sido mimeografado por um grupo integrado por Antônio José Medeiros e distribuído por vários estudantes. Em outros relatos presentes no inquérito, pode-se observar o teor da palestra. Antes de tratar propriamente da questão agrária no Piauí, Dom Fragoso argumentava que a repressão policial era responsável por inflamar, ainda mais, a agressividade dos jovens, promovendo novos conflitos e novas tensões: "Aonde isso pode levar? Pode levar até o desespero. Até a convicção de que não há outra saída para se construir uma ordem democrática a não ser pela insurreição extrainstitucional."²¹⁹

Os militares nomearam o grupo que organizou a palestra de "*Grupão Dom Fragoso*". De um modo geral, os militares queriam saber mais estratégias do *grupão*, por suspeitarem de seu caráter subversivo, concluindo que o grupo fomentava uma guerra revolucionária contra a ditadura.

Em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna-SP, ocorreu um dos episódios mais marcantes do movimento estudantil brasileiro: o Congresso da UNE, entidade estudantil que estava na ilegalidade. Antônio Medeiros foi escolhido para representar o Piauí no congresso da UNE e, segundo o seu relato, a primeira noite de congresso foi tranquila, mas na manhã seguinte a polícia invadiu o espaço e prendeu todos os líderes estudantis que ali estavam:

Uma resistência bonita: 800 estudantes presos, em fila, cantando Para Não Dizer que Não Falei de Flores, de Geraldo Vandré: "Caminhando e cantando e seguindo a canção: Há soldados armados, amados ou não, quase todos perdidos com arma na mão. Fico imaginando o que se passava na cabeça dos

²¹⁷ Soldado do exército, possuía 22 anos, servia para o 25º BC. É chamado para depor em razão da sua participação no Clube de Jovens. In: TERMO de perguntas ao indiciado: João Oliveira. In: CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXL. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. p. 734. 1968

²¹⁸ As informações acerca da palestra foram retiradas do "Termo de perguntas ao indiciado Benoni Alencar". Não foi possível localizar os integrantes do grupo composto por Antônio José. In: CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXL. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340 Termo de perguntas ao indiciado Benoni Alencar. Projeto Brasil Nunca Mais. Nº 349. In: p. 826.

²¹⁹ Trecho retirado do Depoimento de Dom Antônio Fragoso, uma transcrição da palestra dada por Dom Fragoso, no dia 5 de abril de 1964, localizada no anexo do IPM Nº340. In: CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXL. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. Projeto Brasil Nunca Mais. Nº 340.

soldados quando ouviam esse último verso cantado por prisioneiros desarmados, bem pertinho dos fuzis.²²⁰

Medeiros relata que os estudantes permaneceram detidos por oito dias no Presídio Tiradentes, em São Paulo, e, após esse período, o governo paulista fretou quatro ônibus com destino ao Ceará para transportar os estudantes oriundos do Nordeste. Ao chegar em Fortaleza, o jovem piauiense comprou uma passagem para retornar à capital do Piauí. Antônio José relembra que acreditava na possibilidade de tortura: “Mas, dessa vez que eu fui para Fortaleza, eu pensei que ia ser torturado, eu levei só uma canelada de uma bota de um soldado que ia me levantar, mas não fui torturado”²²¹. Essa foi sua primeira prisão. A partir desse acontecimento, a FAFI passou a ser vista pelos militares como um espaço de subversão, pois foi o palco para os preparativos dessa viagem. De acordo com o relatório do Inquérito, o jovem – ao retornar – realizou uma explanação da sua prisão em São Paulo aos colegas universitários.²²²

Após a prisão de Antônio José em Ibiúna, houve uma *pressão* para que ele fosse expulso da FAFI. O padre Raimundo José²²³, diretor da instituição, em depoimento concedido à historiadora Maria Amparo Alves de Carvalho, conta mais detalhes desse acontecimento, episódio que teve origem em uma solicitação do comandante da Guarnição Federal de Teresina. Apesar da insistência das autoridades, Padre Raimundo José recusou-se a acatar a ordem:

[...] A intervenção maior que eles queriam fazer na Faculdade era provocar a expulsão de Antônio José da Faculdade. Eu era diretor da escola e um dia eu recebi a visita do Secretário de Segurança, na ocasião, o Sebastião Leal. Ele foi lá e me disse que eu devia expulsar o Antonio José da Faculdade. [...] Então eu disse ‘olha o Antonio José, eu não tenho nada contra ele, ele é um bom aluno e eu não tenho como expulsá-lo; ele disse, ‘mas o comandante da Guarnição Federal, do 25º BC manda dizer para o senhor que ele deve ser expulso’; eu disse, ‘pois então diga o comandante da Guarnição que se ele quiser venha expulsá-lo porque eu não expulso, agora como vocês têm o poder na

²²⁰ MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014.p. 58.

²²¹ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

²²² RELATÓRIO. In: CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXL. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968.

²²³ Nasceu em 30 de março de 1933. Fez o ginásio e ensino médio em Teresina, realizou a graduação em Filosofia na cidade de Olinda, Pernambuco. Pouco tempo depois, realizou Teologia e Filosofia na Romana de Santo Tomás e na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, Itália. Em Teresina, foi professor no Colégio Diocesano, na FAFI e depois na UFPI. Possuía um programa na Rádio Pioneira e uma coluna em que escrevia para jornais. Tornou-se membro da Academia Piauiense de Letras e também foi membro do Conselho Estadual de Educação. Morreu aos 87 anos no ano de 2020. Mais informações em: https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/3041-padre-raimundo-jose:-um-sabio-um-santo

mão vocês podem inclusive me tirar da direção da Faculdade, se puderem porque a faculdade é particular, da Arquidiocese, e Dom Avelar tem muito prestígio. Então ele voltou a insistir e eu disse, pois não vou expulsá-lo. E de fato não o expulsei, mas o Antônio José foi preso. Aí eles tiveram muitas dificuldades de ordem geral, estavam fazendo muitas arbitrariedades. Aqui fizeram várias Comissões parlamentares de Inquérito, Inquérito Policial Militar (IPM) Eu respondi a um deles, fui indiciado, meu nome está na lista daquele livro de Dom Paulo Evaristo.²²⁴

Antônio José Medeiros conta que, em março de 1968, um grupo liderado por Benoni Alencar convidou os estudantes da FAFI para participar de uma pichação na cidade. De acordo com Medeiros, o grupo não fez parte da pichação, mas ela foi realizada com os dizeres: *Abaixo a Ditadura, Fora o Imperialismo, Reforma Agrária Já, contra o acordo MEC-USAID* e outras frases. No Inquérito n.º 340, consta o mandado de prisão em decorrência dessa pichação, expedido contra Antônio José Medeiros, Benoni Alencar Pereira, Diogo José Aires Moraes Soares, Evandro Setubal Cunha e Silva, José Reis Pereira, Geraldo Almeida Borges, Luiz Ubiraci de Carvalho, Ribamar Nascimento, Nicolau Waquim Neto e Odilon Pinto de Mesquita Filho. A segunda prisão de Medeiros decorreu desse acontecimento. Na ocasião, o jovem estava no município de União, com sua família, quando dois agentes do DOPS o chamaram para a rua, e o intimaram a prestar esclarecimentos ao coronel Duarte Rosa.

No relatório final do Inquérito, conclui-se que havia um foco subversivo no meio universitário e secundarista, bem como nas organizações sindicais, rurais e urbanas. Segundo o relatório, há um agravante nessa situação, tendo em vista que os ditos subversivos eram supostamente acobertados por figuras do clero. O relatório aponta ainda que esses jovens contestadores aproveitavam-se dessa proteção para pregar contra o governo militar: como exemplo, o documento destaca o Seminário Norte-Nordeste e as manifestações contra o acordo MEC-USAID. Entre as entidades envolvidas com essa prática, estão listadas: FLEPA (Frente de Liderança Estudantil Participante), UNEPI (União Nacional dos Estudantes Piauienses), Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Colégio Diocesano, Retiro de Padres Jesuítas (localizado no bairro Socopo), Centro Social da Diocese, Movimento Educação de Base, Capela do Bairro São Pedro e outros espaços. Inicialmente, o Ministério Público Militar tinha a intenção de enquadrar os jovens no artigo 21 da Lei de Segurança

²²⁴ SOARES, Pe. Raimundo José Airesmoraes. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, abr. 1998. Anexado em: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina*. Teresina: Dissertação de Mestrado UFPI, 2006.

Nacional. No entanto, acabaram sendo enquadrados no artigo 38, inciso VI, da mesma legislação, sendo assim, condenados com base na distribuição de panfletos contra a ordem vigente.

Apesar de não ter sido submetido à violência física direta, Antônio José Medeiros foi atingido pelas práticas de Terror de Estado, que se manifestavam de diversas formas além da tortura corporal. O estudante foi preso mais de cinco vezes ao longo de sua militância²²⁵, apontando essa experiência como marcada por sentimentos de angústia e incerteza. O relato abaixo evidencia o impacto psicológico provocado pelas sucessivas prisões:

Na verdade, preso por um regime ditatorial, sempre me senti firme em minhas convicções e vítima de uma injustiça, se não de uma ilegalidade. Vez por outra me sentia ameaçado, pois sabia da tortura que muitos presos estavam sofrendo no Brasil. [...] O que mais me preocupava, entretanto, era quanto tempo ficaria na prisão. De que iriam me acusar formalmente, no processo? A quantos anos seria condenado?²²⁶

Ainda afirma: “Mesmo tendo que viver o tempo todo com outros colegas numa cela, a prisão tem seus momentos de profunda solidão. As limitações, a inação e a incerteza nos fazem mergulhar em reflexões existenciais”²²⁷. Tal declaração revela que, apesar de uma militância de origem religiosa, Antônio José Medeiros atravessou uma crise de fé. Além disso, sua trajetória profissional foi marcada por frustrações. Embora fosse qualificado profissionalmente, enfrentou boicotes em razão da sua fama de comunista, subversivo e agitador social.

Quando questionado sobre os efeitos das prisões e dos vetos em sua vida, Antônio José relata que tentava responder aos interrogatórios com a verdade e deixava clara a sua posição contrária à ditadura. Ao enfatizar sua postura de dizer a verdade durante os interrogatórios e afirmar publicamente sua oposição à ditadura, Antônio José também constrói uma memória de si como sujeito político que resistiu à lógica do medo.

Os vetos, eu sempre, enfrentei com muita... criticava, protestava, e a consequência, foi aquela que eu falei, de não pedir indenização. Eu nunca me senti tão tranquilo quanto a prisão. Teve duas vezes que eu pensei que seria torturado, que da última vez, que eu fui preso, eu fui levado para Fortaleza era interrogado com capuz, eu não sabia que eu quem estava me interrogando. Mas a minha atitude foi: eu não vou fazer o jogo desses caras, eu não sou comunista, no sentido de filiado a um partido, mas não sou anticomunista, mas também eu defendo um socialismo democrático por

²²⁵ As circunstâncias das outras prisões foram discutidas mais à frente.

²²⁶ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 82.

²²⁷ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 82.

convicção. Eu me lembro que da primeira vez... “Você conhece o padre Antônio José?” A orientação do pessoal era dizer que não conhecia as pessoas que eles não conheciam. Eu dizia: “Conheço, meu amigo, meu professor, meu mestre”. Eu fui sempre de falar a verdade. A minha atitude na prisão. Isso me dava muita segurança. “Você é socialista?” “Sou” “Você sabe a diferença entre socialismo e comunismo?” Eu perguntava ao interrogador. E dizia assim “Sou contra a Ditadura”. Uma vez que eu fui detido, não fui preso, eu tinha 17 anos quando foi eleição do Costa e Silva, eu e o Odilon Pinto, fizemos um panfleto “Pelas eleições diretas, abaixo a ditadura”, com a foto do Costa e Silva de cabeça para baixo. E disse assim: “Eu sou contra a ditadura”. Mas, dessa vez que eu fui para Fortaleza, eu pensei que ia ser torturado, eu levei só uma canelada de uma bota de um soldado que ia me levantar, mas não fui torturado. De forma que a minha atitude sempre foi essa, “não pertenço a isso, isso eu participo, isso eu não participo”. Eu pensei, outra vez, que a gente foi interrogado aqui tinha uma palmatória e um chicote de fio em cima da mesa do coronel Astrogildo.²²⁸

A partir da trajetória dos estudantes indiciados no IPMº 340, observa-se como o *Terror de Estado* operava não apenas pela violência explícita, mas também pela produção de um cotidiano atravessado pela vigilância, restrições e repressão dos sujeitos em seus espaços. A experiência de Antônio José Medeiros encerra este tópico, demonstrando que a repressão operava para além da violência explícita, produzindo um cotidiano atravessado pela vigilância e por restrições que desarticulavam os indivíduos em seus espaços de sociabilidade. Como consequência, verifica-se um processo sistemático de desmobilização, tanto dos indivíduos, como dos movimentos sociais.

2.9 IPM 705: Não atemorizam o nosso povo, que está disposto a lutar sem tréguas pela sua libertação.

Em setembro de 1969, outro Inquérito foi instaurado com o objetivo de apurar práticas subversivas dos seguintes indivíduos: Oswaldo Rocha (o seu codinome era César), Benoni de Alencar Pereira, Geraldo Almeida Borges, Antônio José Castelo Branco Medeiros, Samuel Alves Farias Filho e Manoel Ventura Campos dos Santos.

O Inquérito aponta que os acusados, nos primeiros dias após o Ato Institucional nº 5, passaram a agir de maneira a subverter a estrutura político-social vigente no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma ditadura popular nos moldes preconizados pelo Partido Comunista Revolucionário. Tal compreensão advém da interpretação dos materiais apreendidos, conforme consta nos autos do processo: “a própria literatura apreendida e

²²⁸ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

constante dos autos, encarrega a terceira posição entre o marxismo-leninismo e revisionismo contemporâneo”²²⁹.

Uma das maiores preocupações expressas no Inquérito refere-se à circulação de militantes experientes no Piauí e no Maranhão. Entre eles, destaca-se Oswaldo Rocha, que utilizava o codinome César Moraes Ferreira entre seus companheiros piauienses, em uma tentativa de camuflar as suas atuações políticas em outros estados como militante da Ação Popular. Oswaldo Rocha exercia o papel de liderança da AP e atuava na região de Pindaré-Mirim, local em que existia um acampamento cujo objetivo era iniciar uma guerra popular. A AP de Teresina era coordenada por Benoni Alencar, Odilon Pinto e Geraldo Borges, que forneciam auxílio a essa região. Os piauienses citados chegaram a participar ativamente das atividades desenvolvidas no acampamento da organização em Pindaré-Mirim.²³⁰

O maranhense Manoel Ventura era, segundo o Inquérito, um indivíduo visado pela polícia do Maranhão por ter comparecido ao *XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes*, realizado em Ibiúna, local em que conheceu Antônio José Medeiros. O Inquérito também aponta que Ventura convidou os indiciados Antônio José Medeiros, Geraldo Borges, Samuel Filho e João Vasconcelos a participarem de uma reunião na coroa do Rio Parnaíba, no bar Carcará. No entanto, no momento do encontro, os mencionados foram surpreendidos e detidos pelo capitão Astrogildo Sampaio e conduzidos ao DOPS.

Por meio dos Termos de Perguntas aos indiciados, observa-se que a *polícia política* demonstrava grande preocupação em compreender os assuntos tratados nessa reunião privada. Os depoentes relataram à polícia que Manoel Ventura veio a Teresina realizar a missão fracassada de Oswaldo Rocha — que estava preso — de criar uma comissão do Piauí. No entanto, apontam que não sabem a qual movimento a comissão seria vinculada.²³¹ Os policiais encontraram um papel, escrito por Samuel Filho, interpretado como um esquema para o funcionamento dessa comissão. Tendo em vista isso, os interrogadores questionaram o que significavam, naquele contexto, os termos: “finanças”, “documentos”, “prática”, “teoria”, “local do companheiro”, “tratamento”, “objeto apreendido”, “outro”, “acusação”, e por fim, a expressão “objetivo e informações e citação”. Compreende-se que todas as perguntas visavam

²²⁹ CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº 705. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM nº 705. 1969. p. 297.

²³⁰ Olívia Candeia Rocha investiga essas movimentações em sua tese: In: ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Ação popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. 2019. Tese de Doutorado.

²³¹ CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº 705. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM nº 705. 1969. p. 67.

levar os depoentes a reconstruírem, sob bastante pressão, os assuntos discutidos em reunião. É importante destacar que os Inquéritos possuem silêncios, ou seja, não apresentam ao pesquisador as condições em que os depoimentos foram colhidos. Dessa forma, é essencial que o historiador esteja atento às colocações feitas pelos advogados, em geral anexadas nos autos do processo, que podem alegar violência durante a oitiva. No caso analisado, a partir do livro de memórias de Antônio José Medeiros, é possível reconstruir a narrativa histórica, a partir do ponto de vista do depoente:

Nos interrogatórios, houve tortura contra César (do Maranhão), com golpes de palmatória nas mãos e nos pés que ficaram bastante inchados. Nós outros fomos interrogados, ouvindo insinuações e com um chicote de fios e uma palmatória permanentemente em cima da mesa do interrogador, inclusive quando estavam presentes o delegado do Dops, Capitão Astrogildo, ou o secretário de Segurança Sebastião Leal.²³²

A autoria de uma carta endereçada ao jornal *O Dia* foi atribuída a Samuel Filho. A mensagem, de caráter protestatório em reação à prisão dos indiciados, não chegou a ser publicada, pois foi entregue diretamente ao Capitão Astrogildo. Segue o teor da carta:

O povo piauiense, que está unido aos movimentos revolucionários existentes, em todo o país, resolveu, também, protestar contra as arbitrariedades praticadas pela DITADURA. Os piauienses já despertaram para uma luta revolucionária que se esboça de maneira visível, em todo o Brasil contra o imperialismo ianque e a burguesia entreguista representada pelos GORILAS que se apossaram do poder. Desta forma, através desta carta de protesto proclamamos que não aceitamos as imposições ditatoriais da junta militar, consubstanciadas nos últimos atos impopulares editados, pena de morte, banimento, prisão perpétua, torturas, etc. Não atemorizam o nosso povo, que está disposto a lutar sem tréguas pela sua libertação, vingando centenas de milhares de pessoas injustiçadas – vítimas da condição de miséria a que estão relegadas! Vocês são imbecis! Andam, a todo instante, perseguindo, prendendo e torturando inocentes filhos do povo – como agentes revolucionários; enquanto os verdadeiros revolucionários do Piauí, dada a sua organização revolucionária, avançam clandestinamente no sentido da luta pela emancipação nacional. Somos militantes de uma organização revolucionária, de âmbito nacional, cujas ramificações se estendem às principais cidades do nosso estado. Atravessamos atualmente uma fase avançada da luta do povo brasileiro. [...] Nas principais cidades do estado, e eliminação dos opressores do povo, tais como, comandante da Polícia Militar, o gorila Major Paz, o analfabeto e corrupto delegado da DOPS.²³³

²³² MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 75.

²³³ Aos opressores do povo. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº 705*. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM nº 705. 1969. p. 75 a 76.

Observa-se que a mensagem expressa forte oposição à ditadura e sugere a adesão a uma perspectiva revolucionária e clandestina no Piauí. Além de apresentar fortes ataques aos militares, que foram chamados de *gorilas*, e ao delegado do DOPS, o capitão Astrogildo, que foi chamado de analfabeto e corrupto.

Antônio José Medeiros, Samuel Alves, Benoni Alencar e Geraldo Borges foram presos preventivamente na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Piauí, e foram defendidos pelo advogado cearense Antônio Pádua Barroso, conhecido como o *anjo da guarda dos subversivos*, em razão de sua atuação na defesa de presos políticos. Em uma apelação judicial, o advogado apontou que os clientes com menor tempo de prisão já contavam com cem dias, e por isso, pede à *justiça fardada* para que os indiciados pudessem responder ao processo em liberdade. Muitas são as tentativas do advogado. Em outra apelação, Pádua Barroso faz uma colocação interessante, que revela bastante sobre o seu ponto de vista:

Os acusados, presos faz mais de sete meses e a instrução ainda se arrasta, plumbosamente, na fase de depoimentos de testemunhas do MP, pedem, em nome de alguns farrapos do Direito do Homem que por ventura ainda sejam respeitados, que se dê celeridade à marcha do progresso, fazendo com que as testemunhas, as arroladas pela acusação e pela defesa, sejam ouvidas de uma só feita, através de uma única depreciação ou de duas feitas ao mesmo tempo, pois que os acusados estão cansados de ser coisa.²³⁴

A fala de Pádua Barroso toca no âmago da desumanização produzida pelo terrorismo de Estado. Ao afirmar que seus clientes estavam cansados de *ser coisa*, o advogado denuncia o processo de desumanização do indivíduo, que, despido de sua identidade política, é reduzido à *vida nua*²³⁵. No contexto do IPM n.º 705, os indiciados deixam de ser sujeitos de direitos para se tornarem meros objetos de manipulação burocrática e física do regime, existindo em uma zona de anomia, em que a dignidade humana é tratada como um entrave ao *progresso* da instrução militar.

Apesar de todas as acusações, a Justiça Militar compreendeu que não possuía provas suficientes de que os indivíduos citados estivessem planejando modificar a estrutura política e social do país. Portanto, os réus foram acusados de realizar propaganda de natureza subversiva, que poderia implicar em uma ameaça à Segurança Nacional. Em outras palavras, o crime foi alterado para a sentença do artigo 38, inciso VI, do Decreto-Lei n.º 314, de 1967.

²³⁴ In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N.º 705*. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM n.º 705. 1969. p. 356.

²³⁵ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

O resultado do julgamento foi a condenação de Osvaldo Rocha e de Geraldo Almeida Borges à pena de 4 meses de detenção; e de Benoni Alencar Pereira, Antônio José Castelo Branco de Medeiros, Samuel Alves Farias Filho e de Manoel Ventura Campos dos Santos à pena de 8 meses de detenção. Posteriormente, foi extinta a punibilidade de Manoel Ventura Campos dos Santos.

Em síntese, a análise realizada ao longo deste capítulo permitiu compreender que o terrorismo de Estado, elaborado no interior da ESG e operacionalizado pelos órgãos de repressão, constitui-se como um mecanismo central da ditadura militar, com o intuito de reprimir, neutralizar e eliminar quaisquer dissensos. No Piauí, como se observou, a repressão política se expressou por meio da vigilância, de prisões arbitrárias, difamações públicas e interrogatórios abusivos, e processos executados de modo a criminalizar estudantes, trabalhadores e intelectuais. A atuação da *polícia política*, amplamente exposta nos jornais piauienses e narrada em livros de memórias, e os inquéritos analisados evidenciam como o aparato repressivo projetou no Piauí um ambiente de medo, silêncio e escassez, não apenas de direitos, mas também de perspectivas de vida e atuação política. Diante dessa atmosfera sufocante, marcada por violências e restrições, muitos sujeitos passaram a enxergar no exílio uma possibilidade de resistência, sobrevivência e reconstrução. É para as experiências de partidas, desenraizamentos e travessias que se volta o olhar para o próximo capítulo.

3 TECENDO CAMINHOS DO EXÍLIO: viver entre a ausência e a sobrevivência.

Os exílios constituíram experiências profundas e traumáticas nas trajetórias de determinados sujeitos perseguidos pela ditadura militar brasileira. Para além do deslocamento geográfico, exilar-se significou romper com espaços de pertencimento, vínculos afetivos, trajetórias políticas e referências identitárias construídas ao longo da vida. Nesse contexto, o desenraizamento se estruturou como uma experiência atravessada por uma tensão constante entre dois polos centrais: a ausência e a sobrevivência. De um lado, a ausência se impunha como perda do território, da convivência, da estabilidade e dos referenciais políticos e afetivos; de outro, a sobrevivência se colocava como exigência cotidiana de reconstrução da vida em contextos estrangeiros, marcados pela incerteza, pela precariedade e pelo medo da repressão.

Nesse sentido, o exílio pode ser compreendido como uma extensão da própria violência política da ditadura, na medida em que a perseguição aos sujeitos não se encerrava com a saída do país. Pelo contrário, a experiência exilar revelava que a repressão atravessava fronteiras e continuava a produzir efeitos sobre corpos e trajetórias. Dialogando com as reflexões de Giorgio Agamben, é possível compreender essa condição como uma forma de existência marcada pela vulnerabilidade política, na qual sobreviver não significa apenas permanecer vivo, mas sustentar a vida em meio à instabilidade, à insegurança e à suspensão de garantias. Assim, a sobrevivência aparece como dimensão central da experiência do exílio, sempre tensionada pela ausência que estrutura a perda do lugar de origem.²³⁶

Este capítulo busca analisar as trajetórias de exílio de perseguidos políticos piauienses a partir dessa chave interpretativa da ausência e da sobrevivência, compreendendo as múltiplas experiências vividas durante o afastamento forçado do Brasil. Mais do que abordar o exílio apenas como consequência da repressão estatal, interessa compreender como os sujeitos elaboraram sentidos para a ausência – do país, das redes sociais e das referências políticas – ao mesmo tempo em que construíam estratégias de sobrevivência material, política e emocional em outros países. Investigam-se, assim, as redes de solidariedade, as formas de inserção social, as dificuldades cotidianas e os impactos subjetivos produzidos por essa condição.

Ao acompanhar essas trajetórias, o capítulo também procura refletir sobre as marcas deixadas pelo exílio nas memórias e nas experiências posteriores dos sujeitos, evidenciando como essa vivência foi estruturada por uma permanente oscilação entre ausência e

²³⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial, 2004.

sobrevivência. Dessa forma, as narrativas analisadas permitem compreender não apenas os mecanismos repressivos da ditadura militar, mas também as formas de resistência, reinvenção e continuidade da vida política em contextos adversos, nos quais sobreviver significava, ao mesmo tempo, resistir à ausência e reconstruir possibilidades de existência.

3.1 *Tudo desaba ao seu redor: despedidas, fugas e saídas.*

O exílio sempre acompanhou a história da humanidade. [...] Não por acaso, o exílio estrutura personagens mitológicos, arquétipos da cultura ocidental. Ulisses, impedido de voltar a Ítaca pela fúria de Poseidon, deus do mar, viveu os mais inusitados sofrimentos e experiências, em terras estrangeiras, até conseguir, vinte anos depois da partida, o regresso tão desejado. Em casa, não foi reconhecido ²³⁷

Nas tragédias gregas, o herói é frequentemente apresentado como uma figura radiante, *belo, forte, jovem*, mas, bruscamente, *tudo desaba ao seu redor*: uma ruptura, muitas vezes associada ao destino, desloca-o de sua condição original e o conduz ao infortúnio. Após esse ponto de inflexão, suas escolhas passam a produzir consequências adversas, encaminhando-o a um desfecho trágico e aparentemente inevitável. Ao ser punido por essa sina, como Aquiles e Édipo foram, “o herói trágico perde o espaço político e social que antes lhe pertencia por direito e fica isolado”²³⁸. O protagonista sente-se indignado e injustiçado. O exílio, como bem apontou Denise Rollemberg, também atravessa a trajetória dos heróis: Ulisses foi proibido de voltar à Ítaca; Édipo foi proibido de retornar a Tebas.

Pode-se, portanto, estabelecer uma analogia entre os heróis trágicos e os personagens aqui analisados²³⁹, pois há um *quê* de tragédia em suas histórias de vida. À semelhança dos heróis trágicos, a ordem cotidiana – como os estudos, o trabalho e a militância – dos perseguidos políticos desabou de maneira inesperada diante do Terrorismo de Estado e da violência organizada. A partir do Golpe de 1964, suas escolhas tornaram-se igualmente restritas e desfavoráveis: permanecer significava correr risco de prisão, tortura ou morte; partir implicava abandonar as próprias raízes, a família e amigos e, sobretudo, exigia possuir

²³⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²³⁸ DOS SANTOS, Adilson. *A tragédia grega: um estudo teórico*. Revista Investigações, v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005, p. 39

²³⁹ Essa aproximação entre tragédia e exílio não busca romantizar a experiência dos sujeitos perseguidos pelas ditaduras do século XX, mas iluminar uma dimensão recorrente do desterro: a perda abrupta do mundo conhecido e a transformação do indivíduo em figura deslocada. Tal como na tragédia, o exilado político vê-se subitamente apartado do espaço onde exercia sua ação e sua palavra, sendo compelido a reconstruir-se em território estranho. Contudo, diferentemente do herói trágico submetido ao destino, o exílio contemporâneo é produzido por decisões políticas concretas, inscritas em relações de poder e sustentadas por aparelhos institucionais de repressão.

condições materiais ou dispor de uma complexa rede de ajuda para tal ação. Para narrar estas tragédias reais vividas ao longo de duas décadas, optou-se por iniciar com as fugas e saídas, o início de seus infortúnios.

Ao embarcar nessa narrativa trágica, deve-se questionar: afinal, quando começa o exílio? Poderíamos afirmar que o exílio tem início com a partida do sujeito de seu lugar de origem? Se sim, quando começaram as partidas? A historiadora Denise Rollemberg propõe questionamentos que aprofundam essa reflexão:

O que significa partida? Quando se decide partir? No momento do Golpe? Depois? Quando se conclui que não é mais possível ficar? Com o AI-5? Com o total fechamento do regime? Com o dismantelamento das organizações armadas?²⁴⁰

Em razão da heterogeneidade das experiências do exilar-se, Denise Rollemberg aponta que, quando se trata das motivações que levam à decisão de partir, as respostas são múltiplas e variadas. As partidas ocorreram por diferentes razões: banimento, medo e recusa a viver sob uma ditadura (mesmo sem perseguição direta), ameaça de prisão, vetos na carreira profissional, entre outras. Apesar da diversidade de casos, um denominador comum pode ser identificado: *o Terrorismo de Estado*. A ditadura militar implementou práticas sistemáticas de repressão contra todos aqueles que manifestaram dissensos.²⁴¹

E isso é tão significativo, que era comum ler ou ouvir: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O famoso slogan sugere uma exclusão simbólica: àqueles que não aderiram aos ideais do regime deveriam abandonar o Brasil. A concepção do exílio como uma experiência de não pertencimento à pátria dialoga com a noção *homo sacer*²⁴² elaborada por Giorgio Agamben, entendida como uma vida que, embora não eliminada fisicamente, é progressivamente destituída de proteção política e empurrada para fora da comunidade. À luz dessa perspectiva, pode-se afirmar que os sujeitos perseguidos pela ditadura foram levados à *vida nua*, isto é, uma existência politicamente vulnerável, marcada pela perda de garantia.²⁴³

É importante considerar que, em muitos casos, mesmo sem um decreto oficial de banimento, o regime – como discute Denise Rollemberg – empurrou *sujeitos para as*

²⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 61.

²⁴¹ *Idem*.

²⁴² Para Giorgio Agamben, o *homo sacer* é uma figura do direito romano antigo que representa o indivíduo que pode ser morto sem que isso seja considerado crime (homicídio), mas que não pode ser sacrificado religiosamente. Essa condição revela uma vida colocada fora da proteção jurídica e política, embora continue submetida ao poder do Estado. Matável, porém insacrificável.

²⁴³ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

margens, anulando suas vozes, restringindo suas atuações profissionais e, assim, inviabilizando a permanência desses indivíduos em seus locais de origem.

Herbert de Souza, em relato contido na obra *Memórias do Exílio*, apresenta uma ampliação da apreensão do que é o exílio. O sociólogo argumenta que, para aqueles que não concordavam com a *nova ordem* instaurada pela ditadura militar, o exílio teve início com o Golpe de 1964. Essa percepção está vinculada à experiência de marginalização e ao cerceamento da liberdade, que impediam muitos brasileiros de expressarem os seus pontos de vista acerca dos acontecimentos em sua própria terra, já nos primeiros momentos do regime. Tais práticas de marginalização podem ser entendidas como expressões do *Terrorismo de Estado*, que mesmo antes da partida física, impunham aos sujeitos uma situação de *desterro simbólico*:

Começa o exílio. Mas o exílio se define para muitos, no Brasil mesmo, a partir do Golpe. Quer você esteja dentro ou fora, você está exilado. O golpe é a definição de seu exílio. Você só não é exilado se está dentro do sistema. Para mim, o exílio começou em 64, no Brasil mesmo.²⁴⁴

Pablo Yankelevich aponta que o exílio “trata-se de um fenômeno no qual nem sempre é fácil encontrar o limite entre as motivações políticas e as de caráter trabalhista ou profissional, consequência das políticas econômicas postas em marcha pela ditadura”²⁴⁵. A análise do autor reforça a ideia de fluidez da conceituação de exílio, ao argumentar que as motivações para o afastamento do país podem ser diversas. O estudioso também traça perfis distintos dos exilados: “Entre os exilados, uma parte estava integrada por militantes com uma clara adesão política, mas uma porcentagem importante dos que decidiram e puderam exilar-se o fez por temor lógico à repressão, apesar de não ser o que as ditaduras consideravam ‘subversivos’”²⁴⁶

Percebe-se, portanto, que o exílio esteve condicionado tanto às atitudes diante da ditadura quanto às possibilidades concretas de partir. O historiador Patto de Sá Motta propõe uma *tipologia* das atitudes dos sujeitos diante do Estado autoritário, classificando-as em adesão, resistência e acomodação. A adesão refere-se à identificação com os valores e práticas do regime; a resistência, à oposição direta e ativa ao regime; e a acomodação diz respeito

²⁴⁴ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-1979*: Obra coletiva. Editorial Arcádia, 1976. p.79.

²⁴⁵ YANKELEVICH, Pablo. *Estudar o exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz. Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX. Editora FGV, 2011.p. 16

²⁴⁶ YANKELEVICH, Pablo. *Estudar o exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz. Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX. Editora FGV, 2011.p. 16

àqueles que buscavam evitar os extremos, ou seja, que não desejavam aderir e nem resistir frontalmente. Os exilados, em grande parte, pertencem ao grupo dos que não se acomodaram, uma vez que ir embora era dizer não ao regime autoritário.²⁴⁷

O *Terrorismo de Estado* instaurado pela ditadura militar gestou, no seio da população piauiense – sobretudo entre os sujeitos militantes – um clima constante de medo e insegurança. Aos perseguidos, frequentemente citados em Inquéritos Policiais Militares, foi imposta uma série de restrições: a dificuldade de conseguir empregos, de exercer militância política, de assumir cargos por meio de concursos públicos, além de aposentadorias compulsórias e as demissões arbitrárias. O relato de Jesualdo Cavalcanti ilustra as dificuldades que ele e os seus contemporâneos enfrentaram em tempos de grande repressão:

Durante os primeiros anos de ditadura, muitos companheiros, alguns deles ainda não saídos da adolescência, viram-se privados de liberdade, de amigos e até de namoradas. Outros foram escoreçados de sua terra e de seu meio, afastados da família, colegas e vizinhos. Não foram poucos os empregos que deixaram de assumi-los²⁴⁸

Antônio José Medeiros foi um dos indivíduos que não se acomodaram à ditadura militar, buscando no exílio, uma forma de reinvenção pessoal e política. Ao analisar sua trajetória, observa-se que, além das inúmeras prisões, foi constantemente barrado no campo acadêmico, com ainda mais ênfase na esfera profissional. Todas essas limitações levaram Medeiros a buscar o exílio como uma alternativa para se afastar do estereótipo de *subversivo* no Piauí e, como consequência, alcançar novas possibilidades acadêmicas e profissionais.

O primeiro veto profissional de Antônio José foi no ano de 1972, logo após a conclusão da graduação em Filosofia pela FAFI. Na ocasião, ele foi convidado pelo Dr. Manoel Emídio para trabalhar na Demabe (Companhia de Desenvolvimento de Boa Esperança). Entretanto, foi vetado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI): “No final do mês, o Dr. Manoel Emídio me comunicou que ‘os home’ não tinha aprovado o meu nome”²⁴⁹. O SNI era o órgão responsável por produzir informações sobre pessoas consideradas de interesse para a segurança da ditadura militar. De acordo com Carlos Fico, era frequente a elaboração de uma *ficha ideológica e de atividades políticas*, indispensáveis no momento de nomeação de um cargo público, além de uma *ficha-conceito*, que tinha como objetivo analisar

²⁴⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe de 1964 e a ditadura militar*. – 1ªed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

²⁴⁸ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006. p.243.

²⁴⁹ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 129.

o caráter e atividades profissionais dos indivíduos. O veto de Antônio José era uma prática recorrente dentro da lógica de funcionamento do órgão.²⁵⁰

Diante desses impedimentos do ponto de vista profissional, pode-se inferir que Antônio José possuía uma forte motivação e apoio para deixar o Piauí. Ainda em 1972, partiu inicialmente para Salvador e, em seguida, para o Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar o curso *Realidade Nacional e Desenvolvimento*, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Ibrades). A decisão foi motivada por recomendação do arcebispo Dom Avelar Brandão, que o chamava de *menino de ouro* em carta de recomendação para o padre Fernando Bastos Ávila, na época diretor da instituição. Dom Avelar demonstrava constante preocupação em proteger os jovens ligados à ação católica, embora fosse frequentemente pressionado a abandonar tal postura.

Antônio José conta que, durante o curso no Rio de Janeiro, recebeu uma bolsa que considerava *bem modesta*. Quanto à hospedagem, passou alguns dias na casa de Rosa Guimarães, ex-professora da FAFI, e posteriormente alojou-se na residência de uma senhora argentina chamada Helena, que alugava quartos, mas suas refeições eram oferecidas gratuitamente no próprio Ibrades. Esses aspectos citados ressaltam a dimensão econômica do exílio: embora fosse oriundo de uma família tradicional piauiense, não possuía uma carreira consolidada que lhe garantisse total autonomia financeira. A ajuda de antigos professores e figuras religiosas revela que os laços pessoais eram de extrema importância nos momentos de vulnerabilidade, como a decisão de deixar o próprio estado em decorrência da perseguição política. Foi nesse período que migrou da Filosofia para as Ciências Sociais e obteve contato com importantes intérpretes da realidade brasileira como Caio Prado Jr., Celso Furtado, Darcy Ribeiro e outros. Tal vivência favoreceu a ampliação da sua formação intelectual e o aprofundamento do compromisso político com a transformação da sociedade.

No final do ano de 1972, Antônio Medeiros passou no processo seletivo do Mestrado em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em que recebia uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), garantindo-lhe uma certa independência financeira. Durante esse período, o jovem piauiense foi convidado a lecionar em universidades, e assim, conseguia se manter no Rio de

²⁵⁰ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário-vol. 4: Ditadura militar e redemocratização—Quarta República (1964-1985)*. Editora José Olympio, 2019.

Janeiro. Ele relata que essa experiência profissional foi transformadora: “foi uma experiência social e cultural muito estimulante e que vivi com intensidade”²⁵¹

No ano seguinte, com o falecimento de seu pai, Antônio José decidiu retornar ao Piauí. Ele conta que a sua irmã e sua mãe o pediram para permanecer no estado. Nesse mesmo momento, surgiu uma oportunidade de emprego no cargo mais importante que tinha na Secretaria de Educação, o de Superintendente Municipal, ofertado por Zé Raimundo Bona Medeiros²⁵², então deputado estadual. No entanto, para assumir o posto, o nome de Antônio José teve que ser consultado no Serviço Nacional de Informações (SNI). Com isso, ele foi impedido de assumir a vaga, em razão da sua postura considerada subversiva. Em depoimento oral, Medeiros aponta que, após esse acontecimento, foi aconselhado por seu ex-professor José (Zé) Raimundo Silva, representante do SNI, a retornar às terras cariocas. E assim, ele fez:

Então, uma vez, teve a conversa lá na casa do Bona Medeiros, eu, o Bona Medeiros e o Zé Raimundo. O Zé Raimundo usou essa expressão: “Ainda não está na hora de você voltar não, é melhor você voltar para o seu posto”. Quer dizer, não era obrigado. Mas, o professor Camilo, aquele que eu já falei, ele disse “Rapaz, você sabe, por mim você estaria aqui, mas o Elísio, era a pessoa chamada da ASI, Assessoria de Segurança e Informação, que tinha em cada Universidade, era um posto do SNI dentro de cada Universidade. Aí foi quando ele disse aquela brincadeira: “Não dá para enfrentar os home”²⁵³

Antônio José se caracterizava como um *modelo de jovem político e militante*²⁵⁴ ainda em Teresina. Durante a sua estadia no Rio de Janeiro, pôde observar com maior intensidade as transformações no campo dos comportamentos, uma vez que fazia parte da chamada *geração de 1968*. Mesmo estando em um ambiente em que sua militância não era reconhecida, persistia a tensão relacionada ao seu passado como preso político e o medo constante de ser detido novamente. Antônio José relembra de um momento de tensão em uma festa em que seus amigos consumiam *cannabis*: “A maconha correu solta. Fumei até bastante, mas, como não sei tragar, não senti praticamente nada. Também estava muito tenso, com medo da polícia

²⁵¹ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p.133.

²⁵² José Raimundo Bona Medeiros nasceu na cidade União – PI. Foi uma figura de bastante destaque na política piauiense, ocupou cargos de deputado estadual, por sete mandatos, prefeito de Teresina, vice governador e governador do Piauí. Morreu aos 87 anos, em 2017 na cidade de Teresina.

²⁵³ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

²⁵⁴ “Segundo esse modo jovem de estar no mundo, todos os espaços da cultura e da vida cotidiana são politizados, a política sendo compreendida como uma rede insana – macroscópica e institucional [...]” In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do singular ao plural* – 2. Ed. – Teresina: EDUFPI, 2015. p. 284.

chegar e naquele tempo ex-preso político não podia correr o risco de ser preso por outros motivos”²⁵⁵

Segundo Antônio José, havia três possibilidades para a *geração de 1968*: luta armada, desbundar ou engajamento em um intelectualismo estruturalista. O piauiense conta que as transformações eram intensas do ponto de vista da sexualidade, com a maior liberdade e diversidade de orientações sexuais. Apesar de respeitar a escolha por outros estilos de vida, relata que se via “meio sem jeito para esse tipo de comportamento”²⁵⁶. No Rio de Janeiro, passou a desenvolver uma militância de caráter mais social, articulada à atividade intelectual, porque se aproximava da população por meio de ações sociais. No entanto, mesmo atuando politicamente à distância, relata que o medo, sobretudo após o Ato Institucional nº 5, era constante:

Para quem queria continuar atuando politicamente de outra forma, os tempos eram sombrios, pois a ditadura não fazia muita distinção entre os seus opositores, de forma que todos nos sentíamos ameaçados por tortura. A gente se sentia imobilizado.²⁵⁷

Após a temporada no Rio de Janeiro, Antônio José decidiu peregrinar pela América Latina, com o objetivo de se afastar dos tempos sombrios que o Brasil atravessava. A historiadora Denise Rollemberg aponta que muitos foram os indivíduos que resolveram sair do Brasil por sentir uma espécie de *sufocamento* ao viver sob um regime autoritário. Ainda assim, esses sujeitos são enquadrados na categoria de exilados, mesmo quando a saída não se deu por expulsão formal ou direta:

Não foi pequeno o número dos que saíram do país se negando a viver cerceados e controlados pela repressão, mas que o fizeram legalmente. Comum a todos os exilados foi a opção de partir diante de circunstâncias repressivas e arbitrárias, num período onde até a liberdade de expressão deixou de existir e garantias jurídicas não estavam asseguradas. Tornam-se todos, portanto, exilados.²⁵⁸

O *verão de 1972*, dois anos antes da peregrinação do piauiense, ficou conhecido como o *verão do desbunde*, marcado pela fuga simbólica e literal de jovens que deixavam os seus lares, *caminhando contra o vento, sem lenço, nem documento*, apenas com uma mochila nas costas e um ideal contracultural na mente e no coração. No campo cultural, duas produções

²⁵⁵ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.134.

²⁵⁶ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.136.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 135.

²⁵⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.84.

artísticas tornaram-se ícones desse espírito de ruptura: a canção *Paisagem da janela*, de Lô Borges, que ecoava nos rádios, incentivando os cavaleiros marginais a vagarem por aí; e o livro *On the Road*, de Jack Kerouac, amplamente lido pela *geração de 1968*, inspirando muitos a colocarem o pé na estrada em busca de liberdade e autoconhecimento. O historiador Leon Kaminski aponta que esses jovens foram profundamente influenciados pela *contracultura*, que propunha um rompimento com os valores tradicionais, dizendo não ao autoritarismo do regime militar e seus padrões conservadores. Afinal, se o Terrorismo de Estado buscava o enquadramento do indivíduo através da vigilância e violência, o ato de colocar o *pé na estrada* representava uma prática de insubmissão aos valores tradicionais:

Viajar, no entanto, podia ser uma busca por liberdade não só em relação à autoridade familiar, mas também a outras repressões, presentes em diferentes instituições, como as educacionais e religiosas. No Brasil, especificamente, vivia-se sob um regime ditatorial e repressão já existente nesses espaços era amplificada pelo autoritarismo, que acabava permeando diversas esferas do cotidiano. A metáfora “sufoco” representava o ambiente vivido na década de 1970. Nesse contexto, viajar podia ser uma espécie de escape, muitas vezes, em busca de um exílio ou autoexílio no exterior ou mesmo dentro do próprio país. Mas também uma forma de suspensão do cotidiano, paralisando temporalmente – o dia a dia repressivo vivido em casa, no trabalho, na universidade, na rua e em outros espaços.²⁵⁹

Em 1974, inspirado por esse anseio, Antônio José decidiu viajar: a sua ideia inicial era atravessar a América do Sul e do Norte, parar no Canadá para trabalhar e juntar economias, com o objetivo de continuar a peregrinação pela Europa. Para isso, o piauiense partiu do Rio de Janeiro rumo a Teresina, percorrendo o litoral brasileiro e passando por todas as capitais, seguindo depois em direção à região Norte do Brasil. Para viabilizar a viagem, vendeu todos os livros que não eram do Brasil e juntou recursos para sustentar seis meses de estrada.²⁶⁰ Durante essa peregrinação pelo território nacional, ele relata que os livros – especialmente *Grande Sertão: Veredas* e as obras de Nietzsche – foram os seus grandes companheiros nas viagens de barca. Leon Kaminski afirma que, na década de 1960, havia uma forte noção de que as viagens pelo interior do Brasil eram importantes para a construção do pensamento político, cultural e social dos indivíduos. A leitura do clássico *Grande Sertão*, de Guimarães

²⁵⁹ KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13486>.

²⁶⁰ Como professor e com a venda dos livros. Eu vendi todos os livros que não eram sobre o Brasil. Eu recolhi um dinheiro que dava para pagar. Às vezes, eu ia de ônibus, mas também de carona.” In: MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

Rosa, dialoga diretamente com as inquietações da juventude de 1968: a vontade de conhecer o próprio país, tema tão presente na cultura brasileira.²⁶¹

Mas o ambiente estava muito pesado, eu resolvi, também por aventura, para conhecer, foi um autoexílio, fui para o Canadá. Eu resolvi ir de carona e de ônibus. Então, eu já vim para o Rio de Janeiro parando pelas capitais que eu não conhecia, Vitória, depois Salvador, Aracajú, Maceió, Recife eu já conhecia, não conhecia João Pessoa, Natal, e já conhecia Fortaleza. Depois, fui para Belém, passei oito dias viajando no Rio Solimões, numa barca, dessas barcas grandes, deitado nas redes, contemplando a natureza, lendo. Só levei três livros: Grandes Sertões: Veredas; o Romance da Pedra do Rei, de Ariano Suassuna; Assim Falava Zaratustra, de Nietzsche. Reflete um pouco minha cabeça na época. Os Grandes Sertões, eu tava relendo. Eu sentava na proa, lendo e olhando para as matas.²⁶²

Na América do Sul, o piauiense passou, respectivamente, pela Colômbia, Panamá, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala, Costa Rica e México. Em geral, permaneceu poucos dias por esses países, em média de dois a três dias, com exceção do México, que passou dez dias. Em sua autobiografia, Antônio José compartilha algumas impressões marcantes acerca dessas passagens. O primeiro desafio enfrentado foi o idioma: o seu conhecimento de espanhol era limitado ao que aprendera em livros acadêmicos, o que pouco o preparava para o espanhol coloquial, mais utilizado no cotidiano.

Outro aspecto que lhe chamou atenção foi a presença ou não de regimes autoritários em outros países latinos: “Sabia que Nicarágua era uma ditadura e não me surpreendi ao ver a cidade cheia de soldados com fuzil e baioneta em quase todos os quarteirões, a minha surpresa foi encontrar a mesma situação em El Salvador”²⁶³. No México, pôde participar de alguns eventos universitários, onde aconteciam debates livres. No entanto, ainda condicionado pelo medo imposto pela ditadura brasileira, sentiu-se apreensivo ao pegar uma edição em espanhol do livro *O Capital* de Karl Marx: “[...] devolvi instintivamente para a estante e olhei para os lados”²⁶⁴. A reação de Antônio José revela como o trauma da repressão política ultrapassava barreiras geográficas, a tal ponto que o piauiense realizava uma autocensura.

Como dito anteriormente, as peregrinações de Antônio José faziam parte do ideal de uma geração. É provável que a escolha da caminhada pela América Latina tenha sido motivada não apenas pelo fortalecimento de uma identidade latino-americana e pelo conhecimento cultural do continente, mas também pela idealização, por parte de jovens

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² MEDEIROS, Antônio José. *Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira*. 2023

²⁶³ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 147.

²⁶⁴ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 148.

ligados à esquerda, de uma América Latina como espaço de resistência e solidariedade entre os povos oprimidos.

Tendo em vista tudo o que foi discutido, pode-se considerar a caminhada de Antônio José pela América Latina como um exílio, tanto por ter deixado as suas raízes em busca de *novos ares*, diferentes da realidade vivida no Brasil, quanto por representar o anseio de ser um indivíduo comum naquele novo contexto, livre das constantes prisões, impossibilidades e constrangimentos que enfrentava no Piauí: “[...] o viajar para parte dos jovens naquele momento era também uma possibilidade de, mesmo que temporariamente, respirar, de encontrar lugares mais arejados para sobreviver ao clima sufocante do Brasil ditatorial”²⁶⁵

O parnaibano Ademir Alves de Melo, indiciado no IPM Nº 349, possui uma trajetória semelhante à de Antônio José, no sentido de ir para um outro estado e, posteriormente, mudar de país. O jovem parnaibano foi motivado a sair do Piauí após as prisões, uma vez que ser citado em um Inquérito Policial, em geral, significava enfrentar diversas impossibilidades. Ademir Alves trabalhava no Banco da Parnaíba, mas foi demitido após reivindicar melhorias trabalhistas.

O *Terror de Estado* não se expressava apenas nos porões, mas na vida cotidiana dos brasileiros. Ademir ainda era obrigado a comparecer diariamente à Capitania dos Portos, ficando impossibilitado de sair da cidade. Assim como Antônio José, enfrentou entraves profissionais, impedido de assumir um cargo efetivo no Banco do Brasil, após a sua aprovação no concurso público. A *polícia política* constrangia os considerados subversivos ao fazer das prisões ou convocações aos interrogatórios em espetáculos públicos. Em razão disso, ele conta que após ser solto, ouvia piadas de todas as partes, o que afetava as suas relações interpessoais em uma cidade com ares provincianos. O Terrorismo de Estado, portanto, produzia humilhações, medo, e sobretudo, uma lógica de esvaziamento das relações sociais, o que impactava profundamente a honra dos considerados subversivos:

Interessante que muitas pessoas, muitos amigos, quando me viam, mudavam de calçada para não me cumprimentar, evitar o contato comigo. Lembro-me que, uma vez, ia passando em frente ao colégio União Caixeiral, que ficava na Avenida Presidente Getúlio Vargas, e alguém lá de cima gritou: Ademir, comunista, subversivo. Eu passei na minha. Criara-se um clima de terror. Eu disse pra mim: olha o que tenho mais a fazer aqui. [...] Muitos relacionamentos. Muita gente se afastou de mim, inclusive esse pessoal do Banco do Brasil.²⁶⁶

²⁶⁵ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 37.

²⁶⁶ MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.p. 112

Um belo dia, quer saber de uma coisa: eu vou embora. Tomou essa decisão devido a tantas dificuldades que passava em sua cidade natal. Resolveu, então, solicitar autorização para o capitão dos portos. A sua justificativa era a de que pretendia ir ao Rio de Janeiro com o objetivo de visitar uma tia e tentar conseguir um emprego. Ademir Alves de Melo, em entrevista a Elisângela Maria, conta que o capitão lhe pediu o endereço onde ficaria hospedado no Rio de Janeiro. Foi então que decidiu *pregar uma peça* no capitão:

Eu aprontei uma com ele que ele nunca descobriu. Eu dei o endereço do jornal Correio da Manhã, aquele jornal de oposição à ditadura. É o endereço da minha tia. (risos) Nunca descobriu! (risos) Aquele bandido não lia o Correio da Manhã, a Última Hora. Esse é o endereço, capitão. Pois bem, o senhor vai pra lá. Você será monitorado. Nenhum problema de o senhor ir. E peguei o navio.²⁶⁷

A piada de Ademir Alves de Melo configura-se, ainda que de forma jocosa, como uma expressão de resistência. O humor, nessa situação, opera como uma estratégia de enfrentamento cotidiano ao regime repressivo. Sobretudo, revela a recusa de se deixar dominar completamente, um gesto simbólico de negação um ao silenciamento que o Terrorismo de Estado buscava impor sobre os corpos considerados subversivos. Observa-se, portanto, que o principal motivo de Ademir Melo deixar o Piauí, além das perseguições, são os constrangimentos que passara em sua cidade natal, uma vez que os seus amigos, após o indiciamento, tornaram-se pessoas estranhas, que não desejavam nutrir amizade com um considerado subversivo.

O seu plano de ir ao Rio de Janeiro não se concretizou, pois foi persuadido por seu tio a estabelecer-se em Recife. Na nova cidade, Ademir conseguiu emprego na Companhia Atlantic de Petróleo e iniciou os estudos em um cursinho preparatório. Nesse mesmo período, passou a ter um contato mais próximo com o Partido Comunista. Ademir Alves acredita que foi denunciado por um professor de História do mesmo cursinho, após explanar suas opiniões contrárias à ditadura militar. Chegou a ser procurado por militares, mas conseguiu despistá-los:

Um belo dia, quando eu ia descendo a escada do edifício, na Conde da Boa Vista com Sete de Setembro, vinha subindo um cidadão de chapéu, com uma peninha ao lado. Todo mundo já sabia quem era. Parou-me e perguntou: você

²⁶⁷ MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018. p. 112

conhece Ademir? Respondei: Ademir de que? Ele disse: não sei, o Ademir, estuda aqui. Acrescentei, ah sim, sei quem é. É no terceiro andar, pode ir! (risos) E desapareci, desapareci. Nunca me acharam. Fui aprovado no vestibular.²⁶⁸

Ademir foi aprovado no curso de Economia, em que conheceu o professor Waldomiro Cavalcanti da Silva, comunista que fundou em João Pessoa o Centro Luís Carlos Prestes de Estudos.²⁶⁹ Aos poucos, Ademir Alves se reaproximou do movimento estudantil, por meio do diretório acadêmico. Assim como Antônio José, Ademir esteve presente no 30º Congresso da UNE, realizado de forma clandestina em Ibiúna (SP), em 1968. O parnaibano relembra o episódio como uma *provocação do pessoal da esquerda*, que resultou na prisão de 1.200 estudantes de diversas regiões do Brasil. Na imagem abaixo, é possível observar Ademir Alves Melo sendo preso:

Imagem 07: Ademir Alves de Melo sendo detido no XXX Congresso da UNE.



Fonte: Arquivo pessoal de Ademir Alves de Melo. *Apud* RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

Após retornar do Congresso da UNE, foi impedido de integrar o diretório acadêmico, bem como de circular próximo da Faculdade de Economia. Mais uma vez, diante das ações de

²⁶⁸ MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018. p.114

²⁶⁹ Waldomiro Cavalcanti da Silva foi um militante vinculado ao PCB. Sua atuação esteve associada a iniciativas de formação política e circulação de ideias marxistas, como professor de cursinhos populares, estudioso da história de Cuba e fundador do Centro Luiz Carlos Preste de Estudos Sociais (Cenpre). Faleceu em 2017 em decorrência da doença de Parkinson.

Terrorismo de Estado, que buscavam constranger e marginalizar os indivíduos contestadores da ordem, Ademir Alves precisou buscar uma nova escapatória. As trajetórias de Ademir Melo e Antônio José, embora não haja registros que comprovem um contato direto entre eles, são semelhantes. Ambos foram forçados a deixar o Piauí em razão da repressão política, auxiliados por bispos ligados à nova postura adotada pela Igreja Católica, em direção à justiça social e à defesa dos direitos humanos.²⁷⁰

Essa mudança reposicionou parte do clero como mediador e protetor de sujeitos perseguidos pelo regime, assumindo uma atuação que extrapolava o campo estritamente religioso. Bispos, padres e agentes pastorais passaram a denunciar violações de direitos humanos, oferecer abrigo, intermediar deslocamentos e apoiar redes de solidariedade que viabilizavam a saída segura de militantes e estudantes ameaçados. No caso dos sujeitos piauienses mencionados, esse apoio é parte de uma articulação mais ampla entre fé, política e defesa da dignidade humana, que permitiu a sobrevivência e a continuidade de suas trajetórias em condições de exílio forçado.

Antônio José foi acolhido por Dom Avelar Brandão Vilela, enquanto Ademir Melo contou com o apoio de Dom Hélder Câmara.²⁷¹ O último desenvolveu um papel fundamental no auxílio de jovens perseguidos pelo *Terror de Estado*, buscando viabilizar suas saídas do país para que pudessem concluir os estudos no exterior. Dom Hélder Câmara convocou reuniões com cônsules de várias nações para pedir asilo aos estudantes impedidos de estudar em solo brasileiro, mas também com o objetivo de denunciar a ditadura ao mundo. Como esperado pelo bispo, não conseguiu retorno das embaixadas, relevando a cumplicidade diplomática de muitos países com o regime militar brasileiro. Diante desse impasse, restava

²⁷⁰ A Igreja Católica passou, especialmente a partir das orientações do Concílio Vaticano II (1963–1965), por um processo de reorientação pastoral, deslocando parte de seu foco para as questões sociais no Brasil. Nesse contexto, buscou atuar de forma mais sistemática em diferentes espaços sociais, como o meio rural, o operariado, os setores independentes e o meio universitário. Esse movimento contribuiu para uma maior aproximação da Igreja com as classes populares e com expressões da cultura popular. No que se refere especificamente à juventude, essa reconfiguração se expressou na criação e fortalecimento de organizações como a JUC (Juventude Universitária Católica), a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica) e a JIC (Juventude Independente Católica), que passaram a articular fé e engajamento social em diferentes segmentos juvenis. In: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina*. Dissertação (mestrado) História do Brasil. Teresina: UFPI, 2006.

²⁷¹ Dom Hélder Câmara foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro e, posteriormente, arcebispo de Olinda e Recife, destacando-se como uma das principais lideranças do catolicismo social no Brasil. Participou da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, da qual foi secretário-geral nos primeiros anos, e esteve vinculado às transformações da Igreja Católica impulsionadas pelo Concílio Vaticano II (1962–1965), sobretudo no que se refere à defesa dos direitos humanos e à justiça social. Durante a ditadura militar, tornou-se uma das vozes religiosas mais críticas ao regime e ao Terrorismo de Estado, sendo alvo de vigilância e censura. Em reconhecimento à sua atuação em defesa da paz e dos direitos humanos, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1970.

apenas a saída clandestina, realizada com o apoio da Igreja e de redes solidárias ligadas a movimentos sociais e religiosos:

Fomos, então, à reunião com Dom Hélder Câmara. Ele convocara os cônsules da Iugoslávia, Tchecoslováquia, França, Estados Unidos, Japão, Argentina, Canadá, Alemanha e outros países. E lá contou a história que estava acontecendo, e disse que esperava que os países recebessem esses estudantes, que estavam impedidos de estudar no Brasil. Claro que eles não podiam se pronunciar, tinham que consultar a embaixada, a embaixada tinha que consultar os seus países. O tempo passou, um mês mais ou menos depois, fui lá falar com Dom Helder. Fui sozinho. Dom Helder, claro que como todo culto, todo homem sábio, com simplicidade. Baixinho, mais baixinho que eu, magrinho, cabeça bem grande, garras de águia (gesto de garra nos braços). Cheguei lá e disse que queria falar com ele. Eu disse: Dom Helder, o tempo está passando, mais de um mês, e nenhuma notícia das embaixadas. Ele olhou pra mim e disse meu filho: Meu filho, meu filho. Eu convoquei aquela reunião sabendo que ia dar em nada. Mas o objetivo foi denunciar a ditadura ao mundo.²⁷²

Você quer ir embora do Brasil? Foi o questionamento que Dom Hélder Câmara fez à Ademir Alves Melo, após perceber que não receberia um retorno positivo das embaixadas estrangeiras. Sem alternativa institucional, o bispo de Olinda indicou que Ademir Melo encontrasse Roberto Freire, genro de Antônio Baltar²⁷³, um ex-senador que morava no Chile, que o ajudaria a terminar o curso de Economia em terras chilenas. No entanto, o parnaibano perdeu o horário marcado, porque aguardava um amigo que também iria fugir, mas não conseguiu chegar a tempo por conta do trabalho. No dia seguinte, descobriram que a DOPS havia passado a noite inteira no local marcado:

Ele, magro, pijama curto, azul com bolotas brancas (coisa que ficou na cabeça) me perguntou: você é o Melo? Pois olha, o DOPS passou a noite toda esperando por vocês. Saíram daqui agora. Saia daqui e vá daqui a pouco, às dez horas lá no INCRA. Ele era procurador jurídico do INCRA. O Roberto é o Roberto Freire, esse presidente do PPS que naquele tempo era do PCB. Até hoje está na minha cabeça, porque dizia-se que Roberto era um agente infiltrado. Até hoje eu não sei se foi ele que chamou a polícia. O Roberto era genro do ex-senador socialista Antônio Baltar que morava no Chile. Eu nunca posso dizer que foi ele que chamou a polícia. O mais provável é que o telefone de Dom Helder estivesse grampeado. Naquele tempo Roberto era socialista, embora tenha sido o responsável maior pela

²⁷² MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018, p. 118

²⁷³ Antônio Bezerra Baltar (1915-2003) era recifense, engenheiro, professor e político brasileiro, com atuação como senador e docente da Universidade Federal de Pernambuco. Após o Golpe foi compulsoriamente aposentado pelo Ato Institucional nº 1 e, em 1965, passou a residir no Chile ao ser convidado para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Retornou ao Brasil somente nos anos 1980.

cisão do Partido Comunista em Pernambuco, e a derrota de Gregório Bezerra para Deputado Federal. Depois ele se tornou um direitista, que hoje está aí. Um golpista de direita, defende o imperialismo.²⁷⁴

A primeira tentativa não obteve sucesso, no entanto, Ademir não desistiu da ideia. Ele havia conseguido o contato do sogro de Roberto Freire, mas ainda enfrentava um obstáculo: a falta do passaporte. Devido ao seu histórico subversivo, não conseguia obtê-lo por vias legais. Recorreu, então, a advogada chamada Mércia Albuquerque²⁷⁵, que lhe deu o contato do meu médico do Partido Comunista, que fazia passaportes clandestinos. Denise Rollemberg ajuda a compreender como funcionavam os *esquemas de saídas*, como o que o Ademir Alves se beneficiou.²⁷⁶ Tratavam-se de redes discretas e pequenas, formada por simpatizantes ou militantes da causa, responsáveis por fornecer documentos falsos, repassar informações estratégicas, oferecer abrigos temporários e, em alguns casos, apoiar financeiramente. Apesar de não se constituírem como uma estrutura de apoio ampla ou institucionalizada, essas redes tornavam-se fundamentais em um momento de fuga, representando uma alternativa concreta diante do fechamento dos canais legais e da intensificação do Terrorismo de Estado.

Ademir Alves, com o seu passaporte em mãos, iniciou a sua fuga, passando pelas fronteiras de países latino-americanos até chegar no Chile:

Com esse passaporte válido para todos os países menos Cuba, eu viajei pra Salvador. Em Salvador peguei o ônibus pelo interior da Bahia, passando por Jeremoabo, não sei o que mais, sempre pra evitar barreiras policiais. No Rio tomei o ônibus pra São Paulo. Sempre de ônibus. De São Paulo fui pra Porto Alegre. Lá dormi. De Porto Alegre segui pra Uruguaiana. Em Uruguaiana, à noite, apresentei o passaporte. Só me o devolveriam no dia seguinte. Nesse tempo não havia uma integração das polícias, dos DOPS. A tecnologia não permitia. De sorte que eu não era procurado. Eu não era perigoso. Dormi muito preocupado com o que aconteceria ao dia seguinte. E assim atravessei a fronteira, aquela ponte Uruguaiana Entre Rios (Argentina), sempre de ônibus. Daí fui para San Luís, onde dormi. Em Santiago do Chile fui

²⁷⁴ MELO, Ademir Alves de. Entrevista concedida à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro. 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.p. 118 e 119

²⁷⁵ Mércia Albuquerque (1934-2003) foi uma importante advogada em defesa dos presos políticos durante a ditadura militar. Sua trajetória iniciou quando presenciou a tortura pública de Gregório Bezerra nas ruas de Recife, episódio que a impulsionou a dedicar a sua carreira jurídica à defesa daqueles que eram perseguidos pelo Terrorismo de Estado. A advogada deixou um acervo riquíssimo – composto por diários, cartas e documentos jurídicos – que foi doado ao Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP). A sua importância tem sido retomada em iniciativas memoriais, como a peça teatral Lady Tempestade, interpretada por Andreia Breitão, inspirada em seus escritos pessoais. Mais informações disponíveis em: <https://pernambucorevista.com.br/secoes/resenha/lady-tempestade-enfrenta-a-truculencia-da-ditadura-militar>

²⁷⁶ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

regiamente recebido por Antônio Baltar, ex -senador socialista, muito humano.²⁷⁷

Observa-se, portanto, como as dimensões afetivas, os contatos e as amizades foram fundamentais nos processos de fuga durante a ditadura militar. A geração de 1968, segundo Rollemberg, começou a deixar o Brasil a partir de 1969, em um fluxo migratório que recorria frequentemente ao transporte por meio das fronteiras terrestres, estratégia adotada também por Antônio José e Ademir Alves. Esse caminho era, em geral, escolhido por indivíduos em situação de clandestinidade, que dispunham de passaportes e carteiras de identidade falsificados, viabilizados por redes de apoio político e afetivo.²⁷⁸

Chagas Rodrigues e Benoni Alencar estão na categoria de exilados que permaneceram no Brasil, porém, foram, respectivamente, banidos e/ou impossibilitados de viverem no seu estado de origem, o que pode ser chamado de *insílio*²⁷⁹ ou exílio interno. O termo *insílio* foi formulado pelo escritor uruguaio Mario Benedetti e refere-se aos indivíduos que, embora não tenham atravessado fronteiras nacionais, foram compelidos a um exílio interno dentro do próprio país: Para Mirim Lúcia Volpe, o *insílio* caracteriza-se como um fenômeno:

[...] sofrido pelos cidadãos que foram forçados pelas ditaduras a adotar uma atitude passiva e uma semi-impotência que os destitui de sua autonomia moral e de sua iniciativa psicológica e também pelos que foram encarcerados e destituídos de todos os seus direitos.²⁸⁰

Nessas circunstâncias, o sujeito perde progressivamente sua autonomia e sua capacidade de expressão livre, sendo levado a silenciar pensamentos e comportamentos como forma de sobrevivência diante da violência estatal e das práticas autoritárias instauradas pelo *estado de exceção*. A suspensão de direitos, a vigilância constante e a perseguição política produziram um ambiente em que o medo passou a organizar a vida cotidiana, limitando a circulação, a participação política e as possibilidades de pertencimento. O *insílio* destaca-se,

²⁷⁷ MELO, Ademir Alves de. Entrevista concedida à Elisângela Maria Ricardo. Dezembro. 2016. In: In: RICARDO, Elisângela Maria. Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.p. 120.

²⁷⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999

²⁷⁹ O termo *insílio* foi elaborado pelo escritor uruguaio Mario Benedetti (1920–2009), importante intelectual latino-americano que vivenciou diretamente as consequências das ditaduras civis-militares no Cone Sul. Benedetti experienciou o exílio durante a ditadura uruguaia, vivendo em países como Argentina, Peru, Cuba e Espanha. O conceito aparece em suas reflexões ensaísticas e literárias produzidas sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, associado à experiência daqueles sujeitos que, mesmo permanecendo em seu país de origem, viviam uma condição de isolamento, estranhamento e silenciamento político. A discussão do autor sobre o tema pode ser observada em suas obras, como *Andamios*, nas quais problematiza os impactos subjetivos da repressão, do retorno e das experiências traumáticas produzidas pelas ditaduras latino-americanas.

²⁸⁰ VOLPE, Miriam Lúcia. Geografias de exílio: Mario Benedetti, um intelectual latinoamericano. Em Tese, Belo Horizonte, v. 07, p. 45-55, dez. 2003, p. 48 e 49.

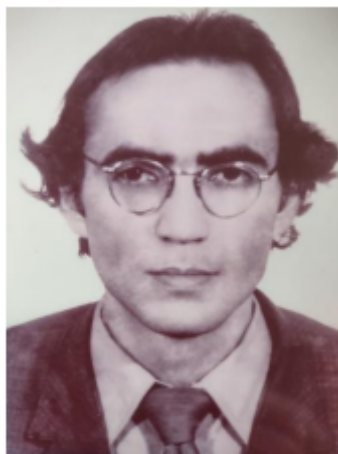
assim, pela sensação de perda da pátria, pela fragmentação identitária e pela saudade de um país que, embora fisicamente presente, tornou-se inacessível em razão da repressão e da institucionalização da violência pelo próprio Estado.

Embora o conceito tenha sido elaborado para refletir as experiências das ditaduras latino-americanas do século XX, a prática do exílio interno possui raízes mais antigas na história brasileira. Em diferentes períodos, mecanismos de perseguição, deslocamento forçado, banimento político e marginalização social foram utilizados como formas de controle e silenciamento de sujeitos considerados indesejáveis pelo poder instituído. Dessa maneira, o *insílio* pode ser compreendido como parte de uma longa tradição autoritária marcada pela exclusão política e pela restrição do direito ao pertencimento.

Benoni Alencar foi progressivamente levado a deixar o Piauí em razão das impossibilidades impostas pelo *Terrorismo de Estado* e o *estado de exceção*. O jovem secundarista foi proibido de exercer a profissão de jornalista no Piauí após a publicação de uma crônica, que marcou a sua estreia e também despedida, chamada *O coronel e a caixa d'água*. Nela, retratou o conflito entre os moradores do bairro São Cristóvão e o Capitão Astrogildo Sampaio. Benoni Alencar conta, em entrevista, que o jornal circulou em um sábado e na segunda-feira soube que o coronel proibiu a sua atuação como jornalista. Ele ainda reflete sobre as imposições arbitrárias do regime: “Prá você ver: a Ditadura Militar era tão absurda que, se eu dependesse do jornalismo como profissão, estaria condenado a não trabalhar.”²⁸¹

Imagem 08: Foto de Benoni Alencar

²⁸¹ Reportagem de Benoni dada ao Diário do Povo, entre 19/20 de fevereiro de 1995, transcrita por Antônio José Medeiros. In: MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 118.



Fonte: Acervo pessoal de Iolanda Alencar *apud* ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024.

O envolvimento de Benoni Alencar com atividades políticas contestatórias comprometia a sua própria sobrevivência material. O jovem chegou a trabalhar em uma agência da Caixa Econômica Federal, em Teresina, mas, mesmo evitando abordar temas políticos com clientes ou colegas, teve seu contrato encerrado pelo gerente em razão da sua ligação com o movimento estudantil. Posteriormente, já como concursado do Banco da Amazônia, após o seu envolvimento com as pichações contra o AI-5, foi retirado à força de da agência em que trabalhava, quando agentes da polícia política invadiram o local com armas em punho, relevando como operava o *Terrorismo de Estado* na prática:

Fui preso dentro do banco [...] ao lado do Clube dos Diários, era o Banco da Amazônia. Eu era procurado e o gerente não titubeou, mandou fechar a agência e prendeu todo mundo, funcionários e clientes em cárcere privado. Ele mesmo disse: Tá preso [...] ligou para o 25º BC, eles vieram e me levaram.

Iolanda Alencar²⁸², irmã de Benoni, conta que após esse episódio, a família desconhecia o paradeiro do irmão: “Ele ficou quase três meses sem ninguém saber onde ele

²⁸² Iolanda Alencar é advogada, natural do Piauí, e reside no Rio de Janeiro há aproximadamente cinco décadas. Irmã mais nova do jornalista Benoni Alencar, atuou como fonte de memória familiar sobre sua trajetória política durante a ditadura militar brasileira, especialmente no contexto da militância estudantil vinculada à Ação Popular (AP) no Piauí. Em entrevistas, relata experiências relacionadas à prisão do irmão no Quartel General da Polícia Militar, atual Central de Artesanato Mestre Dezinho, bem como os impactos da repressão política na dinâmica familiar. In: ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

estava. Minha mãe quase enlouqueceu”²⁸³. Embora estivesse detido em um quartel da polícia militar, onde hoje funciona o Centro de Artesanato Mestre Dezinho, seus familiares ficaram sabendo dessa informação cerca de três meses depois. Segundo ela, “foi uma odisseia para descobrir onde ele estava. A gente passava ali na porta e a gente não imaginava que ele estava ali dentro preso”²⁸⁴. A incomunicabilidade, uma prática recorrente nos mecanismos repressivos da ditadura, ampliava a punição para além do preso, submetendo mães e irmãos a um sofrimento marcado pela incerteza e desamparo. Inserida na lógica do *estado de exceção*, essa prática suspendia garantias fundamentais e naturalizava formas arbitrárias de violência estatal, fazendo da ausência de informações uma estratégia de terror. Segundo Iolanda, a mãe sofreu profundamente durante esse período:

Mas ele era muito triste. Ele era muito triste e ele dizia assim... O meu emprego, ele falava muito no trabalho dele e muito preocupado com a gente. Ele era muito preocupado conosco, com a família, como a gente estava, minha mãe. Minha mãe sempre chorava muito. Quando ele aparecia com o soldado, que vinha trazendo-o, dois soldados, a minha mãe já se desmanchava em lágrima, porque ela dizia... O que meu filho fez? E por que eles estão fazendo isso, meu filho? Aí o meu tio arranhou um advogado e o advogado explicava que ele era perseguido, que era por causa que nós estávamos em um período de ditadura e os militares... Isso estava acontecendo no Brasil todo, que as pessoas, os jovens, todas as pessoas, para vocês jovens ou não, que qualquer suspeito, até quem falasse com o Benoni era suspeito.²⁸⁵

Em razão disso, Iolanda Alencar afirma ter adquirido um pavor da palavra *ditadura*. Em seu depoimento associa o termo à interrupção dos sonhos do irmão e ao sofrimento da mãe.

E a gente conversava muito e ele dizia “irmã, aquele período lá, além de ter sido muito triste de ter cortado meus sonhos, a minha carreira, foi uma coisa absurda”. Ditadura nunca mais. Pelo amor de Deus, ditadura nunca mais, eu tenho pavor dessa palavra, Maria Clara, eu tenho pavor. Você sabe o que é pavor da palavra? Sabe por quê eu tenho pavor dessa palavra? Porque eu

²⁸³ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

²⁸⁴ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

²⁸⁵ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

sofri, eu não fui presa, até porque eu era menor de idade, aquela coisa toda. Mas eu vivi aquilo, eu vivenciei, eu acompanhei, eu vi o sofrimento da minha mãe, do meu irmão.

As memórias vêm à tona, segundo ela, sempre que visita o Piauí e passa pelo Centro de Artesanato. O espaço físico funciona como um gatilho memorial: o choro da mãe, as conversas do irmão e a tristeza.

E quando eu passo ali na frente, às vezes que estive lá e passei, eu lembro, isso vem na minha cabeça, vem tudo à tona, tudo vem à tona, as conversas com meu irmão, o jeito dele, a minha mãe chorando, pedindo pelo amor de Deus por ter um filho ali quando ela foi, e eu sempre com a minha mãe junto, eu sempre fazia companhia da minha mãe, porque eu era filhinha caçula, andava sempre com ela. E vem à tona, as conversas ali com ele, ele tocando violão, falando como era, como ele estava ali, o que ele sentia, a tristeza dele... ele era muito triste. Meu irmão era muito triste ali dentro. Sempre teve um olhar assim meio caído, um semblante de um olhar, mas ele ali dentro era muito triste.²⁸⁶

O relato evidencia como determinados lugares permanecem atravessados por memórias traumáticas, funcionando como suportes da lembrança e da dor. Nesse sentido, as reflexões de Michael Pollak contribuem para compreender como experiências traumáticas permanecem inscritas na memória individual e coletiva, reaparecendo por meio de silêncios, emoções e marcas subjetivas. Para Pollak, a memória não é apenas recordação do passado, mas também uma reconstrução marcada por afetos e traumas que seguem atuando no presente. Assim, ao revisitar o antigo espaço de prisão do irmão, Iolanda reatualiza emoções e sofrimentos produzidos pela violência do *estado de exceção* e pelo *Terrorismo de Estado* durante a ditadura militar.²⁸⁷

²⁸⁶ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

²⁸⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

A prisão de Benoni durou cerca de nove meses. Em depoimento, Clarissa Thomé²⁸⁸, filha de Benoni, conta detalhes da prisão do pai, afirmando que ele sofreu violações dos direitos humanos e problematizando a ideia de tortura ao questionar os limites entre violência física direta e as práticas de sofrimento prolongado que atingiam tanto corpo quanto a mente dos indivíduos em cárcere:

[...] meu pai fala que não soube de relato de tortura. Mas assim: o que que você chama de tortura? Tortura clássica, sim, você não teve, mas, por exemplo, na primeira prisão do meu pai, ele deu um álibi falso. Então, na primeira prisão, eles tiraram o colchão, tiraram o lençol, tiraram o travesseiro e ele passou um mês dormindo no chão. Porque com a camisa que ele estava, ele foi preso e passou 40 dias na primeira prisão. Isso não é uma violação? Isso não é uma espécie de tortura? Você passa frio e passa calor, você deitado ali no chão duro 40 dias. Isso é não é uma violação dos direitos do preso? [...] Você ficar nove meses com a luz acesa, você sem saber se é noite, isso não é uma violação?²⁸⁹

Em outro momento, Clarissa Thomé relata como a rotina de Benoni e os demais presos na sede:

Então, eles tinham direito a duas horas de banho de sol por semana, não era por dia, era por semana, mas tinha um capitão que, na semana dele que ele estava lá, ele não deixava tomar banho de sol, então ali era um espaço de violações constantes dos direitos, então precisa muito ser reconhecido como um espaço sim, de violação. [...] Ele não falava muito, da prisão ele falava isso, da luz acesa, ele falava, por exemplo, que os livros eram muito controlados, alguma coisa podia passar, outra coisa não. No início, por exemplo, passava a Bíblia. Então, ele ficou copidescando a Bíblia, corrigindo os erros de português da Bíblia. Ele tinha essa Bíblia que ficou. Depois essa Bíblia não voltou para ele, porque ele queria ter guardado essa Bíblia. Meu pai copidescava tudo. Ele pegava um livro, ficava corrigindo todos os erros, cortava vírgula, cortava não sei que. Era um hobby dele. Qualquer coisa que ele pegava, ele ficava corrigindo. Ele falava isso, ele falava que no início eles tentavam fazer uma rotina muito certinha para eles

²⁸⁸ Clarissa Thomé é jornalista carioca, com atuação em grandes veículos da imprensa nacional, tendo trabalhado por cerca de vinte anos no jornal O Estado de S. Paulo e, atualmente, exercendo a função de editora de texto no Jornal das 22h, da GloboNews, com cobertura voltada para direitos humanos, meio ambiente, saúde e educação. É filha do jornalista Benoni Alencar, importante liderança estudantil no Piauí vinculada à Ação Popular (AP) durante a ditadura militar, período em que foi preso político no Quartel General da Polícia Militar, atual Central de Artesanato Mestre Dezinho. Em seu relato, a jornalista também recupera a trajetória política do pai no pós-ditadura, incluindo sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo, sua atuação como primeiro presidente do PT em Niterói e sua vinculação ao processo de criação do Partido Socialista Brasileiro (PSOL), além de seu engajamento contínuo em movimentos políticos até seu falecimento em 2011. In: THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

²⁸⁹ THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

não ficarem doidos, então eles tinham hora para acordar, hora para fazer exercício, hora para leitura, hora para estudos marxistas... Depois as coisas meio que degingolaram, então eles ficavam meio largados, eles não tinham ideia do quanto tempo eles iam ficar ali. Então não saber era uma coisa muito angustiante para eles, porque podia ser que os melhores nos anos da nossa vida, a gente está perdendo aqui.²⁹⁰

Iolanda Alencar acrescenta que após a prisão, a repressão continuou a produzir efeitos no cotidiano familiar. Segundo ela, instaurou-se um processo de isolamento social marcado pelo medo coletivo, dinâmica semelhante à vivenciada por Ademir Alves. O estigma da prisão política irradiava pela sua rede de sociabilidade. De acordo com o seu relato, muitos passaram a evitar contato com Benoni após a sua prisão: “Qualquer pessoa. Até os vizinhos da gente ficaram com medo quando o Benoni saiu da prisão. Ninguém queria falar com o Benoni, com medo de dizer bom dia”. A irmã também recorda que existia um clima generalizado de medo:

Era muito medo. Era um período de muito medo. Muito medo. Eu morria de medo. Eu ia para a escola e as pessoas diziam que “ih, o teu irmão está preso, é comunista, ele é perseguido. O que ele fez? Ele tem bomba? Ele vai explodir alguma coisa?”. Eu falei que “não sei o que vocês estão falando. Eu não sei disso”. Mas fora e todo mundo, até pessoas que se diziam amigos, se afastaram com medo. Um período de muito medo, muita tensão.²⁹¹

É interessante refletir sobre a ênfase na palavra *medo*, resultado das intensas práticas de Terrorismo de Estado, que produzia esse sentimento na população. Existia um temor em ser associado a um subversivo, o que era convertido em gestos cotidianos. Ainda assim, observa-se que a irmã era confrontada com acusações, que associavam a prisão de sujeitos à ideia de terrorismo. Essa narrativa evidencia como o discurso oficial vinculava opositores ao perigo e à violência, traço da *Guerra Psicológica*, ideia que penetrava no imaginário social, alimentando a estigmatização política. Observa-se, portanto, que a repressão não se esgota no cárcere, mesmo após a libertação, o indivíduo sofria com as consequências.

Após esses acontecimentos, Benoni Alencar deixou o Piauí rumo à cidade de Niterói no Rio de Janeiro, em que pode fazer o curso de jornalismo. No Rio de Janeiro, Clarissa Thomé relata que desde muito pequenos, os filhos eram conscientes acerca da prisão do pai.

²⁹⁰ THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

²⁹¹ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

Em casa, o assunto era tratado abertamente, inclusive, Benoni incentivava os filhos a não terem vergonha do passado do pai, mas fora de casa não podiam tratar do assunto abertamente. Em razão da noção de que o *Terrorismo de Estado* e o *estado de exceção* ultrapassavam a esfera individual para à esfera familiar, os filhos alimentavam um medo da polícia. A filha revisita uma memória em que precisou da polícia, mas teve receio em recorrer a ela:

A gente desde muito pequena sabia que meu pai tinha sido preso. E era uma coisa que a gente falava de duas maneiras diferentes: em casa a gente falava abertamente, na rua a gente não podia falar abertamente. Então, a gente sabia... A gente tinha medo da polícia, por exemplo, a gente sabia que a polícia não era boa para a gente. Então, uma vez, por exemplo, eu tinha uns oito anos, eu me perdi num grande supermercado que tinha aqui, era um hipermercado com vários andares, eu me perdi com a minha irmã. E aí, o que você pensa? Se você se perdeu, você procura o segurança. E eu falei para minha irmã assim "a gente não pode procurar a polícia, porque a polícia prende o papai". Era uma coisa que eu sabia: "não procurar a polícia". Então, a gente tinha essa coisa dupla. A gente sabia que o meu pai tinha sido preso, a gente sabia que ele estava lutando contra a ditadura, a gente sabia o que era a ditadura, a gente era muito pequena [...] ²⁹²

Chagas Rodrigues, ao contrário dos exilados citados, não deixou o Brasil, no entanto, foi proibido de retornar ao Piauí. Após esse acontecimento, mudou-se para Brasília, onde passou a advogar em Brasília e lecionar aulas de Direito Constitucional no Centro Universitário de Brasília (CEUB). Mais adiante, Chagas Rodrigues foi impedido de assumir cargo obtido por concurso público, enfrentando, mais uma vez, os limites impostos a um passado político.

Banido do Piauí, Chagas Rodrigues expressa a melancolia de ser um estrangeiro na própria pátria:

Ouve, amiga,
deve ser triste viver em terra alheia.
Longe da pátria,
longe da família,
longe dos amigos.
Porém, ainda mais triste,
é viver como estrangeiro
na própria pátria,
com o mandato eletivo cassado,
com os direitos políticos suspensos,

²⁹² THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

e proibido de rever
a cidade natal,
o Estado querido
e o povo amado.
Brasília, novembro de 1976.²⁹³

A poesia de Chagas Rodrigues representa a dor vivenciada por sujeitos que, embora permanecessem dentro das fronteiras nacionais, encontravam-se afastados de seus espaços de pertencimento, vivendo uma experiência marcada pelo desenraizamento e pela exclusão política. A expressão *estrangeiro na própria pátria* revela a ruptura identitária produzida pela repressão, aproximando-se do conceito de *insílio* ou exílio interno. No contexto da ditadura militar, o *insílio* manifestava-se na impossibilidade de retornar ao lugar de origem, na clandestinidade, na necessidade de ocultar identidades e no afastamento forçado de vínculos afetivos e políticos. Dessa forma, a experiência descrita por Chagas Rodrigues evidencia como o *estado de exceção* produziu não apenas exílios internacionais, mas também formas de exclusão interna, nas quais o sujeito permanecia fisicamente na pátria, porém privado de pertencimento, cidadania e liberdade.

Durante os anos de 1969 a 1979, período em que esteve cassado, Chagas Rodrigues participava, anonimamente, das sessões da Câmara Federal. Um dia, ele foi reconhecido por um segurança, que o informou que, em razão da sua condição de cassado político, não poderia permanecer naquele local. Apesar disso, pôde resistir de outras formas, chegou a abrigar, em seu apartamento, o líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães²⁹⁴. Em entrevista à TV Cidade Verde, rememora o acolhimento:

JCM – O senhor foi citado no episódio da prisão do líder estudantil Honestino Guimarães. Recentemente a Embrafilme lançou um documentário sobre uma obra dele em que ele conta que foi protegido e que ficou escondido no seu apartamento, em Brasília. O senhor se lembra desse episódio?

CR – Lembro-me. Lembro-me perfeitamente. Eu sempre fui contra ditaduras, todas as ditaduras, principalmente no Brasil. E sempre procurei ajudar os perseguidos, porque eu fui um perseguido político. Passei maus momentos. Perdi o meu mandato, saí da minha vida pública. Eu era um político e não pude reassumir o cargo que conquistara através de concurso público...

²⁹³ KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

²⁹⁴ Natural de Itaberaí, Goiás. Mudou-se com sua família para Brasília em 1960. Pouco tempo depois começou a militar no Movimento Estudantil pela Ação Popular. Desde então, foram presas diversas versões. Com o AI-5, mudou-se para São Paulo, onde passou a viver clandestinamente. No final de 1971, voltou para o Rio de Janeiro. Aos 26 anos, foi preso por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Desde então, Honestino Monteiro Guimarães permanece desaparecido. Mais informações em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/honestino-monteiro-guimaraes/>

JCM – Ele o procurou, o Honestino? CR – Ele prontamente chegou a mim através de pessoas amigas, parentes. Eu disse: pode vir que aqui terá acolhida e nós o protegeremos. Ninguém sabia que ele estava lá?

CR – Não, ninguém sabia. Tanto tempo que estava correndo o risco de ser preso por ser subversivo e perder o mandato.

JCM – Quanto tempo ele ficou lá?

CR – Olha, agora estou em dúvida se eu já tinha perdido o mandato. Eu não me lembro bem a época, mas o que é fundamental é que, se não tivesse perdido o mandato, eu estava arriscando o meu mandato. Ele ficou lá algum tempo. Depois ele saiu. O tempo que ele precisou ficar, ficou.²⁹⁵

De modo geral, esses foram os cenários enfrentados por alguns sujeitos que traçaram um caminho da militância ao exílio. As decisões de partir desses indivíduos estão relacionadas a um recrudescimento das práticas de *Terrorismo de Estado*, aos vetos do âmbito profissional e, sobretudo, ao medo, que motivaram partidas. Contudo, se por um lado o exílio representava com rompimento com as raízes, por outro, marcava uma nova etapa da trajetória desses indivíduos: a chegada em terras estrangeiras, com seus desafios, reinvenções e redes de solidariedades que possibilitaram a continuidade da vida.

3.2 *Viento del exilio: os primeiros passos em terra estrangeira.*

VIENTO DEL EXILIO

Un viento misionero sacude las persianas
no sé qué jueves trae
no sé qué noche lleva
ni siquiera el dialecto que propone

creo reconocer endechas rotas
trozos de hurras
y batir de palmas
pero todo se mezcla en un aullido
que también puede ser deleite o salmo

el viento bate franjas de aluminio
llega de no sé dónde a no sé dónde
y en ese rumbo enigma soy apenas
una escala precaria y momentánea

no abro hospitalidad
ofrezco resistencia
simplemente lo escucho
arrinconado
mientras en el recinto vuelan nombres
papeles y cenizas

²⁹⁵ KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 190 e 191

después se posarán en su baldosa
 en su alegre centímetro
 en su lástima

ahora vuelan como barriletes
 como murciélagos como hojas

lo curioso lo absurdo es que a pesar
 de que aguardo mensajes y pregones
 de todas las memorias y de todos
 los puntos cardinales

lo raro lo increíble es que a pesar
 de mi desamparada expectativa

no sé qué dice el viento del exilio²⁹⁶

Os versos de Mário Benedetti²⁹⁷ capturam a desorientação dos sujeitos exilados ao desembarcar em terras estrangeiras. O *vento do exílio* não sopra apenas as persianas de onde o eu-lírico habita, mas abala as certezas e identidades dos desenraizados. Ao definir o exílio como uma *escala precária e momentânea*, que traz consigo *mensagens e pregões de todas as memórias*, o sujeito poético traduz a experiência do desterro como um estado de suspensão, no qual *nomes, papéis e memórias* circulam de forma desordenada. Mais do que uma metáfora, o poema funciona como uma chave de leitura das experiências dos exilados, atravessadas pela incerteza e pela ruptura de vínculos.

A compreensão dessas experiências exige pensar que as chegadas do exílio, neste trabalho, são narrativas construídas a partir do trabalho das memórias desses sujeitos. Conforme argumenta Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento liberador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”²⁹⁸, isto é, o testemunho não constitui um reflexo imediato da experiência vivida, mas uma elaboração retrospectiva, produzida no tempo presente da narração. Assim, os relatos articulam lembranças e interpretações dos exilados sobre o passado, com concepções criadas e sentidos construídos posteriormente à experiência do exílio.

²⁹⁶BENEDETTI, Mario. *Viento del exilio*. Editorial Nueva Imagen, 1981.

²⁹⁷ Mario Benedetti (1920-2009) foi um escritor, poeta, jornalista e dramaturgo uruguaio. Com a ditadura militar Uruguai, em 1973, foi forçado ao exílio vivendo em países como Argentina, Peru, Cuba e Espanha antes de retornar novamente a sua terra natal. Autor de mais de sessenta títulos traduzidos em mais de vinte línguas, suas obras abordam temáticas relacionadas as experiências das ditaduras latino-americanas, especialmente o exílio. Tornou-se um dos principais símbolos de resistência latino-americano contra as ditaduras. O escritor faleceu dia 17 de maio de 2009.

²⁹⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte. 2007. p.9

Consolidada a compreensão sobre as medidas de Terrorismo de Estado que asfixiaram a militância no Piauí, este capítulo volta-se para os *ventos do exílio*, isto é, as complexidades dessas trajetórias. Denise Rollemberg aponta que, para muitos exilados, esse momento foi carregado de complexidade, pois marca o início de uma nova existência sob a condição de exilado. As experiências de chegadas também variam conforme as condições das partidas: abruptas ou planejadas, a existência ou não das redes de apoio e as possibilidades de acolhimento em países de destino. Desse modo, as formas como os indivíduos partiram influenciaram, em grande medida, os modos de acolhimento e adaptação nos países de destino.²⁹⁹

A análise de Mario Sznajder permite compreender que as experiências de chegada no exílio, longe de serem homogêneas, foram moldadas por uma combinação de fatores estruturais e subjetivos. Tal leitura reforça a proposta deste capítulo de pensar o exílio como um processo múltiplo e fragmentado, no qual as memórias das chegadas são atravessadas tanto pelas redes de acolhimento, como pelas estratégias individuais de sobrevivência, reinscrevendo continuamente os sentidos do desterro:

Que, dando asilo sob o espírito da irmandade latino-americana, desejam ou são pressionados a controlar as atividades políticas dos exilados entre eles. Considerações pessoais podem desempenhar um papel de mecanismos do exílio em série. Amizades ou inimizadas com aqueles no poder; romances, casamentos e divórcios; bens pessoais ou a falta deles; tudo isso pesa na decisão do exilado de estabelecer-se em certos países anfitriões. Em geral, os países anfitriões são inflexíveis em permitir aos exilados interferir em suas políticas internas, embora alguns tolerem suas atividades, enquanto estejam restritas contra os governos de seus países de origem.³⁰⁰

Se no poema de Benedetti o eu-lírico sente-se encurralado enquanto no recinto voam nomes, papéis e cinzas, na experiência de Antônio José esses papéis ganharam a forma de listas de endereços e bilhetes de apresentação que serviram como bússola ao longo de sua trajetória. Durante a peregrinação de Antônio José Medeiros, pode-se observar como as dimensões das amizades foram fundamentais para a sua experiência como exilado. Em quase todos os países por onde passou, ele levava consigo uma lista de endereços de indivíduos dispostos a acolher exilados, o que infere a existência de uma pequena e esparsa, mas importante rede de apoio: “Em quase todos os países, tinha endereço de pessoas que eu

²⁹⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999

³⁰⁰ SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Editora FGV, 2011.p. 83

conhecia, ou de conhecidos de amigos, para quem levava um bilhete de apresentação”³⁰¹. Percebe-se, assim, a significativa presença de exilados brasileiros espalhados por toda a América Latina, formando uma comunidade fragmentada que procurava se comunicar e, sempre que possível, acolher os recém-chegados ao exílio.

Quando não era possível se hospedar nas residências de amigos, uma outra alternativa eram os albergues da juventude: um *lôcus* de exilados de diferentes nacionalidades. Os albergues da juventude, frequentemente citados por Antônio José, eram locais com quartos coletivos frequentados por pessoas de classe média ou baixa, que passavam por viagens de curta duração: ‘Nos albergues da juventude em que ficava, encontrei muita gente de diversos países, com quem trocava ideias, eu tentando usar meus recursos em inglês e francês e eles de espanhol; português, nada’³⁰². Nesses locais, portanto, havia uma intensa troca cultural, marcada pela diversidade de línguas e experiências e pela solidariedade entre sujeitos igualmente deslocados.

Além das listas, era comum que os exilados possuíssem cartas de recomendação e/ou apresentações destinadas aos anfitriões. Logo após passar pelos Estados Unidos, Antônio José desloca-se para Toronto, no Canadá. Nessa cidade, o piauiense buscava o endereço de Herbert de Sousa e de Maria Nakano³⁰³, portando uma carta de apresentação escrita por seu amigo carioca Fenelon. Antônio José narra, em artigo publicado após a morte de Betinho em 1997, como foi o encontro em Toronto com o *amigo de fé e irmão-camarada de muitas lutas*:

Eis que, em 1974, conheço Betinho em carne e osso. E numa circunstância muito engraçada. No mês que passei na Cuidad de México, hospedei-me com Fenelon, que eu conhecia no Rio de Janeiro. Como ia prosseguir minha andança rumo aos Estados Unidos e Canadá, o Fenelon – amigo do Betinho desde que eram estudantes em Minas Gerais – me deu endereço e carta de apresentação para seu amigo que, naquela época, morava em Toronto (Canadá)

Chego a Toronto, numa manhã de sol e calor, morrendo de sono, depois de umas dezoito horas de ônibus. Vou direto ao endereço do Betinho. Toco a campainha, ninguém em casa. Percebo que a porta está só encostada. Abro-a, chamo por alguém... nada, ninguém mesmo. Não contei conversa: entrei de casa adentro, faço um bilhete e coloco a carta de Fenelon de modo bem visível, em cima da mesa e recolho-me num canto, dentro do meu saco de dormir vencido pelo sono.

Imaginem a cena. Quando acordo umas cinco ou seis horas depois, estão lá Betinho, a Maria (sua mulher), o Henfil com a mulher dele (não gravei o nome dela). Gargalhada geral. [...]

³⁰¹ MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.147

³⁰² MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.150

³⁰³ Maria Nakano foi militante política e companheira do sociólogo e ativista brasileiro Herbert José de Sousa. Durante a ditadura civil-militar brasileira, vivenciou experiências de clandestinidade e exílio ao lado de Betinho, relatando posteriormente essas vivências em obras memorialísticas sobre o exílio político brasileiro.

Todas as vezes que nos encontrávamos depois, já aqui no Brasil, o Betinho lembrava “aquele piauiense que foi a pé pro Canadá e que invadiu minha casa”.³⁰⁴

No entanto, permaneceu pouco tempo em Toronto, pois fixou residência na cidade de Montréal, na casa de Antônio Arturo e Christine, levando consigo carta de recomendação do padre maranhense José Antônio. O militante conta que esse casal de amigos era filiado ao Partido Comunista Revolucionário do Canadá. Antônio Arturo, tradutor profissional que dominava vários idiomas, como francês, inglês, italiano, espanhol e português, recebia em sua casa exilados de diferentes nacionalidades, especialmente brasileiros e chilenos. Observa-se, mais uma vez, a intensa troca entre sujeitos de diversos locais que partilhavam a mesma situação: o desterro.

Antônio José pretendia trabalhar por um tempo no Canadá e, em seguida, ir para a Europa, mas foi aconselhado por seus amigos a permanecer no país e concluir um mestrado. Por essa razão, mudou-se de cidade após ser aprovado no mestrado de sociologia na Universidade de Ottawa. Nesse período, o piauiense contava com uma bolsa de assistência estudantil, que garantiu sua subsistência ao longo de toda estadia. Morava em uma casa próxima à universidade, que dividia com três pessoas.

É interessante perceber que o tema da dissertação de Antônio José era *Estrutura Agrária e classes sociais no Nordeste do Brasil – o caso do Piauí*. Mesmo a milhares de quilômetros de distância de sua terra natal, Antônio José seguia refletindo sobre a realidade piauiense. Frequentemente, ele recebia notícias do Brasil, uma vez que a Universidade assinava revistas e jornais de todas as partes do mundo, entres eles, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, e as revistas *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, e a revista *Sociologia* da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Entre os exilados, é comum a busca por essa conexão com o Brasil, ainda que à distância: “O espírito funciona como um gravador com duas faixas, que registra dois mundos, dois universos cujas significações nem sempre são compatíveis”³⁰⁵.

A experiência de Ademir Alves de Melo é elucidativa para entender que, para alguns exilados, houve partidas e chegadas no plural. O parnaibano, com ajuda de Dom Helder Câmara, partiu para o Chile. No final da década de 1960, o país vivia um momento de euforia, compartilhado especialmente pelas as esquerdas chilenas, mesmo antes da vitória da Unidade

³⁰⁴ Trechos de artigo de Antônio José Medeiros. Jornal Meio- Norte. 17 de agosto de 1997. In: MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 155.

³⁰⁵ VINAR, Maren; VINAR, Marcelo. *Exílio e tortura*. Escuta, 1992. P. 112.

Popular. Tal cenário é evidenciado no relato de Hebert de Souza, que apresenta o Chile como um espaço privilegiado de encontro de distintas gerações de militantes latino-americanos:

Também no Chile era incrível que havia refugiados políticos de todos os períodos de antes de 68 e depois de 1968 [...] era como se abrisse um baú e começasse a mexer nas vivências de 10 anos atrás. E eu encontrei baús de todos os anos 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71. Era como se eu fosse um paleontólogo, que a cada amigo que encontrava um período da história totalmente diferente e eu nesses períodos tinha papéis diferentes³⁰⁶

Com a vitória da Unidade Popular, expressa na eleição vitoriosa de Salvador Allende à presidência da República em 1970, inúmeros brasileiros de esquerda foram atraídos para o Chile, interessados em experienciar *a Via Chilena ao Socialismo*. Esse momento assumiu um caráter significativo e potente, de tal modo que Santiago era entendida como a *capital do exílio de brasileiros e demais latino-americanos*³⁰⁷, por andar na contramão do cenário político vigente nos demais países do Cone Sul:

[...] desde antes da vitória da Unidade Popular, já havia exilados brasileiros no país, onde concentrou-se um grande número de latino-americanos de diversas nacionalidades. Notícias da experiência chilena corriam no mundo, empolgava as esquerdas ansiosas por ver de perto o socialismo com intensa participação popular e ver essa efervescência, perspectivas estimulantes para os latino-americanos pouco habituados à tradição democrática, partido de países já imersos em ditaduras. Santiago foi o refúgio de muitos brasileiros. A nova capital do exílio.³⁰⁸

Ao chegar no Chile, Ademir Alves de Melo permaneceu cerca de um mês hospedado na residência do senador Antônio Baltar, que era membro da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL). Em razão da importância do anfitrião, frequentemente, figuras importantes visitavam a residência, como exemplo: José Serra, Márcio Moreira Alves e Maria da Conceição Tavares. Apesar do contato com grandes figuras que possibilitaram um crescimento ideológico, o estudante resolveu morar em uma pensão universitária.

É importante dizer que, apesar do grande número de brasileiros que se deslocavam ao Chile, não existiam organizações formais de acolhida aos desenraizados. Os exilados, como observa-se no caso de Ademir Alves de Melo, iam se instalando na casa de outros exilados

³⁰⁶ CAVALCANTI, Pedro Uchôa; CELSO, Pedro; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio*, 1964/1977: De muitos caminhos, Vol. 1. 1978. p.97

³⁰⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 97.

³⁰⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.85.

estabelecidos no Chile, constituindo redes informais de apoio e solidariedade.³⁰⁹ Conforme Denise Rollemberg, a geração de 1968 deixou o Brasil a partir de 1969 em um movimento que se desdobrou nos anos seguintes, marcada por saídas muitas vezes clandestinas que aconteciam de diferentes maneiras:

[...] recorrendo bastante à fronteira, via relativamente fácil para o clandestino, de posse de carteira de identidade falsa ou verdadeira. Obter passaporte, para a maioria, seria impossível e arriscado. Os “esquemas de saída”, ou seja, rede de militantes e simpatizantes ajudava, dando informações, “dicas”, fornecendo documentos falsos, conseguindo algum dinheiro, casas ou “aparelhos” – em geral, no sul do país –, disponíveis para abrigar o militante por uma ou duas noites.³¹⁰

O parnaibano foi um desses sujeitos que experienciou os momentos anteriores e posteriores à vitória de Salvador Allende. Ele pôde participar da campanha do presidente chileno, integrar juventudes comunistas como a Rota CC e fazer leituras das obras de Karl Marx livremente. De acordo com Mário Sznajder, o ambiente político do país anfitrião era um fator determinante da escolha e o Chile destaca-se como um desses casos, pois o país permitiu aos exilados de várias nacionalidades a participação de forma ativa na política. Assim, muitos exilados, a exemplo de Ademir Alves de Melo, alinharam-se às organizações de esquerda do país andino.³¹¹

Nesse sentido, Santiago não era apenas um destino geográfico, mas um verdadeiro lugar de memória do exílio latino-americano, no qual trajetórias individuais e experiências coletivas do fazer político se entrecruzavam, produzindo percepções que seriam reelaboradas posteriormente nas narrativas desses sujeitos. Em entrevista, Ademir Alves aponta a efervescência política que o país socialista vivia:

Aquilo era uma festa, aquelas grandes massas, centenas de milhares de pessoas. Dom Hélder me disse: meu filho o imperialismo não vai permitir um governo socialista na América Latina. Eu desacreditei na palavra de Dom Helder. Quando eu vi aquilo. Mas veio o golpe, veio o golpe (pausa).³¹²

³⁰⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³¹⁰ CAVALCANTI, Pedro Uchôa; CELSO, Pedro; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio, 1964/19??*: De muitos caminhos, Vol. 1. 1978.p. 74

³¹¹ SZNAJDER, Mário. *Os exílios latino-americanos*. In QUADRAT, Samantha Viz. Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX. Editora FGV, 2011.

³¹² MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo, dez, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Índícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

O militante delimita o golpe como uma pausa da *festa* em que o Chile vivia. Em 11 de setembro de 1973, ocorreu um golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet, responsável pela deposição de Salvador Allende, marcando assim o início de um novo regime militar na América Latina. Pode-se, inclusive, fazer um paralelo entre o Brasil e Chile, pois ambos os países, de diferentes modos, experienciaram projetos políticos associados à esquerda e propostas de reformas estruturais. Enquanto no Brasil as reformas de base foram interrompidas pelo golpe de 1964; no Chile a Via Chilena ao Socialismo buscava consolidar transformações na sociedade. Em ambos os casos, tais experiências enfrentaram forte oposição das elites econômicas, de setores da classe média e dos Estados Unidos.

A derrota da experiência chilena marca as trajetórias dos exilados: “Ficar na América Latina foi impossível para a maioria e deixar o continente teve um sentido simbólico importante. O exílio no exílio. O exílio não só do Brasil, mas agora da América Latina”³¹³. A *pausa* a qual se refere Ademir Alves não diz respeito apenas à interrupção de um processo político, mas também à suspensão abrupta de um horizonte de expectativas. Trata-se de uma ruptura que impôs aos exilados a necessidade de reconfigurar projetos de vida, estratégias de sobrevivência e formas de pertencimento.

Herbert de Souza, que vinha de um exílio no Uruguai, seguido por um período de clandestinidade no Brasil, narra a traumática experiência de reviver um golpe, agora em terras chilenas:

A experiência de ver a Moneda ser bombardeada, saber do assassinato de Allende dentro do palácio, o silenciamento das rádios, a invasão das ruas pelas tropas militares, os assassinatos durante as noites, os tiroteios ininterruptos noite adentro, o pânico e o significado dessa derrota de um movimento de milhões e milhões de pessoas, foi algo mais grave para mim, mais chocante que o próprio golpe de 64. Algo que tinha sido uma realidade realmente grandiosa, com uma dimensão fantástica, de repente reduzida ao Estádio Nacional com milhares de prisioneiros. A Barbárie.³¹⁴

No Chile, a comunidade brasileira era expressiva e, com o Golpe de 1973, foi novamente lançada à clandestinidade. Muitos exilados, em conjunto com alguns chilenos, buscaram refúgio em embaixadas ou em instituições humanitárias. Ademir Melo, por exemplo, dirigiu-se ao campo de refugiados da ONU e, posteriormente, foi levado a outro campo de refugiados, local onde aguardou a visita da delegação de diversos países

³¹³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 87.

³¹⁴ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). *Memórias do exílio*. Brasil 1964- 1977: Obra coletiva. Editorial Arcádia, 1976. p.103 e 104.

responsáveis pela concessão de asilo. Assim como ele, inúmeros outros brasileiros realizaram o mesmo caminho após o golpe chileno:

Muitos brasileiros que já estavam exilados integram-se à vaga dos chilenos. A partir daí, o brasileiro que aguardava asilo político numa embaixada ou num refúgio da Cruz Vermelha ou preso no Estádio Nacional era mais um número na contabilidade da tragédia chilena. O nome, a posição na organização. O papel desempenhado, desapareciam. [...] Desenraizados, no exterior, foram instalados em campos ou alojamentos coletivos. Dependentes de instituições de acolha, circunstancialmente viram-se integrados a um fenômeno de grande proporção.³¹⁵

Inseridos em campos de refugiados ou alojamentos coletivos, os exilados passaram a viver no limiar da incerteza quanto aos seus destinos, com os seus projetos de vida interrompidos, mais uma vez submetidos à condição da *vida nua*³¹⁶. Esses sujeitos perdiam suas identidades políticas, reduzidos a corpos biológicos à espera de decisões soberanas de países que poderiam ser possibilidades de asilo. Como Rollemberg argumenta, o indivíduo desaparece sob o peso da tragédia humanitária, diluído em uma massa indistinta de refugiados.³¹⁷

Em Audiência Pública para a Comissão Nacional da Verdade, Ademir Alves relata que ficou três meses esperando o trâmite e seleção das embaixadas. O parnaibano conta que ele e sua companheira, Maria Guilhermina Gonçalves Quintas, estavam preocupados, visto que ela estava grávida de seis meses grávida de sua filha primogênita. Diante desse contexto, candidataram-se para asilo na embaixada da Alemanha socialista: “Foi a melhor opção que fiz. Depois de ficar quatro meses no campo de refúgio conseguimos visto, autorização da ditadura Pinochet, para ir embora para República Federal da Alemanha”³¹⁸. O piauiense ainda conta que: “Na Alemanha fizemos o doutorado. Fomos recebidos, muito bem recebidos pelas juventudes socialistas da época do governo (inaudível) toda atenção. Recebemos ajuda permanente.”³¹⁹

Após o golpe de Pinochet, intensificou-se a dispersão de latino-americanos, que passaram a buscar refúgio na Europa ou na África. De acordo com Rollemberg, o golpe no Chile indignou a comunidade internacional, em especial, os movimentos e partidos de

³¹⁵ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 110.

³¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

³¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³¹⁸ MELO, Ademir Alves de. Depoimento concedido à Elisângela Maria Ricardo, dez, 2016. In: RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Índícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.p.121.

³¹⁹ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>.

esquerda, além de segmentos progressistas de diversos países, que se manifestaram acerca dos episódios de violência e, sobretudo, pressionaram os países a receber os refugiados do Chile.

320

O golpe de 1973, portanto, redefiniu profundamente o significado do exílio para brasileiros que compreendiam o Chile como um espaço de reorganização política, ou até mesmo, uma esperança em meio a soberania do *Terrorismo de Estado* no Cone Sul. A experiência vivida no país andino, transformou-se em nova ruptura, impondo deslocamentos sucessivos, ou seja, a ideia de *exílio no exílio*. Somado a isso, Rollemberg identifica a existência de uma “consciência de um exílio longo, quando se percebia mais claramente a dimensão do inimigo e a urgência em repensar formas para enfrentá-lo”.³²¹ O vento do exílio soprou mais uma vez, levando nomes e cinzas de uma esperança interrompida.

3.3 Viver fora, sobreviver dentro: trabalho, estudo e reinvenção no exílio.

Entre os diversos aspectos que atravessavam a experiência do exílio, a busca por condições materiais revelou-se um desafio central. Garantir moradia, alimentação e fonte de renda tornou-se uma preocupação imediata para os exilados. Como observa Denise Rollemberg, “a atividade profissional teve um peso importante na maneira como a experiência foi vivida, uma vez que a inserção e a adaptação social estiveram diretamente ligadas ao tipo de trabalho exercido”³²². Assim, tanto nas atividades braçais, quanto em funções intelectuais, o trabalho configurou-se como um dos principais mediadores de integração no *país de acolhida*.³²³

Edward Said afirma que a cultura moderna ocidental é, em grande medida, “obra de exilados, emigrantes, refugiados”³²⁴, ao sustentar que o pensamento intelectual dos Estados Unidos é tributário dos exilados de regimes que oprimiam e expulsavam dissidentes políticos. O exílio, no contexto aqui estudado, não significou apenas perda, mas também um espaço de reelaboração intelectual e produção acadêmica. Diversos brasileiros aproveitaram o desenraizamento para desenvolver suas carreiras acadêmicas em universidades estrangeiras. Entre eles, destacam-se Darcy Ribeiro, Emília Viotti da Costa, Celso Furtado, Milton Santos,

³²⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³²¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 110.

³²² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 162.

³²³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³²⁴ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003. p. 46

Ana Montenegro, cujas produções intelectuais foram profundamente marcadas pela experiência do deslocamento.

A trajetória de Antônio José exemplifica essa dimensão do exílio. O piauiense realizou mestrado na Universidade de Ottawa, com bolsa de estudos, atuando como assistente da professora Paule-Doucet Donida, que desenvolvia um projeto sobre o planejamento urbano de Brasília e precisava de alguém que soubesse ler francês e português. Em seu livro de memórias, Antônio José relembra suas atividades como estudante universitário e assistente: “Trabalhava na pesquisa com a Professora Paule com tarefas específicas, não dava expediente. Coletava dados, fazia pesquisa bibliográfica, resumia artigos e livros; não havia ainda o computador. Passava boa parte do dia estudando; li muito e fiz muitos resumos de livros”³²⁵.

Na universidade citada, Antônio José continuou desenvolvendo o seu estudo sobre a estrutura agrária e luta de classes no Piauí, sob orientação do padre jesuíta carioca chamado Padre Ozanan de Andrade, também exilado no Canadá. Mesmo distante do Piauí, o projeto de mestrado, intitulado *Estrutura agrária e classes sociais no Nordeste do Brasil – o caso do Piauí*, evidencia a permanência do vínculo intelectual e político com a realidade piauiense, revelando que o exílio, longe de romper completamente essas conexões, possibilitou a reelaboração crítica de temáticas brasileiras. Herbert de Souza relata que o exílio no Canadá foi um momento em que pode “[...] estudar, refletir, produzir e continuar”³²⁶, pois segundo ele, era um país que o permitia utilizar os instrumentos e pensar em projetos a longo prazo. O sociólogo aproveitou o momento para dedicar-se a um doutorado.

Outro exemplo de exílio marcado pela dimensão intelectual é o de Raimundo Santos, que ressignificou sua experiência fora do Brasil como um momento de fazer *intelectual*. No Chile, o piauiense, formado em Direito pela Universidade de Brasília, ingressou em uma pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional na Universidade Católica do Chile. Posteriormente, transferiu-se para o México e, nessa ocasião, estudou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais³²⁷ (FLACSO). Vale destacar que a faculdade originalmente possuía sede no Chile, no entanto, com o Golpe de 1973, foi transferida para o

³²⁵ MEDEIROS, Antônio José. 1968: Uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 151.

³²⁶ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). *Memórias do exílio*. Brasil 1964- 1977: Obra coletiva. Editorial Arcádia, 1976. p.103 e 104.

³²⁷ A FLASCO foi criada em 1957 por iniciativa dos Estados da América Latina, com objetivo de promover o desenvolvimento das Ciências Sociais no continente. A sede da instituição funcionou no Chile até 1973, com o Golpe. Após esse acontecimento, FLASCO construiu uma nova sede no México, que acolheu muitos exilados que buscavam escapar dos regimes autoritários na América Latina. Hoje, a universidade conta com 7 membros e é regida tanto por órgãos internos, quanto pelas diretrizes do regime.

México, consolidando-se como um importante espaço de acolhimento e formação de exilados latino-americanos.

Anos mais tarde, Raimundo Santos realizou doutorado em Ciências Políticas pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)³²⁸, outro lócus intelectual de exilados. Os orientandos do piauiense, em entrevista póstuma sobre ele, apontam que o México foi um ambiente de formação intelectual de grande importância, ressaltando os efeitos deixados tanto por esse contexto quanto pelas sucessivas experiências de deslocamento – do Brasil ao Chile e, posteriormente, ao México – na constituição de suas escolhas teóricas e de seu engajamento político:

Esse movimento de sair do Brasil, quando a ditadura endureceu o regime, de modo brutal, passando pelo Chile, também em um período de grave instabilidade, de golpe militar e, por fim, conseguir acolhida no México, ao longo de uma década, trouxe experiências que se somam ao quadro de suas escolhas políticas e opções intelectuais. No México, o Prof. Raimundo encontrou não só acolhida, mas também um ambiente intelectual importantíssimo para sua formação, pois estamos falando de um país com larga tradição de receber exilados políticos, desde a clássica história do asilo do Trotsky, nos anos 1930. [...] O México recebeu um conjunto de pessoas de diversos países, principalmente entre 1960 e 1970, entre eles, espanhóis, mas também refugiados brasileiros, da Guatemala e de outros países. Suponho que nos anos em que o Prof. Raimundo esteve na Flacso e na Unam, ele tenha convivido com intelectuais importantes como Severo Salles e Pablo González Casanova, assim como Adolfo Sánchez Vázquez, entre outros, que se dedicavam a pensar a política a partir do marxismo, e o motivaram a seguir tal pensamento. Constatar esse rico e crítico ambiente intelectual é estimulante para pensarmos alguns aspectos do percurso intelectual do nosso querido professor.³²⁹

³²⁸ A UNAM consolidou-se, entre as décadas de 1930 e 1980, como um dos principais espaços de produção do pensamento crítico latino-americano. Nesse período, a universidade acolheu numerosos intelectuais exilados, expulsos por regimes totalitários, fascistas e ditaduras militares na América Latina e em outras regiões. Nesse ambiente floresceram importantes debates teóricos, incluindo aqueles relacionados à teoria marxista da dependência, desenvolvidos por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, em diálogo com pensadores como Andre Gunder Frank, Agustín Cueva e Leopoldo Zea.

³²⁹ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam): Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

Nesse contexto, o México, frequentemente caracterizado pela historiografia como uma *ditadura perfeita*³³⁰, isto é, um regime de aparência democrática, mas marcado por práticas autoritárias e pela vigência de um estado de exceção, configurou-se como um sistema político no qual a legalidade institucional coexistia com mecanismos de controle, repressão seletiva e forte centralização do poder. Sob a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o funcionamento das instituições eleitorais, parlamentares e judiciais não implicava necessariamente pluralismo político efetivo, uma vez que a competição era frequentemente limitada por práticas de cooptação, clientelismo e restrição à oposição. Nesse arranjo, a manutenção da ordem política combinava o uso da coerção em momentos de crise – como nas repressões aos movimentos sociais e estudantis – com estratégias mais sutis de produção de consenso, especialmente por meio do controle dos meios de comunicação e da gestão das narrativas públicas.

Apesar dessas contradições, o país destacou-se também como um importante espaço de intensa circulação de intelectuais exilados entre as décadas de 1960 e 1970, reunindo sujeitos provenientes de diversos países da América Latina, marcados pelas ditaduras militares e pelos processos de repressão política. O México tornou-se um polo de articulação intelectual e política, no qual exilados puderam reconstruir redes de sociabilidade, produzir conhecimento e manter vínculos com debates teóricos e militantes de seu tempo. Universidades, centros de pesquisa, editoras e espaços culturais mexicanos desempenharam papel fundamental nesse processo, funcionando como mediadores da circulação de ideias e da continuidade da atuação política no exílio. Assim, o México configurou-se como um território estratégico na dinâmica do exílio latino-americano, contribuindo para a formação de circuitos transnacionais de pensamento crítico.

Embora reconhecido como um destino comum de exilados, é importante destacar que, segundo Pablo Porfirio, o governo mexicano manteve uma relação oscilante com a ditadura brasileira. Em determinados momentos, realizava vigilância constante sobre exilados brasileiros em seu território, compartilhando informações com órgãos de monitoramento

³³⁰ No período mencionado, o México vivia uma “ditadura perfeita”, expressão usada pelo escritor Mario Vargas Llosa em 1990, ao se referir ao sistema político mexicano sob a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Com essa formulação, ele buscava destacar o fato de que o México mantinha instituições democráticas formais, como eleições e um discurso de legalidade, ao mesmo tempo em que o poder político permanecia concentrado e controlado pelo PRI por várias décadas. Na prática, isso envolvia forte centralização do poder no Executivo, controle dos meios de comunicação, cooptação de setores sociais e repressão a opositores em determinados momentos, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar de ser uma expressão debatida e criticada por simplificar a realidade política mexicana, ela se tornou uma referência importante para pensar as contradições entre democracia formal e autoritarismo na experiência histórica do México.

vinculados à ditadura militar brasileira, como o Centro de Informações do Exterior (CIEEX). Em outros, permitia que exilados manifestassem publicamente suas posições políticas, desde que fosse relacionada aos seus países de origem, mesmo diante de pressões de embaixadas brasileiras para que adotasse uma atuação mais restritiva quanto à liberdade de expressão dos exilados. Esse circuito de relações evidencia a articulação transnacional entre serviços de inteligência na América Latina durante o contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, destacam-se casos como o de Francisco Julião³³¹, que, segundo o autor, foi monitorado em razão de sua projeção como liderança política e de sua atuação no exílio, tendo sido, inclusive, aconselhado por autoridades mexicanas a moderar suas declarações em entrevistas, especialmente aquelas relacionadas à reforma agrária e à luta camponesa na América Latina.³³²

Ademir Alves de Melo não pôde concluir a sua graduação no Brasil em razão da perseguição política. No entanto, conseguiu se formar em Economia pela Universidade do Chile (UCHILE) e iniciou Mestrado em Economia na Escuela Latino-americana de Pós-Graduação em Economia, sendo interrompido pelo golpe em 1973. Ao partir para a Alemanha, finalizou o seu mestrado e, em 1979, obteve o doutorado em Ciências Econômicas e Políticas pela Universidade de Bremen.

O trabalho intelectual desenvolvido pelos exilados frequentemente coexistia com a realização de atividades não qualificadas, assumidas como forma de garantir subsistência ou complementar a renda. Segundo Denise Rollemberg, o trabalho nas fábricas, com a disciplina rígida de acordar cedo e cumprir jornadas de oito horas diárias, não representava um obstáculo para muitos jovens de classe média oriundos do movimento estudantil secundarista.³³³ Em alguns casos, inclusive, havia entre militantes de esquerda um interesse genuíno em se aproximar do operariado por meio do trabalho braçal. Herbert de Sousa relata em suas memórias uma experiência marcada por contradições: apesar de desejar aproximar-se dos operários no ambiente fabril durante o exílio, corria sérios riscos devido à sua condição de hemofilia³³⁴.

³³¹ Francisco Julião (1915–1999) foi advogado, político e uma das principais lideranças das Ligas Camponesas no Brasil. Atuou de forma destacada na defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e início de 1960, tornando-se uma figura central do movimento camponês no país. Após o golpe civil-militar de 1964, foi preso e posteriormente exilado, passando por países como México e Chile. No exílio, continuou sua atuação política e suas denúncias contra a estrutura fundiária brasileira e a repressão no campo, mantendo-se como referência das lutas camponesas na América Latina.

³³² PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: em luta com seu mito, golpe de Estado, exílio e redemocratização do Brasil*. Paco Editorial, 2016.

³³³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999..

³³⁴ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). *Memórias do exílio, Brasil 1964- 19???: Obra coletiva*. Editorial Arcádia, 1976.

Antônio José Medeiros representa o perfil do exilado situado entre o mundo estudantil e o trabalho operário. Durante sua permanência no Canadá, atuou em duas fábricas, ambas como operário não qualificado. Em depoimento, ele detalha suas funções na primeira delas, a confecção têxtil:

Mas, eu ainda trabalhei três meses numa fábrica, era uma fábrica de confecção. Então, o meu trabalho era bem mesmo o trabalho de um operário não qualificado, eu ajudava o rapaz a estender o tecido numa mesona três vezes essa, mas larga um pouco, botava o molde em cima e ele ia com uma serrinha com uma máquina cortando as peças, e eu amarrava as peças, colocava dentro de um camburão de plástico, e levava para a seção de costura ³³⁵

Posteriormente, exerceu atividades manuais em uma fábrica de radiadores em Montreal, descrevendo o trabalho repetitivo e mecânico:

A segunda experiência como operário, foi quando eu fui voltar para cá, tinha terminado as disciplinas, aí eu trabalhei em Montreal também em uma fábrica de radiador, uma fábrica pequena. Então eu montava o radiador, tinha uma pessoa que montava àquelas grades de um lado e outro, aquela de cobre e amarelo mais forte. E aí aqueles filtros de cobre já recebiam medido, o que eu fazia, recebia camadinha de alumínio e aqui tinha um ponto que prensava a folha de cobre. Aí eu botava em cima, outra camadinha de alumínio, plinsava a folha de cobre, passava oito horas fazendo isso. Quer dizer, tinha um intervalo de uma hora. ³³⁶

Esses relatos evidenciam a experiência do exílio, para além das atividades intelectuais, frequentemente implicava uma reconfiguração das trajetórias pessoais e profissionais. No caso de Antônio José Medeiros, o trabalho manual, realizado em jornadas longas e repetitivas, representou tanto uma estratégia de sobrevivência quanto uma imersão forçada em uma nova realidade social, distante a sua formação acadêmica e da militância política de origem. Trata-se de uma experiência que, como observa Denise Rollemberg, ressignifica a própria percepção de si e do mundo, inserindo o exilado em um cotidiano marcado pela disciplina laboral e pela condição de estrangeiro.

É importante ressaltar que os indivíduos estudados ao longo da pesquisa são do gênero masculino, portanto, ³³⁷ as suas memórias estão, majoritariamente, relacionadas as suas

³³⁵ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

³³⁶ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

³³⁷ Este trabalho concentra-se, predominantemente, em trajetórias masculinas do exílio político de piauienses, em função da disponibilidade de fontes.

vivências masculinas no exílio. No entanto, para as mulheres exiladas, a experiência do deslocamento possui contornos específicos: a do trabalho doméstico e reprodutivo. Conforme os relatos da obra *Memória das Mulheres no Exílio*, observa-se que as mulheres que acompanhavam os maridos nos exílios enfrentavam maiores dificuldades de inserção profissional, sobretudo nos espaços das universidades e núcleos de pesquisa, realidade mais acentuada àquelas que tinham filhos.³³⁸

A trajetória de Maria Nakano, esposa do Betinho, é elucidativa nesse sentido. Exilada em razão da perseguição sofrida pelo companheiro, ela observa que “chegamos ao exílio sem continuar no mesmo nível o trabalho político que fazíamos internamente e sem ter uma profissão que nos integrasse na nova sociedade”³³⁹. Em sua narrativa, a desigualdade de gênero no exílio torna-se explícita ao comparar a sua experiência com a do marido: “meu companheiro pôde aprofundar cada vez mais, o seu trabalho, seguir o que estava fazendo [...] Eu me sentia cada vez mais fora, sem função onde me realizar”. Enfatiza-se, portanto, que para as mulheres, o exílio significava uma exclusão em diversos sentidos: da terra natal, do espaço político, do mercado de trabalho formal, ao passo que recaía a elas a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e pelo cuidado familiar.

Desse modo, observa-se como a experiência do exílio é marcada por uma tensão permanente entre ruptura e reinvenção. Longe de representar somente uma experiência de marginalização, o exílio, para os indivíduos estudados, revelou-se como espaço de elaboração intelectual, reinvenção de projetos e circulação de saberes. Como sugere Said, o exilado ocupa uma posição de deslocamento permanente que, ao mesmo tempo em que fratura os pertencimentos, possibilita novos olhares críticos sobre o mundo e a própria sociedade. Assim, viver fora e sobreviver dentro significou, para esses sujeitos, habitar uma configuração ambígua, na qual trabalho e produção intelectual tornaram-se formas de resistência e de reinscrição simbólica em um contexto de desenraizamento.³⁴⁰

3.4 *Saudosa Maloca*: exílio e cotidiano.

Se o senhor não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse edifício arto
Era uma casa velha

³³⁸ Costa, Albertina de Oliveira et al (org.). *Memória das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

³³⁹ Costa, Albertina de Oliveira et al (org.). *Memória das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.p. 315.

³⁴⁰ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003

Um palacete assobradado

Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mais, um dia
Nós nem pode se alestrar
Veio os homi cas ferramenta
Que o dono mandô derrubá

Peguemo todas nossas coisa
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração

Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei:
Os homi tá cá razão
Nós arranja outro lugar

Só se conformemo quando o Joca falou:
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega a páia nas grama do jardim

E prá esquecê nós cantemos assim:
Saudosa maloca, maloca querida,
Que dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida³⁴¹

A música *Saudosa Maloca*, de Adoniran Barbosa, foi citada por Antônio José Medeiros em entrevista como uma canção frequentemente entoada nas reuniões da comunidade de exilados brasileiros no Canadá. A letra narra, de maneira melancólica e bem-humorada, a história de um lar humilde sendo demolido pelos *homi*, destacando a importância das lembranças dos momentos vividos naquele espaço: *dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida*.

Para os exilados, a música ressoava como uma metáfora pungente de sua condição: a perda forçada do lar e a nostalgia de um país transformado ou mesmo destruído pela repressão política. A *maloca* derrubada simbolizava o Brasil deixado para trás, um espaço físico e afetivo desfeito pela violência do regime. Assim, a canção transformava-se em um elemento de coesão entre os exilados, um canal para expressar a saudade e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência simbólica, ao relembrar, em coletivo, aquilo que lhes foi retirado.

³⁴¹ BARBOSA, Adoniran. *Saudosa Maloca*. Intérprete: Demônios da Garoa. Data de gravação: 2 de maio de 1955.

As residências nas quais Antônio José Medeiros viveu durante o exílio constituíram importantes espaços de convivência entre exilados de diferentes origens. Nesses ambientes, brasileiros e estrangeiros compartilhavam memórias, angústias e expectativas comuns à experiência do desenraizamento. Tais espaços funcionavam como redes de apoio afetivo e político, nas quais as trocas de experiências e as discussões sobre a situação nos países de origem eram constantes, evidenciando como o exílio era vivido não apenas como deslocamento individual, mas como experiência profundamente coletiva:

Durante minha estadia, convivi com muitos brasileiros e chilenos exilados, inclusive Pedro Albuquerque e Teresa, que conhecia do movimento estudantil de Fortaleza e com quem morei algum tempo, quando já ia voltar para o Brasil. Estava lá também João de Paula, que conheci como presidente do DCE da Universidade Federal do Ceará e que foi o meu ponto no Congresso da UNE, em 1968. Dos novos amigos, convivi mais com o Cacá [...] Era de Juiz de Fora e fazia Antropologia na Université de Montréal foi um dos motivos que mais me influenciou para ficar estudando no Canadá, me levou até para conversar com alguns professores dele. Ficava no apartamento dele nas minhas idas à Montréal. [...] Também convivi com outro casal exilado, Noemi e não consegui lembrar o nome do marido.³⁴²

Antônio José Medeiros relata que, durante o exílio, viveu inserido em uma comunidade composta por diversos exilados brasileiros e estrangeiros. Tratava-se de um coletivo ativo, com cerca de vinte pessoas, que compartilhavam tanto a saudade do Brasil quanto os desafios cotidianos do desenraizamento. A convivência e a solidariedade entre os integrantes desse grupo – brasileiros e estrangeiros – desempenharam um papel fundamental na tentativa de suavizar as dores do exílio. O apoio mútuo, sustentado pela empatia diante de experiências semelhantes, era uma estratégia para enfrentar a solidão e a angústia. Aos recém-chegados, oferecia-se acolhimento; aos que já estavam estabelecidos, cultivava-se a manutenção de laços de amizade, que, segundo o piauiense, foi um dos aspectos mais marcantes de sua vivência no exílio:

Mas, lá eu vivia entre Ottawa e Montreal, conheci Toronto, conheci Quebec. E tinha muita solidariedade dos amigos, existia muita convivência. Às vezes, no fim de semana, a gente se reunia, bebia cerveja, ficava bêbado, chorando, cantando: “Saudosa maloca, maloca querida”. Essa hora aí todo mundo chorava.³⁴³

³⁴² MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.152.

³⁴³ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

Esse tipo de encontro, segundo Denise Rollemberg, pode ser compreendido como a formação da *vida em gueto*, isto é, uma forma de resistência coletiva, na qual grupos sociais, diante da experiência do exílio, voltam-se aos elementos comuns de suas trajetórias, buscando resgatar referências do passado que antes conferia sentido às suas vidas. Essa estratégia constituía uma tentativa de preservar suas identidades em meio ao desenraizamento e à instabilidade. Conforme ressalta a historiadora, “a convivência entre os brasileiros foi um recurso para amenizar os problemas. No dia a dia, nas festas, nas atividades políticas, a colônia de exilados tentava reproduzir um ambiente brasileiro, às vezes estereotipado por comidas e músicas típicas”³⁴⁴.

Antônio José conta que frequentemente deslocava-se para a casa de amigos, também exilados, em que fazia reuniões sociais:

Pois é, a gente se reunia muito na casa um do outro. Eu já conhecia alguns. Eu conhecia o Pedro Albuquerque e conhecia o João de Paula. E era os dois que conhecia. E o Betinho, mas o Betinho era em Toronto, não era em Montreal. A maioria das vezes eu ficava em Montreal. Eu ficava durante a semana estudando, quase todo o fim de semana eu ia para Ottawa, e ficava na casa de um dos amigos, ou do Pedro Albuquerque, ou do... [...] É até um mineiro de Belo Horizonte. Marli, a mulher dele, e eram umas 20 pessoas. O Pedro, tem a Teresa, que era a mulher dele, eu já conhecia aqui do Ceará.³⁴⁵

O relato de Antônio José Medeiros evidencia um aspecto recorrente nas experiências de exílio: a construção de redes de sociabilidade e solidariedade entre os exilados. As constantes visitas e reuniões sociais nas casas de amigos revelam como esses espaços se converteram em importantes pontos de convivência, onde se compartilhavam afetos, lembranças e estratégias de vida no exterior. A frequência dos encontros, a circulação entre cidades e a manutenção de laços com conhecidos de outras regiões do Brasil demonstram que o exílio não era vivido apenas como um afastamento físico, mas também como um esforço ativo de preservação da memória coletiva e dos vínculos sociais.

As conversas dessa comunidade, frequentemente, giravam em torno do Brasil e da política: “Era sobre tudo. Era sobre a conjuntura internacional, conjuntura nacional. E tinha vezes que a gente se reunia mesmo só para conversar, para jogar conversa fora. Tinha dia que a gente dizia assim: Hoje ninguém fala de política. É só mesmo para jogar conversa fora”³⁴⁶.

³⁴⁴ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p.151.

³⁴⁵ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

³⁴⁶ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

É comum observar que estavam expostos a uma dupla temporalidade: a preocupação com o Brasil, mas também a necessidade de encarar a nova realidade do país de acolhida.

Edward Said argumenta que existe uma associação entre nacionalismo e exílio, uma vez que o nacionalismo opera como um mecanismo de pertencimento a um povo e a um território:

O exílio é uma solidão vivida fora do grupo: a privação sentida por não estar com outros na habitação comunal. Como, então, alguém supera o exílio sem cair na linguagem abrangente e latejante do orgulho nacional, dos sentimentos coletivos, das paixões grupais? O que vale a pena salvar e defender entre os extremos do exílio, de um lado, e as afirmações amiúde teimosas e obstinadas do nacionalmente, de outro? O nacionalismo e o exílio possuem atributos intrínsecos? São eles apenas duas variedades conflitantes da paranoia? ³⁴⁷

A reflexão de Edward Said permite compreender que essas práticas cotidianas não se configuram apenas como manifestações de saudade ou apego ao país de origem, mas como estratégias de significação da experiência do desterro. Ao destacar a tensão entre exílio e nacionalismo, o pensador chama atenção que o sentimento de pertencimento nacional pode significar, simultaneamente, um refúgio simbólico e uma idealização do passado. No caso analisado, as conversas sobre o Brasil, a política e a conjuntura internacional, assim como momentos deliberados de suspensão dessas discussões, ilustram essa ambiguidade entre manter vínculos afetivos com a terra de origem e enfrentar as exigências concretas do exílio. Tal condição é afirmada pelo pensador ao afirmar que “para os exilados os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorre como pano de fundo de memória dessas coisas em outro ambiente. Ambos os ambientes são vívidos, reais, ocorrem juntos a contraponto”³⁴⁸.

Apesar de desenraizado, Antônio José, em depoimento, interpreta retrospectivamente a sua experiência como menos dramática quando comparada a de outros companheiros. Tal percepção pode estar diretamente relacionada à sua condição jurídica diferenciada, uma vez que não era oficialmente impedido de retornar para o Brasil, ao contrário dos demais colegas de exílio, apesar das inúmeras impossibilidades e vetos do ponto de vista do trabalho. Muitos de seus colegas de exílio carregavam condenações formais e só podiam regressar após a promulgação da Lei da Anistia:

³⁴⁷ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003. p.50.

³⁴⁸ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003. p.59.

A minha situação era um pouco diferente de alguns que estavam lá. Por exemplo, o Pedro Albuquerque e o João de Paula não podiam voltar porque eles estavam condenados. Ah, quem também estava lá era o Capiberibe, governador do Amapá, eu trabalhei na fábrica de radiadores levado por ele. Ele trabalhava nessa mesma fábrica, ele e a Janete, mulher dele, que foi deputada federal junto comigo. A gente vai recordando essas coisas. Então, a minha situação era diferente dele um pouco porque eu podia voltar. Eles não podiam porque estavam todos condenados. Só puderam voltar depois da Anistia. E eu já tinha a decisão de não ficar. Meus colegas do Rio de Janeiro, antes de eu ir para a viagem, insistiram, assim, para eu ficar. Os padres, os outros amigos.³⁴⁹

Essa possibilidade de retorno conferia, segundo o próprio depoente, “um estado de espírito diferente”, por não compreender a sua experiência como ruptura definitiva, mas como uma etapa transitória de formação intelectual e profissional. É importante enfatizar que a leitura de Antônio José é uma elaboração retrospectiva, produzida no presente da narrativa. Michel Pollak aponta que nas entrevistas de histórias de vida, quando os acontecimentos são reiteradamente narrados, encontra-se um *fio condutor*, que confere coerência ao relato. Essa coerência não é espontânea, mas construída por meio da articulação lógica dos acontecimentos em uma sequência cronológica que sustenta uma determinada imagem de si. Em outras palavras, ao narrar sua trajetória após a anistia e o retorno, o sujeito recompõe o passado à luz das experiências subsequentes, reorganizando afetos, expectativas e frustrações. O exílio, inicialmente atravessado por incertezas e constrangimentos, é reinscrito como momento formativo, integrando-se a uma narrativa de continuidade biográfica que atenua a ruptura e reconfigura o sentido da experiência vivida.³⁵⁰

Antônio José narra que nunca teve pretensões de morar em outro lugar, pois era *encegueirado* pelo Piauí. Ou seja, nutria uma paixão pelo seu local de origem:

O meu destino, eu queria conhecer o mundo e voltar para o Piauí. Isso dá um estado de espírito diferente. Primeiro, por poder voltar. Segundo, por querer voltar depois. Eu não senti muita saudade assim, até porque a situação aqui não era de provocar muitas saudades (ri). Mas o pessoal sentia, não tô dizendo que quando cantavam certas coisas estavam todo mundo chorando assim, né. Certas músicas. O pessoal sentia saudades.³⁵¹

Ao afirmar que nunca teve a intenção de se fixar no exterior e que desejava *conhecer o mundo e voltar para o Piauí*, Antônio José expressa uma trajetória marcada pela

³⁴⁹ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

³⁵⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³⁵¹ MEDEIROS, Antônio José. Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira. 2023.

temporalidade provisória. Nesse sentido, sua trajetória dialoga com a reflexão de Edward Said, para quem o exílio produz uma condição paradoxal: ao mesmo tempo em que impõe a solidão do desenraizamento, pode favorecer um distanciamento crítico em relação ao local de origem. A ausência de uma saudade intensa, naquele momento, pode estar associada ao entendimento de que as condições políticas locais não eram favoráveis ao retorno.³⁵²

Antônio José elenca dois momentos no exílio que o marcaram profundamente. O primeiro, quando foi aceito na seleção de mestrado de duas universidades canadenses. O segundo, um show da cantora americana Joan Baez³⁵³, que segundo ele foi idealizado “[...] para arrecadar pro Vietnã, em apoio ao Vietnã, pelo fim da Guerra do Vietnã. Foi muito significativo assim, aquele momento em que a gente se sente participando de uma solidariedade internacional”. A participação em eventos dessa natureza era recorrente entre os exilados, que frequentemente interpretavam o exílio como uma continuidade da militância iniciada no Brasil. Em autobiografia, Antônio José destaca que havia muitas manifestações contra a ditadura no Chile, no entanto, não recorda de manifestações contra a ditadura brasileira.

A trajetória de Ademir Alves de Melo é um pouco distinta, uma vez que a sua experiência foi moldada pela institucionalização do exílio na Alemanha. Quando Ademir chegou na Alemanha conta que o país possuía *verdadeiras cidades* para abrigar exilados do Leste Europeu:

[...] com aqueles blocos, aqueles edifícios de quatro andares, tinha elevador, eram verdadeiras cidades, quer dizer centros de refúgio, pois para lá os refugiados do Chile foram. Você imagina a hostilidade que nós enfrentamos diante daquele pessoal que vinha da Sibéria, do Leste Europeu... da Polônia, os poloneses eram os mais revoltados. E de lá, se fazia a redistribuição das pessoas ou famílias. [...] Eu fiquei em um edifício de quatro andares, no segundo andar era o meu apartamento, no primeiro andar morava um casal de dirigentes do movimento neofascistas, permanentemente nos controlando. Um belo dia chegou um dirigente nacional do Partido Fascista a pretexto de saber o que estava acontecendo no banheiro que estava com vazamento. Aí entrou aquele baixinho e gordinho no apartamento. Antes que eles adentrassem, eu fechei a porta, porque na nessa porta estava lá a fotografia do Che Guevara. Ele queria ver minha casa. Quer dizer, a gente pouco a pouco vai sendo perseguido não aqui no Brasil, mas também lá fora, apesar da social democracia, mas a estrutura herdada do nazi [...] que é o partido fascista alemão. Me lembro no campo de refúgio que onde ficamos, por um período até começar a redistribuição. Um belo dia, um companheiro

³⁵² SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003.

³⁵³ Joan Baez é uma cantora norte-americana que, ao longo dos anos 1960 e 1970, tornou-se uma cantora de música de protesto. Segundo o site memóriasdaditadura.org.br, a cantora subiu em palanques ao lado de Martin Luther King, manifestando-se contra o apartheid, contra a Guerra do Vietnã.

descobriu um pratinho de sobremesa em que embaixo estava gravada a suástica.³⁵⁴

Ademir vivia em um cenário diferente dos demais sujeitos analisados, primeiro porque possuía um lugar específico para pessoas consideradas refugiadas. Segundo, pela convivência forçada com sujeitos de abismos culturais e ideológicos diversos – desde brasileiros e chilenos até refugiados poloneses – gerava estranhamentos constantes. As tensões não eram meramente culturais, mas também políticas. A presença de remanescentes da estrutura nazista e o controle exercido por vizinhos neofascistas indicam que, para Ademir, o exílio não significou o fim da perseguição. O episódio em que precisou ocultar a foto de Che Guevara simboliza a continuidade da vigilância: mesmo em solo europeu, o exilado precisava camuflar a sua identidade política.

De acordo com Rollemberg, houve um *baby-boom* entre os exilados brasileiros no Chile, em razão da atmosfera de euforia e pela sensação de segurança durante o governo de Salvador Allende, muitos militantes sentiram-se encorajados a ter seus primeiros filhos. Com o golpe liderado por Pinochet, esse projeto de estabilidade foi abruptamente interrompido.³⁵⁵ Maria Guilhermina, companheira de Ademir, estava grávida de alguns meses; embora a gestação tenha sido no Chile, a filha do casal nasceu na Alemanha. No Sistema de Informações do Arquivo Nacional, pode-se encontrar um documento, de 31 de maio de 1979, acerca da solicitação de passaporte da Maria Guilhermina, companheira de Ademir, que aponta a sua ida ao Consulado-Geral do Brasil em Dusseldorf, em conjunto com Ademir Melo, para registrar o nascimento de seu filho – registrado erroneamente no documento, uma vez que se tratava de uma filha – e obter visto.³⁵⁶ Abaixo, pode-se analisar o fato para além da burocracia do processo:

Minha filha passou mais de um ano apátrida, porque eu não queria registrá-la alemã. Consegui isso mais de um ano depois graças ao apoio, em Genebra, do professor Paulo Freire, que ele estava na UNESCO. Eu estive lá, em Genebra. E também do meu coorientador Martin Franzbach, que era da social democracia alemã [...] Amigo, aquela época de um famoso poeta cubano, foi ministro, foi embaixador em Paris. [...] Pois bem, quando Martin Franzbach e Paulo Freire deram uma pensada na embaixada [...] aí liberaram um ano e pouco, a certidão de nascimento da minha filha chamada

³⁵⁴ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>.

³⁵⁵ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999

³⁵⁶ BRASIL, Arquivo Nacional. Concessão e prorrogação de passaporte- Ademir Alves de Melo e outros. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.187. 26 de dezembro de 1974. p.1. Disponível em: sian.an.gov.br

Carla Quintas de Melo, nascida dia 29 de março de 1974. Em 25 de fevereiro de 1979, nasceu minha segunda filha, Paula Quintas de Melo.³⁵⁷

O depoimento de Ademir aprofunda os entraves burocráticos que os exilados enfrentavam, ao expor a condição vivida por mais de um ano de apatridia da sua filha, ou seja, a condição jurídica de não ser reconhecido como pertencente a uma nação. A resolução desse impasse somente foi possível mediante a mobilização das redes de solidariedade, que lutaram para que a situação fosse revertida e Carla Quintas fosse reconhecida como brasileira. A experiência da primeira filha de Ademir dialoga com a reflexão proposta por Tatiana Paiva:

Herdeiros do exílio foi como eu identifiquei os filhos de militantes da ditadura militar. O estudo realizado sobre a memorialística dos filhos encontrou na ideia de *herança* o seu fio condutor. Para os filhos, as escolhas de atuação dos pais foram determinantes para que vivenciassem uma experiência sobre a qual não tinham controle e não podia opinar. Foram parceiros involuntários dos pais, estabelecendo uma relação coadjuvante, porém existente e diversa, com o regime ditatorial.³⁵⁸

Nesse contexto, a apatridia da filha de Ademir pode ser compreendida como expressão concreta das marcas do exílio sobre as gerações seguintes. Os filhos dos exilados carregavam, muitas vezes de forma involuntária, os efeitos das perseguições políticas sofridas por suas famílias, herdando memórias, traumas e experiências de desenraizamento que ultrapassavam as fronteiras territoriais e alcançavam dimensões subjetivas e afetivas. Nesse sentido, tais sujeitos podem ser pensados à luz da noção de *vida nua*, na medida em que suas existências eram produzidas em um limiar de vulnerabilidade jurídica e política, marcado pela suspensão ou fragilidade de direitos básicos, como o próprio reconhecimento de nacionalidade. Trata-se, assim, de vidas expostas às consequências diretas das decisões soberanas do Estado, nas quais a condição de cidadania é tensionada ou parcialmente negada.

Para além da dimensão burocrática, Ademir Alves vivia outros conflitos cotidianos:

Então, a discriminação que se tem, imagine, um asilado político de esquerda na Alemanha, com essa cabeça, com essa cara, que eu tenho de polonês. Porque o alemão, quando ele quer mandar um para aquele lugar, ele chama de polonês. É como no Rio-São Paulo chama de paraíba ou baiano. Esse biotipo que eu tenho de polonês já denunciava e quando eu abria a boca (inaudível). O frio intenso, pois foi lá que eu aprendi a nunca mais dizer “oh, calor miserável”. Aqui, não. Não digo mais isso não. Eu digo: “Oh, calor gostoso”. Brincadeira de 10 graus abaixo de zero, sem condições ambientais

³⁵⁷ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBeuHrc>.

³⁵⁸ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBeuHrc>.

dentro do apartamento de conseguir dormir. Em relação a amizades, eu tinha apenas dois companheiros, com quem nos reuníamos toda semana. Um morreu recentemente, (nomes inaudíveis). Agora estive no Rio, fui visitá-lo. Em dois companheiros, amigos que a gente sempre se reunia. Os dois eram do Partido Comunista.³⁵⁹

Em seu depoimento, Ademir relata que a sua aparência física e seu modo de falar funcionavam como marcadores imediatos de alteridade, expondo-o a práticas xenofóbicas da sociedade alemã. Ao mencionar que possuía *biotipo polonês*, o exilado aponta que era socialmente lido e associado a estigmas historicamente construídos. Nesse contexto, o termo *polonês* aparecia como categoria pejorativa, remetendo às tensões históricas entre a Alemanha e a Polônia, intensificadas pela memória ainda recente da ocupação da Polônia pelos alemães na Segunda Guerra. Assim, mais do que uma característica física, a identificação do *polonês* operava como um mecanismo de exclusão. Afinal, como aponta Denise Rollemberg, “a história do dia a dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal estar em relação ao outro, sobretudo em relação a si mesmo”³⁶⁰.

Apesar do convívio com pessoas oriundas de todo o Leste Europeu, seus vínculos eram mais estreitos com brasileiros que compartilhavam um ponto em comum: a militância no Partido Comunista Brasileiro. Outro choque vivenciado por Ademir Alves refere-se às condições climáticas da Alemanha, especialmente o frio intenso que invadia o apartamento. A experiência corporal do clima produziu um estranhamento duradouro, a ponto de o depoente afirmar que, hoje, não reclama do calor do Nordeste brasileiro. O exílio, nesse sentido, inscreve-se também na memória sensorial, reconfigurando percepções posteriores sobre o lugar de origem. A diluição dos limites entre exilados políticos, refugiados de guerra e migrantes econômicos produzia um deslocamento identitário: nessa situação, a identidade do exilado parecia se desfazer, ruir, exigindo rearranjos subjetivos e novas formas de inserção social:

A América Latina distante. O interior da Suécia. O frio intenso do início de novembro. O estranhamento. As profundas diferenças sociais. O choque cultural. A diluição dos limites entre exilados, políticos, refugiados de guerra e migrantes econômicos. Nesta situação, a identidade do exilado parecia se desfazer, ruir.³⁶¹

³⁵⁹ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>.

³⁶⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.132.

³⁶¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 113.

Não foi possível localizar, com maior grau de detalhamento, registros sobre aspectos do cotidiano do exílio de Raimundo Santos. Ainda assim, em uma publicação disponível no blog de Gilvan Cavalcanti Melo³⁶², escrita por sua esposa, Grazielle Melo³⁶³, há a menção de que, durante o período em que viveram no Chile, o casal mantinha relações de amizade com Raimundo Santos e Akiko Santos³⁶⁴, pistas das redes de sociabilidade estabelecidas entre exilados brasileiros naquele contexto. No momento da chegada ao Chile, Grazielle Melo e seu marido enfrentavam uma situação dramática: o filho do casal, chamado José, sofria de leucemia, e nesse período, encontrava-se hospitalizado e necessitava urgentemente de doação de sangue. A situação mobilizou uma ampla rede de solidariedade entre exilados brasileiros e também entre chilenos, como a própria autora relata:

Uma mulher morena de estatura média, cujo nome não consigo lembrar, membro do Comitê Central do Partido Comunista Chileno, foi a pessoa que, a pedido de Armênio Guedes, marido de Zuleika Alambert, conseguiu um médico (dr. Pozo) e um hospital para meu filho que necessitava dramaticamente de ajuda naqueles primeiros dias de nosso exílio. O hospital era o Calvo Makeña, onde trabalhava o médico no setor de oncologia. Meu filho chegara a Santiago no meio de uma crise que se iniciara na Argentina. Internado, apesar do tratamento, piorava a cada dia. Certa ocasião o médico nos avisou que necessitava sangue com urgência. Orientada por chilenos amigos, pus anuncio na rádio *Corporación* que é muito popular. “Niño brasileño, internado em el Hospital Calvo Mackeña, necessita sangre etc. etc...” Muitos brasileiros e chilenos atenderam ao apelo. Segundo as enfermeiras do setor, fez-se uma fila à porta do Hospital para doar sangue para “el niño brasileño”.³⁶⁵

³⁶² Gilvan Cavalcanti de Melo nasceu em 5 de dezembro de 1935, em Limoeiro (PE). Iniciou sua militância política após o assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, em 1945. Na década de 1950, atuou como dirigente estudantil e dos servidores federais, além de colaborar com jornais ligados ao PCB, como Folha do Povo, A Hora e Novos Rumos. Após o golpe civil-militar de 1964, foi preso em Recife, demitido do serviço público com base no Ato Institucional nº 1 e passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. Preso novamente entre 1970 e 1972, respondeu a processos na Justiça Militar e foi condenado à revelia. Viveu no exílio no Chile e em Cuba, sendo anistiado em 1979. Em 1992, participou da fundação do Partido Popular Socialista (PPS), integrando posteriormente sua direção nacional.

³⁶³ “Graziela - Esposa de Gilvan Cavalcanti Melo (Partidão). Esteve presa na Casa de Detenção do Recife, juntamente com Dra. Naide Regueira Teodosio. Na época em que foi presa, o filho mais velho estava muito mal. Sei que tratava-se de um problema sério. O garoto tinha em uma das pernas em uma extensão. Estava sempre febril. Certa vez a sogra de Graziela levou o doentinho para a visita, e deixou-o no cárcere, o que provocou uma confusão no presídio, e apressou a liberdade de Graziela. Mulher corajosa.” Disponível em: https://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/combatentes_404/gilvancavalcantimelo/index.htm

³⁶⁴ Akiko Santos é professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com atuação na área de Educação. Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, desenvolveu pesquisas voltadas à formação docente e aos processos educativos. Durante o período de exílio político de brasileiros na América Latina, viveu no Chile ao lado de seu marido, o professor e militante político Raimundo Santos.

³⁶⁵ MELO, Grazielle. Memória: Enfim, Santiago!!! In: MELO, Grazielle. *Crônicas, contos e poemas*. Brasília: Abaré Editorial; Fundação Astrojildo Pereira, 2008. p. 57. Disponível em: <https://gilvanmelo.blogspot.com/>

Apesar da mobilização solidária e dos esforços médicos, o filho de Grazielle Melo faleceu em 23 de junho de 1972, pouco mais de um mês após a chegada da família ao Chile. Em seu relato memorialístico, a autora destaca o apoio recebido da comunidade brasileira exilada em Santiago, ressaltando que muitos deixaram as celebrações juninas da colônia brasileira para comparecer ao velório. Entre os presentes estavam Raimundo Santos e sua esposa, Akiko Santos, cuja presença é lembrada pela autora como expressão do apoio e da solidariedade compartilhada entre brasileiros que viviam a experiência do exílio.

Meu filho faleceu na madrugada de 23 de junho de 1972, um mês e meio depois de chegarmos ao Chile, no momento exato em que a colônia brasileira em Santiago celebrava a festa junina. Muitos saíram direto da festa para o velório. Pela manhã já havia tanta gente que não se podia mais entrar na capela mortuária. Longe de nosso país e de nossos familiares o carinho daquelas pessoas que quiseram estar conosco naquele momento, fez com que nos mantivéssemos de pé, inteiros, apesar do sofrimento inevitável. Lá estava a figura de Ulrik Hoffman que foi quem deu a cobertura financeira para o funeral. Um piauiense, que, abraçado a sua mulher, uma nissei paulista, chorava muito no instante em que o corpo de meu filho baixava à sepultura, é nosso amigo até hoje. É o professor da UFRRJ, Raimundo Santos e sua mulher Akiko Santos.³⁶⁶

Episódios como esse revelam que, para além da dimensão estritamente política do exílio, constituíam-se redes de solidariedade e apoio mútuo entre os exilados. Em situações extremas, como a morte de um familiar em terra estrangeira, essas redes assumiam papel fundamental, permitindo que o luto – vivido longe do país de origem e das estruturas tradicionais de apoio – fosse compartilhado coletivamente entre aqueles que dividiam a experiência da diáspora política.

Observa-se, portanto, que as experiências do exílio, ainda que marcadas pelo desenraizamento e rupturas, não foram vividas de forma passiva. Pelo contrário, os exilados mobilizaram estratégias de sobrevivência e resistência, com o intuito de reconstruir suas vidas em novos territórios, a partir das redes de solidariedade, da atuação política e, muitas vezes, do desenvolvimento intelectual. No entanto, tais vivências, tão plurais e singulares, não se esgotam somente nos tópicos analisados. Os exílios produzem marcas duradouras, que ultrapassam a experiência do deslocamento. Por isso, no próximo capítulo, o foco recaiu sobre os retornos: como se deram as voltas desses sujeitos e de que maneira o exílio moldou suas trajetórias, memórias e projetos de vida.

³⁶⁶ MELO, Grazielle. Memória: Enfim, Santiago!!! In: MELO, Grazielle. *Crônicas, contos e poemas*. Brasília: Abaré Editorial; Fundação Astrojildo Pereira, 2008. p. 57. Disponível em: <https://gilvanmelo.blogspot.com/>

4 RETORNAR É POSSÍVEL?

4.1. Enquanto isso, no Brasil: *retaguarda e a esperança equilibrista...*

Lenta, gradual e segura. Assim, o então presidente Ernesto Geisel concebia, a partir de 1974, o processo de distensão política, entendido como uma transformação progressiva e controlada do regime autoritário sob a tutela militar. Conforme analisa Rodrigo Patto de Sá Motta, esse período caracterizou-se por uma intensa oscilação entre *distensão e abertura*, liderada por Geisel e Golbery do Couto e Silva, como estratégia para atender a diferentes objetivos: renovar o apoio de empresários alinhados ao liberalismo político, exercer um controle sobre a repressão política a fim de conter as divisões internas e institucionalizar as normas do Estado. O historiador argumenta ainda que o processo de distensão gradualista se insere na cultura política brasileira, marcada pela acomodação dos atores políticos, evitando choques graves e rupturas abruptas, ao mesmo tempo em que o planejamento de transição controlada assegurava uma menor retaliação aos militares.³⁶⁷

A distensão ocorreu, paralelamente, ao contexto de esgotamento do chamado *milagre econômico*, intensificado após a crise internacional do petróleo de 1973. Além disso, o aumento da inflação, o crescimento do endividamento externo e o agravamento das desigualdades sociais ampliaram as pressões sobre o regime. A abertura controlada, portanto, é compreendida como resposta às tensões econômicas e sociais que fragilizavam sua legitimidade.

Em 1974, ano que marcou o decênio da ditadura militar, ocorreu a primeira eleição em que os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida ao regime³⁶⁸, puderam concorrer sem prisões durante o processo eleitoral. O desfecho desse pleito abalou fortemente o governo militar, visto que o MDB obteve uma vitória expressiva — com a eleição de 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores —, o que indicava o desgaste e a baixa popularidade do regime. Em resposta, o governo autoritário decidiu frear o ritmo da distensão política, promulgando a Lei Falcão (Lei nº 6.339/1976), que restringiu a propaganda eleitoral ao proibir os candidatos de fazer qualquer tipo de pronunciamento político, permitindo apenas a divulgação do nome, número,

³⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

³⁶⁸ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi criado em 1965, após a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), medida que extinguiu os partidos políticos existentes e instituiu o bipartidarismo no Brasil. Nesse novo arranjo político, passaram a existir apenas duas legendas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vinculada ao apoio ao regime militar, e o MDB, que se constituía como a oposição consentida dentro dos limites estabelecidos pela ditadura.

fotografia e de um breve currículo dos candidatos. Tal medida revelava os limites da abertura, reafirmando que o processo político permanecia rigidamente controlado pelos militares.

Para além do controle sobre a oposição civil, o processo de distensão também era tensionado por divergências internas. No interior das Forças Armadas persistia disputa política entre militares considerados moderados (castelista) e os setores mais radicais (linha dura). Esses últimos estavam, em grande medida, nos organismos de repressão e, segundo Patto de Sá Motta, questionavam a estratégia de Geisel e Golbery, responsabilizando-os pelo avanço do comunismo. Com isso, o autor sustenta que o presidente militar resolveu adotar uma estratégia pendular, que buscava conter os excessos dos dois lados, isto é, tanto da oposição de esquerda quanto dos setores militares mais radicais.³⁶⁹

Contudo, o processo de distensão não significou o cessar do *Terrorismo de Estado*, que continuou a incidir sobre organizações de esquerda e militares considerados subversivos, evidenciando os limites e contradições da abertura política promovida pelo regime. Após as eleições de 1974, integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram perseguidos sob a acusação de envolvimento com o movimento comunista, pois “com o resultado das eleições, o apetite das forças repressivas aumentou ainda mais, levando ao assassinato de dezenas de militantes (na maioria dos casos tratados como desaparecidos) e à prisão de centenas de outros ativistas”³⁷⁰.

A permanência do *Terrorismo de Estado*, mesmo no contexto da distensão, manifestou-se de forma emblemática em 1975, quando os agentes militares forjaram a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O episódio provocou ampla repercussão nacional e internacional, contribuindo para o desgaste da imagem do regime, fortalecendo assim setores da sociedade civil que passaram a denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Diante do desgaste provocado por episódios de repressão, o governo optou por responder ao fortalecimento da oposição com novas medidas de controle. Dessa forma, Ernesto Geisel utilizou os poderes do AI-5 e, em abril de 1977, decretou o chamado Pacote de Abril, considerado “a última grande tentativa autoritária do regime militar de assumir o completo controle do processo político em curso”³⁷¹. Entre as principais ações, destacaram-se

³⁶⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

³⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021 p. 257

³⁷¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2020. p. 339

a eleição indireta para um terço dos senadores (senadores biônicos), a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, alterações no sistema eleitoral e intervenções no funcionamento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. Embora concebidas para garantir a hegemonia militar, tais medidas acabaram por reduzir a popularidade do governo militar e, conseqüentemente, contribuíram para que o presidente militar retomasse a política da distensão.

Paralelamente, observa-se o crescimento dos movimentos sociais, como os movimentos estudantil, sindical, negro, camponês e homossexual, que passaram a ocupar um lugar central na reorganização da oposição ao regime. Ao final da década de 1970, a militância que havia apostado na luta armada encontrava-se derrotada, e suas estratégias foram gradualmente substituídas por formas de ação coletiva fundamentadas na mobilização social e na defesa da democracia. Nesse momento, notou-se um fortalecimento da pressão pela extinção do AI-5 e das campanhas políticas pela anistia aos presos políticos e exilados.

Nesse mesmo contexto, ao longo da década de 1970, o exílio passou a ser redefinido como um local de luta política. Segundo Luis Roniger, o exílio do século XX é caracterizado por uma estrutura quádrupla, composta pelo país expulsor, país anfitrião, redes transnacionais e esfera internacional. Essa configuração possibilitou que os exilados ampliassem sua atuação por meio da construção de redes e coalizões transnacionais, capazes de denunciar, em organismos internacionais, na imprensa estrangeira e circuitos acadêmicos as práticas repressivas e os abusos vividos no país expulsor.³⁷² De acordo com Denise Rollemberg, os governos militares buscavam desmentir as notícias e/ou denúncias divulgadas no exterior, afirmavam que eram “difamações de maus brasileiros em conluio com instituições internacionais que não mereciam crédito”³⁷³. Foi nesse momento de intensificação das denúncias internacionais que o debate sobre a anistia ganhou centralidade.

A extinção do Ato Institucional nº 5 era um *tópico sensível* para a ditadura militar, mas essencial para o processo de distensão. A princípio, constata-se um receio em extinguir o ato, pois, deveria existir, de acordo com Rodrigo Patto de Sá Motta, uma *salvaguarda* que garantisse a *ordem militar*, ou seja, outro instrumento coercitivo “menos poderoso e discricionário que o AI-5”³⁷⁴. Desse modo, a saída foi a lógica da estratégia gradualista com a criação do estado de emergência, no qual os governantes poderiam decretar em caso de

³⁷² RONIGER, Luís. *Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX*. Dados, v. 53, p. 91-124, 2010, p. 102.

³⁷³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.232

³⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 267.

ameaça de subversão à ordem. Tal comportamento era importante para os líderes da ditadura, uma vez que puderam prolongar sua permanência no governo e negociar o seu retorno aos quartéis:

Para usar a linguagem militar, o plano do grupo de Geisel era promover um recuo organizado das forças da ditadura, entregando posições ao inimigo, mas mantendo terreno suficiente para evitar a debandada da tropa. As Forças Armadas iriam se “desengajando” das funções governamentais e entregando mais poder aos civis, mas o regime de 1964 poderia ter alguma sobrevivência se a estratégia eleitoral funcionasse bem. João Figueiredo continuou a *marcha* da distensão política gradualista, herdando as campanhas da anistia que, a princípio, significava a restauração da justiça.

É imperativo notar que o AI-5 constituía o símbolo máximo do poder discricionário do regime. Enquanto permanecesse em vigor, qualquer expectativa de retorno dos exilados políticos mostrava-se estruturalmente frágil. Sua revogação passou assim a ser percebida como uma condição mínima para um caminho de *normalização* da vida política, alimentando as expectativas de retorno. Contudo, a extinção do Ato não implicou o desmonte do aparato repressivo construído ao longo da ditadura, tampouco a responsabilização dos agentes envolvidos em práticas de *Terrorismo de Estado*.

Como bem observa Patto de Sá Motta, a distensão de Geisel não visava um reestabelecimento da democracia, mas sim uma garantia de estabilidade e prolongamento do regime autoritário. A marcha gradualista de Geisel passou a ser comandada por João Figueiredo, que herdou um governo desafiador em 1979, momento em que a oposição estava mais forte, com greves lideradas por movimentos sociais, imprensa mais combativa e uma grave crise econômica.

Nesse contexto de efervescência, a cultura desempenhou um papel político central. Elis Regina regravou *O bêbado e o equilibrista*, canção que se tornou símbolo de um debate cada vez mais presente no espaço público: a anistia. A partir da segunda metade da década de 1970, as organizações de esquerda começaram a pautar de forma sistemática o tema da anistia, articulando-se em torno do lema *Anistia ampla, geral e irrestrita*, o que gradativamente passou a envolver a população. Desse modo, os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apresentaram projetos de anistia no Congresso Nacional, no entanto, não prosseguiram no processo de tramitação, sendo bloqueados pelo próprio arcabouço institucional autoritário do regime.

De acordo com a historiadora Carla Simone Rodeghero, a compreensão da anistia exige considerar que a ditadura militar foi marcada por distintas *fases* repressivas, cujos alvos

variavam ao longo do tempo. Como consequência, ela defende que uma eventual política de anistia deveria contemplar uma diversidade de sujeitos:

[...] sujeitos cujos direitos políticos haviam sido suspensos, funcionários civis e militares expurgados do serviço público; trabalhadores demitidos de empresas privadas; estudantes expulsos de universidades e escolas; lideranças sindicais afastadas de suas entidades; políticos que tiveram mandatos eletivos interrompidos; presos políticos já condenados pela Justiça Militar ou à espera de julgamento; pessoas que pela força da repressão tinham sido compelidas a partir para o exílio ou viver na clandestinidade; pessoas que tinham sido presas pela militância estudantil e sindical no final da década de 1970.³⁷⁵

Ainda segundo a historiadora, as campanhas de anistia eram capazes de aglutinar forças sociais diversas e, por vezes, portadoras de concepções distintas acerca do processo político: “Alguns demandavam reintegração funcional; outros, a reconquista dos direitos políticos; outros, a saída da prisão ou a volta ao país. Havia, ainda, os que tinham familiares desaparecidos. Todas as situações eram dolorosas à sua maneira”³⁷⁶. Apesar das divergências, era possível uma atuação conjunta em prol da defesa da anistia.

As propostas e projetos da anistia colocavam o governo militar em uma posição particularmente conflitiva, uma vez que, a princípio, implicavam em revisitação de memórias sensíveis sobre o período autoritário: a ação da oposição e, sobretudo, a reação das forças militares. Não obstante, não se deve perder de vista que o tratamento da anistia esteve subordinado ao ideal gradualista herdado por João Figueiredo, segundo o qual a abertura política deveria ocorrer de forma controlada, evitando rupturas e preservando os pilares institucionais da ordem militar. Desse modo, a anistia foi incorporada ao processo de transição política negociada e conciliatória, capaz de permitir avanços políticos sem responsabilizar os militares.

Rodrigo Patto de Sá Motta aponta que, no contexto de transição política, a imprensa passou a difundir a noção de que a “conciliação exigia esquecer o passado e qualquer tipo de revanchismo contra os militares”³⁷⁷. Associada a esse discurso, consolidou-se a ideia do perdão recíproco, o qual anistia deveria incluir o apagamento dos crimes cometidos a serviço da ditadura, isto é, as ações de *Terrorismo de Estado*. Essa lógica, conforme destaca o

³⁷⁵ RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2020, p. 368.

³⁷⁶ Idem, p. 374.

³⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 280

pesquisador, prosperou entre os setores das elites políticas e econômicas, perpetuando-se como uma narrativa hegemônica sobre a anistia e seus significados até o presente.

Em junho de 1979, o governo de João Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional o seu projeto de anistia. O Artigo 1º concedia a anistia para todos aqueles enquadrados por crimes políticos ou conexos praticados entre os anos de 1961 a 1979, bem como cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores públicos civis e militares punidos com fundamento nos Atos Institucionais.³⁷⁸ A inclusão da categoria dos chamados *crimes conexos* – entendidos como crimes relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política – foi a estratégia central para a produção de uma equiparação jurídica entre sujeitos perseguidos pelo regime e agentes estatais responsáveis por práticas repressivas, responsáveis por prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos. Assim, sob o discurso de reconciliação nacional e do perdão recíproco, a anistia assegurou impunidade aos operadores do *Terrorismo de Estado* ao interditar a possibilidade de responsabilização penal.

Segundo Patto de Sá Motta, diante desse enquadramento jurídico, os setores democráticos acabaram por acomodar-se à situação, uma vez que a maioria dos perseguidos foi imediatamente beneficiada pela medida, ainda que tal acomodação implicasse o silenciamento das responsabilidades estatais pelo *Terrorismo de Estado* cometido durante a ditadura. Cabe destacar, contudo, que a demanda pela responsabilização dos agentes de repressão foi defendida por parte do movimento pela anistia, embora tenha se mostrado politicamente pouco viável em razão da permanência dos militares no controle da distensão gradualista.

Outra pauta fundamental do período foi a reforma do sistema partidário, especialmente diante do crescimento expressivo do MDB, que se consolidou como principal espaço de oposição institucional à ditadura. A força eleitoral do MDB passou a ser percebida pelo governo como um risco à condução controlada da abertura política. Em outubro de 1979, o governo de Figueiredo apresentou um projeto de lei do governo que instituiu o pluripartidarismo, extinguindo o bipartidarismo. Conforme analisa Patto de Sá Motta, as reformas partidárias tinham como objetivos centrais fragmentar a oposição, diluindo a força do MDB, e viabilizar a criação de um novo partido oficial, capaz de atualizar a representação política dos setores vinculados ao regime militar.

Assim, ao analisar o contexto político brasileiro entre a distensão conduzida pelos governos de Geisel e Figueiredo, este tópico demonstra que as possibilidades de retorno dos

³⁷⁸ BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá providência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm.

exilados políticos foram produzidas no interior de uma transição negociada e controlada. Longe de representar uma reparação histórica ou a superação do autoritarismo, o retorno foi viabilizado como parte de um pacto conciliatório que ampliava direitos formais, ao mesmo tempo em que silenciava as responsabilidades do Estado pelas práticas de *Terrorismo de Estado*. Essas condições estruturaram não apenas quem pôde retornar, mas também as formas, os tempos e os sentidos atribuídos à experiência do retorno, permitindo compreender como se costura, no Brasil, uma política do esquecimento em relação aos crimes cometidos entre os anos de 1964 e 1985.

4.2 *Eu voltei agora para ficar: o retorno como experiência histórica.*

Eu cheguei em frente ao portão
 Meu cachorro me sorriu latindo
 Minhas malas coloquei no chão
 Eu voltei
 Tudo estava igual como era antes
 Quase nada se modificou
 Acho que só eu mesmo mudei

E voltei
 Eu voltei
 Agora pra ficar
 Porque aqui
 Aqui é meu lugar
 Eu voltei pras coisas que eu deixei
 Eu voltei

Fui abrindo a porta devagar
 Mas deixei a luz entrar primeiro
 Todo meu passado iluminei
 E entrei
 Meu retrato ainda na parede
 Meio amarelado pelo tempo
 Como a perguntar por onde andei
 E eu falei
 Onde andei não deu para ficar

Porque aqui
 Aqui é meu lugar

[...]
 Eu voltei agora para ficar
 Porque aqui, aqui é o meu lugar
 Eu voltei pras coisas que deixei
 Eu voltei³⁷⁹

³⁷⁹ CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *O Portão*. Canção. Álbum: Roberto Carlos (1974). Brasil.

A canção *O Portão*, composta por Erasmo Carlos e Roberto Carlos, projeta em seus versos a imagem de um retorno idílico, marcado pela reconciliação com o lugar de origem. O eu-lírico retoma o espaço familiar, no qual os afetos permanecem intactos e o pertencimento é reafirmado ao dizer *aqui é o meu lugar*. No entanto, para os exilados políticos brasileiros, a experiência do regresso raramente ecoou essa harmonia. Longe de representar uma volta harmoniosa ou simples retomada da vida anterior, o retorno foi atravessado por rupturas profundas, estranhamentos e, em alguns casos, pela persistência da repressão. Para compreender a complexidade do retorno, é necessário considerar o seu caráter não linear e plural, como aponta a historiadora Tatiana Paiva:

[...] o exílio não segue linhas retas, percursos fáceis, e são prescritas regras de conduta. O caminho de um exilado é tortuoso. Dificilmente a vivência de um exílio é sentida e assimilada de maneira uniforme entre aqueles que a experimentaram. O início e o fim dela não são determinados e reconhecidos univocamente.³⁸⁰

A ideia de retorno ocupou um lugar central nas experiências dos exílios, funcionando como um *horizonte de expectativas* que organizava afetos, projetos e sentidos atribuídos à experiência do desterro. Ainda no exílio, o retorno era frequentemente associado a uma recomposição de vida interrompida pela repressão, marcado pela esperança de reencontro com o país de origem, com laços afetivos e com identidade política e social violentamente interrompida. Mais do que um desejo individual, o retorno operava como uma referência simbólica de continuidade.

Com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, ampliou-se o número de exilados políticos que puderam retornar ao Brasil. Esse movimento, contudo, não significou necessariamente o encerramento da experiência do exílio. Ao contrário, o retorno constituiu parte fundamental desse percurso, sendo atravessado por sentimentos ambíguos – entre expectativas e frustração, pertencimento e estranhamento – e, sobretudo, por uma necessidade de (re)invenção pessoal. A volta colocou esses sujeitos diante de um país profundamente transformado pelos anos de autoritarismo e repressão, ao mesmo tempo em que eles próprios haviam sido marcados pelas experiências do afastamento forçado, produzindo um descompasso entre o país imaginado no exílio e aquele efetivamente encontrado no retorno.

Para Denise Rollemberg, a anistia representava, simultaneamente, o fim e o começo de trajetórias marcadas por rupturas:

³⁸⁰ PAIVA, Tatiana, Retorno: final ou começo do exílio? In: QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Editora FGV, 2011, p. 273

Promovia a retomada de uma sequência interrompida. Pertencer, enfim, “plena e verdadeiramente” a uma sociedade. Restabelecer uma identidade perdida, usurpada. Recuperar a capacidade de expressão e compreensão da língua materna. Reencontrar as origens, o meio onde se nasceu e cresceu. Reunir partes fragmentadas. Retomar a luta. Reinserir-se na vida política do país. Reintegrar-se a uma história.³⁸¹

Tais anseios, no entanto, estavam atravessados por uma forte idealização dos retornos. A anistia, afinal, era uma lei aprovada pela própria ditadura, que permanecia em curso, impondo limites à reinserção social dos egressos. Desse modo, entre a expectativa de recomposição e a materialidade do retorno, instaurou-se um campo de tensões que marcou profundamente a experiência daqueles que voltaram. Em muitos casos, o retorno significou um novo desenraizamento, agora em relação às vivências, aos vínculos afetivos e às referências simbólicas construídas no exílio, indicando que a volta ao país de origem nem sempre significava estabilidade, mas frequentemente incertezas, novos deslocamentos e uma complexa redefinição de pertencimentos.

A contribuição de Denise Rollemberg é fundamental para compreender o retorno como uma experiência histórica, que exige uma análise atenta da heterogeneidade de narrativas, tendo em vista que os processos de readaptação dependeram do modo como o exílio foi vivido por cada pessoa. Conforme afirma a autora, “dependeu de cada interesse particular. As origens do estranhamento, sentimento que predomina nos relatos, foram uma teia complexa, em que se misturam razões psicológicas, profissionais e políticas”³⁸². O retorno configurou-se, assim, como um momento de redefinição de rumos, atravessado não apenas por escolhas individuais, mas também pelas limitações impostas por uma transição política controlada, na qual as possibilidades de reinserção eram desiguais e restritas. Para Rollemberg, o regresso demandava que os sujeitos realizassem um balanço existencial de suas trajetórias para que assim pudessem realizar suas escolhas: “as opções de vida, escalada de valores, a maneira de pensar, os projetos de vida, o comprometimento ou não com a transformação da sociedade, tudo aparecia, de forma nítida ou nebulosa, influenciando a posição a tomar”³⁸³. A esse balanço, somavam-se ainda as dimensões materiais do retorno, especialmente as possibilidades concretas de trabalho e moradia.

Por essas razões, o retorno não se configurou como um evento único ou conclusivo, mas como um processo longo, descontínuo e fragmentado. Fragmentado, em primeiro lugar,

³⁸¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.267

³⁸² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 287

³⁸³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 269

pelas diferentes temporalidades de volta: houve quem retornasse antes da promulgação da Lei da Anistia, sob condições de clandestinidade ou tolerada; aqueles que regressaram a partir de 1979, amparados formalmente pela legislação; depois a Lei da Anistia; e ainda, aqueles cujo retorno só se tornou possível (ou seguro) após o fim da ditadura. Essa dispersão cronológica expressava a tônica da abertura política no Brasil, marcada pelo controle estatal, silêncio e conciliação.

Além das diferentes temporalidades, o grau de engajamento político exercido antes do exílio, bem como a forma como essas trajetórias eram classificadas e monitoradas pelos órgãos de repressão da ditadura, constituiu um fator decisivo para as condições de volta ao Brasil. A intensidade da militância, a vinculação a organizações consideradas subversivas e o nível de visibilidade pública dos exilados influenciaram diretamente se o retorno seria tolerado, vigiado ou clandestino. Nesse sentido, havia diferenças significativas entre aqueles cuja atuação política se deu de forma menos exposta e aqueles identificados como casos estratégicos da oposição, incluindo participantes da luta armada, militantes de organizações de esquerda e políticos cassados de grande repercussão no interior das esquerdas. Para esses, os retornos foram marcados por uma constante vigilância, restrições à atuação pública e insegurança jurídica, principalmente nos casos de indivíduos formalmente banidos do território nacional ou aqueles que haviam deixado o país fugindo de uma repressão direta.

Nessa conjuntura, é fundamental compreender que o *não retorno*, ou seja, a opção por permanecer nos países de asilo também constitui um desfecho situado na experiência do exílio. A permanência derivava de motivações plurais, fossem elas políticas, profissionais ou familiares. Para parte dos exilados, o retorno ao Brasil não era um horizonte desejável ou viável, especialmente diante da permanência de estruturas autoritárias e das incertezas quanto à reinserção social e profissional. A historiadora Emília Viotti da Costa, por exemplo, optou por permanecer nos Estados Unidos, o que evidencia que a permanência no exterior também pode ser compreendida como uma escolha política e intelectual, vinculada à construção de redes acadêmicas, à continuidade de projetos de vida e à recusa de retornar a um país sem garantias democráticas.

Para os exilados que constituíram família no exílio (ou viajaram com suas famílias), o retorno assumiu contornos ainda mais complexos, por demarcar diferenças geracionais. Rollemberg argumenta que, para os filhos adolescentes, o drama era particularmente intenso, tendo em vista que os anos do exílio do pai representavam quase a totalidade de sua existência. O retorno, portanto, longe de recompor linearmente trajetórias interrompidas, reconfigurou identidades e pertencimentos de forma assimétrica, provando que a anistia

operou mais como uma possibilidade formal de volta do que como uma garantia de reintegração plena.

Em suma, o retorno dos exilados políticos brasileiros não pode ser compreendido como um ponto de chegada definitivo, tampouco como a simples recomposição de trajetórias interrompidas pela repressão. Tratou-se de uma experiência histórica marcada por ambiguidades, na qual as expectativas de pertencimento conviveram com sentimentos persistentes de estranhamento, vigilância e incerteza. A anistia, ao mesmo tempo em que viabilizou formalmente a volta, inscreveu esses retornos no interior de uma transição política controlada, que limitou as possibilidades de inserção plena e prolongou, sob novas formas, os efeitos do exílio. Desse modo, retomar significou, para muitos, enfrentar a continuidade de desterro no próprio país, reafirmando o retorno como parte constitutiva, e não final, da experiência do exílio.

4.3 *Take me back to Piauí*: reinvenção, silêncios e limites da participação política.

A volta de Ulisses é emblemática. Depois dos infortúnios para chegar a Ítaca, não será mais reconhecido no país, em casa. Aí encontrará vexações e usurpações. A maldição do exílio de Ulisses não está apenas no que passou em terras estrangeiras, mas também no mal que recai sobre sua casa e que terá que enfrentar.³⁸⁴

A metáfora do retorno de Ulisses exemplifica as dificuldades que os exilados piauienses enfrentaram após o desenraizamento. Tal como o herói trágico, cuja volta à Ítaca não significou o estabelecimento imediato de sua posição social e política, os exilados que regressaram encontraram um espaço profundamente transformado. Os retornos exigiram resiliência desses sujeitos, pois os processos de reinserção foram atravessados por silêncios, autocontenção e limites impostos à participação política.

Em 1976, Antônio José Medeiros deixou o Canadá e retornou ao Piauí, conforme havia planejado. O fato de não ter sido formalmente banido do território nacional possibilitou o retorno ao estado; contudo, isso não significou o esquecimento do estigma de *subversivo*. Um dos seus objetivos era a elaboração da dissertação de mestrado e continuar a sua trajetória acadêmica iniciada no Canadá. Desse modo, Antônio José resolveu procurar o reitor Caminho

³⁸⁴ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 286

Filho³⁸⁵ com a intenção de trabalhar na Universidade Federal do Piauí. Em seu relato, destaca que, diante da inexistência de concurso público, buscou uma contratação direta, amparada em relações pessoais já estabelecidas:

Como não havia concurso para a UFPI, procurei o reitor Camilo Filho com quem sempre tive um bom relacionamento. Um mês depois, o prof. Camilo Filho me comunicou que a ASI (Assessoria de Segurança e Informação) que funcionava dentro da Universidade, tinha vetado meu nome. Com seu bom humor de sempre, o prof. Camilo comentou: “não adianta eu te contratar, porque depois os ‘home’ mandam eu tirar e eu tiro mesmo; primeiro porque não sou tão corajoso assim; segundo, porque não sou burro” E deu umas gargalhadas. Foi o terceiro veto.³⁸⁶

A fala atribuída a Camilo Filho sintetiza, em poucas palavras, os aspectos centrais do regime autoritário em sua fase de abertura controlada, especialmente no que se refere à internalização da repressão por instituições civis. Ainda que formalmente vinculadas à produção de conhecimento e à autonomia universitária, essas instituições permaneciam vigiadas pelos órgãos de repressão. Conforme analisa Patto de Sá Motta, as universidades foram alvos prioritários do projeto modernizador autoritário, constituindo-se como espaços de ambiguidades políticas, nos quais práticas repressivas coexistiam com estratégias de acomodação e conciliação:

Os expurgos nas universidades teriam sido maiores não fosse a influência moderada em alguns círculos do poder, e graças às estratégias de acomodação que adotaram em certas circunstâncias. Tanto membros do governo quanto dirigentes universitários trabalharam para evitar demissões e liberar contratações, contrariando a indicação de órgãos repressivos. Fizeram-no pelo interesse de contar com o talento de certos profissionais acadêmicos, o que a seus olhos justificava a tolerância política, ou para evitar perda de prestígio junto à comunidade universitária e à opinião pública. Daí ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma mão e com a outra protegiam pessoas visadas³⁸⁷

Ao afirmar que *não adianta eu contratar, porque os home mandam eu tirar*, o reitor reconhece a fragilidade da autonomia nas universidades federais e a presença de um poder

³⁸⁵ José Camilo da Silveira Filho foi professor, intelectual e gestor educacional vinculado à Universidade Federal do Piauí, tendo exercido o cargo de reitor da instituição entre as décadas de 1970 e 1980. Participou ativamente do processo de consolidação da universidade nos seus primeiros anos de funcionamento, ocupando anteriormente funções administrativas e acadêmicas no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). Reconhecido por sua atuação na área da educação e das humanidades no Piauí, Camilo Filho contribuiu para a expansão e organização institucional da UFPI, sendo frequentemente lembrado como um dos nomes importantes na trajetória inicial da universidade.

³⁸⁶ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 166

³⁸⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sa. *Universidades, ditadura e cultura política*. Interseções, v. 16, n. 1, p. 69-89, 2014. 86

capaz de intervir nas decisões administrativas. O espaço de gestão da universidade configurava-se, assim, como um campo permanente de negociação e conciliação com o poder autoritário, no qual decisões acadêmicas eram condicionadas pelos limites impostos pela repressão política.

Os órgãos de segurança, de acordo com Patto de Sá Motta, deveriam ser previamente informados de cada contratação no quadro de docentes. Para isso, havia um protocolo formal: as universidades preenchiam uma ficha-modelo, conhecida como Levantamento de Dados Biográficos (LDB), elaborada pelo Serviço Nacional de Informações, contendo informações pessoais de cada candidato, uma lógica semelhante à *ficha conceito*. Após o preenchimento, o documento retornava ao SNI e circulava entre os diferentes órgãos de inteligência, momento em que os dados eram verificados, complementados e avaliados. Ao final do trâmite, o parecer era encaminhado à instituição que solicitou a contratação, cabendo aos diretores a responsabilidade final da contratação.³⁸⁸ No caso de Antônio José, o reitor Camilo Filho resolveu não desrespeitar as recomendações do SNI. Abaixo, apresenta-se um desses *pareceres*, encaminhado ao reitor Camilo Filho e assinado pelo capitão Astrogildo de Castro Sampaio:

Senhor chefe,

Em atendimento a solicitação de V. As., constante do Ofício nº 654/76/A31FUFPI, datado do dia 26 do corrente mês, dando complemento a Informação nº 604/76. Do dia 10 deste precedente órgão, temos a informar que encontramos os sujeitos registrados sobre ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS:

- a. No dia 12 de outubro de 1968, foi preso em Ibiúna no Estado de São Paulo, quando participava do XXXº Congresso da União Nacional dos estudantes como representante da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.
 - b. No dia 15 de março de 1969, foi preso e respondeu a IPM, na Guarnição Federal de Teresina, sobre atividade subversiva (pichamento da capital), cujo Inquérito foi remetido a Autoria da 10ª Região Militar para julgamento.
 - c. Fez parte, como líder, do movimento estudantil do Piauí e participou como membro ativo do “GRUPO DOS INTEGRANTES DOM FRAGOSO”, que atuaram nesta área.
 - d. Foi considerado na Faculdade Católica de Filosofia deste Estado, como elemento que se projetou com difusão de propaganda contra o governo, inclusive com lançamento de panfletos.
 - e. Respondeu processo na Auditoria 10 a. Região Militar.
- Na oportunidade apresentamos a V. As., nossos protestos com estima e consideração.

ASTROGILDO DE CASTRO SAMPAIO

³⁸⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

Diretor do DOPS no Piauí³⁸⁹

Redigido sob a linguagem administrativa e apresentado como uma simples *informação* do indivíduo solicitado para o cargo, o texto mobiliza o passado político de Antônio José como fundamento suficiente para impedir a sua contratação. Mais do que relatar fatos pretéritos, o documento constrói o sujeito como um objeto de permanente vigilância, cuja identidade política permanece cristalizada nos arquivos dos órgãos repressivos. Trata-se, portanto, de um mecanismo de repressão administrativa característico do *estado de exceção*, no qual práticas autoritárias ultrapassavam o campo estritamente policial e penetravam nas estruturas burocráticas do Estado, produzindo formas contínuas de exclusão, controle e limitação da cidadania mesmo fora dos espaços formais de prisão ou perseguição direta.

A perseguição não se limitou à universidade. Ainda em 1976, Antônio José passou em primeiro lugar no concurso público para a vaga de Técnico em Assuntos Educacionais na Inspetoria Seccional do Ministério da Educação. No entanto, nunca foi convocado: “Fiquei até preocupado em prejudicar outras pessoas que foram aprovadas, amigos e amigas, que concordam, solidariamente que eu não deveria retirar meu nome [...] Foi meu quarto veto”³⁹⁰. Este *quarto veto* demonstra que, mesmo sem algemas ou o banimento formal, o Estado mantinha o exilado em uma espécie de exílio interno, em que as portas das instituições públicas permaneciam trancadas por uma burocracia que operava para realizar impedimentos.

Em 1977, Antônio José enfrentou sua quarta detenção. O piauiense foi preso por ajudar o Célio, irmão de Pedro Albuquerque (que conheceu em Fortaleza em 1968 e reencontrou no Canadá), que foi tentar emprego em Teresina e, por essa razão, estava hospedado em sua casa. Ele narra alguns detalhes desse momento:

Certo dia, 6 horas da manhã, batem na porta da minha casa. Me levanto só de bermuda, sem camisa, e quando abro a porta, o anúncio/ordem: “Polícia, mãos na cabeça e de frente para a parede”. Agentes da Polícia Federal, portando metralhadoras (isso mesmo), entraram de uma vez. Um ficou me vigiando e outros foram revistar a casa. Levaram presa também a Ritinha (Rita Cavalcanti) minha mulher. E jogaram na carroceria de uma pick-up, todos meus livros, papéis, **NÃO** eram poucos. Não me deixaram sequer vestir a camisa.

Fomos levados para a sede da Polícia Federal, que ainda era na rua São João. O Célio tinha sido preso na noite anterior, quando ia chegando lá em casa. E todo mundo chegou depois que ele foi preso: Albert Piauí, meu amigo cartunista; o Jorge Riso, meu amigo publicitário [...] e o Pierre Baiano, economista que trabalha na fundação Cepro era ator teatral, que estava

³⁸⁹ O documento foi anexado na autobiografia de Antônio José. In: MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 177.

³⁹⁰ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 166

morando uma temporada lá em casa. A Ritinha, o Albert o Jorge e o Baiano foram liberados.³⁹¹

Essa narrativa desmonta a leitura linear de distensão como sinônimo de abrandamento da repressão. As redes de solidariedade, tão importantes no exílio, continuaram importantes no Piauí e eram percebidas como potenciais ameaças políticas. Apesar de não se tratar de um ato militante explícito, tais vínculos eram considerados pela *polícia política* como indícios persistentes de subversão. O fato de a prisão ocorrer às seis da manhã, com armamento pesado e invasão domiciliar, indica a permanência do *Terrorismo de Estado*, utilizado como estratégia de intimidação do indivíduo e de seu entorno social e afetivo, evidenciada pela condução da esposa e dos amigos que frequentavam a casa.

Célio e Antônio José foram recambiados para Fortaleza, junto com o material apreendido em sua residência:

Em Fortaleza, eu e o Célio fomos deixados no quartel geral da Polícia Militar em celas separadas. Quando era levado para ser interrogado, sempre repetia o mesmo ritual. Chegava não sei se um soldado ou militar das Forças Armadas e dizia: “Fica de frente para a parede e de costas para a porta”. Entrava, vedava meus olhos com uma máscara de borracha e colocava um capuz. No primeiro dia, pensei: desta vez, não escapo da tortura. [...] No primeiro dia levei uma “botada” do militar que veio me “receber”. Aí a situação se inverteu: tiraram o capuz e a venda dos meus olhos para bater minha foto; quem estava encapuzado era o fotógrafo, com roupa civil. No interrogatório, fiquei só com a venda. O interrogador fazia muitas perguntas; não alterou a voz e nem fez ameaças. Ao final, me pediu para escrever um memorial da minha história desde a primeira prisão.³⁹²

O ritual descrito por Antônio José – a posição corporal imposta, o uso do capuz e a venda nos olhos – revela a persistência dos procedimentos típicos da repressão militar. O objetivo central era a produção de medo, tática confirmada no relato, ao dizer que achava que *desta vez, não escapo da tortura*. A fotografia e a redação de um material biográfico estão relacionadas com a lógica da identificação, classificação e vigilância contínua dos sujeitos considerados perigosos. Ao reconstituir e reavaliar o passado do indivíduo, o aparato repressivo demonstra que a distensão não implicou esquecimento para os que não concordavam com a ordem militar. Marcos Napolitano afirma que a repressão superava quaisquer limites humanitários, principalmente, aqueles que pregavam o tratamento digno dos prisioneiros.³⁹³

³⁹¹ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 180.

³⁹² MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 180.

³⁹³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2015.

De acordo com Antônio José, os interrogadores buscavam confirmar o envolvimento dos detidos na luta armada. Apesar dos interrogatórios e constrangimentos, ele foi liberado e recebeu o seguinte comunicado do interrogador, com o tom de ironia: “você vai receber uma passagem de ônibus para Teresina, não temos condição de mandar você de avião, o Brasil ainda é pobre. Se fosse na União Soviética, você iria de avião, não sei se chegaria em Teresina”³⁹⁴. A fala evidencia o forte anticomunismo presente no discurso dos agentes da repressão e a utilização do sarcasmo como mecanismo de intimidação psicológica, sugerindo a possibilidade constante de desaparecimento, morte ou eliminação dos indivíduos considerados subversivos pelo regime.

Em 1979, foi convidado para ser coordenador do Setor de Educação do Polonordeste. Com a proteção dos superiores que tentavam *segurá-lo* no cargo, o SNI emitiu um novo parecer:

Seis meses depois, o Dr. Luiz me chama no gabinete e informa que tinha chegado um documento do SNI pedindo meu afastamento e acrescentou: “mas vou te segurar; só quero que você me garanta que não tem nenhuma relação com a luta armada”. Obviamente, disse que ele podia ficar tranquilo. Três meses depois, ele me chama novamente e me mostra um novo documento do SNI (do qual a chefe de Gabinete Dra. Ieda Rubim me deu cópia que, infelizmente, não encontrei agora) onde está escrito que “não é aconselhável que o senhor Antônio José Castelo Branco Medeiros exerça qualquer cargo público”. E olhem que a Lei da anistia (Lei nº 6.683) seria promulgada em 28 de agosto de 1979. Foi o quinto veto.³⁹⁵

O *quinto veto* é particularmente significativo por ocorrer às vésperas da promulgação da Lei da Anistia, evidenciando o descompasso entre a legislação que sinalizava a abertura política e práticas efetivas dos órgãos de repressão. Entende-se, portanto, que a sucessão de vetos enfrentados por Antônio José não produziu, de imediato, a reintegração social e política dos exilados. Ao contrário, demonstra a ação persistente da repressão por meio de recomendações administrativas. Antônio José revela que pensou em deixar o Piauí quando recebeu uma proposta para trabalhar viajando pelo Banco Mundial. No entanto, afirma que: “sempre que estive fora do Piauí, a intenção era voltar. E minhas pretensões no Piauí eram acadêmicas e de engajamento político como intelectual”³⁹⁶.

Em razão das dificuldades de encontrar trabalho, Antônio José decidiu investir em iniciativas culturais como alternativa de sobrevivência material e atuação política. Com os

³⁹⁴ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 181.

³⁹⁵ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 169.

³⁹⁶ MEDEIROS, Antônio José. 1968: *Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 169

recursos financeiros trazidos do Canadá, apoio da família e em conjunto com Cineas Santos, Zé Gonçalves e Milton, participou da criação da Livraria Corisco. No entanto, a sua participação no empreendimento não durou muito, uma vez que a empresa passou a vender materiais de papelaria, atividade com a qual afirmou não possuir motivação para administrar.

Na sequência, Antônio José idealizou a Livraria Punaré, que seria, ao mesmo tempo, livraria e centro cultural. O nome do empreendimento faz referência ao Rio Parnaíba, elemento simbólico da cidade de Teresina. A Punaré funcionava em um casarão de dois andares na rua David Caldas, no centro da cidade de Teresina, e rapidamente se consolidou como um espaço plural e de circulação de ideias. Segundo o seu idealizador, a livraria mantinha acervo de livros selecionados a partir de critérios intelectuais e de leitura crítica da sociedade. Além disso, comercializavam discos e artesanato local, mantinha um bar e promovia semanalmente apresentações de artistas locais, bem como outras atividades culturais. Em sua tese, Raimundo Nonato Lima apresenta a Punaré como um espaço de sociabilidades e vivências culturais:

Essa livraria foi criada no final dos anos 1970 e também atuava como Galeria de Arte, Bar e Lanchonete. Ela possuía um grande e variado estoque de livros, o que possibilitava o acesso rápido a obras, especialmente as que faziam uma análise crítica da realidade brasileira e mundial, que era a política editorial dos sócios. Ainda seguindo essa política editorial crítica, eles disponibilizavam, para venda, jornais alternativos que criticavam o regime militar brasileiro e apontavam uma saída democrática pelo viés das esquerdas, como era o caso dos jornais O Pasquim, Opinião, Movimento, Companheiro (do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado, que depois se integrou ao PT), Em Tempo (trotskista de um grupo que também se integrou ao PT) e Tribuna da Luta Operária (do PCdoB).³⁹⁷

Antônio José define sua livraria como “um espaço de referência para a juventude e intelectuais mais interessados e comprometidos com a redemocratização”³⁹⁸. Essa avaliação é corroborada tanto pela natureza dos materiais comercializados – livros, revistas e jornais críticos à ditadura – quanto pela programação cultural desenvolvida ou organizada pela local. Em sua autobiografia, ele menciona alguns momentos emblemáticos, como o debate feminista com a militante Rose Maria Muraro, a organização da vinda do professor Darcy Ribeiro para palestrar no Teatro 4 de Setembro e a conferência do ex-deputado Almino Afonso realizada no auditório da UFPI.

³⁹⁷ SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. *Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 189

³⁹⁸ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 170

Raimundo Nonato Lima reforça essa interpretação ao afirmar que a Livraria Punaré exerceu um papel relevante no desenvolvimento político e artístico de Teresina e, em certa medida, do próprio estado do Piauí. Para o pesquisador, os jovens que frequentaram cursos, debates e palestras promovidas pela livraria, motivados por projetos de democratização do país, mantiveram sua militância política e cultural ao longo da década de 1980. Apesar da sua relevância como espaço de resistência, a livraria foi desativada quando Antônio José passou a atuar como professor na universidade, diante das dificuldades de conciliar as exigências da docência com a gestão do empreendimento.³⁹⁹

Enquanto a trajetória de Antônio José foi obstaculizada por sucessivos vetos institucionais, outras trajetórias revelam estratégias distintas de reinserção, mediadas por redes pessoais e partidárias. Em 1979, amparado pela Lei da Anistia, Ademir Alves de Melo retornou ao Brasil. Inicialmente, dirigiu-se à cidade de Recife, onde trabalhou por cerca de três meses. Ademir Alves de Melo narra as angústias enfrentadas nesse período de readaptação:

Quando veio a Anistia, retomamos a Anistia. Aí vem a dor, dez anos sem poder colocar os pés no Brasil. Familiares, avós, familiares morrendo. E de repente nós chegamos ao Recife. Os amigos todos já eram outros. Carentes, trazendo adicionalmente um drama de uma separação, com duas filhas que tinham ficado com a mãe e desempregado. E esse é o momento da solidariedade política, humana, um momento de carência profunda. E aqui que registro, encontrei esse apoio e solidariedade com o professor Barreto. O primeiro emprego no Brasil e conforto moral. Não queiram ser exilados e passar dez anos fora (fala emocionado). É preciso muita fibra para suportar, para não suicidar-se! E registro porque o companheiro era subsecretário de planejamento, expôs a cabeça e me empregou. Era com ele que eu saía até para as farras, necessárias. Isso é política.⁴⁰⁰

O relato de Ademir Alves revela o impacto emocional de estar fora durante dez anos, ou seja, exílio prolongado. A perda de entes queridos e o distanciamento das filhas configuram lutos suspensos, que vêm à tona no momento do retorno. Nesse cenário, a solidariedade política e humana, como apoio do professor citado, não foi apenas um auxílio material, mas um *conforto moral*, fundamental para a reconstrução de sua vida no Brasil. Até mesmo nos momentos de lazer, como as farras enfatizadas por Ademir Alves, assumiram um caráter de acalanto diante dos dramas que vivia com a separação da esposa e distância das

³⁹⁹ SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. *Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

⁴⁰⁰ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>.

filhas. Nesse sentido, conforme discute Michael Pollak, a memória é pela reconstrução do vivido, especialmente em contextos traumáticos, nos quais recordar também significa reorganizar emocionalmente experiências de dor, perda e sobrevivência.

É preciso muita fibra para suportar, para não se suicidar! A fala de Ademir descortina uma dimensão traumática do exílio: o colapso da saúde mental. Como observa Denise Rollemberg, é significativa a quantidade de relatos de pessoas que padeceram mentalmente, ao associar o exílio a um lugar de perda de identidade. O regresso, ao invés de encerrar o sofrimento, impõe o desafio de “reformular e reconsiderar projetos. A identificação tempo/lugar, para vários ex-exilados, revelou-se uma ilusão, um sonho, às vezes um pesadelo. O alcoolismo, a loucura, o suicídio, a morte foram expressões limites da dor e sofrimento”⁴⁰¹

Elisângela Maria Ricardo reforça essa ideia ao afirmar que Ademir vivia um período de indefinição marcado pelo isolamento e dificuldade de reorganização após o exílio. Diante dessa situação, local em que procurou auxílio do professor e mentor Waldomiro Cavalcanti da Silva, cuja rede de contatos possibilitou a sua aproximação com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no campus de Campina Grande. No ano seguinte, foi contratado como professor do departamento de Economia e Administração na mesma instituição.⁴⁰²

Ademir Alves de Melo foi acolhido na casa de Waldomiro Cavalcanti. Posteriormente, juntamente com um amigo de Waldomiro, ele resolveu alugar uma casa que ficava no Conjunto de Professores, próximo a Universidade. Em depoimento concedido a Elisângela Maria Ricardo, Ademir Alves de Melo relata o cotidiano compartilhado com Waldomiro e destaca o caráter silencioso e cauteloso das práticas de militância relacionadas ao Partido Comunista Brasileiro:

Todos os dias, Waldomiro saía depois do jantar, lá pelas sete horas da noite, e voltava tarde. Eu não sabia para onde ele ia. Durante todo esse tempo eu não sabia para onde ele ia. Só depois, muito depois, anos depois, eu soube que ele estava organizando a juventude para o estudo de O Capital, de Karl Marx. Ele era e continuou sendo até à morte um ativista do Partido Comunista. Eu era coordenador do Mestrado em Economia Rural da Universidade, em Campina Grande, e ele sempre estava interessado em saber como é que ia a administração. E era sempre meu orientador. Também eu sempre o consultava. Então, os comunistas são muito discretos.⁴⁰³

⁴⁰¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 227

⁴⁰² RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Paraíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

⁴⁰³ RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Paraíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018. p. 122

O PCB, mantido na ilegalidade mesmo após a Anistia, exigia movimentação clandestina extremamente arriscada. Em razão disso, a militância era marcada por práticas de baixa visibilidade, tática de uma organização silenciosa voltada à sobrevivência do partido. Ademir Alves reforça esse clima de perigo ao mencionar que as atividades foram interrompidas após a morte de um ativista, demonstrando a permanência de um ambiente de vigilância e repressão que limitava a participação política e impunha silêncios.

Apesar do êxito em inserir-se na vida acadêmica, é importante ressaltar que os docentes da Universidade Federal da Paraíba eram constantemente vigiados pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). Segundo Elissandra Maria Costa, os órgãos de informação demonstravam preocupação excessiva com o levantamento de dados dos recém-ingressos, principalmente aqueles oriundos de outros estados e/ou países, com o objetivo de barrar possíveis influências estrangeiras de caráter subversivo e contrárias aos ideais do regime.⁴⁰⁴

No Relatório Especial de Informação nº 22/16/ARE/83405, produzido pela Agência Recife do SNI, constam as informações detalhadas de cada professor *estrangeiro* e sua influência nas esquerdas. Nesse documento, Ademir Alves de Melo é identificado como coordenador do Mestrado em Economia Rural, natural da cidade de Parnaíba (PI) e com militância ligada ao PCB. Ademais, o relatório registra outras informações comuns a quase todos os docentes citados, como: “a passagem por países fora do Brasil, e junto a isso, uma forte atuação política fora da universidade, no cenário urbano e do campo”⁴⁰⁵. Embora não tenham sido localizados registros de uma perseguição direta contra Ademir no seu retorno ao Brasil, a existência desse documento evidencia que o professor vivia sob uma *liberdade vigiada*. A inteligência do regime continuava a mapear suas conexões e trajetórias, provando que, para o Estado, o exilado que retornava nunca deixava de ser um suspeito em potencial.

A interferência dos militares na universidade, segundo Rodrigo Patto de Sá Motta, estava diretamente relacionada à modernização conservadora. Em seu eixo modernizante, buscava eficiência produtiva, racionalização dos recursos, ampliação do número de vagas, reforço da iniciativa privada e formação à pesquisa e pós-graduação. Contudo, em seu eixo conservador, implicava no combate e censura dos ideais relacionados à esquerda, no afastamento de professores, na repressão do movimento estudantil, na criação de agências de

⁴⁰⁴ DIAS, Elissandra Maria Costa. *Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964–1985)*. Dissertação (Mestrado) – UFPB / CHLA. João Pessoa. 2021.

⁴⁰⁵ DIAS, Elissandra Maria Costa. *Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964–1985)*. Dissertação (Mestrado) – UFPB / CHLA. João Pessoa. 2021.p. 138.

informações para monitorar a comunidade universitária, bem como na censura a determinados tipos de pesquisa. As universidades, segundo a lógica militar, eram importantes para a formação de novos técnicos importantes para a manutenção da nova ordem, geralmente interessados em temas relacionados à modernização e à defesa da segurança nacional.⁴⁰⁶

Ademir Melo, em conferência, narra que o presidente do CNPq, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque⁴⁰⁷, foi à Europa com emissários à procura de doutorandos. De acordo com Ademir, “ele (presidente do CNPq) não queria saber se era exilado, ele queria trazer e tinha força para contratar. Foi assim que cheguei por aqui. [...] Facilmente o professor Lyanaldo conseguiu a nossa contratação e até de gente que foi trocada por sequestrado”.⁴⁰⁸ Tal depoimento vai ao encontro das ideias de Rodrigo Patto de Sá Motta, que aponta as conciliações e/ou tolerância em relação a determinados docentes nas universidades.

É nesse cenário de vigilância institucionalizada que se insere a trajetória de Raimundo Santos. Os seus orientandos apontam que o professor comentava que, durante o exílio, sempre teve o desejo de retornar ao Brasil: “Ele ficou um tempo na América Latina, embora sempre tenha querido voltar. Era uma pessoa que sempre quis retornar ao Brasil. Pelo que sei, ele era casado na época”⁴⁰⁹. Apesar de reforçar que o professor era uma pessoa reservada e pouco inclinado a falar da vida pessoal, a ex-orientanda Dora Vianna Vasconcelos afirma que ele lhe confidenciou alguns detalhes do seu retorno ao Brasil:

Dora: Uma vez ele me contou como voltou para o Brasil. Na verdade, não posso dizer se ele tinha filhos pequenos, enfim, os detalhes nunca soubemos. O Prof. Raimundo não era muito de falar da vida pessoal. Sei que ele queria retornar ao país, e estavam com dificuldades para regressar. De vez em quando, ele contava alguns traumas. Uma vez ele mencionou as apreensões de ser clandestino em um país estrangeiro. Muitas vezes sofreu pressão por isso e por ser exilado. Ele contava que, uma vez teve que comer papel para

⁴⁰⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

⁴⁰⁷ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi engenheiro, professor universitário e gestor público brasileiro, nascido na Paraíba. Formado em Engenharia Civil, destacou-se por sua atuação no campo da educação superior e da ciência e tecnologia no Brasil. Exerceu cargos importantes na administração universitária, tendo sido reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e posteriormente presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante o período da ditadura militar. Sua trajetória esteve ligada à expansão do ensino superior e das políticas de desenvolvimento científico no país, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Também participou de debates sobre modernização universitária e planejamento educacional, tornando-se uma figura relevante na articulação entre universidade, Estado e política científica no Brasil.

⁴⁰⁸ COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBuHrc>.

⁴⁰⁹ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam): Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021, p. 6

não passar as informações adiante. E em uma dessas conversas que tivemos, apesar de não saber de muitos detalhes, ele me contou que para retornar ao Brasil teve que se declarar apátrida. Veja, até o retorno dele não foi tranquilo. Foi um processo traumático, porque alguém se declarar apátrida não é algo fácil. Ainda mais para ele, que era um brasileiro, posso dizer um brasileiro típico. Foi assim que ele regressou.⁴¹⁰

O relato aponta algumas das violências sofridas por Raimundo Santos ao longo da experiência do exílio. A primeira delas relaciona-se à condição de clandestinidade no exterior, marcada pelo medo constante da vigilância e da perseguição política, chegando ao ponto extremo de precisar destruir informações para proteger companheiros e evitar a própria prisão. Contudo, o aspecto mais revelador do depoimento refere-se ao recurso à condição de apátrida para conseguir atravessar fronteiras e retornar ao Brasil. Tal situação evidencia como o estado de exceção ultrapassava os limites territoriais da ditadura brasileira, produzindo sujeitos colocados em uma zona de suspensão de direitos, na qual a própria condição de pertencimento nacional tornava-se frágil e negociável.

Nesse sentido, a experiência de Raimundo Santos revela como os mecanismos repressivos também atuavam por meio da produção de insegurança jurídica e existencial. Declarar-se apátrida significava, ainda que temporariamente, abrir mão da proteção política e simbólica garantida pela nacionalidade, condição que expõe a dimensão radical da violência do exílio. A trajetória do professor demonstra, portanto, como o *estado de exceção* operava, produzindo vidas politicamente vulneráveis, submetidas à suspensão prática de direitos e à permanente ameaça de exclusão, mesmo fora do território nacional.

Raimundo Santos, em razão de toda sua trajetória no exílio como intelectual, foi convidado para trabalhar também na Universidade Federal da Paraíba, no campus de Campina Grande. E, nos anos 1980, foi convidado para atuar no Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Inserido em um espaço acadêmico voltado ao estudo do mundo rural, a partir de uma abordagem interdisciplinar nas Ciências Sociais, Raimundo Santos articulou o marxismo e a questão agrária. Conforme destacam seus ex-orientandos, sua produção intelectual expressava “[...] o anseio de uma geração de intelectuais, especialmente aqueles ligados à militância, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinham como motivação o desejo de elaborar uma

⁴¹⁰ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam): Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021, p. 6

interpretação crítica e criativa do marxismo”⁴¹¹. Em 1993, o piauiense foi um dos criadores da revista *Estudos Sociedade e Agricultura*, da qual se pode acessar vários artigos de sua autoria.

Segundo Dora Vianna Vasconcelos, o exílio marcou profundamente Raimundo Santos, que possuía um medo visceral quanto ao colapso das instituições democráticas: “Ele tinha receio de uma hecatombe social [...] Ele sempre tentou procurar dentro das instituições uma brecha”⁴¹². O temor de reviver experiências autoritárias e de assistir novamente à destruição das garantias democráticas aparece como uma memória persistente da violência política sofrida por sua geração. Tratava-se de uma percepção construída a partir da experiência concreta do *estado de exceção*, da clandestinidade, da perseguição e da ruptura forçada com o próprio país.

A defesa das instituições democráticas assumia, para Raimundo Santos, um significado profundamente existencial. Buscar *brechas* dentro das instituições pode ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência política e intelectual de alguém que conheceu os limites da ausência de garantias legais e os efeitos da suspensão de direitos. O medo do retorno do autoritarismo diz respeito à consciência de que as democracias latino-americanas permaneciam frágeis e suscetíveis a novas rupturas. Tal experiência pode ser compreendida à luz das reflexões de Michael Pollak acerca das memórias traumáticas. O trauma não permanece restrito ao momento da repressão, mas continua atuando na subjetividade dos indivíduos, influenciando comportamentos, percepções e formas de inserção social e política. No caso de Raimundo Santos, o receio constante do colapso institucional revela como a experiência traumática do exílio e da repressão permaneceu viva em sua trajetória, orientando sua postura intelectual e sua defesa contínua das instituições democráticas como forma de evitar a repetição das violências vividas por sua geração. No blog *Democracia Política e novo Reformismo*⁴¹³, editado por seu amigo Gilvan Cavalcanti Melo, estão disponíveis diversas reflexões de Raimundo Santos que reiteram a urgência de preservar as instituições basilares da democracia, mas também temáticas relacionadas ao marxismo.

⁴¹¹ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam): Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021, p. 9

⁴¹² VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam): Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021, p. 9

⁴¹³ O blogspot é editado por Gilvan Cavalcanti Melo, apresentado como “Uma contribuição para o diálogo entre correntes de opinião política identificadas com as conquistas do Estado Democrático de Direito e com objetivos de reforma social, contra velhas e novas desigualdades”. Disponível em: <https://gilvanmelo.blogspot.com/>.

A trajetória de Chagas Rodrigues apresenta uma outra perspectiva distinta: o regresso à vida pública de um líder político que se sentia *um estrangeiro na própria pátria*, ou seja, vivia um exílio interno. Com o avanço do processo de reabertura política, Chagas Rodrigues pôde retornar ao Piauí. Sua volta foi noticiada no jornal *O Dia* sob manchete “*Na volta à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo*”, destacando a recepção ocorrida na praça do ginásio Verdão, localizado no centro da cidade de Teresina, que teria reunido cerca de 300 pessoas. A cobertura enfatiza o caráter festivo do evento, construindo a imagem de um retorno marcado pela aceitação pública:

[...] Chagas governou o Piauí durante mais de três anos, renunciando para disputar novamente a Câmara Federal, saindo de eleito pelo PTB. Posteriormente com a extinção dos partidos políticos, filou-se ao MDB, por onde foi acusado pela revolução de março de 64.

LONGA AUSÊNCIA

Durante a vigência de sua cassação, Chagas Rodrigues não participou de nenhum acontecimento político. Há até na corrente no MDB que se queixa de não ter recebido dele, na época dos embates políticos, qualquer contribuição do seu nome junto com o eleitorado. Em dezembro do ano passado, foi ele que veio ao Piauí, para participar de uma festa de bodas de prata de seus pais em Parnaíba.⁴¹⁴

A matéria enfatiza que Chagas Rodrigues viveu uma *longa ausência*, isto é, não esteve publicamente envolvido em atividades políticas durante o período de sua cassação. Segundo a matéria, setores do MDB queixavam-se de sua ausência de atuação política. No entanto, tal afastamento pode ser entendido como uma forma de precaução, evitando a mobilização pública em um contexto ainda marcado pela repressão. Em outra passagem, Chagas Rodrigues faz a reclamação de que foi o único governador cassado que não recebeu pensão de ex-governador:

Ouvido acerca de pensão de ex-governador Chagas Rodrigues respondeu no aeroporto de Teresina, que não costumava a lutar por causas pessoais. Contudo afirmou que todos os governadores que tiveram os direitos políticos cassados, ele é o único que não recebe pensão. Também não exerceu nenhum cargo público – frisou.

Alguns juristas de oposição, como Celso, José Albuquerque e Antônio Dias, consideram a pensão do ex-governador Chagas Rodrigues. Assim de imediato, é difícil oferecer uma opinião abalizada – explicou Celso Barros. Já o advogado Antônio Dias, que desembarcou no mesmo avião de Chagas Rodrigues, respondeu que embora não tenham tocado no assunto durante a viagem, considerava uma questão pacífica, tranquila. O vereador e advogado José Soares de Albuquerque afirmou também que consideram um direito

⁴¹⁴ NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 1º/2 de maio de 1979, nº 7056, p.1 e 4.

adquirido e que merece ser recuperado, assim como recuperados foram os direitos políticos de Chagas Rodrigues.⁴¹⁵

Observa-se que as opiniões dos advogados ligados à esquerda assumem um tom moderado, evitando confrontos diretos com o regime e reforçando uma lógica de reivindicação jurídica e institucional, característica do período de reabertura política em curso. A matéria também traz a opinião do advogado Severo Eulálio, prefeito de Picos:

[...] limitou-se a informar que a Constituição do Estado é clara, quando diz que não recebendo a pensão de ex-governador aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados. Lembrou inclusive que quando foi deputado insurgiu-se contra “esses direitos” da Constituição, inclusive apresentando emenda.

Mas o próprio Chagas Rodrigues, depois de responder a indagação da imprensa sobre essa pensão se iria lutar por ela, admitiu que nem seja preciso, porque é único caso existente no País.⁴¹⁶

O posicionamento de Severo Eulálio, também emedebista, por outro lado, revela a permanência de uma leitura mais ligada à Constituição para compreender a negação do direito à pensão. No entanto, Chagas Rodrigues respondeu dentro da lógica moderada ao admitir que não lutaria judicialmente pela pensão, como uma estratégia de autopreservação política, em um cenário ainda marcado por limites impostos à ação de indivíduos anteriormente considerados *subversivos*.

Em outro momento, Chagas Rodrigues declara que se filiara ao Movimento Democrático Brasileiro assim que readquirir o seu título de eleitor. Ademais, realiza algumas leituras políticas:

SEM AUTORIDADE

Depois de dizer que acredita na abertura política anunciada pelo Governo “porque acredito no povo brasileiro e na resistência democrática da Nação” o ex-governador não se considera a pessoa mais indicada para falar sobre o relacionamento que o MDB terá com o senador Alberto Silva, alegando que “tive meus direitos políticos suspensos por dez anos, não sendo a pessoa indicada para dizer qual o tipo de relacionamento que o partido da Oposição terá com o ex-governador arenista. Essa é uma decisão que caberá ao nosso partido, democraticamente”.

O que não se pode ignorar, segundo Chagas Rodrigues, é que o senador Alberto Silva tem uma posição dentro da Arena, de discordância a direção do

⁴¹⁵ NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 1º/2 de maio de 1979, nº 7056, p.1 e 4.

⁴¹⁶ NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 1º/2 de maio de 1979, nº 7056, p.1 e 4.

partido do Estado. “Nosso relacionamento será, antes e acima de tudo, com o povo piauiense, principalmente com as camadas mais desprotegidas” ⁴¹⁷

Apesar do tom provocativo da matéria, Chagas Rodrigues mantém uma postura *cuidadosa*, ou seja, prudente em relação aos limites impostos pela ditadura naquele momento. A fala de Chagas Rodrigues expressa de forma bastante clara as ambiguidades do período de abertura política no Brasil. Ao mesmo tempo em que reconhece sinais de mudança no cenário nacional, ele procura situar as práticas repressivas em *um passado que já está praticamente morto*, deslocando a violência de Estado para uma temporalidade que estaria sendo superada. Essa operação discursiva evidencia uma tentativa de reorganização da memória política do período ditatorial, em que a ideia de transição democrática convive com a permanência de estruturas e sensibilidades autoritárias ainda não plenamente desmontadas.

Ao declarar que acredita na abertura política *porque acredita no povo brasileiro e na resistência democrática da Nação*, o ex-governador utiliza uma retórica bastante defendida pelo próprio MDB, que aposta na valorização da vontade do povo. Ao afirmar-se como *sem autoridade* para opinar sobre a relação MDB e o senador Alberto Silva, Chagas Rodrigues reforça sua posição de sujeito com os direitos políticos parcialmente interditados.

O ex-governador, mais adiante, reforçou a importância da abertura democrática:

Sobre os documentos originário do Governo publicados pela revista Veja, colocando a Igreja como integrante do partido Comunista, o ex-governador disse que “esses documentos são de um passado que já está praticamente morto. A situação do país é outra e o próprio presidente da República fala em reabertura e diz que fará esse país uma democracia. Então, o clima hoje já começa a mudar, não significando dizer que o Brasil se encontre normal, mas ele está caminhando para uma democratização plena.

Os documentos, segundo ele, apenas revelam as injustiças ocorridas neste país com muitos homens e com muitas instituições. “Mostra como o fanatismo e a direita leva a considerar radicais, comunistas, socialistas, revolucionários, e até a homens da Igreja, bispos e cardeais. Isto, portanto, não tem fundamento nenhum e acredito que aqueles que redigiram tais documentos não terão mais oportunidades de voltar a fazê-lo.” ⁴¹⁸

Sua fala revela, assim, uma tensão característica período de reabertura: ao mesmo tempo em que busca deslocar a repressão para um passado em vias de superação, denuncia os mecanismos ideológicos que sustentaram o *Terrorismo de Estado*. O seu discurso combina

⁴¹⁷ NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 1º/2 de maio de 1979, nº 7056, p.1 e 4.

⁴¹⁸ NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 1º/2 de maio de 1979, nº 7056, p.1 e 4.

esperança na abertura política com a consciência de que seus limites postos, uma vez que a repressão não havia sido totalmente desarticulada, mas começava a ser questionada.

Em outra matéria, intitulada *Chagas será filiado no MDB de Parnaíba*, informando os planos de Chagas Rodrigues para o retorno à vida pública:

O deputado Ximenes do Prado informou que a filiação de Chagas Rodrigues será festiva. Haverá uma comemoração à altura, devendo isso ocorrer depois que o ex-governador retomar a Brasília. Está marcado para o dia 26 destes concentração popular que marcará o ingresso de Chagas no MDB piauiense. Informou por outro lado o líder do MDB, Themístocles Sampaio, que na reunião do partido com Chagas Rodrigues ficou que ele ficará visitando o Estado constantemente já que não tem planos de ficar residências no Piauí nos próximos meses.

No plano de visitas de Chagas Rodrigues ao interior, foram escolhidas inicialmente as grandes cidades, onde ele pretende promover concentrações, partido posteriormente para visitas a todos os municípios do interior. [...]

Ainda de acordo com as informações do líder do MDB, ex-governador Chagas Rodrigues guardou as melhores impressões do comício que marcou o seu retorno à vida pública. Chagas confidenciou para amigos que realmente estava inibido para enfrentar o público na praça, em face da grande ausência dos embates políticos, mais de dez anos.⁴¹⁹

Observa-se que os posicionamentos da liderança do MDB constroem uma imagem de um retorno cuidadosamente planejado, mediado pelo partido. A confissão de que se sentia inibido para enfrentar o público expressa o impacto subjetivo da cassação e do silenciamento político, como um efeito duradouro da repressão sobre a trajetória de Chagas. Denise Rollemberg aponta que “a chegada dos exilados esteve nas páginas da grande imprensa. No entanto, a tendência foi manter uma visão superficial, pouco sensível à riqueza de significados do momento”⁴²⁰. As matérias do jornal *O Dia* analisadas inscrevem-se nessa mesma lógica, na medida em que apresentam o retorno de Chagas Rodrigues de forma esvaziada de detalhes, privilegiando o tom festivo e polido em detrimento das tensões, dos silenciamentos e das marcas deixadas pela repressão.

Em outra entrevista, no jornal *Inovação*, pode-se observar esse discurso em favor da legalidade:

INOVAÇÃO – Mas o senhor reconhece que até agora estava todo mundo atrás da moita?

⁴¹⁹ CHAGAS será filiado no MDB de Parnaíba. *O Dia*, Teresina, 3 de maio de 1979. nº 7057. p.3.

⁴²⁰ INOVAÇÃO entrevista o deputado Chagas Rodrigues. *Jornal Inovação*, ano I, n. 14, edição de 11 de janeiro de 1979. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

Não! Pelo contrário! Olhe, veja bem: o MDB vem lutando por aquilo que é básico. Nós queremos LEGALIDADE, nós queremos CONSTITUIÇÃO, nós queremos PLURIPARTIDARISMO, nós queremos LIBERDADE SINDICAL, nós queremos, na área política, reconstitucionalizar o país, regime de legalidade para todos; governos e governados. Ora, já é um pressuposto. Se nós queremos a reconstitucionalização do país, se nós queremos um regime de legalidade, quem quer a constitucionalização, quer através da lei básica, e a nação se pronuncie. Para a nação se pronunciar é preciso que haja ANISTIA. Anistia para termos uma Constituinte que realmente traduza o pensamento, porque a Constituição é a síntese do pensamento de uma nação. É uma lei básica, uma lei fundamental. E toda Constituição, não apenas na nossa história, mas na história dos povos, e até recentemente, o que há é que uma Constituição tem que ser PRO-MUL-GA-DA por uma Assembleia Nacional Constituinte.⁴²¹

Benoni Alencar, ao contrário de Chagas Rodrigues, resolveu permanecer no Rio de Janeiro, local em que se mudou em 1970 após deixar a prisão. Na cidade, formou-se em jornalismo, o que lhe garantiu emprego em diversos veículos de comunicação, como o jornal *Luta Democrática* durante três anos, a *Revista Brasileira de Processamento de Dados*, a *Revista Bolsa de Valores*, a editoria do *Diário do Comércio e da Indústria* e como repórter de economia do jornal *O Globo*. Somado a isso, também atuava com assessorias de imprensa nas prefeituras do Rio de Janeiro. Por conta da sua estabilidade, resolveu não retornar para o Piauí com o objetivo de fixar residência, limitando-se a visitas aos amigos e familiares.

4.4 Os ventos da redemocratização.

O processo de redemocratização no Brasil possibilitou o retorno formal de sujeitos perseguidos políticos. Mas esse retorno, em razão das experiências vividas no exílio, produziu profundas transformações nos sujeitos estudados. No Brasil, esse contexto foi marcado pela reorganização dos movimentos sociais, pela atuação das pastorais vinculadas à Igreja Católica, pela reconfiguração do sistema partidário com o pluripartidarismo e pela abertura de novos espaços de participação política. As trajetórias de Antônio José Medeiros, Chagas Rodrigues, Benoni Alencar, Ademir Alves de Melo e Raimundo Santos expressam, de maneira distinta, esse movimento de recomposição, evidenciando como a experiência da repressão e do exílio deu lugar a formas renovadas de militância, que passaram a transitar entre o engajamento institucional, a ação partidária, a militância social e a atuação acadêmica no contexto democrático.

⁴²¹ KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.p. 266.

Após retornar do exílio, em 1976, Antônio José começou a reaproximar-se dos movimentos sociais e populares, passando a colaborar nas atividades de capacitação e conscientização das lideranças. A trajetória de Antônio José, desde o início, foi bastante ligada à Igreja Católica; com o retorno, essa aliança foi reforçada. Nessa época, a Igreja estava desenvolvendo um trabalho por meio das comunidades de base e pastorais. No Piauí, Antônio José destaca os padres italianos que desenvolviam trabalhos junto às populações locais.

No Piauí, esse novo tipo de movimento ganha corpo, a partir da ação de padres italianos na periferia de Teresina (Parque Piauí), que apoiam a organização de Movimentos contra a Carestia, incentivavam a organização das diversas pastorais populares (operária, da juventude, universitária, etc) e formação de comunidades eclesiais de base. Merece destaque a organização da CPT – Comissão Pastoral da Terra que amplia o novo movimento para diversas cidades no interior. Como o movimento se articula com o que acontecia a nível nacional, cresce o grupo de padres, religiosas e agentes leigos da pastoral, em diversas dioceses, em especial na de Picos, que também se engajam nesse esforço de educação e organização popular.⁴²²

Antônio José se engajou junto à Comissão Pastoral da Terra⁴²³, em conjunto com os trabalhadores rurais, ajudando a elaborar cartilhas e materiais de aprofundamento de estudos com as lideranças populares. Integrou o Centro Piauiense de Ação Popular (CEPAC), criado em 1975, porque, segundo Antônio José, “deu sistematicidade ao trabalho de assessorias aos movimentos sociais e populares e ao movimento sindical no campo e na cidade”⁴²⁴.

Como discutido anteriormente, em 1979, o governo militar instituiu uma reforma eleitoral, que decretou o pluripartidarismo, com a única exigência de que as agremiações começassem com o nome *partido*. Com isso, o MDB tornou-se o PMDB, a Arena tornou-se o Partido Democrático Social. Essa reforma levou à criação de novos partidos, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio Lula da Silva.

Antônio José, em entrevista ao programa Personalidade Piauí, narra que participou de reuniões voltadas à criação do Partido Popular (PP), projeto que pretendia constituir uma frente ampla da esquerda, reunindo setores da centro-esquerda do MDB. No entanto, nunca se concretizou em razão das divergências políticas internas, como o próprio entrevistado explica:

⁴²² MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Cepac, 1996. p. 119.

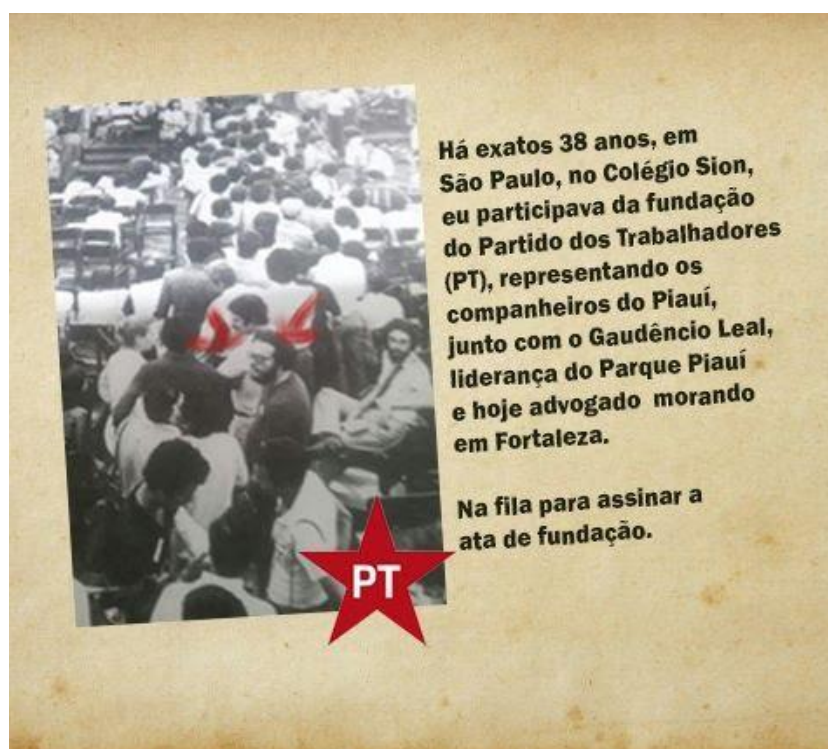
⁴²³ A Comissão Pastoral da terra (CPT) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criado em 1975, com o objetivo de acompanhar, assessorar e defender trabalhadores e trabalhadoras do campo, especialmente em contextos de conflitos fundiários, violência e violações dos direitos humanos.

⁴²⁴ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.p. 196

Quando veio a Anistia em 79 e que se organizaram os partidos, eu resolvi fazer uma filiação partidária. Até então, eu nunca tive nem organização clandestina, nem o MDB, que era o partido de oposição. Resolvi, como consequência desse engajamento de esquerda, a ter uma militância partidária, através do Partido dos Trabalhadores. O deputado Freitas Diniz, do MDB do Maranhão. Deputado José Eudes, do MDB do Rio de Janeiro, o deputado Ailton Soares do PMDB de São Paulo. A gente participou em Brasília, que nessa reunião estava o Almino Afonso, o Lula e o Ulisses Guimarães para organizar o que seria chamado de Partido Popular, não era aquele do Tancredo não. Não é o PP do Tancredo não. A partir da tendência popular, que o PC do B defendia dentro do MDB. Mas, a divergência era o seguinte: o Lula só ia até a ala autêntica do MDB, que era o Chico Pinto, Ulisses etc. E o Ulisses Guimarães disse que só viria se fosse trazendo quem quisesse vim do MDB. [...] mas, como não chegou um acordo entre Lula e Ulisses, cada um foi para um lado.⁴²⁵

Ainda conta que, após isso, em 1980, lideranças de esquerda do Piauí fizeram uma reunião na CSU do bairro Parque Piauí com o objetivo de escolher figuras para participar da reunião de fundação nacional do Partido dos Trabalhadores. Antônio José foi um desses escolhidos, a partir de então, o PT tornou-se um espaço para o seu fazer político. A imagem ilustra esse momento:

Imagem 09: Antônio José Medeiros e Gaudêncio Leal na fundação do Partido dos Trabalhadores.



⁴²⁵ TV ASSEMBLEIA PI. Personalidade Piauí: Antônio José Medeiros. Youtube. 20, out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPt0D510gwk>.

Fonte: Álbum de fotos da rede social Facebook, disponível no perfil Antônio José Medeiros.

Após a reunião, Antônio José e os demais companheiros criaram os diretórios partidários no estado, como ele próprio relata, em um *célebre fusquinha* percorrendo as cidades. As lideranças de base da CPT, do movimento estudantil da UFPI e das oposições sindicais foram importantes para a criação do partido no Piauí. No mesmo ano de 1980, na cidade de Água Branca (PI), “um grupo de barbudos vestido com camisas de algodão brancas aproveitava o movimento do dia da feira local para lançar o Partido dos Trabalhadores”⁴²⁶.

Nesse período, Luiz Inácio Lula da Silva, então dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), realizou diversas viagens ao Piauí com o objetivo de auxiliar na organização e consolidação do partido no estado. Nessas ocasiões, participou da criação de diretórios municipais, da articulação das primeiras lideranças locais e do processo de estruturação partidária que marcou a expansão inicial da legenda na região. Nesse momento inicial, conforme observa Marcos Napolitano, o núcleo da nova esquerda petista, em diálogo com movimentos sociais e grupos católicos, priorizava uma agenda voltada à militância social e à defesa de mudanças estruturais.⁴²⁷

Imagem 10: Lula em visita ao Piauí, em 1982, acompanhado de Antônio José Medeiros e José Ribamar Santos.

⁴²⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT faz 40 anos. Eu vi o começo!* Brasília, 9 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/o-pt-faz-40-anos-eu-vi-o-comeco/>

⁴²⁷ MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 534.



Fonte: Álbum de fotos da rede social Facebook, disponível no perfil Antônio José Medeiros.

Em entrevista, o unionense conta que, até o surgimento do Partido dos Trabalhadores, não desejava candidatar-se a cargos políticos; no entanto, afirmou que mudou de ideia em razão do partido: “Em 1982, no encontro estadual, os filiados insistiram para eu ser candidato, pois era a figura mais conhecida do partido; houve um debate: governador ou deputado federal. A maioria votou por deputado federal: "porque tinha chance de ser eleito". Doce ilusão”⁴²⁸.

José Ribamar Lopes foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para concorrer ao cargo de governador do estado. Segundo Antônio José Medeiros, o candidato veio de Brasília, onde residia na época, para participar da reunião de formalização de sua pré-candidatura, realizada no Clube dos Diários, nos dias 17 e 18 de janeiro daquele mesmo ano. Em 30 de janeiro, Medeiros percebeu que José Ribamar, então hospedado em sua residência, não despertava pela manhã, momento em que se constatou que ele havia sofrido um acidente vascular cerebral. Em decorrência disso, dois dias depois o militante acabou falecendo aos 84 anos. O episódio interrompeu de forma abrupta a participação política de um militante que, após anos de atuação política e enfrentamento à repressão, buscava inserir-se novamente nas disputas eleitorais do período de redemocratização.

A fotografia abaixo apresenta os candidatos do PT das eleições de 1982, na qual Antônio José aparece como o primeiro da fila superior da esquerda para a direita:

⁴²⁸DE SOUZA MOURA, Liege. *Entrevista com Antônio José Castelo Branco Medeiros*. REVISTA ELETRÔNICA HUMANA RES, v. 6, n. 9, p. 198 a 210-198 a 210, 2024.p. 205

Imagem 11: Petistas que disputaram o pleito de 1982.



Fonte: Ptpiaui.org.br

Antônio José disputou as eleições de 1982 para deputado federal, de 1985 para prefeito de Teresina e de 1986 para deputado estadual, contudo não obteve êxito em nenhuma dessas disputas. Ao longo de sua trajetória política, disputou outras eleições, no entanto, obteve êxito somente em 1988, quando foi eleito vereador do município de Teresina, e em 2002 e 2006, quando foi eleito deputado estadual. Também ocupou cargos políticos, como o de secretário estadual de Educação e presidente da Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO). Somado a isso, atuou como professor em escolas na cidade e na UFPI. Nos dias atuais, Antônio José atua no Instituto Presente, criado em 2012, uma organização sem fins lucrativos idealizada por ele, voltada ao desenvolvimento da sociedade piauiense, com foco nas áreas de educação e cultura.

Chagas Rodrigues retornou à vida pública pelo MDB, que, com o pluripartidarismo, passou a denominar-se PMDB. Em janeiro de 1982, o PMDB, presidido por Chagas Rodrigues, lançou candidatos a deputados federais e estaduais, promovendo grande mobilização e comícios pela cidade. No pleito de 1982, Chagas Rodrigues disputou o cargo de senador, recebendo 217.862 votos. No entanto, perdeu a vaga para outro candidato, pois a legislação considerava a sublegenda, ou seja, a soma total de candidatos de cada partido e não a votação individual. Além disso, participou ativamente do movimento das *Diretas Já*, discursando para milhares de pessoas na Praça do Marquês, em Teresina, ao lado de líderes

nacionais e locais como Ulysses Guimarães, Lula, Freitas Nobre e Alberto Silva.⁴²⁹ O comício mobilizou um ato histórico, com intensa participação popular e manifestações culturais, como pode-se observar na foto abaixo:

Imagem 12: Chagas Rodrigues discursando na Praça do Marquês.



Fonte: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

Em 1985, após o fim da ditadura, foi convidado para assumir o cargo de assessor especial do trabalho, “com o desafio de criar a secretaria e implantar a política progressiva e participativa, o que ele realizou com base no diálogo com as lideranças sindicais de Brasília⁴³⁰. No ano seguinte, em 1986, Chagas Rodrigues disputou novamente o cargo de senador, sendo eleito e, mais uma vez, o candidato mais votado, consolidando sua trajetória política no cenário estadual e nacional, agora aliada à experiência administrativa e à defesa política democrática e participativa. Como senador, participou da Assembleia Constituinte de 1988, como titular da Comissão de Constituição e Justiça. Sua participação nesse momento histórico é emblemática, tendo em vista que Chagas Rodrigues foi profundamente afetado pela ditadura militar ao perder os seus direitos políticos por dez anos. Dessa forma, a sua atuação na Constituinte simboliza não apenas a reinserção política de sujeitos perseguidos,

⁴²⁹ KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

⁴³⁰ KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 219.

mas também a transformação de trajetórias antes marcadas pelo autoritarismo, assumindo protagonismo na construção de uma nova ordem democrática com a Constituição de 1988.

No mesmo ano, Chagas Rodrigues desligou-se do PMDB e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido fundado nesse mesmo ano por dissidentes do PMDB e liderado por Wall Ferraz no Piauí, com a proposta de social-democracia e foco no liberalismo econômico. A adesão de Chagas Rodrigues ao novo partido insere-se, assim, no processo de reconfiguração dos arranjos políticos no pós-ditadura, marcado pelo pluripartidarismo e diversidade de posicionamentos políticos. Ao longo de sua trajetória, criou iniciativas de expansão de ensino, com a criação de instituições de ensino públicas para formação de professores pelo Piauí.

Chagas Rodrigues, afirmou que, por ser devoto de São Francisco, perdoou o ditador Costa e Silva pela cassação de seus direitos políticos, declarando: “Perdoei o ditador porque quem tem convicções democráticas não pode carregar o ódio no peito. Além do mais, meu padroeiro é São Francisco, que prega o amor e o respeito ao ser humano”⁴³¹. No ano de 2007, Chagas Rodrigues tornou-se o primeiro piauiense a receber indenização da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em razão da cassação e repressão política sofrida durante a ditadura militar. Por possuir uma doença neurológica, a família informou que o dinheiro serviu apenas para custear o tratamento médico, sem representar reconforto pelos anos de violência e constrangimentos sofridos:

O ex-governador e ex-senador Chagas Rodrigues foi o primeiro piauiense, de sete políticos perseguidos e cassados pela ditadura militar, a ser indenizado pela Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O valor pago a Chagas Rodrigues não foi revelado. A família do ex-governador informou que o valor foi pago de uma única vez e serviu para custear o tratamento dele. A filha de Chagas Rodrigues, a socióloga Almira Rodrigues, informou que o valor não é um reconforto pela violência e pelo constrangimento que passou o pai, mas serviu como ajuda agora, que ele está doente. Segundo Almira, o valor serviu para recompor algumas coisas. Ela disse que o pai passou dez anos com os direitos políticos cassados e, quando houve a anistia, em 1979, o seu pai já tinha cumprido a pena imputada.⁴³²

O depoimento apresenta as ambiguidades do processo de justiça de transição no Brasil. Embora a indenização represente um reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado pela repressão política, ela ocorre tardiamente e não reverte os efeitos duradouros causados

⁴³¹KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018, p. 278.

⁴³² KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018, p. 291.

pela repressão. Um ano depois, aos 86 anos, Chagas Rodrigues faleceu em decorrência dos seus problemas de saúde. Mas deixou um enorme legado para a política piauiense. Em 2012, após a sua morte, a Câmara realizou uma sessão solene para devolver, simbolicamente, o mandato de 173 cassados pela ditadura.

A trajetória de Benoni Alencar evidencia também um processo de redefinição política e ideológica. Ao optar por não retornar a Teresina, fixou residência na Região Oceânica, onde lançou o Caderno Oceânico, considerado um dos pioneiros de jornais de bairro da cidade. Filiou-se ao Partido Socialista e Liberdade (PSOL) e manteve imensa participação política, com ênfase nas questões ambientais, inspirando jovens e movimentos sociais. Além do jornalismo, ajudou a criar uma biblioteca comunitária e trabalhou no Tribunal de Justiça do Rio das Ostras, onde continuou seu compromisso com causas populares. Apesar das adversidades, incluindo o assassinato de sua esposa Sylvia Thomé nos anos de 1980, Benoni permaneceu ativo na militância social e ambiental até seus últimos anos, sendo lembrado pelo seu lema: “Sem socialismo não há liberdade. Sem liberdade não há socialismo”⁴³³.

Em 27 de setembro de 2011, o piauiense foi encontrado morto em sua residência na Região Oceânica de Rio das Ostras (RJ). A polícia investigou a hipótese de latrocínio, por encontrar sinais de estrangulamento e desaparecimento de itens pessoais.⁴³⁴ Amigos e militantes do PSOL levantaram a suspeita de motivação política, devido ao seu histórico de denúncias ambientais e engajamento em causas sociais. A sua morte causou grande comoção entre amigos e companheiros de militância e movimentos sociais, tanto do Rio de Janeiro como do Piauí.

Imagem 13: Benoni Alencar participando da Marcha da Liberdade em Rio das Ostras.

⁴³³ PAULINO, Fernando. *Benoni Alencar, presente!* Site do PSOL. 3 de out. de 2011. Disponível em: <https://psol50.org.br/benoni-alencar-presente/>

⁴³⁴ A reportagem a seguir apresenta detalhes da investigação e velório de Benoni Alencar: <https://www.youtube.com/watch?v=SSoSni7xv8k>.



Fonte: Fotografia de autoria de Leonor Bianchi. Disponível em: <https://opolifonico.wordpress.com/2011/09/27/luto-na-redacao-do-polifonico-morre-o-jornalista-benoni-alencar/>

Ademir Alves de Melo continuou sendo professor do Departamento de Economia da UFPB até 2015, quando se aposentou de forma compulsória. Ao longo de sua trajetória docente, que se estendeu por mais de duas décadas, contribuiu de forma significativa para a formação acadêmica e para a reflexão crítica sobre economia e políticas públicas. Paralelamente à atuação universitária, ocupou cargos na administração pública do estado da Paraíba, principalmente em áreas vinculadas ao planejamento econômico do estado. Após sua aposentadoria, continuou exercendo funções na gestão estadual, destacando-se como secretário de Planejamento e Gestão, período em que impulsionou práticas participativas e iniciativas voltadas à redução da pobreza.⁴³⁵ Militava pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no qual participava de debates públicos sobre a política paraibana, bem como na Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB).⁴³⁶

Imagem 14: Ademir Alves de Melo em audiência pública com a temática *A vida no exílio*.

⁴³⁵ Informações sobre a sua trajetória profissional presentes no Portal de Transparência da Controladoria-Geral da União. BRASIL. Portal de Transparência do Governo Federal. Servidor Público Federal. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/2935809>.

⁴³⁶ Não foi possível localizar outros aspectos biográficos da vida de Ademir.



Fonte: Captura de tela do vídeo Audiência Pública - A VIDA NO EXÍLIO - 02/07/2015.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBeuHrc&t=3s>

Raimundo Santos dedicou-se a uma militância acadêmica, entendida como uma forma de intervenção política realizada no interior das instituições universitárias. Sua atuação estava relacionada com a docência e a formação de pesquisadores, concebendo a universidade como espaço estratégico de disputa de ideias e construção democrática. Ancorado em uma leitura reformista do marxismo, influenciada pelo pensamento gramsciano, Raimundo Santos entendia a produção intelectual como prática política, capaz de ampliar direitos, fortalecer a institucionalidade democrática e incorporar sujeitos subalternizados à vida pública.⁴³⁷ Sua trajetória foi interrompida por sua morte, no ano de 2022, ocorrida após décadas de atuação intelectual e docente.⁴³⁸

Imagem 15: Raimundo Santos em indicação de orientando para o Prêmio Anpocs de Melhor Dissertação de Mestrado 2020.

⁴³⁷ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. *Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam)*. Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

⁴³⁸ Apesar das tentativas, não foi possível encontrar outras informações de Raimundo Santos. Dora Vianna, ex-orientanda de Raimundo Santos, informou, em e-mail, que o professor era bastante reservado em relação a sua vida pessoal.



Fonte: Foto disponível no portal CPDA. In:
<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/indicados-premio-anpocs-2020/>

As trajetórias analisadas demonstram que a redemocratização não significou um simples retorno, mas um processo de recomposição das formas de militância, profundamente marcado pelas experiências de repressão, cassação e exílio. Ao se reinserirem na vida pública, esses sujeitos redefiniram suas rotas políticas, filiando-se a novos partidos, reorganizando agremiações existentes, disputando eleições, participando da construção institucional do regime democrático e ocupando espaços diversos na administração pública, nos movimentos sociais, no jornalismo e na universidade. Tais percursos evidenciam que o pós-ditadura foi marcado pela ampliação de liberdades políticas, que conviveu com as marcas duradouras do *Terrorismo de Estado* e com as sequelas da *política de distensão*. Assim, os ventos da redemocratização abriram novas possibilidades de atuação, mas também impuseram desafios e ambiguidades, relevando que a reconstrução democrática foi um processo desigual, plural e profundamente condicionado pelas trajetórias individuais e coletivas forjadas sob o autoritarismo.

4.5 *Contra os cães do esquecimento: os lugares de memória da ditadura militar.*

O trabalho de rememorar constitui um exercício contínuo de intervenção política. Seligmann-Silva afirma que:

Em que medida a história é silêncio, é túmulo, pedra do esquecimento?
 Apenas do ponto de vista dos vencedores que veem na história um enorme

triunfo, silente, por onde desfilam seus heróis sob mantos brilhantes e louros da glória. Para os humilhados, perseguidos, que se opuseram aos déspotas, para estes a história grita e exige reparo.⁴³⁹

No caso brasileiro, o silêncio que recaiu sobre os crimes da ditadura militar não foi resultado de um esquecimento espontâneo, mas efeito de uma engenharia política cuidadosamente articulada durante o processo de redemocratização, marcado pela negociação entre elites civis e militares e pela ausência de rupturas institucionais profundas. A transição pactuada, conduzida sob o signo da conciliação, instituiu mecanismos que priorizavam a estabilidade institucional e a governabilidade em detrimento da responsabilização penal dos agentes da repressão. A lei operou como um dispositivo de produção de esquecimento das práticas de Terrorismo de Estado, ao equiparar perseguidos e perseguidores sob a mesma lógica de reconciliação, neutralizando juridicamente a possibilidade de punição.

Daniel Aarão Reis argumenta que a Lei da Anistia foi erguida sobre três silêncios: o silêncio sobre a tortura; o silêncio sobre o apoio da sociedade; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias da esquerda. Ao formular essa tríade, o historiador explicita não apenas omissões factuais, mas verdadeiras camadas estruturantes de apagamento que moldaram a memória pública do período. A anistia, concebida originalmente como demanda dos movimentos sociais, dos familiares de presos e de exilados políticos, sofreu um deslocamento semântico decisivo. Se, para os perseguidos, ela representava a possibilidade de retorno, reinserção e reconstrução da vida civil, para o aparato repressivo significou a consolidação da impunidade.⁴⁴⁰

Apesar dos crimes praticados contra a nação e de seus cidadãos, e da tentativa de esquecer-los, a memória insiste, pois, como argumenta Seligmann-Silva, da memória do mal praticado pelas ditaduras na América Latina deriva *o dever da memória* como reparação, ainda que a reparação plena seja impossível. Para o intelectual, a *arte da memória* caracteriza-se, desde sua origem, como uma tentativa de nomear os mortos e lhes conceder sepultura simbólica. Nomear é, portanto, retirar do anonimato, é restituir a humanidade àqueles que foram reduzidos à categoria de inimigos internos.⁴⁴¹

⁴³⁹ VASCONCELLOS, Dora Vianna; DA FONSECA, Bruno Costa; DE ALMEIDA, Leandro Cabral. *Entrevista sobre Raimundo Santos (in memoriam)*. Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

⁴⁴⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.

⁴⁴¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *SILVA, Anistia e (in) justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade*. Literatura e autoritarismo, n. 9, 2007.

Para Pierre Nora, *o dever da história* habita os *lugares de memória*, isto é, espaços simbólicos do lembrar. Tais lugares nascem da consciência de que não existe memória espontânea; é necessário, para eles, construir artifícios para rememorar:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.⁴⁴²

Os lugares de memória funcionam como *bastiões* contra a erosão do tempo e a tentativa de cristalizar uma versão conciliatória do passado. Identificar e compreender os *lugares de memória* relacionados às graves violências perpetradas durante o período ditatorial implica reconhecê-los como engrenagens contra o esquecimento público. Ao contar e/ou recontar essas memórias – por meio de testemunhos, comissões, produções visuais e memoriais – tais lugares incentivam discussões ativas no presente. Eles tensionam dois projetos distintos de elaboração do passado: o da pacificação sem justiça e o da lembrança como condição de reconhecimento da violência.

No Piauí, observa-se que, até 2026, não existem espaços oficiais e físicos de memória dedicados à ditadura militar no estado. Em 2023, foi realizada uma solenidade que anunciava a criação de um Memorial da Resistência e da Democracia, que incluiria a construção de uma escultura humana de 1,70 m, simbolizando o “pau de arara”, um dos mais cruéis instrumentos de tortura utilizados no período, a ser instalada no antigo Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, atual Centro Cultural de Artesanato Mestre Dezinho, que, como visto nos capítulos anteriores, aconteceram graves violações dos direitos humanos.⁴⁴³ O objetivo

⁴⁴² NORA, Pierre et al. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993, p.13.

⁴⁴³ G1 PI. *Piauí terá Memorial da Resistência e da Democracia para lembrar vítimas da ditadura militar*. Teresina, 01 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/04/01/piaui-tera-memorial-da-resistencia-e-da-democracia-para-lembrar-vitimas-da-ditadura-militar.ghml>. Acesso em: 10 maio 2026.

declarado era promover um resgate histórico da memória de brasileiros e piauienses vítimas das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. No entanto, não foi possível localizar informações que confirmem a efetiva inauguração do referido memorial. O edifício preserva um porão com marcas de sangue, que possivelmente se tratam de vestígios materiais dessas práticas repressivas. Entretanto, a primeira análise forense com base em métodos da arqueologia foi realizada em abril de 2026 e seus resultados ainda não foram divulgados publicamente.⁴⁴⁴

Em entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima, Iolanda Alencar – irmã de Benoni Alencar, que acompanhou de perto os abusos sofridos pelo irmão naquele espaço – expressa a importância do reconhecimento desses locais como *lugares de memória*. Para ela, a ressignificação do antigo espaço prisional é fundamental para a preservação da história das vítimas da ditadura:

Então, eu acho que resgatar essa memória, esse projeto dessa pedra lá da resistência à democracia, eu acho que seria muito importante. Eu acho que essa feira de artesanato lá, esse centro de artesanato, ia ficar com duas, além do artesanato, e isso, “olha, aqui funcionou antigamente uma prisão, aqui era uma prisão, era o quartel da Polícia Militar que tinha uma prisão, e aqui eles colocavam presos políticos, presos perseguidos pela ditadura, aqui”. E fazer essa ligação, eu acho que é muito importante. Eu gostaria muito que fizessem isso, eu ia ficar muito feliz. E eu tenho certeza, em memória do meu irmão, o (inaudível) de Benoni, onde ele está, ele ia gostar. Se eu conheço o Benoni, ele ia gostar, ele ia saber que ali ele não passou, não foi deixado para trás e a poeira não levou, e precisa ser resgatado isso tudo. Eu acho, eu entendo assim. Agora realmente eu não sabia, é uma boa ideia isso aí, tomara que realmente eles consigam.⁴⁴⁵

O depoimento evidencia como a memória do espaço está diretamente ligada às experiências traumáticas vividas pelas vítimas e seus familiares, reforçando a demanda social por políticas de reconhecimento e preservação da memória histórica da repressão.

O trabalho de reencontro com essas memórias iniciou-se ainda no pós-ditadura, por meio da publicação de livros de memórias, entrevistas e relatos orais que buscavam resgatar as experiências daqueles que sofreram com o Terrorismo de Estado e que, de algum modo, voltaram do exílio, da prisão ou da clandestinidade. Essas narrativas confrontavam a versão

⁴⁴⁴ G1 PI. “Porão da Ditadura” em Teresina passa por primeira análise em arqueologia forense; entenda. Teresina, 30 abr. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2026/04/30/porao-da-ditadura-em-teresina-passa-por-primeira-analise-em-arqueologia-forense-entenda.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2026.

⁴⁴⁵ ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

oficial de uma transição harmoniosa, evidenciando que a pacificação política se deu à custa da suspensão da justiça. Como argumenta Beatriz Sarlo:

Os textos existem. Não me refiro apenas a discursos formalmente referenciais, como o relatório da comissão nacional dos direitos da pessoa e aos autos do julgamento. Há romances, poemas, depoimentos, do leque que vai da mais extrema representação realista até as transformações mais distanciadas. São obstáculos levantados contra o convite ao esquecimento, contra sua possibilidade ou imposição; teimam em opor-se à hipocrisia de uma reconciliação amnésica que pretende calar o que, de qualquer modo, já se sabe.⁴⁴⁶

Do mesmo modo, a formulação de Beatriz Sarlo permite compreender as narrativas para além do campo jurídico ou institucional. Ao trazer à esfera pública os testemunhos, relatando as experiências de tortura, perseguição e deslocamento forçado, os indivíduos reconstruíam suas trajetórias, ao mesmo tempo em que produziam querelas ao tensionar as tentativas de esquecimento. O testemunho convertia-se, portanto, em prática política, pois, ao inscrever a experiência individual no espaço público, contribuía para a construção de uma história e memória coletiva acerca da ditadura militar no Brasil, deslocando-a do silêncio institucional para o campo da disputa narrativa e do reconhecimento dos crimes operados pelo Estado.

Márcio Seligmann-Silva nomeia esses relatos como *literatura de testemunho*, que nasce da necessidade de narrar uma experiência traumática vivida, bem como da percepção da insuficiência da linguagem para, paradoxalmente, narrar fatos inenarráveis, isto é, experiência de extrema dor e violência. O testemunho, portanto, articula-se nessa zona de tensão entre a urgência de contar e a impossibilidade de representar plenamente o ocorrido. O crítico literário ainda afirma que os sobreviventes do trauma e as suas gerações, a cada dia, defrontam-se com o trabalho de rememorar a tragédia e enlutar os mortos, ou seja, um confronto contínuo com a ferida aberta pelo trauma.⁴⁴⁷

A concepção de Seligmann-Silva manifesta-se nos próprios testemunhos mobilizados nesta pesquisa, seja nos depoimentos orais, seja nos livros de memória. As narrativas dos exilados piauienses não se limitam à construção cronológica dos acontecimentos; elas revelam a marca do trauma de forma fragmentada na lembrança, nas pausas, nas hesitações, nas mudanças de trajetórias e nos silêncios. Ao rememorarem prisões arbitrárias, perseguições e os exílios, esses sujeitos não informam apenas o passado, mas elaboram publicamente suas

⁴⁴⁶ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Edusp, 1997, p. 32

⁴⁴⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 p.45-89.

experiências de vida. A dificuldade em nomear a tortura, o medo constante e a sensação de desenraizamento evidenciam precisamente essa tensão entre a necessidade de narrar e a insuficiência da linguagem.

Antônio José Medeiros, um dos personagens mais analisados ao longo dessa pesquisa, desde o fim da ditadura militar, concedeu vários depoimentos orais para pesquisadores de História. Em 2014, ano do cinquentenário do golpe, publicou o livro *1984: uma geração contra o golpe*, que ele próprio define como um depoimento que “[...] tem como referência a experiência pessoal vivida. É uma visão pessoal dos acontecimentos. Os fatos selecionados têm a ver com a vivência do autor”⁴⁴⁸. Essa definição demonstra o caráter testemunhal da obra, ao reconhecer que, apesar de falar de uma geração, o autor selecionou os fatos a partir da sua própria vivência. O ano de publicação também é importante para a análise. Segundo Fernando Perlatto, no cinquentenário do Golpe, houve uma intensa produção editorial sobre o período, que trazia temáticas semelhantes às abordadas por Antônio José:

Se considerarmos os romances publicados no Brasil a partir de 2014, quando da rememoração do cinquentenário do golpe de 1964, que elegeram os anos do regime autoritário como cenários e contextos, é possível afirmar que, em sua heterogeneidade, eles se constituem em importantes meios no sentido de possibilitar uma interpretação mais multifacetada de aspectos diversos da ditadura militar, como a luta armada, o apoio de setores da sociedade civil na sustentação ao regime, o exílio e o cotidiano durante aqueles anos, além de se conformarem em instrumentos importantes de sensibilização de um público mais amplo, especialmente extra-acadêmico, em relação às arbitrariedades daquele período.⁴⁴⁹

Além das iniciativas individuais, como os testemunhos em livros e depoimentos orais, deve-se destacar iniciativas como o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que foi capitaneado pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas, sob a coordenação de Paulo Evaristo Arns e o referendo Paulo Wright. O projeto foi desenvolvido de forma sigilosa ainda durante o processo de reabertura política, com base na organização e na análise dos processos do Superior Tribunal Militar. A obtenção dessa documentação foi possível porque, durante a tramitação dos recursos e pedidos de anistia, os advogados dos presos políticos tinham acesso formal aos autos judiciais por 24 horas. Aproveitando-se dessa prerrogativa legal, passaram a solicitar a documentação e retirar cópias integrais dos processos. O material era microfilmado e organizado de forma sigilosa, para que os órgãos de repressão não descobrissem e

⁴⁴⁸ MEDEIROS, Antônio José. *1984: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014, p. 24.

⁴⁴⁹ PERLATTO, Fernando. *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 30, n. 62, p. 721-740, 2017, p. 738.

destruíssem a documentação. Ao final de todo o processo sigiloso, construiu-se um relatório completo do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, com oito tomos, divididos em 12 volumes, com um grande volume de dados, lançado em 1985, quatro meses depois do fim da ditadura militar. O projeto, portanto, constituiu uma das primeiras iniciativas sistemáticas de enfrentamento documental do aparato repressivo, convertendo arquivos judiciais em prova histórica do Terrorismo de Estado.

Em um primeiro momento, a documentação estava disponível na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que preservou, organizou e disponibilizou o material para a consulta pública. No entanto, em 2013, o Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l disponibilizou toda a documentação de forma online, abrindo novos horizontes para pesquisas e consultas pela sociedade como um todo, uma forma de publicizar os acontecimentos históricos. O evento não ocorreu de forma isolada, tendo em vista que outros acervos documentais também disponibilizaram documentações na internet, consolidando um movimento de publicização da memória da ditadura.

A Comissão da Anistia, criada no âmbito do Ministério da Justiça, foi responsável por analisar pedidos de anistia política e conceder reparações econômicas às vítimas do terrorismo de Estado durante a ditadura militar. Diferente da Lei de Anistia de 1979, a Comissão reconhecia as violações sofridas por opositores ao regime. Ao julgar requerimentos, a Comissão não apenas concedia indenizações, mas também instituiu um espaço público de escuta, em que os indivíduos vitimizados narravam as suas trajetórias. As chamadas *Caravanas de Anistia* foram realizadas em diferentes estados brasileiros. No Piauí, foram anistiados, entre outros: Evilásio dos Santos Barros, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, José Sebastião Rios de Moura, Manoel Lopes Veloso, Antônio Damião de Sousa, José Gomes Pereira, Thiago José da Silva, Clidenor Freitas, Acilino José Ribeiro de Almeida, Benoni Alencar.⁴⁵⁰

Criada em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff – também vítima das práticas de Terrorismo de Estado –, a Comissão Nacional da Verdade resultou de mobilização de movimentos de direitos humanos, de familiares de mortos e desaparecidos e de compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Seu objetivo consistia em apurar graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro no período da ditadura militar, atendendo a uma demanda histórica da sociedade brasileira por verdade e reconhecimento público das vítimas.

⁴⁵⁰ É possível acessar uma lista dos anistiados no seguinte link: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/anistiados-politicos>.

Embora não dispusesse de poder punitivo, sua atuação produziu um deslocamento significativo ao reconhecer oficialmente as práticas de *Terrorismo de Estado*, como torturas, execuções, banimento e desaparecimentos. Ao nomear vítimas e identificar os agentes de repressão, o relatório final rompeu, em parte, com os silêncios da transição política conciliatória. Nesse sentido, a Comissão materializa o que Seligmann-Silva denomina de dever da memória, isto é, um esforço de reparação simbólica por meio do reconhecimento público dos crimes cometidos. Ao institucionalizar a escuta dos testemunhos e sistematizar documentos oficiais, a Comissão reafirmou a centralidade da verdade e da justiça como condição fundamental para a construção democrática.⁴⁵¹

É importante ressaltar que o Brasil levou quase 30 anos para instaurar uma comissão da verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. A demora, como analisado anteriormente, está relacionada com o modelo de transição pactuada e aos princípios que regiam a Lei da Anistia. Conforme analisa Marlon Alberto Weichert, outros países da América do Sul implementaram uma comissão logo após o fim do período autoritário. Para o autor, no Brasil, a distância temporal dos fatos trouxe pontos positivos e negativos.⁴⁵² Se, por um lado, dificultou a coleta de testemunhos e a localização de restos mortais, comprometendo a produção probatória, por outro, permitiu que os trabalhos fossem conduzidos em um ambiente democraticamente mais estável, longe das tensões imediatas do pós-ditadura.

Para além das iniciativas jurídicas e documentais, a memória da ditadura também encontrou expressão na produção audiovisual brasileira. Michel Pollak destaca que o filme-testemunho e documentários são importantes instrumentos para a construção da memória nacional.⁴⁵³ O cinema configura-se, assim, como um espaço privilegiado de elaboração pública do trauma, ampliando o alcance social do debate sobre as experiências vividas durante a ditadura militar. Diferentemente do documento jurídico, o audiovisual mobiliza a emoção, a escuta e a identificação, produzindo uma memória coletiva acerca do período histórico. Mais recentemente, duas produções audiovisuais foram de extrema

⁴⁵¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 p.45-89.

⁴⁵² WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 50, 2014.

⁴⁵³ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

importância para que a temática fosse pautada no debate público: *Ainda estou aqui*,⁴⁵⁴ dirigido por Walter Salles, e *O agente secreto*⁴⁵⁵, de Kleber Mendonça. Ambas as produções alcançaram reconhecimento crítico e premiações, ampliando sua circulação nacional e internacional e, conseqüentemente, potencializando o debate público acerca da herança autoritária brasileira.

Uma outra tentativa do não-esquecimento consiste na criação de espaços físicos de memória relacionados aos eventos da ditadura militar. Esses locais assumem relevância, pois materializam no espaço aquilo que, por décadas, permaneceu silenciado no plano institucional. Locais onde ocorreram grandes violações de direitos humanos podem ser ressignificados como ambientes de documentação, reflexão e educação acerca desse passado. Tal ressignificação preserva fontes históricas e reescreve a violência sob a chave interpretativa da denúncia.

Dessa forma, entre silêncios institucionais e iniciativas de rememoração, a memória da ditadura no Brasil constitui-se como campo permanente de disputa. Apesar de a Lei da Anistia, como discutido, ter operado como dispositivo jurídico de contenção da responsabilização penal, as narrativas testemunhais, os projetos documentais, as comissões de verdade e os lugares de memória atuaram como forças contrárias ao apagamento. A tentativa de consolidar a lógica da reconciliação pacífica revela-se, sob o olhar das vítimas e dos sobreviventes, como terreno de conflito simbólico e ético.

O testemunho, conforme problematiza Márcio Seligmann-Silva, não apenas narra o trauma, mas reinscreve os mortos e os perseguidos, concedendo-lhes sepultura simbólica. Ao nomear, ao contar e ao reiterar a violência sofrida, esses sujeitos desafiam o silêncio estruturante da transição conciliatória. Do mesmo modo, iniciativas como o projeto Brasil: Nunca Mais, a Comissão da Anistia e a Comissão Nacional da Verdade evidenciam que, mesmo sem produzir punições, o reconhecimento público dos crimes de Estado constitui forma indispensável de reparação simbólica. No campo cultural, o cinema, a literatura e os espaços de memória ampliam esse movimento ao deslocar a discussão do âmbito jurídico para

⁴⁵⁴ No caso de *Ainda Estou Aqui*, ao acompanhar a trajetória de uma família atravessada pela violência estatal e pelo desaparecimento forçado, o filme reinscreve no presente a experiência da ausência e da espera, elementos centrais na memória das vítimas da repressão. A narrativa evidencia que a violência da ditadura não se encerrou com o fim formal do regime, mas prolongou-se na vida privada, nas relações familiares e na dor persistente daqueles que jamais obtiveram respostas completas do Estado. O impacto público da obra demonstra como o cinema pode reativar debates sobre verdade, responsabilidade e reparação.

⁴⁵⁵ *O Agente Secreto*, ao explorar as engrenagens da vigilância, da infiltração e do controle político, desloca o foco para o funcionamento interno do aparato repressivo. Ao evidenciar os mecanismos de espionagem e perseguição, a obra contribui para a compreensão da ditadura como sistema organizado de produção de medo e silenciamento, e não como somatório de excessos isolados. A representação ficcional, nesse sentido, cumpre função histórica: torna inteligível ao grande público a lógica estrutural da repressão.

a esfera sensível e coletiva. A resignificação de antigos espaços de repressão inscreve a violência no território, impedindo que ela seja relegada ao esquecimento confortável das narrativas conciliatórias.

Assim, a arte de narrar o passado no presente revela-se como prática política fundamental. Diante dos limites da anistia e da ausência de punição aos agentes da repressão, o dever da memória assume centralidade ética. Lembrar não é apenas revisitar o passado, mas delimitar os contornos do inaceitável no presente. A memória fundamenta a democracia, pois somente ao reconhecer suas próprias fraturas históricas uma sociedade pode afirmar, de modo consistente, o compromisso com o lema: *Ditadura, nunca mais*. Ao historiador, portanto, cabe o compromisso com o passado, pois o seu ofício é uma “tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror”⁴⁵⁶

⁴⁵⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 47.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 representou a consolidação de um amplo sistema de repressão, meticulosamente desenhado para neutralizar indivíduos e grupos rotulados como ameaças à ordem política e moral estabelecida. No âmago das práticas de Terrorismo de Estado, o regime mobilizou um arsenal de dispositivos coercitivos – amparados por uma arquitetura jurídica de exceção, como os Atos Institucionais – que visavam à anulação do sujeito político. Nesse cenário de asfixia democrática, o exílio configurou-se como uma contingência dramática. Para aqueles que foram alvos preferenciais dessas práticas em razão de sua atuação intelectual, estudantil ou partidária, o desterro apresentou-se como uma via de preservação da integridade física e da dignidade existencial diante dos vetos em relação ao campo do trabalho e intelectual, da iminência da tortura e do desaparecimento.

Em um primeiro momento, a análise voltou-se para os mecanismos de repressão política que atingiram opositores da ditadura no Piauí, com destaque para os Inquéritos Policiais Militares. A investigação documental demonstrou que os IPMs funcionaram como instrumentos centrais na produção jurídica da repressão, permitindo enquadrar militantes políticos, estudantes e intelectuais como suspeitos de subversão ou ameaça à segurança nacional. Ao examinar esses documentos, foi possível observar como a repressão se estruturava por meio de práticas de vigilância, interrogatórios, prisões e constrangimentos que produziam, progressivamente, condições de inviabilidade política e profissional para os indivíduos investigados.

É importante ressaltar que o IPM não se limitava a um procedimento administrativo de coleta de provas. A partir do momento em que um indivíduo era citado em um inquérito, sua existência política estava em risco. A citação em tais documentos funcionava como uma espécie de *marca* que retirava o cidadão da proteção das leis comuns, lançando-o em um limbo jurídico onde a tortura, o desaparecimento forçado e a morte eram possibilidades reais e constantes. A análise evidenciou, ainda, que a repressão não se restringiu aos grandes centros políticos do país. Mesmo em um estado frequentemente percebido como periférico no cenário nacional, como o Piauí, os mecanismos de controle e vigilância estavam plenamente articulados ao sistema repressivo brasileiro. Nesse sentido, a investigação dos processos e trajetórias revelou que o alcance da repressão foi amplo.

Em um segundo momento, o foco da pesquisa deslocou-se para as densas experiências de exílio vividas por esses sujeitos. A partir da análise minuciosa de trajetórias de Raimundo Nonato Santos, José Ribamar Lopes, Benoni Alencar, Ademir Alves de Melo, Chagas

Rodrigues e Antônio José Medeiros, buscou-se compreender as circunstâncias multifacetadas que levaram esses indivíduos a deixar o país, bem como as estratégias, muitas vezes precárias, pelas quais reconstruíram suas existências no exterior. A investigação demonstrou que o exílio, no contexto da ditadura brasileira, raramente foi resultado de uma decisão plenamente voluntária ou de um desejo de itinerância. Em grande parte dos casos analisados, ele configurou-se como uma consequência direta e inevitável das pressões exercidas pelo aparato repressivo. Estas pressões manifestavam-se por meio de uma gradação de violências: perseguições políticas ostensivas, restrições profissionais que asfixiavam a subsistência econômica, ameaças veladas a familiares e, em última instância, o trauma das prisões e torturas.

O exílio emergiu, portanto, não como uma fuga, mas como uma estratégia de sobrevivência política e pessoal diante de um cenário de crescente fechamento institucional e aniquilamento das liberdades individuais. Nesse sentido, as trajetórias dos piauienses aqui estudados revelam o caráter transnacional da repressão. Ao cruzar as fronteiras para países como Chile, Canadá, México e Alemanha, esses indivíduos não apenas buscavam refúgio, mas transportavam consigo o *peso da suspeição* que o Estado brasileiro lhes impunha. A reconstrução da vida no exterior foi marcada por um duplo esforço: a adaptação cultural e laboral a novos contextos e a manutenção de uma militância política que, mesmo à distância, tentava denunciar as atrocidades cometidas no Brasil. A análise dessas trajetórias específicas evidencia que o exílio para o piauiense possuía uma camada extra de complexidade, pois os sujeitos deste estudo dependeram profundamente de redes de solidariedade pessoal e de uma resiliência singular para não sucumbirem ao isolamento. Assim, o estudo dessas vidas demonstra que o exílio foi uma experiência de desterritorialização que afetou não apenas o corpo, mas a psique e a identidade desses atores sociais.

Por fim, a pesquisa debruçou-se sobre o retorno desses sujeitos ao Brasil e sobre os complexos processos de elaboração da memória do exílio e da repressão. A análise demonstrou de forma contundente que o retorno não representou simplesmente o encerramento cronológico ou psicológico dessa experiência. Pelo contrário, o regresso inaugurou uma nova etapa existencial, marcada por tensões agudas, expectativas frustradas e profundas ambiguidades. Ao pisarem novamente em solo brasileiro, muitos desses indivíduos depararam-se com uma transição política negociada, caracterizada pela conciliação entre elites e pela ausência de responsabilização penal dos agentes da repressão. Este cenário de *esquecimento institucionalizado* impôs aos ex-exilados um novo desafio: o de lutar pelo

reconhecimento de suas histórias em um país que desejava *virar a página* sem ler os capítulos de horror que a compunham.

Nesse contexto, a memória da ditadura militar constituiu-se como um verdadeiro campo de batalha ou um campo de disputas narrativas. De um lado, os discursos oficiais das Forças Armadas e de setores conservadores da sociedade civil buscaram consolidar a imagem de uma transição pacífica, ordeira e reconciliadora, muitas vezes tentando equiparar a violência sistemática do Estado à resistência dos oprimidos. Do outro lado, diferentes iniciativas de rememoração, encabeçadas pelos próprios ex-exilados, familiares de mortos e desaparecidos, além de projetos documentais e comissões de anistia, que atuaram incansavelmente para tornar públicas as experiências de perseguição, tortura e desterro vividas durante o regime.

As produções culturais e os testemunhos orais produzidos por esses piauienses tornaram-se, assim, instrumentos de rememoração, fundamentais para romper o silêncio imposto pelas estruturas de poder locais que, por décadas, tentaram marginalizar o impacto do autoritarismo na região. Dessa forma, a pesquisa revela que a memória do exílio é um organismo vivo. Ela não se limita ao passado, mas tensiona o presente ao exigir que a democracia brasileira reconheça suas dívidas históricas. O esforço desses sujeitos em narrar suas trajetórias é, em última instância, um ato político de resistência contra o apagamento, garantindo que o exílio seja compreendido não como um hiato vazio, mas como uma parte integrante e dolorosa da identidade política piauiense e brasileira.

Os testemunhos dos próprios exilados desempenharam papel fundamental e fundante neste processo de reconstrução histórica. Por meio de depoimentos orais, entrevistas estruturadas e o escrutínio de livros de memórias, esses sujeitos reconstruíram publicamente suas trajetórias, inscrevendo suas vivências individuais em uma narrativa muito mais ampla e complexa sobre a repressão política no Brasil. Como apontam os estudos canônicos sobre testemunho e memória, estas narrativas não são lineares; elas apresentam, invariavelmente, as marcas do trauma, manifestadas em hesitações, fragmentações do discurso e silêncios eloquentes. Tais elementos, longe de invalidarem o relato, constituem fontes históricas essenciais e sensíveis para compreender a dimensão subjetiva das experiências vividas sob regimes autoritários, uma dimensão que os documentos oficiais da repressão, em sua frieza burocrática, jamais seriam capazes de captar.

Procurou-se, sobretudo, evidenciar a urgência de investigar trajetórias situadas fora dos grandes centros políticos da nação. Demonstrar que estados como o Piauí foram atravessados de maneira profunda e significativa pelos mecanismos de controle do regime

permite deslocar o olhar historiográfico para experiências que, por décadas, foram marginalizadas ou tratadas como notas de rodapé na narrativa nacional. Trazer à tona essas histórias é, portanto, um exercício importante, que amplia a compreensão da diversidade de atores, percursos e contextos que compuseram o universo da resistência e da repressão.

Por fim, a análise dessas trajetórias reafirma o papel ético e social da historiografia na preservação e na problematização das memórias sobre períodos de exceção. Em um contexto contemporâneo, no qual persistem disputas negacionistas em torno da interpretação da ditadura, o trabalho histórico assume uma importância política particular ao recuperar experiências silenciadas. Esta pesquisa buscou demonstrar que as experiências de exílio são partes constitutivas e inalienáveis da história política do Brasil. Ao iluminar essas histórias piauienses, o trabalho contribui para reafirmar que a memória da violência de Estado não pertence apenas ao passado, ela integra um campo permanente de reflexão sobre os limites da democracia e sobre os compromissos éticos que devem orientar a escrita da história no presente. Em última instância, investigar as trajetórias daqueles que foram levados ao exílio significa reconhecer que a história da ditadura não se resume às estruturas de poder ou às decisões das elites. Ela se constrói, igualmente, a partir das experiências concretas daqueles que resistiram, sobreviveram e, acima de tudo, insistiram em narrar aquilo que o autoritarismo tentou, por meio da força e do exílio, silenciar definitivamente. É precisamente nesse gesto de ouvir vozes e validar experiências que a historiografia reafirma sua dimensão pública e seu compromisso inarredável com a crítica do esquecimento.

6 REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial, 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.
- ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Tecendo narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande - PB: [s.n], 2013.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo – 1ª ed. – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes de Bolso, 2022. BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006.
- ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. Dentre lutas, lidas e labutas: *Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior)*. Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI, v. 1, n. 1, p. 72-91, 2013.
- BENJAMIN, Walter et al. *Sobre o conceito de história*. Magia e técnica, arte e política, v. 7, p. 222-232, 1994.
- BOAL, Augusto. [Carta]. Destinatário: Gianfrancesco Guarnieri. Paris, 14 de fevereiro de 1979. Disponível em: <https://correio.ims.com.br/carta/matar-enterrando-e-matar-exilando/>. Acesso em: 20/12/2024.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-42, 2003.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Ateliê editorial, 2003.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. p. 228.

BRASIL: Nunca Mais. Projeto A. *Tomo II*, vol. 1. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitários em Teresina (1930-1970)* – 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina*. Dissertação (mestrado) História do Brasil. Teresina: UFPI, 2006.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de Castro. *1964: memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2007.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

COSTA, Albertina de Oliveira et al (org.). *Memória das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

DOS SANTOS, Adilson. *A tragédia grega: um estudo teórico*. Revista Investigações, v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Edusp, 2022.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário-vol. 4: Ditadura militar e redemocratização–Quarta República (1964-1985)*. Editora José Olympio, 2019.

HATOUM, Milton. *A noite da espera*. – 1ª ed – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

JÚNIOR, Américo Alves Lyra; BELLINTANE, Adriana Iop. *Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina DOI10. 5216/o. v14iespecial. 30403. OPSIS, v. 14, p. 225-242, 2014.*

KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. *Exílio político no contexto do Brasil pós-2019: história do desterro e do trabalho existência/resistência de uma intelectual brasileira*. Cadernos EBAPE. BR, v.19, p. 307-324, 2021. p.308. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/t5fZPcv654n5QLSTtW4yykp/?format=pdf&lang=pt>.

MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: O Golpe de 1964 e a ditadura militar*. – 1ª ed – Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos 1964*. In: RÊGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kennedy (Org). *Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

NORA, Pierre et al. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993,

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha-democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí na década de 1960*. Dissertação (Mestrado)—UFPI, Teresina. 2008.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Teresina: Cancioneiro, 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

PERLATTO, Fernando. *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 30, p. 721-740, 2017.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.

RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

ROCHA, Olivia. *Ação Popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2019.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2020.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999

RONIGER, Luís. *Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX*. Dados, v. 53, p. 91-124, 2010.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Editora Companhia das Letras, 2003

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. *Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte. 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Os arquivos da ditadura no Brasil: os inquéritos policiais no Superior Tribunal Militar (1964-1969)*. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Vol. 14, No 3 (2019), v. 24, n. 2.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Anistia e (in) justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade*. Literatura e autoritarismo, n. 9, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 p.45-89.

VINAR, Maren; VINAR, Marcelo. *Exílio e tortura*. Escuta, 1992

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 50, 2014.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz. Caminhos cruzados: História e Memória dos exílios latino-americanos no século XX. Editora FGV, 2011.p. 16

DEPOIMENTOS ORAIS

ALENCAR, Iolanda. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

COMISSÃO ESTUDAL DA VERDADE. Audiência Pública – A vida no exílio – 02/07/2015. Youtube, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OADvCBeuHrc>.

DE SOUZA MOURA, Liege. *Entrevista com Antônio José Castelo Branco Medeiros*. Revista Eletrônico Humana Res, v. 6, n. 9, p. 198 a 210-198 a 210, 2024.p 205.

IGREJA, Marcos. Marcos Igreja. *Depoimento concedido à Francisco Alcides do Nascimento e Marylu Alves de Oliveira*. Teresina, NHOIDB, 2005. 56 p.

MEDEIROS, Antonio José. *Depoimento concedido à Helen Adriely Sobreira de Sousa e Marylu Alves de Oliveira*. 2023.

THOMÉ, Clarissa. *Entrevista concedida a Maria Clara dos Santos Lima*. Teresina: Museu de História do Piauí, 2024. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/entrevistas/dos-presos-no-centro-cultural-mestre-dezinho-durante-a-ditadura-militar>.

DOCUMENTOS

BRASIL, Arquivo Nacional. Concessão e prorrogação de passaporte- Ademir Alves de Melo e outros. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.187. 26 de dezembro de 1974. p.1. Disponível em: sian.an.gov.br.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Relatório Especial de Informação nº 22/ 16/ ARE/ 83*. 23 de setembro de 1983.

BRASÍLIA, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº XVI. V. 4. Organização: PCB. Brasília, Projeto BNM nº 16. 1969.

CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar CLXXXV. V. 3+4 anexos. Organização: PCB 1964 Ceará, 1964. Projeto BNM nº 185, 1964.

CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXL. V. 2+1 anexo. Organização: mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968.

CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº CCCXLIX. V. 3. Organização Mov. Sindical. Ceará, 1965. Projeto BNM nº 349. 1969.

CEARÁ, Ministério Público. Inquérito Policial Militar Nº DCCV. Organização: Ação Popular e PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM nº 705. 196.=9.

RODRIGUES, Chagas. *Diário do Congresso Nacional*. (Seção 1). 30 de março. 1968.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

AINDA há homens que dormem, mas estão para acordar. *Terra Livre*. Ano VI – São Paulo, 2a. Quinzena de Dezembro de 1954, n. 51. Página 2. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/Acesso em: 20/05/2023>.

AO POVO piauiense. *O Dia*, Teresina, 3 de abril de 1964, n.1203, p.1.

CRESCER no Piauí o Movimento Camponês. *Terra Livre*. Ano XIII, Nº 113, São Paulo. Julho de 1962, Página 3. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/Acesso em: 20/05/2023>.

NA VOLTA à vida pública, Chagas leva grande massa a aplaudi-lo. *O Dia*, Teresina, 12 de maio de 1979, p.1 e 4.

NÃO HÁ paz com criminosos impunes. Estado do Piauí. Teresina: 3 de maio de 1964, n. 638. RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*, 18 de junho de 1964, n.651, p.3.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT faz 40 anos. Eu vi o começo!* Brasília, 9 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/o-pt-faz-40-anos-eu-vi-o-comeco/>

PAULINO, Fernando. *Benoni Alencar, presente!* Site do PSOL. 3 de out. de 2011. Disponível em: <https://psol50.org.br/benoni-alencar-presente/>

RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *O Estado do Piauí*, 25 de junho de 1964, n.653, p.3.

RESUMO dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964. *Estado do Piauí*. 2 de julho de 1964, n 655, p.3

TV ASSEMBLEIA PI. Personalidade Piauí: Antônio José Medeiros. Youtube. 20, out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPt0D5l0gwk>.

MÚSICAS

BARBOSA, Adoniram. *Saudosa Maloca*. Intérprete: Demônios de Garoa. Data de gravação: 2 Maio 1955.

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *O Portão*. Canção. Álbum: Roberto Carlos (1974). Brasil.